

INTRODUÇÃO

Propor uma análise com vistas a identificar de que modo se instauram certos efeitos de sentido, considerando-se, em meio à polifonia, estratégias argumentativas como um dos elementos a serem apreciados, implica a presença de um arcabouço teórico que possibilite dar conta desse propósito. Torna-se necessário considerar aspectos sócio-históricos, juntamente com argumentativos, sem que se deixe de lado sua heterogeneidade.

Diante disso, analisar a linguagem a partir desses pólos que, não raro, são concebidos teoricamente mediante posições opostas, faz emergir a necessidade de integrar perspectivas antagônicas. Se, de uma maneira, para apreciar a linguagem por essa proposta, torna-se fundamental aproximar campos de conhecimento dessa natureza – o que desde já sinaliza para um esforço de administração de contradições –, de outra segue-se uma tendência cuja origem não é recente. Com efeito, a prática de observação de relações antagônicas remete há séculos, reconhecida inclusive através das antigas reflexões filosóficas.

Ao serem investigadas as elucubrações filosóficas desde a Antiguidade Clássica, percebe-se que estas, por vezes, lançam bases para a observação de perspectivas antagônicas, como ocorre através da dialética. Por meio do procedimento em questão, às teses levantadas, relacionam-se posições contrárias diante das quais é contemplada a instauração da controvérsia. Dessa forma se procede, pois, a discussão sobre o ser e o não ser, bem como, no caso da linguagem, sobre a natureza das palavras, presente em diálogos de Platão.

Essa tendência de contrapontos teve reflexo não só na história da filosofia, mas também na ciência. Assim como, na Antiguidade Clássica, filósofos se dividiam em correntes que defendiam pontos de vista distintos, no campo científico não é difícil encontrar arcabouços teóricos que tenham apresentado divisões similares. No caso da linguística, essa prática não deixou de existir (e de persistir), principalmente após ser considerada modelo das ciências naturais, por meio do formalismo, diante da escola estruturalista de Genebra, que logo teve como contraponto os estudos funcionalistas¹. Isso levou ao desenvolvimento de várias pesquisas que se instauravam ou em um campo de investigação ou em outro.

¹ Sobre a polarização dos estudos linguísticos entre correntes formalistas e funcionalistas, Dillinger (1991) esboça uma crítica alicerçada na posição integradora, opondo-se à posição excludente dessas abordagens. A busca pela integração dessas correntes transfigura-se como uma forma de percepção teórica que, sem polarizar, atende à delimitação do desafio de proporcionar uma maior compreensão da linguagem. De modo parecido, o propósito desta Tese, até certo ponto, encontra nesse desafio o princípio de seus fundamentos.

Considerando-se a linguagem, ao mesmo tempo complexa e abrangente para ser investigada em apenas um recorte, nesta Tese² se busca abordá-la em uma relação de entremeio teórico, a partir do qual se instauram perspectivas diferentes por meio da administração das contradições inerentes a esse procedimento. Para isso, como elementos distintos a dividirem espaço na presente proposta, encontram-se, de um lado, os aspectos sociais e, de outro, os individuais, ambos relacionados às formas com que os sentidos se instauram na linguagem. Considerar os aspectos citados significa levantar a hipótese de que, na leitura, é possível reconhecer, além de efeitos de sentido provenientes do discurso que se fundamenta nos pressupostos da análise do discurso de linha francesa (doravante AD), estratégias argumentativas produzidas na atividade da linguagem. A hipótese se estende, ainda, à possibilidade de se estabelecer uma relação entre a argumentação e certas condições materiais em que tais efeitos de sentido se desenvolvem, de forma que seja possível reconhecê-los enquanto vinculados às estratégias em questão.

Todavia, levantar hipóteses dessa natureza põe como requisito prévio para a implementação da pesquisa a necessidade de reconhecimento de aspectos intercambiáveis nas diferentes teorias, de modo a não inviabilizar a proposta de entremeio. Apesar disso, a percepção de aspectos intercambiáveis não isenta a pesquisa da necessidade de gerenciar contradições teóricas, visto que, nas presentes condições, essa necessidade se torna incontornável. Para concretizar o ideal de imbricamento, portanto, três arcabouços teóricos figuram nesse processo, a saber, a AD, fundamentada pelo filósofo M. Pêcheux (1995), a semântica pragmática, proposta por O. Ducrot (1987), e a nova retórica, elaborada por C. Perelman e L. Olbrechts-Tyteca (2005). Além disso, a abordagem acerca da fábula é tida como necessária, vez que tende a revelar aspectos relevantes para a análise do *corpus*. Dessa forma, aqui é pensada mediante os estudos do gênero numa proposta sócio-comunicativa, segundo os pressupostos de M. Bakhtin (2003).

Apesar da tentativa de reunir dois elementos para serem observados na análise da linguagem, individuais e sociais, tais itens não serão discutidos em profundidade, devido à ausência de um arcabouço teórico que os englobe. Por conta disso, a base da investigação deste centra-se nos estudos da AD, mediante as construções terminológicas que lhes são próprias, especialmente as condições de existência do discurso, o que reduz a percepção do objeto ao limite do referente campo teórico investigativo. Já a apreciação daquele se realiza por meio da nova retórica, precisamente com a análise das técnicas argumentativas de que se

² Ao se remeter, de forma metalinguística, à presente produção científica, o termo Tese passa a ser grafado com a inicial maiúscula, para que não se confunda com a ideia de declaração a ser discutida.

vale o orador para convencer seu auditório. O papel da semântica pragmática tem por recorte a concepção de polifonia, mobilizada para auxiliar tanto a AD na orientação da ocorrência de diferentes discursos, quanto a nova retórica, no sentido de propiciar, por um lado, a coerência da sobreposição de estratégias argumentativas e, por outro, as assimilações destas a perspectivas discursivas.

Para implementar a análise, a seleção das fábulas que constituem o *corpus* se pauta na busca por um material que não só possibilite a aplicabilidade, mas que levante questões acerca de sua natureza enquanto gênero textual. Levando-se em consideração os critérios para a seleção do *corpus*, aparentemente a primeira característica é inerente a qualquer produção verbal situada sócio-historicamente. De fato, em se tratando somente da percepção discursiva, a asserção anterior merece crédito. No entanto, de outra forma, nem toda produção linguística é passível de apresentar estratégias argumentativas, o que restringe uma gama de textos que não possui tal propriedade. Sobre o segundo critério, a restrição é ainda mais acentuada, devido ao fato de se buscar um gênero sobre o qual haja certa dificuldade em ser determinada sua origem, sua relação com outro(s) gênero(s)³, além da necessidade de haver uma proximidade entre essas questões e a proposta teórica de investigação.

Diante dos critérios de seleção, chega-se a um gênero que atende aos requisitos projetados: o fabular. Quanto ao primeiro critério, neste é possível, como em qualquer outro, serem observadas relações discursivas pelos pressupostos da AD. Por disseminar uma moral, também sinaliza para a presença de estruturas argumentativas em sua constituição. A respeito da fábula, ainda são levantadas questões acerca de sua natureza, especificamente em relação ao seu caráter universal, o que, em tese, possibilita ser compreendida em qualquer sociedade. A partir desse ponto, torna-se compreensível inferir sobre a presença ou a ausência do caráter pontual, o qual é passível de ser apreendido diante da análise de um contexto que deve se assimilar a questões sócio-discursivas específicas, alcançadas mediante a análise das condições de existência do dizer.

Como recorte para a constituição do *corpus*, opta-se por se restringir a análise a fábulas contemporâneas brasileiras, selecionando-se as que apresentam um caráter irônico, necessário para que se possa analisar um material que não traga necessariamente os mesmos preceitos éticos comumente vistos em fábulas de caráter didático-pedagógico. Esse novo recorte sobre o *corpus* visa propiciar o contato com textos que, ao sinalizarem uma

³ Nos estudos sobre o gênero, Marcuschi (2007, p. 20-21) identifica a relação de gêneros com outros, salientando a influência das novas tecnologias nesse processo, bem como da realidade sócio-comunicativa de determinadas épocas. É assim que se pode conceber, por exemplo, a ligação existente entre o bilhete, a carta e o email.

especificidade em relação à moralidade, possibilitem o estudo de ocorrências significativas que se distanciam do que é disseminado como regra de conduta geral.

Dessa forma, espera-se alcançar objetivos teóricos e práticos (respectivamente o projeto de entremeio e sua aplicação) na análise de fábulas do autor carioca Millôr Fernandes, publicadas em 1963 na obra *Fábulas fabulosas*, momento de intenso rebuliço social na sociedade brasileira. Como critério para seleção das fábulas que constituem o *corpus* de análise, a busca se encerra nas que apresentam marcas linguísticas e/ou suscitam efeitos significativos sinalizadores de um provável teor pontual a ser comprovado. Esse critério, apesar de parecer inicialmente intuitivo, na verdade se alicerça na percepção de pesquisas anteriores, realizadas em etapas distintas, nas quais, apesar de não tratarem diretamente desse aspecto, se vê possibilidade de alcançar essa percepção. Em uma dessas pesquisas, três das seis fábulas selecionadas para compor o *corpus* fizeram parte do trabalho monográfico intitulado *Fábula: simulacro de uma realidade*, referente à Especialização em Estudos Linguísticos e Literários, concluída em 2004 na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Após esse período, o *corpus* recebeu ampliação para ser analisado na Dissertação do Mestrado em Letras e Linguística, sob o título de *Teoria enunciativa e condições de produção: o entremeio teórico no discurso de fábulas millorianas*, finalizado em 2007, também na UFBA. Nas duas ocasiões, as fábulas foram apreciadas à luz do entremeio teórico entre a AD e a semântica pragmática, e as investigações se limitaram, juntamente com a articulação do entremeio, a tratar das condições de produção da época de publicação do *corpus*. Para esta terceira fase, além de todas as análises serem reformuladas, como se pode perceber também há uma ampliação, que desta vez é teórica, com a inserção da nova retórica, além da abordagem do gênero fabular segundo os estudos bakhtinianos numa perspectiva sócio-comunicativa.

As seis fábulas selecionadas da obra *Fábulas fabulosas* para integrar o *corpus* são as seguintes: “A galinha reivindicativa”; “O renascer dos belos sentimentos uma vez satisfeitas as necessidades básicas”; “O caracol e a pitanga”; “A galinha dos ovos de ouro”; “O lobo e o cordeiro” e “Hierarquia”. A disposição das análises segue o critério de apresentação inicial dos textos nos quais não se abordam aspectos intertextuais, seguindo-se daqueles que possibilitam tal apreciação. Essa disposição segue a ordem apresentada, primeiro para que as orientações de natureza retórico-discursiva se façam presentes sem a conjugação desse aspecto; depois, como proposta de visualização das relações retórico-argumentativas na circunstância intertextual, sem a necessidade de maiores incursões a aspectos teóricos já abordados. Dessa forma, evita-se a concentração conceitual em uma parte da análise,

primando-se, assim, pela inteligibilidade. Também se garante a progressão da análise, o que evita repetições enfadonhas, que não se instaurem por um propósito ratificador.

A esse material será aplicada uma análise com base na proposta teórica de entremeio, buscando-se, mediante as estratégias argumentativas, o aspecto individual, mobilizado pelo orador em prol do convencimento, e com o aporte teórico da AD, o teor social que, pela análise da materialidade linguístico-argumentativa, infere-se poder ser vislumbrado com a apreciação de relações discursivas a esta subjacente. Com isso, espera-se alcançar outro propósito, precisamente o de serem identificados, segundo esse procedimento de investigação, aspectos pontuais que podem caracterizar as fábulas millorianas selecionadas para análise.

Como forma de organização, esta Tese consta, além da presente introdução, da conclusão e das referências, de mais três capítulos. O primeiro, intitulado “Perspectivas sobre o gênero fabular”, trata da fábula enquanto gênero, à luz da teoria bakhtiniana de gênero textual. O outro, denominado “Fundamentos teóricos”, como já se pode notar, aborda os aspectos teóricos selecionados para a pesquisa. Por fim, em “Por uma análise retórico-discursiva”, ao *corpus* se aplica uma proposta de análise para, assim, serem obtidas respostas aos questionamentos que presidem a investigação.

Assim, no primeiro capítulo, intitulado “Perspectivas sobre o gênero fabular”, tem-se a apreciação de parte do percurso histórico da fábula mediante a teoria bakhtiniana de gênero sócio-comunicativo. Este capítulo antecede o de fundamentação teórica por conta da necessidade de se apresentarem as características sócio-comunicativas do gênero a que o *corpus* se vincula. Sobre o teor que o permeia, busca-se fazer algumas considerações acerca de diferentes conceitos atribuídos à fábula para, assim, ser possível introduzir uma breve discussão a respeito dos elementos primordiais para seu reconhecimento. Com isso, obtém-se uma série de informações acerca das peculiaridades do gênero fabular que devem refletir na análise do *corpus*. Além disso, no caso da retórica, esse capítulo também institui sua contribuição, visto que cria bases para fundamentar o teor de verdade estabelecido no gênero em questão, revestindo a fábula de valor retórico, dado seu caráter persuasivo. Por fim, retrata brevemente parte do contexto sócio-comunicativo em que as fábulas millorianas se inserem, o que serve tanto como informações para se pensar, de maneira breve, as marcas do orador, bem como as peculiaridades do auditório ao qual se dirige, além de parte das condições sócio-históricas de constituição do dizer.

De certo, em “Fundamentos teóricos” já se pressupõe uma apresentação de natureza teórica que fundamenta os procedimentos de análise. Contudo – e aí reside a necessidade de maiores esclarecimentos –, da construção do procedimento teórico depende um esforço de

imbricamento, visto que uma das propostas desta Tese salienta a busca por um arcabouço que integre posições divergentes em sua constituição epistemológica. Devido a isso, posições como a da AD e a da nova retórica, que operam, pela primeira, posturas sócio-históricas centradas na não subjetividade e, por meio da segunda, procedimentos que tomam como base a ação estratégica que o sujeito imprime sobre a linguagem, passam a dividir espaço no campo teórico. Auxiliadas pela semântica pragmática, com a noção de polifonia, complementam-se, incorporando bases para coordenar a heterogeneidade discursiva, junto à sobreposição argumentativa. Não se pretende, pois, realizar uma descrição epistemológica das teorias, e sim demarcar certas condições que fundamentam sua existência, já que essas condições, por si só, apresentam-se como parte da justificativa para tal mobilização. Daí a necessidade, também, de se apresentar um breve contexto que saliente a emergência dessas perspectivas nos estudos sobre a linguagem, de modo a justificar a pertinência da aplicação das teorias escolhidas na proposta de entremeio, e não de outras em seus lugares.

No capítulo “Por uma análise retórico-discursiva”, apreciam-se as fábulas escolhidas para compor o *corpus* segundo a posição de imbricamento. Tanto a argumentação quanto as condições sócio-históricas em que os efeitos de sentido são produzidos recebem uma atenção em conjunto, de modo que as manifestações diversas implicadas se valem do suporte polifônico. Além disso, as análises também recebem reflexos da apreciação do gênero fabular, o que sinaliza para relações concernentes às condições de existência do *corpus*, bem como para a caracterização de aspectos da tríade retórica.

Com efeito, a motivação desta Tese se insere na busca pela identificação de aspectos individuais e sociais na apreciação do dizer. Já que a fábula é comumente concebida como um gênero marcado tanto pela impressão de universalidade quanto por sua propriedade argumentativa, torna-se adequada para compor o *corpus* de análise. É, pois, por esse caminho de conjugação teórica que se propõe seguir para ser alcançada, diante da proposta de entremeio, uma forma proficiente – e, desse ponto de vista, mais completa – de se apreciar, na linguagem, o funcionamento retórico-discursivo responsável pela instauração de seus efeitos, e não outros em seu lugar.

1. PERSPECTIVAS SOBRE O GÊNERO FABULAR

1.1 PONTOS E CONTRAPONTO NA CONSTITUIÇÃO DA FÁBULA

Antes de serem abordadas as relações teóricas para a aplicação da análise do *corpus*, tem-se como relevante apontar características da fábula enquanto gênero, com ênfase nas condições a partir das quais passa a existir. Com efeito, por anteceder a observação do *corpus* pautada nos critérios retórico-discursivos, consubstanciados pela perspectiva polifônica, a investigação sobre o gênero fabular gera à análise supracitada reflexos consideráveis.

Um desses remete à propriedade que o processo investigativo selecionado tem em situar posições sócio-históricas, as quais sinalizam à parte da memória discursiva acerca de sua produção. Diante disso, é possível reconhecer aspectos intertextuais (no caso da percepção desse processo em textos mais remotos⁴ reinscritos na contemporaneidade) e, junto à intertextualidade, posições interdiscursivas que a esta se assimilam ora como forma de resistência, ora de aliança. Além do mais, os resultados da pesquisa acerca das condições de constituição, não só materializam parte do interdiscurso, como promovem uma precisão no que tange a conceituação do próprio gênero em questão.

Outro reflexo vai ao encontro da posição retórica, já que a abordagem do contexto contemporâneo de instauração fabular, pautada nas condições millorianas de mobilização desse gênero, remete a certas características do orador e do auditório. Ao lidar com padrões sócio-comunicativos de análise, necessariamente se instauram condições sócio-históricas que salientam a tendência de mobilização genérica que marca o *ethos*, bem como a definição do gênero utilizado, e também a peculiaridade do *páthos*, dada a presença da fábula para estabilizar a comunicação. A relação entre *ethos* e *páthos* tende a refletir na análise do *logos* (que aqui se instaura como foco para a observação mediante a análise das estratégias argumentativas), valendo-se da propriedade complementar da tríade retórica com vistas à consistência analítica.

Contudo, para que se efetive tal apreciação, é fundamental explicitar como o plano teórico é aplicado, de modo que à proposta de análise se relacionem objetivos passíveis de serem atingidos. Também se torna proveitoso retomar resultados de outros estudos para,

⁴ A apreciação dos textos se restringe a certas produções fabulares canônicas, atribuídas especificamente a Esopo, Fedro e La Fontaine, às quais remetem, de forma intertextual, algumas fábulas millorianas constituintes do *corpus* de análise. O limite assinalado motiva-se por conta da relevância de se considerar relações intertextuais como parte das condições de existência de discursos que marcam o *corpus*, vez que dessas relações emergem posições interdiscursivas responsáveis pela instauração de determinados efeitos de sentido.

assim, demarcar os objetivos pretendidos, bem como para fundamentar o distanciamento de certas perspectivas. Estas, por sua vez, apesar do distanciamento posteriormente estabelecido, não deixam de orientar discussões e/ou a visualização de pontos para a presente investigação.

Tendo como base tais diretrizes, recorre-se às noções de dialogismo e de gênero, na perspectiva bakhtiniana, para iniciar o processo de observação. É desse ponto que se vislumbra almejar resultados passíveis de serem incorporados propriamente à análise do *corpus* delimitado.

Dessa forma, pautando-se no dialogismo para apreciar a fábula enquanto gênero, a linguagem verbal passa a ser percebida mediante sua natureza social, e não individual, já que, marcada pela presença do signo, remete para o exterior. Privilegia-se, assim, tanto a comunicação enquanto meio de interação social, quanto o caráter ideológico de que é revestido o signo.

Dessa maneira, a comunicação é apreciada não mais a partir da relação que concebe a ideologia como derivada da consciência individual, o que leva a identificar o psiquismo individual como fonte da língua. Diferente dessa posição, o signo é marcado por relações sociais e ideológicas, cuja existência se estabelece por meio da comunicação social em grupos determinados. Para Bakhtin (1988, p. 45), “o signo se cria entre indivíduos, no meio social (...). Em outras palavras, não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social”. Só é possível, pois, penetrar no domínio da ideologia não com ações individuais, mas coletivas, por meio da influência conjunta do contexto social, com condições de uma determinada época.

O posicionamento dialógico acerca da linguagem se coaduna à condição genérica⁵, visto que o gênero, nos postulados bakhtinianos, não é tido, em sua constituição, por um viés individual, mas interindividual. Os gêneros só existem enquanto tais na relação coletiva em determinada época, caracterizando-se como produto social. No âmbito da comunicação, servem para estabilizá-la, funcionando como “entidades sócio-comunicativas e formas de ação social” que não podem ser contornadas (MARCUSCHI, 2007, P. 19). Apesar da estabilidade, que auxilia na tarefa de reconhecimento, essas entidades também se caracterizam pela flexibilidade, afinal, a ação criativa que se impõe, junto às determinações sociais, históricas e tecnológicas, favorece tanto o enriquecimento de aspectos acerca de um mesmo gênero, quanto o surgimento de outros.

⁵ Nesse caso, o efeito de indeterminação que marca um dos efeitos de sentido do termo “genérico” deve dar lugar ao que remete à própria natureza do gênero bakhtiniano.

Diante das condições de observação salientadas, atesta-se o distanciamento de seguir planos de análise baseados em posições idealistas, que põem em relevo materiais sob a aparente responsabilidade do psiquismo individual, de modo a dispô-lo como lugar de constituição ideológica. Com o arcabouço teórico mobilizado, propõe-se um lugar social para a constituição e o desenvolvimento de gêneros, alicerçado pela noção de dialogismo, segundo a qual na relação comunicativa se promove um aproveitamento de signos verbais cuja peculiaridade é de serem ideológicos por natureza. Esse espaço sócio-discursivo de comunicação exclui a possibilidade individual de criação genérica, visto que o gênero só é concebido como tal em circunstâncias de assimilação coletiva das formas de estabilização comunicativa.

Por conta da delimitação teórica salientada, é excluída a necessidade de investigar uma das mais conhecidas posições a respeito da gênese fabular: descarta-se permear o princípio da perspectiva que toma Esopo como “o primeiro fabulista” (CLARET, 2004, p. 15) ou, mais que isso, outras que o caracterizam como “o pai do gênero” (DUARTE, 2005, p. 546). Nessas posições, atribui-se a um indivíduo a propriedade de criação do gênero. Essa condição, portanto, segue direção contrária da que se institui no plano teórico, ao qual se vinculam posições interindividuais, coletivas, por se compreender que a ideologia é de natureza exterior, e não interior, o que distancia esta análise do plano idealista.

Por outro lado, também não se pretende confirmar ou refutar certos estudos que buscam demarcar o tempo e o local de aparecimento da fábula, como podem ser percebidos na abordagem de Santos (2003, p. 18-19):

Sobre a gênese da fábula há múltiplas correntes interpretativas, entre as quais se destacam algumas fundadas em tradições diversas: uma oriental, cujas fábulas foram coletadas pela *Pancatantra*, provavelmente a mais antiga das coleções indianas; outra ocidental, que referencia o grego Esopo como o fundador da tradição de coleta e aproveitamento da fábula, e o romano Fedro como prosseguidor dessa tradição; uma terceira, defendida por Jean-Marie Schaeffer, que pensa a simultaneidade temporal da tradição grega e indiana, e a fusão das duas nos textos deste gênero na Idade Média; e uma quarta corrente, que considera duas outras possibilidades de gênese: uma fundada na tradição fabulística mesopotâmica e outra na literatura aforística do Egito, ambas anteriores à grega.

De certo, não há dificuldade em reconhecer a origem da palavra fábula, proveniente do termo latino *fabulare*, que significa falar, conversar. Já em relação à gênese do gênero fabular, a tarefa de reconhecimento e pontuação de tempo e lugar se dificulta consideravelmente. Se, por um lado, grande parte das pesquisas se baseia em materiais escritos para lançar

elucubrações acerca da gênese da fábula, por outro, a exemplo do que o próprio termo *fabulare* expressa, tal origem se volta à modalidade oral, o que indica uma existência anterior aos registros escritos.

Além do mais, devido à natureza oral, a fábula se aproxima do que Bakhtin (2003, p. 263) chama de “gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata”. Essa posição também é aceita por Macêdo (2003, p. 214), que se coloca da seguinte maneira: “Se aceitarmos a distinção dos gêneros de discursos feita por Bakhtin, a fábula estaria inscrita entre os gêneros de discursos primários livres, constituídos por aqueles da vida cotidiana, produzidos em situação espontânea”. Como os gêneros primários compreendem aqueles que se desenvolvem em um contexto social menos complexo – a exemplo da conversa cotidiana – e, por isso, se integram nas mais diversas sociedades, surge, além do obstáculo até então intransponível de se definir precisamente o momento de sua elaboração, mais uma dificuldade: a de demarcar o local em que se constitui. A inexistência de reproduções de gêneros orais devido à limitação tecnológica é um dos aspectos que comprometem essa demarcação.

Uma breve apreciação da história da fábula é suficiente para perceber sua volatilidade, dada a possibilidade de permear diversos contextos sócio-históricos. Valendo-se de informações que aludem a aspectos de uma das teses apresentadas anteriormente a respeito da gênese da fábula, reconhece-se a propriedade desse gênero de circular em outras sociedades, em outras épocas. É por esse caminho que Burke (1989, p. 80) segue, apresentando a ideia segundo a qual “contos populares árabes, como os relatos em *O livro de Simbá*, e hindus, como os do *panchatantra*, circulam na Europa muito antes de 1500”. Atesta-se, pois, o caráter de mobilidade cultural da fábula, ao se inserir em distintas sociedades, caracterizando povos e tornando-se, assim, parte do aspecto cultural de diferentes civilizações.

Como se pode observar, além de destacar a variedade de tempo e de espaço que marca a existência da fábula, Burke ainda pontua a heterogeneidade que permeia a conceituação desse gênero, no momento em que o equipara ao conto popular. Já Cascudo (1983, p. 683) sinaliza que a fábula era, para os gregos, o *mythos*⁶ (mito), que remetia à “irrealidade, à inexistência, à utopia, não no sentido da possibilidade criadora mas da fixação mental da figura ou do quimérico”. De outra forma, Claret (2004, p. 13), como maneira de desfazer possíveis confusões em relação a outro gênero, chega a explicar a peculiaridade da parábola,

⁶ Daí se derivaria a expressão *Aesópus mythoi* (fábula de Esopo).

caracterizada por procurar “maior elevação no plano ético, além de lidar com situações humanas mais reais”.

As posições salientadas revelam a dificuldade que se tem para atribuir à fábula uma definição categórica. Percebe-se que parte das condições responsáveis pela ausência de uma conceituação que demarque precisamente aspectos definidores reside na própria natureza do gênero que, distante de ser rígido, sofre interferências. Junto a lacunas que ainda precisam ser preenchidas nesses estudos, sua mobilidade no tempo e no espaço de certo também motiva a ocorrência de elementos flexíveis, inerentes ao processo de desenvolvimento de gêneros, propiciando aproximações com outros, refletindo a heterogeneidade que a marca e que propicia a variação de conceitos.

Quanto a estes, normalmente mobilizam aspectos em comum, evidenciando peculiaridades que visam atender ao propósito de definir os pontos de estabilidade do gênero fabular. Para tentar identificar alguns desses aspectos, pode-se partir da definição proposta por Claret (2004, p. 12):

Fábula é uma narrativa alegórica em prosa ou verso, cujos personagens são geralmente animais, que conclui com uma lição moral. Sua peculiaridade reside fundamentalmente na apresentação direta das virtudes e defeitos do caráter humano, ilustrados pelo comportamento antropomórfico dos animais. O espírito é realista e irônico, e a temática é variada: a vitória da bondade sobre a astúcia e da inteligência sobre a força, a derrota dos presunçosos, sabichões e orgulhosos, etc.

Um dos aspectos que sempre remete a esse gênero é o da presença de animais que, com seu comportamento antropomórfico, ilustram a narrativa. Apesar dessa peculiaridade, vários são os exemplos de fábulas sem a presença de animais como personagens. Na realidade, como sinaliza Jaeger (1989, p. 67), por volta do final do século VIII a.C e início do século VII a.C., o poeta Hesíodo, ao apreciar a fábula *O gavião e o rouxinol*, já se preocupa em especificar as narrativas de animais:

Hesíodo chama *ainos* a esta história de animais. Fábulas como esta eram acreditadas por todo o povo. Exerciam no pensamento popular uma função análoga à dos paradigmas míticos nos discursos épicos: encerravam uma verdade de ordem geral. Homero e Píndaro chamam *ainos* também aos exemplos míticos. Só mais tarde o conceito se circunscreve às fábulas de animais. Possui o sentido já conhecido de advertência ou conselho.

Nesse trecho é possível reconhecer o caráter persuasivo da fábula, assim como a propriedade da mobilização de *ainos* para incutir na narrativa o valor de verdade, o que a

torna um gênero com propriedades retóricas. Daí a recorrência dessa forma de estabilização comunicativa no meio social.

A moralidade⁷ é outro aparente ponto de estabilidade desse gênero, através da qual virtudes e defeitos do ser humano salientados são explorados na narrativa. O caráter moral não raro é explicitado como forma reiterativa a serviço da memorização. Em relação a essa característica, Cascudo (1983, p. 684) expõe o temo *epimitio*, referente à finalidade moral:

Essa finalidade moral, o *epimitio*, *epi-mythos*, sobre, acima, fora, consequência da fábula, envolve a necessidade sentenciosa, divulgação de preceitos para o comportamento social da tribo. Ao contrário do *non bis in idem*, a técnica era a reiteração, o *bis repetita placent*, para a facilidade da memorização.

Ao papel reiterativo do *epimitio* subjaz uma propriedade argumentativa voltada a ratificar a postura da moralidade, já que a esta se pressupõe a existência de uma verdade universal, de ordem geral. Sobre esse ponto, Claret (2004, p. 12-13) considera que a fábula contém em si a narrativa e a moralidade. “A primeira trabalha as imagens, que constituem a forma sensível, o corpo dinâmico e figurativo da ação. A outra opera com conceitos ou noções gerais, que pretendem ser a ‘verdade’ falando aos homens”. Daí pode se deprender a influência que exerce na sociedade, a ponto de se instituir tal valor, além do teor pedagógico salientado em várias produções desse gênero, como é sugerido na definição de Moisés (2004, p. 184):

Narrativa curta, não raro identificada com o apólogo⁸ e a parábola, em razão da moral, implícita ou explícita, que deve encerrar, e de sua estrutura dramática. No geral, é protagonizada por animais irracionais, cujo comportamento, preservando as características próprias, deixa transparecer uma alusão, via de regra satírica ou pedagógica, aos seres humanos.

⁷ É preciso destacar a existência de estudos que atentam para a ausência da moralidade. Nesse sentido, Cascudo (1983, p. 683) chama a atenção de posições como a de Franz Boas, que não vê a presença da moralidade nas ameríndias. Com relação a essa nomenclatura, de acordo com Ferreira (1971, p. 5), o termo ameríndio é utilizado para diferenciar os índios americanos dos asiáticos.

⁸ Apesar da identificação com a fábula devido à presença da moralidade e da estrutura dramática em que se sustenta, Moisés (2004, p. 34) expõe a natureza dos personagens como ponto de distinção desse gênero com o apólogo e a parábola. Nesse sentido, “o apólogo seria protagonizado por objetos inanimados (plantas, pedras, rios, relógios, moedas, estátuas, etc.), ao passo que a fábula conteria de preferência animais irracionais, e a parábola, seres humanos”. No entanto, como na fábula também há possibilidade de seres humanos figurarem como personagens, o distanciamento com a parábola não fica tão nítido. Para estabelecer mais um ponto de diferenciação, recorre-se novamente a Claret (cf. 2004, p. 13), que destina a esta a propriedade de apresentar circunstâncias humanas mais reais, além de encerrar uma lição mais voltada à ética.

Vê-se que, nessa definição, além de retomar aspectos anteriormente observados em outros conceitos, tais como a constante presença de animais irracionais na condição de personagens, a linha tênue que separa a fábula de outros gêneros, a presença da moralidade, inclui-se também a brevidade da narrativa. No entanto, há produções extensas que, apesar disso, são consideradas verdadeiras fábulas. É o que ocorre com a obra *A revolução dos bichos*, de George Orwell (2007), na qual há antropomorfismos, representativos de determinada conjuntura sócio-política, a partir dos quais se identificam aspectos referentes à moralidade. A presença de obras como essa acusa a necessidade de repensar a extensão textual como elemento estanque da fábula, além de este permear um ambiente muitas vezes intuitivo acerca dos critérios de delimitação.

Diante desses dados, percebe-se que não se pode caracterizar a fábula estritamente pela brevidade da narrativa, nem pelos aspectos antropomórficos, vez que não se constituem como pontos estáveis, imprescindíveis para o reconhecimento do gênero. Além disso, apesar de ser destacada a verdade de ordem geral atribuída à narrativa, nos conceitos apreciados não se explica o teor de verdade universal de que a fábula se reveste, muito menos o que motiva a ser percebida dessa maneira.

No intuito de se preencherem certas lacunas a respeito das características estabilizantes da fábula, recorre-se à análise pautada na noção de gênero, bem como na confluência de resultados de outras pesquisas. Para viabilizar essa verificação, faz-se necessário apreciá-la por meio de um processo que possibilite articular os aludidos resultados ao plano de abordagem da fábula: o de transmutação.

1.2 O PROCESSO DE TRANSMUTAÇÃO DO GÊNERO FABULAR

O que essa noção de gênero proporciona, na qual tem em si subjacente a de linguagem pautada no procedimento dialógico, é pensá-lo em sua característica estabilizante nos eventos comunicativos, sem necessariamente se enrijecer, evidenciando sua plasticidade. A compreensão de um evento comunicativo está subordinada à percepção de particularidades do gênero, caracterizado “muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais” (MARCUSCHI, 2007, p. 20).

Quanto a esse último aspecto retratado em Marcuschi, percebe-se que, se o primeiro plano de reconhecimento do gênero se fundamenta em relações sócio-comunicativas, as questões lingüísticas e estruturais, em certos contextos, ganham uma importância secundária. Isso porque, nas referentes circunstâncias, essas questões se incorporam aos eventos

comunicativos sem necessariamente determiná-los, o que gera uma importante reflexão sinalizadora de um dos aspectos da flexibilidade genérica: a de que a mesma materialidade linguística pode se incorporar a variados gêneros⁹.

Sobre sua configuração em eventos comunicativos, na concepção bakhtiniana, o gênero não surge fora do contexto social, muito menos sem uma ligação com outros que o antecedem. Também não se põe alheio às inovações tecnológicas que, por sua vez, influenciam na constituição de novos gêneros. Com relação a esses pontos, Marcuschi (2007, p. 20) atesta a pertinência que os valida:

Seguramente, esses novos gêneros não são inovações absolutas, quais criações ab ovo, sem uma ancoragem em outros gêneros já existentes. O fato já fora notado por Bakhtin [1997]¹⁰ que falava na ‘transmutação’ dos gêneros e na assimilação de um gênero por outro gerando novos. A tecnologia favorece o surgimento de formas inovadoras, mas não absolutamente novas.

Diante desse processo de transmutação, revela-se a possibilidade de um gênero ser formado a partir da assimilação de características de outro. Ao se pensar a fábula por meio desse prisma, recorre-se à posição de Cascudo (cf. 1983, p. 602-603), para quem é verossímil que a fábula tenha passado por esse processo de transmutação. Diante dessa perspectiva, seria proveniente de um alongamento de provérbios, aos quais se associariam sequências romanceadas. Nesse processo, instaura-se um universo mítico em que, não raro, figuram animais como protagonistas, mobilizados para tratar das virtudes e dos defeitos do homem.

De certo, seguir pela perspectiva da transmutação favorece a pesquisa com a apreciação do gênero fabular mediante um campo teórico que fornece subsídios propícios para evitar trilhar pelo caminho do subjetivismo idealista, o que necessariamente reclamaria a presença de sujeitos físicos como produtores individuais de gêneros. Com efeito, devido à ausência de registros suficientes sobre a origem da fábula, investir no plano idealista implicaria propor conjecturas, sem bases comprobatórias efetivamente sólidas. Além disso, a abordagem do gênero fabular, por meio do processo de transmutação, tende a auxiliar na identificação de certos valores que lhe parecem intrínsecos.

Devido a essas questões, é diante desse processo de transmutação, o qual se relaciona à constituição dos gêneros, que a fábula aqui passa a ser considerada, partindo-se da

⁹ Não é à toa que Marcuschi (2007, p. 21) demarca a possibilidade de um mesmo texto, ao ser divulgado em suportes ou ambientes diferentes, permear distintos gêneros.

¹⁰ A data assinalada se refere à obra *Estética da criação verbal*, que aqui é apreciada por meio da edição de 2003.

possibilidade de ter sua ancoragem no provérbio. Para tanto, antes se torna necessário fazer algumas incursões por pesquisas voltadas à paremiologia, no sentido de identificar pontos de estabilidade do gênero, a partir dos quais, por sua vez, pode ser caracterizado e reconhecido.

1.2.1 O provérbio: base da transmutação

Quando se propõe abordar o provérbio como o ponto de transmutação do gênero fabular, muitas similaridades afloram. Desde o caráter de verdade atemporal à presença em variadas culturas, tanto os provérbios quanto as fábulas compartilham dessas condições, revelando, ao mesmo tempo, a propriedade que têm ora de manter o valor argumentativo em distintos momentos, ora de serem reconhecidos nas mais variadas civilizações. No caso do provérbio, Cohen (1991, p. 23) ratifica essa mobilidade:

Os provérbios são um acontecimento universal, pois já os encontramos no Antigo Egito, na Babilônia entre os Sumérios, entre os povos selvagens das culturas primitivas, entre os chineses e os hindus, porém notamos que alguns provérbios são transculturais, mas adquirem um formato e uma coloração local, enquanto que outros provérbios são exclusivamente regionais.

Algumas características estabilizam o gênero proverbial, a exemplo da propriedade de se apresentar como uma frase completa, o que o diferencia, segundo a explicação de Rocha (1995, p.11), das locuções proverbiais: “Ora, ‘adquirir gato por lebre’ é apenas uma locução proverbial, uma metáfora, pois o provérbio deve ter (...) uma estrutura de frase completa, do tipo *Não leves gato por lebre*, variante de *Não compres nabos em sacos*”. Nessa posição, a frase completa soa como um conselho, no caso da propriedade semântica que a estabiliza, bem como também se aproxima formalmente de um verso (cf. ROCHA, 1995, p. 11), devido às presenças de elementos rítmicos, metafóricos, elípticos, os quais, por vezes, estabilizam o poema. Essa aproximação também é percebida por Cohen (1991, p. 22), para quem uma “característica quanto à forma dos provérbios é a sua composição poética, que se expressa em linguagem rítmica como na poesia formal”.

Além disso, o provérbio apresenta uma forma fixa, aspecto indispensável para sua identificação, como esclarece Rocha (1995, p. 138): “O provérbio (...) tem forma fixa e ficaria descaracterizado se o reenunciássemos livremente: deve ser citado tal qual, já que seu estatuto de citação é condição *sine qua non* para sua identidade”. De fato, a exemplo de certos adágios populares, expressões metafóricas, como “Cuspido e escarrado” ou “Cor de burro quando foge”, respectivas corruptelas de “Esculpido em carrara” e “Corro de burro quando foge”,

tendem a propiciar variações de significado devido às alterações lexicais envolvidas no processo de livre reenunção, o que compromete a manutenção da verdadeira identidade dessas locuções proverbiais.

A possibilidade da presença dessas corruptelas de certo tem respaldo na modalidade a partir da qual tanto os provérbios quanto as locuções proverbiais (e também as fábulas) passam a existir. Para Marcuschi (2005, p. 25), a “oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora (...). Uma sociedade pode ser totalmente oral ou de oralidade secundária”. Como a escrita alfabética é uma tecnologia inventada em torno do século VII a.C. (cf. MARCUSCHI, 2007, p. 19), a modalidade que marca a existência desses gêneros é a oral, dado o contexto sócio-comunicativo que antecede a referente época. É nessa posição que Cohen (1991, p. 123) também se coloca: “Em relação a sua forma de transmissão, os provérbios existem na cultura anteriormente à palavra escrita, sendo que a sua forma de transmissão é essencialmente oral”. No contexto atual, já se vê uma variedade de dicionários de provérbios e livros de fábulas, revelando o processo de retextualização¹¹ aí implicado. No entanto, esses gêneros não deixaram de figurar na modalidade oral, dividindo espaço entre a escrita e a oralidade.

A forma fixa, a qual se torna indispensável para a identidade do provérbio, revela mais uma peculiaridade implicada nesse gênero: a da citação. Na concepção de Rocha (1995, p. 14), “o provérbio constitui uma frase feita, o discurso do Outro, sempre citado ou reenunciado, e reenunciável”. Dessa forma, não são elaborados no momento da enunciação, já que se constituem como o discurso do Outro. São, portanto, citados, reenunciados, retomados e postos em determinadas circunstâncias sócio-comunicativas. Essa peculiaridade justifica a variação de sentido passível de ocorrer com a substituição lexical, como se identifica em certas expressões metafóricas, a exemplo das abordadas anteriormente.

Por se caracterizar como uma frase feita, o provérbio, ao ser mobilizado em determinados contextos sócio-comunicativos, isenta o locutor de sua responsabilidade. Em verdade, remete a um Outro, atemporal, inacessível. Essa remissão pode ser feita de maneira explícita, com o uso de expressões que indicam a presença do discurso citado, ou pode também ser feita pelo próprio alocutário, mediante sua competência cultural (cf. ROCHA, 1995, p. 51-52). Dessa maneira, é possível reconhecê-lo, mesmo que o provérbio não seja apresentado juntamente com uma expressão que explicita sua forma fixa e, com isso, o

¹¹ Na concepção de Marcuschi (cf. 2005, p. 46), a passagem de uma modalidade a outra, assim como a transformação ocorrida de um texto oral para um escrito, é o que se denomina “processo de retextualização”.

discurso do Outro, já que emerge como lugares-comuns, formas estereotipadas apreendidas no ambiente sócio-histórico. Sobre esse aspecto, Rocha (1995, p.53-54) esclarece:

Nossos discursos são impregnados por essas formas estereotipadas que voluntária ou involuntariamente buscamos sem cessar nesse verdadeiro “estoque” construído pela nossa competência cultural ou enciclopédica. Parece-nos então que o termo “estereótipo” constitui a chave para compreendermos não só o mecanismo de geração dos provérbios, mas também o mecanismo de seu emprego no discurso, assim como ainda, e sobretudo, a complexa relação língua/percepção/realidade face à práxis social.

Nessa complexa relação, o conhecimento das condições sócio-comunicativas em que os provérbios são instaurados revela-se indispensável para o processo de compreensão. Diante do predicado polissêmico da linguagem, ao provérbio, enquanto gênero textual, assimila-se mais um ponto de estabilidade voltado à significação. A partir dessa característica, o teor das palavras é apreendido segundo seu caráter metafórico, e não no sentido habitual em que são mobilizadas. Acerca desse ponto de estabilidade, Cohen (1991, p. 120) exemplifica:

Por exemplo no provérbio “Uma andorinha não faz verão” não podemos nos ater apenas ao significado da palavra andorinha (pássaro) ou à palavra verão (estação do ano) ou ainda a simples observação dessa realidade (...). Podemos tomar o elemento andorinha como um representante (metáfora) daquilo que simboliza a liberdade e a beleza como também o verão que simboliza o calor e o amor. Neste contexto o provérbio tomado como um todo permite uma identificação ao indivíduo que o escuta (no nível subjetivo) induzindo-o a uma resignificação da realidade humana.

Como se vê, não basta atentar ao contexto linguístico para compreender um provérbio. É necessário identificar as relações metafóricas que permeiam a linguagem, relações estas vinculadas a aspectos sócio-culturais em que se apresenta. O acesso a informações das condições de reenunciação evidencia a necessidade de se reclamar a presença de um provérbio, revelando possíveis motivações para estabilizar atividades sócio-comunicativas. Desse jeito, a efeito de ser identificada a resignificação da realidade humana, uma das formas de se alcançar esse plano de análise é recorrer ao simbólico, por ser um dos pontos de percepção sócio-cultural, principalmente pela forma estereotipada a partir da qual o provérbio é gerado, bem como mobilizado, num complexo panorama de enunciação.

Diante dessa complexidade, com o locutor inacessível, disperso em tempo e espaço, o alocutário fica impedido de se estabelecer como um sujeito subjetivo na enunciação (cf.

ROCHA, 1995)¹². É nesse ponto que se pode avaliar a propriedade de o provérbio se caracterizar como um argumento de autoridade, vez que a alternância entre locutor/alocutário fica comprometida. É nesse ponto também que se pode compreender a presença da reenunciação do provérbio em diversos contextos sócio-comunicativos nos quais a persuasão é uma meta. A exemplo, segundo Cohen (1991, p. 23), os provérbios “foram sempre usados pelos poetas e pelos mestres da religião, para fixar nas multidões princípios fundamentais.” Ainda sobre essa propriedade argumentativa, Rocha (1995, p. 82) salienta:

Esta é uma das razões pelas quais o provérbio constitui um discurso de autoridade, ou um discurso autoritário: não apenas ele provém de uma sabedoria anônima incontestada, mas impõe-se pela força ao impedir a reciprocidade característica do intercâmbio lingüístico.

Em meio a essa perspectiva, o locutor não é visto como enunciador, por retomar o discurso de um enunciador anônimo, que não pode ser acessado. Devido a isso, o locutor passa a ser um reenunciador. Quanto ao alocutário, com o uso do provérbio, a relação estabelecida é impessoal, mesmo quando, em alguns casos, o provérbio se apresente em primeira ou em segunda pessoa. Com a impossibilidade de o sujeito subjetivo se dirigir efetivamente ao sujeito não subjetivo no trânsito lingüístico entre o EU e o TU, a utilização dessas pessoas dá-se à margem desse processo, visto que o discurso, na verdade, é reproduzido por um reenunciador. Diante desse cenário reenunciativo do provérbio, Rocha (1995, p. 83) esclarece que o uso da primeira e da segunda pessoa “é raro, marginal e, além do mais, metalingüístico”.

Com a apresentação dessas observações oriundas de pesquisas paremiológicas, de fato se identificam elementos suficientes para o desenvolvimento da construção do cenário de transmutação do gênero fabular. De posse desses resultados, passa-se, pois, a relacioná-los a aspectos presentes nas fábulas, de modo que se possa compreender sua constituição, mediante a perspectiva sócio-comunicativa de gênero.

¹² A referência acerca do sujeito subjetivo é feita, pois a pesquisa de Rocha (1995) se vale, entre outros aportes teóricos, da teoria da enunciação de Benveniste. A inicial ausência de aprofundamento dessa teoria se dá por conta de sua presença mais adiante, visto que sua descrição é também relevante para uma rápida abordagem de estudos enunciativos. Tal importância se explica diante da necessidade de se esboçar um breve contexto das pesquisas concernentes a esse assunto com vistas a justificar a emergência da perspectiva ducrotiana para a análise do *corpus*.

1.2.2 A fábula: por uma perspectiva de constituição

Quando se busca um ponto de estabilidade da fábula, no que concerne a sua estrutura, logo vem à tona a posição segundo a qual a fábula se caracteriza como um gênero narrativo curto. Na realidade, de certo a fábula carrega em si o aspecto narrativo, que se justifica pelo provável alargamento imprimido ao provérbio no processo de transmutação. Essa peculiaridade corrobora com a posição anteriormente apreciada em Claret (cf. 2004, p. 12), para quem a fábula se caracteriza por ser uma narrativa de caráter alegórico¹³. É dessa maneira que se estabelece uma ancoragem no provérbio, revelando um primeiro aspecto do processo bakhtiniano de transmutação genérica. Diante dessas questões, torna-se compreensível como, no processo de alargamento, o provérbio serve de base para a constituição da fábula, introduzindo um primeiro aspecto estabilizador: a narrativa.

Entretanto, a brevidade que estabiliza o provérbio, apesar de permear muitas fábulas, não é concebida como um item intrínseco a tal gênero, já que, se de uma forma, nem todos os gêneros curtos são fabulares, de outra nem todas as fábulas são curtas. Como se pôde perceber, a clássica obra de Orwell (2007) é considerada uma verdadeira fábula, apesar de se estender por mais de cem páginas. Por isso, a brevidade surge como um elemento de estabilidade do provérbio que, no processo de transmutação, passa a reduzir esse teor no fabular.

O aspecto alegórico anteriormente sinalizado também se instaura como outro ponto de estabilidade do gênero em questão. Antes mesmo de ser apreciada, a leitura da fábula já reclama, como requisito prévio, uma perspicácia do leitor no sentido de identificar o caráter heterogêneo das palavras, direcionando-o às condições sócio-comunicativas em que é mobilizada. Dessa forma, percebe-se que os sentidos não podem ser quaisquer, mas aqueles que tenham uma relação com o contexto de interação verbal. Cohen (cf. 1991, p. 120) descreve essa propriedade, salientando o caráter simbólico que pode ser percebido no plano da heterogeneidade, o que, de fato, retrata a postura de uma determinada sociedade em relação ao elemento simbolizado pelas palavras. É assim que mostra como na fábula há possibilidade de promover uma resignificação da realidade humana.

Esse aspecto alegórico se justifica pelo jogo metafórico que, ao se deslizar do provérbio no processo de transmutação, passa a integrar o gênero fabular, tornando-se um

¹³ A alegoria, nesse caso, remete principalmente ao fato de que comumente são vistos animais como protagonistas, mas também se estende à ideia de que o teor da narrativa não encerra uma história mobilizada pelo sentido usual das palavras no contexto ficcional, mas sinaliza para outras questões de caráter sócio-político.

ponto de estabilidade. Assim como no provérbio, os personagens ganham necessariamente um valor semântico que os transcende, estendendo-se invariavelmente aos próprios cenários da narrativa. Por isso, para se compreender uma fábula, faz-se necessário relacionar sua história ao contexto sócio-político em que se insere. Como, nesse caso, a fábula remete a tal contexto sem necessariamente explicitá-lo, apenas sugeri-lo, por vezes é mobilizada em circunstâncias nas quais o regime político é autoritário, antidemocrático. Isso possibilita que as críticas ao governo se propaguem, minorando as consequências, dada a impossibilidade de asseverar a intenção de quem a mobiliza meramente pelas marcas linguísticas que compõem o texto, devido ao caráter atemporal e de reenunção.

Com a configuração da narrativa alegórica, verifica-se a instauração da moral, presente no gênero fabular. A moralidade resgata a propriedade de instituir representações de condições da existência humana, presentes também em provérbios, evidenciando características da realidade sócio-política, da relação do homem com o Estado no meio social em que se instaura. Sobre esse aspecto sócio-político do qual se reveste a fábula, impondo-se como um elemento estabilizante desse gênero, Macêdo (2003, p. 213) salienta:

Ao partirmos da premissa de que sociedades históricas têm como característica fundamental a desigualdade entre os homens, trazemos à tona a problemática do poder exercido entre integrantes da sociedade ou exercido pelo Estado sobre uma comunidade. E podemos encontrar esta experiência de vida expressa em um gênero de narrativa, a fábula.

A partir daí, pode-se identificar o caráter coletivo, social, político que recobre a fábula. Além disso, apesar de se tratar de um gênero cuja característica estabilizante – diferente do provérbio, que é uma frase ritmada – é inclusive a presença da narrativa, o teor proveniente da moral que permeia toda a história pode ser resumida em uma frase, explicitando, dessa maneira, o *epimítio*. A propriedade de a referente narrativa poder se converter em uma frase com as características do provérbio evidencia a relação dos dois gêneros, remetendo-a ao processo de transmutação.

Outra marca já analisada é a de estar implicado em um processo de reenunção, visto que deve ser enunciado a partir de sua forma fixa. Quando isso não ocorre, no momento em que termos são substituídos, o provérbio pode não vir a ser reconhecido ou validado (o que interfere em sua propriedade argumentativa), ou, no caso das expressões metafóricas abordadas, o aspecto semântico pode sofrer alterações. No caso das fábulas, essa característica perde a rigidez, afinal, uma mesma fábula pode ser contada ou traduzida de diversas maneiras, alterando-se palavras que a compõem, sem necessariamente ter tamanha influência no teor do

caráter moralizante. Autoriza-se, pois, o processo de reconstrução das fábulas. Como se trata de reconstruir narrativas, estas não necessariamente tendem a se distanciar de sua linha semântica. Uma hipótese para a perpetuação de fábulas ao longo do tempo, mesmo na modalidade oral, pode estar justamente nessa propriedade reconstrutiva. Esse pode ser um indício da presença desse gênero nas mais diversas sociedades e da vasta quantidade de fábulas que continuam a fazer parte dos mais variados contextos sócio-comunicativos.

É preciso atentar para parte desse indício, que remete ao valor argumentativo, presente também nos provérbios. No processo de transmutação, apesar da fixidez do provérbio não se tornar um componente estabilizante da fábula, o valor de sabedoria incontestada, dispersa em tempo e espaço, também passa a integrar o gênero fabular, caracterizando-o, a exemplo do provérbio, como um discurso de autoridade. A presença da narrativa que se inicia ou pressupõe a presença da expressão “Era uma vez”, conforme sinaliza Barros (2007, p.61), “prende a história no tempo imaginário da fantasia”, no qual tudo é possível, o que, de certa forma, limita a reciprocidade do intercâmbio linguístico. Também remete a um discurso passado, retomado em outras circunstâncias, e que conserva, por isso, no próprio gênero, um valor de verdade atemporal, validando-o como um discurso de autoridade.

Com a presença do *epimitio*, instaura-se um efeito de reiteração dos valores passíveis de serem identificados na fábula (cf. CASCUDO, 1983, p. 684), acentuando o valor argumentativo. Assim, além da narrativa que mobiliza uma moral, tal valor pode ainda ser reduzido a uma frase com características do provérbio. Daí se identifica a propriedade pedagógica do gênero fabular, bem como sua utilização em eventos sócio-comunicativos em que se busca inculcar certos valores nos interlocutores.

Postas essas informações acerca da constituição do gênero fabular, torna-se relevante atentar a como os itens que lhe são inerentes passam a estabilizar as relações sócio-comunicativas. Para isso, aqui se recorre a uma breve apreciação de fábulas tidas por canônicas, no sentido de identificar os elementos essenciais desse gênero, bem como os contingenciais, mas que podem ocorrer com certa frequência.

1.2.3 Aspectos da constituição genérica nos cânones

Como se pôde observar, diante o plano de análise do qual se parte para identificar o processo de constituição da fábula, torna-se contraditório conceber um indivíduo como criador de qualquer gênero. Isso afasta a teoria de “pai da fábula” comumente atribuída a

Esopo, para buscar respostas acerca de sua constituição segundo uma postura dialógica, alicerçada pela noção sócio-comunicativa de gênero.

Apesar de não se partir da possível produção de Esopo para demarcar a constituição da fábula, já que está sendo abordada mediante relações genéricas pautadas nos estudos bakhtinianos, o contexto de comunicação em que se inserem os textos esópicos deve ao menos receber atenção. Isso porque tal perspectiva, juntamente com a de Fedro e a de La Fontaine, muitas vezes passa a influenciar tanto o surgimento de fábulas, como sua reinscrição em outros contextos. Por isso, alguns textos atribuídos aos referidos fabulistas recebem atenção especial, vez que remetem intertextual e interdiscursivamente a parte do *corpus*.

Para dar início a uma breve identificação de aspectos voltados ao gênero, reclama-se a presença da fábula esópica intitulada “A galinha de ovos de ouro”, texto (1), seguindo-se da observação de “O lobo e o cordeiro” e “O leão e o rato”, atribuídas respectivamente a Fedro e La Fontaine. A ordem escolhida para a apreciação dos textos se fundamenta no critério cronológico, possibilitando-se, assim, identificar as reestruturações genéricas ao longo do tempo. Dessa maneira, segue-se a fábula esópica selecionada:

A galinha de ovos de ouro

Um zeloso adorador de Hermes fora agraciado por este com uma galinha que punha ovos de ouro. O homem porém não se contentava com este ganho, que achava modesto. Crendo que ela tinha nas entranhas um monte de ouro, não hesitou em matá-la. E viu então que era igual às outras galinhas. Assim, pela ganância ficou privado até dos ovos, nos quais encontrava pequenos ganhos. Moral: Assim os gananciosos, que querem sempre mais, chegam a perder até o que possuem (ESOPO, 2004, p. 143-144).

Proceder uma apreciação, ainda que breve, de um determinado gênero textual implica, entre outros procedimentos, a necessidade de situar não só o ambiente sócio-discursivo em que se instaura, mas também as relações ideológicas que circulam no contexto de enunciação. Seguindo esse procedimento, torna-se relevante situar ao menos de onde Esopo se expressa, mesmo que sua existência seja considerada lendária. Desse modo, levanta-se uma das teses mais recorrentes: a de que teria nascido em Anatólia, por volta do século VI a.C. Na condição de escravo, devido ao seu bom-senso e por ser espirituoso, teria conquistado sua alforria e a admiração de muitos por onde passou, inclusive de reis.

Na Grécia, muito valor era dado aos grandes oradores, de modo que, àqueles impopulares que, em uma assembleia, não se calassem diante de clamores do público,

investia-se a força para serem retirados e até expulsos do recinto (cf. CARTLEDGE, 2009, p. 178). Nesse cenário, apresenta-se um fabulista que, além de passar pela condição de escravo, ainda era “representado como membro de um outro grupo social em severa desvantagem: os aleijados”. Diante dessas condições, ascender à posição de cidadão já seria um grande feito. Aliás, como salienta Cartledge (2009, p. 178), essa possibilidade de fato existia: “Naturalmente, os escravos não eram cidadãos. Mas em tese não havia uma barreira absoluta para que um escravo do sexo masculino se tornasse cidadão”. No entanto, diante de sua astúcia, aliada à proficiência que tinha de contar histórias, alcançou conquistas maiores. Em outras palavras, por saber utilizar o gênero textual, mobilizando-o de forma eloquente, ganhou notoriedade e admiração.

Ao se pontuar o tempo e o espaço em que Esopo possivelmente viveu, bem como sua situação social, geram-se importantes reflexos para a observação, que vão desde a fundamentação das remissões feitas acerca da esfera social devido ao lugar de onde se coloca, à imagem que se faz de Esopo pelo conhecimento de sua história (mesmo que lendária), imagem esta responsável pela instauração de determinados efeitos de sentido. Deve-se perceber que, com a sinalização de tais circunstâncias, não se está considerando o psiquismo individual como fator responsável pela linguagem, muito menos pela criação de gêneros. Na realidade, o que se tem é a apresentação de relações sócio-ideológicas às quais estão submetidos os sujeitos no processo dialógico e que se encontram em âmbito interindividual.

Pensando-se, então, no referido contexto grego, em que há precariedade não só de gêneros na modalidade escrita, mas também de indivíduos capacitados a acessá-los, verifica-se a necessidade da mobilização de textos simples e concisos o bastante para serem internalizados, recordados e reproduzidos. Mesmo em sua condição de escravo, conseguia se destacar devido à propriedade que tinha de estabilizar eventos comunicativos com suas fábulas, munindo-se da propriedade alegórica, aliada à brevidade que é constante nesse gênero – apesar de não ser propriamente um elemento estabilizante.

De forma a chamar a atenção e, ao mesmo tempo, incutir certa propriedade à fábula, observa-se uma remissão à mitologia grega, com a presença de Hermes¹⁴, que agraciou um de seus adoradores com uma galinha que punha ovos de ouro. Aos que tinham ao menos simpatia pelo deus mensageiro, diante de tal contexto não seria difícil propiciar uma identificação com a narrativa, já que os deuses sempre fizeram parte da crença do povo grego. Aí se observa uma estratégia de recorrer a imagens com as quais o público pode se

¹⁴ “Filho de Zeus e da ninfa Naia; deus mensageiro, capaz de se deslocar e servir de intermediário entre as esferas humana e divina” (CARTLEDGE, 2009, p. 503).

assimilar, possível pela utilização desse gênero textual, com vistas a reter a atenção dos ouvintes.

Além disso, a fábula apresentada por Esopo também servia a um propósito pedagógico, propagando certos valores à sociedade. Nesse contexto, percebe-se o funcionamento de mais um componente do processo de transmutação, que é o valor de verdade, mobilizado, nesse caso, a favor do ensino de aspectos morais. Com efeito, uma vez que a ganância é tida, desde aquela época, como um defeito do caráter humano e, como tal, geradora de consequências nefastas, a fábula servia para consubstanciar essa posição, funcionando como um elemento persuasivo, diante do qual a consciência deveria se refletir na prática. Constituíam-se, assim, uma forma de alerta aos que nutriam o sentimento de ganância, guinando-os ao comportamento oposto, conseqüentemente, ao da virtude.

O *epimitio* mobiliza o valor moralizante da fábula, como meio de ratificar o alerta contido no texto, explicitando as consequências provenientes da ganância. Dessa maneira, aqueles que fossem gananciosos, corriam o risco de perder tudo, evidenciando um efeito contrário ao que a postura gananciosa vislumbra. Em lugar de adquirir muito mais do que se tem, pode-se perder tudo aquilo que foi conquistado.

As fábulas atribuídas a Esopo comumente inspiraram outros fabulistas, dos quais um em especial se destaca. Trata-se de Caio Júlio Fedro, difusor desse gênero no século I da Era Cristã em Roma. Inclinado a investir contra a tirania e a opressão comumente vistas no contexto sócio-político romano, Fedro mobilizou o gênero fabular para ironizar o aludido ambiente, como também para delatar a opressão e a tirania daqueles que detinham o poder, como retrata na fábula (2), “O lobo e o cordeiro”:

Por sede ardente impelidos,
 O feroz Lobo e o Cordeiro
 Tinham vindo saciar-se
 Na corrente de um ribeiro:
 Água arriba aquele estava,
 Longe – abaixo este ficava.
 Súbito, as fauces inchando,
 O quadrúpede voraz
 Busca de rixa um pretexto
 E assim prorrompe falaz:
 - “Por que turvas revolvendo
 Est’água que estou bebendo?”
 Contesta o manso Cordeiro:
 - “Como, ó Lobo, ser assim,
 Se a clara linfa que sorvo
 Corre de ti para mim?”
 Desta verdade a evidência,

Susta do bruto a inclemência.
 - “Há seis meses murmuraste
 De mim”, replica o insofrido.
 - “Não pode ser, porque ainda
 Eu não havia nascido.”
 - “Que importa!? Se és inocente,
 Foi teu pai o maldizente.
 E cervical, inexorável,
 Sem que a inocência lhe importe,
 Contra o mísero arremete,
 Lacera-o, ‘té dar-lhe a morte.

- Nesta fábula o retrato
 Se exhibe dos prepotentes
 Que com frívolos pretextos
 Oprimem os inocentes. (FEDRO, 2001, p. 40-41)

Na ocasião em que Fedro apresentou essa fábula, Roma estava passando por um conturbado momento histórico, em que o regime político vinha sendo exercido de forma autoritária. Esse integrou uma das épocas mais opressivas. A análise sócio-histórica do referido período feita por Macêdo (2003, p. 216) comprova o fato de Fedro ter vivido “durante o império de Augusto, de Tibério, estendendo-se aos de Calígula e Cláudio – época de despotismo, intrigas, delações, perseguições, principalmente *a partir de Tibério*”. Naquele momento, imperava substancialmente o abuso de poder que oprimia e escravizava os romanos, como se observa no relato de Gibbon (1989, p. 88):

O sombrio e implacável Tibério, o furioso Calígula, o débio Cláudio, o depravado e cruel Nero, o bestial Vitélio, e o tímido, desumano Domiciano estão condenados à perene ignomínia. (...) Sob o reinado de tais monstros, a escravidão dos romanos se fazia acompanhar de duas circunstâncias peculiares, uma ocasionada pela sua antiga liberdade, a outra por suas extensas conquistas, que lhes tornavam a situação ainda mais desgraçada que a das vítimas de tirania em qualquer outra época e país. Destas causas decorriam: I. a delicada sensibilidade dos sofredores; e II. A impossibilidade de escapar das mãos do opressor. (GIBBON, 1989, p. 88)

Fedro, além de não escapar de ser escravizado, ainda serviu de presente ao imperador Augusto que, por admiração à inteligência e engenhosidade do até então escravo, lhe concedeu, tempos depois, a liberdade (cf. MACÊDO, 2003, p. 217). Apesar disso, não ficou imune às sanções ditatoriais que lhe foram impostas devido aos referidos predicados utilizados na composição de fábulas que, sob a égide da figurativização¹⁵ da realidade, desferiam críticas à sociedade. A presente fábula também serve para exemplificar a forma a

¹⁵ Termo utilizado na semiótica.

partir da qual buscava chamar a atenção para as atitudes despóticas da época, como se vê na análise de Macêdo (2003, p. 217): “No império de Tibério, Sejano, seu assessor, em represália a fábulas com as quais se sentiu atingido, perseguiu o fabulista, o acusou e condenou com *fictis causis* (falsos pretextos), expressão usada por Fedro na fábula O lobo e o cordeiro”.

Apesar de não se dirigirem diretamente a Sejano, as fábulas remetiam, por meio de figuras, ao contexto da época, o que criava uma estreita relação entre a “estória” e a “história”. A atitude de censurar os textos de Fedro acentua mais a propriedade argumentativa da fábula, evidenciando seu valor de verdade atemporal, vez que alude a um saber perdido no tempo e no espaço, a exemplo do provérbio, corroborando com a perspectiva da transmutação do gênero. Aos que se encontravam na mesma situação que a do fabulista, a assimilação da fábula ao conturbado cenário sócio-político ficava muito mais evidente. Em “O lobo e o cordeiro”, instaura-se a relação antagônica entre aqueles que não prejudicavam ninguém, e os que oprimiam, mediante falsos pretextos, remetendo a um ambiente em que a justiça revelava-se como um atributo raro, sem, no entanto, se dirigir explicitamente aos opressores ou ao lugar real em que se instaurava a tirania.

Como forma de acionar posições metafóricas no jogo ideológico no qual se imiscui a linguagem segundo a relação dialógica, no texto apresentam-se formas estereotipadas que reclamam o simbólico. No ambiente alegórico, o lobo, em seu aspecto negativo, é visto como símbolo de selvageria, remetendo, também, ao mundo subterrâneo, já que, na mitologia, Hades, o deus dos mortos, utilizava a pele do lobo como manto. O cordeiro, por sua vez, apresenta-se como símbolo de inocência, de mansidão (cf. LEXICON, 1990, p. 65 e 126). A partir do momento em que os signos passam a ser introduzidos no contexto enunciativo, revestem-se naturalmente de caráter ideológico, o que explica o teor simbólico na relação lobo X cordeiro. Com isso, percebe-se que, por si só, o teor simbólico, materializado nas figuras presentes na fábula, já denuncia uma relação de opressão, na qual se colocavam o bem e o mal, a pureza e a opressão que, na fábula, sinalizam mais ainda a opressão existente no cenário figurativo¹⁶. Assim, diante dos acontecimentos da época, passava-se facilmente a relacionar a fábula ao contexto social e político em questão.

Através das fábulas, portanto, era possível desencadear e estabilizar a comunicação com os romanos, evitando consequências mais graves que a censura, visto que a crítica, desferida por meio do gênero fabular, não se fazia de forma explícita. Dessa maneira, os órgãos de poder eram criticados de forma velada, revelando-se, assim, a pertinência da

¹⁶ Termo da semiótica.

mobilização do gênero fabular para esse tipo de comunicação, diante das condições sócio-políticas brevemente assinaladas.

Para completar a breve observação de aspectos de fábulas canônicas, segue-se a tradução do texto (3), apresentado por Fontaine (2005, p. 65 – 67) – fabulista francês nascido no século XVII, época em que se deu o reinado de Louis XIV –, intitulado “O leão e o rato”:

Saiu da toca aturdido
Daninho pequeno rato,
E foi cair insensato
Entre as garras de um leão.

Eis o monarca das feras
Lhe concedeu liberdade,
Ou por ter dele piedade,
Ou por não ter fome então.

Mas essa beneficência
Foi bem paga, e quem diria
Que o rei das feras teria
De um vil rato precisão!
Pois que uma vez indo entrando
Por uma selva frondosa,
Caiu em rede enganosa
Sem conhecer a traição.

Rugidos, esforços, tudo
Balda sem poder fugir-lhe;
Mas vem o rato acudir-lhe
E entra a roer-lhe a prisão.
Rompe com seus finos dentes
Primeira e segunda malha;
E tanto depois trabalha,
Que as mais também rotas são.

O seu benfeitor liberta,
Uma dívida pagando,
E assim à gente ensinando
De ser grata à obrigação.
Também mostra aos insofridos,
Que o trabalho com paciência
Faz mais que a força, a imprudência
Dos que em fúria sempre estão.

Nessa fábula identifica-se sua composição em versos, como também ocorre na anterior. Apesar de não ser uma estrutura estabilizante, não há descaracterização enquanto gênero devido à inserção das estrofes. Na verdade, nas formas de estabilização comunicativa, possibilita-se a presença de elementos flexíveis, responsáveis pela inovação genérica. Nesse caso, trata-se de um processo conhecido como intertextualidade intergêneros (cf.

MARCUSCHI, 2007, p. 31), a partir do qual a flexibilidade genérica proporciona a ocorrência de uma estratégia de produção que se caracteriza pelo imbricamento de aspectos relacionados a outros gêneros em um específico. Nesse processo, um gênero se constitui a partir da integração de elementos funcionais com formais de outro(s), possível por conta da plasticidade que lhe é inerente.

No caso da fábula de La Fontaine, a estrutura a partir da qual se compõe é de poema, o que atesta a sua composição híbrida. Nesse processo de hibridização, no qual se dá uma mescla entre a forma e a função, o reconhecimento genérico deve considerar não simplesmente a forma, mas as propriedades sócio-comunicativas. Nesse caso, apesar de se ter a forma de poema, a função comunicativa identificada é a de apresentar preceitos morais a partir de uma figurativização¹⁷, reclamando-se, dessa forma, a presença do jogo metafórico para a compreensão de tais preceitos. Portanto, as propriedades funcionais propiciam o reconhecimento do gênero fabular, mas também não deixam de assinalar a presença da intertextualidade intergêneros diante do reconhecimento do processo de hibridização no material observado.

Ao se pensar no contexto da época, vê-se que, a exemplo do mundo rural na França, a escrita impressa chegou especialmente no século XVI, época em que as fábulas de Esopo eram constantemente apreciadas. Mesmo com a existência de uma “massa flutuante (...) analfabeta” (DAVIS, 1990, p. 160), aliando-se a isso a precariedade na alfabetização, os textos impressos passavam a fazer parte da vida das pessoas das formas mais inusitadas, como se percebe no relato que se segue:

(...) em Cambrai, uma tecelã de linho explica a seus juizes o papel do livro em sua vida: “Fui levada ao conhecimento dos Evangelhos por ... meu vizinho, que tinha uma Bíblia impressa em Lyon e que me ensinou a *recitar*¹⁸ os salmos... Nós costumávamos caminhar pelos campos aos domingos e dias de festa, conversando sobre as Escrituras e os abusos dos padres”.

O pronunciamento do Evangelho mediante a declamação, prática efetuada constantemente por poetas, evidencia a propriedade dessa técnica para a memorização. Nesse contexto, a reinscrição de fábulas por meio do processo de hibridização facilitava a assimilação dos textos. Dessa maneira, podiam ser propagados pela sociedade, mesmo diante

¹⁷ Termo da semiótica.

¹⁸ Grifo nosso.

de um considerável grau de analfabetismo, proporcionando-se, portanto, posteriores discussões acerca do caráter moralizante mobilizado pelo aludido gênero.

Com efeito, diante do reconhecimento genérico, autoriza-se a busca por elementos próprios da fábula, auxiliando-se, assim, o processo de compreensão textual. Mediante essa perspectiva, percebe-se que, mais uma vez, se instauram formas estereotipadas que reclamam o simbólico. No jogo metafórico, não é difícil relacionar o leão com o rei dos animais e, como tal, com o próprio rei, no caso, Louis XIV. Observe-se que o leão, na fábula, é qualificado como “monarca”, remetendo, por meio do caráter ideológico de que se reveste o signo linguístico, ao soberano de uma nação na qual se tem esse regime político. Nessa condição, tem autoridade para conceder ou não a liberdade àquele que não detém poder, a um “vil rato” que, no caso, representa a plebe, classe social de menor destaque sócio-econômico.

Dessa forma, a fábula se volta para a relação de poder entre classes de níveis opostos no regime monárquico, em que o rei possui tamanho poder a ponto de conceder ou não o direito à vida. Esse contexto denuncia o sistema absolutista que até então se implantava na França, a partir do qual o rei tinha plenos poderes para legislar. Nesse contexto, ironicamente se observa a instauração da beneficência, já que a caridade pode ser fruto da falta de apetite do leão. Alude-se, aí, ao período de opulência vivido pela corte em contraste com a precariedade e a fome que assolavam a maior parte do país. No entanto, por conceder a liberdade ao rato, a atitude do leão recebe reconhecimento e retorno, já que, com muita paciência, o rato consegue livrar o leão das malhas da rede que o aprisionam.

Diante desse universo fabular, encerram-se ao menos duas lições: a primeira, a de que o exercício da gratidão pode ter consequências benéficas a quem se dispõe ser caridoso com o próximo; a outra revela a importância do trabalho feito com paciência. Esses dois pontos de moralidade são respectivamente reconhecidos nos provérbios “Ao agradecido, mais vale o pedido” (VICTORIA, s.d., p. 84) e “Devagar se vai ao longe” (*idem*, p. 104), corroborando, assim, para a evidência da relação de ancoragem, presente no processo de transmutação.

1.3 ASPECTOS CONTEXTUAIS DAS FÁBULAS MILLORIANAS

Na observação das fábulas canônicas abordadas anteriormente, segundo a perspectiva do gênero fabular, atesta-se a presença de um elemento imprescindível para sua observação: a instauração de aspectos contextuais. Esses aspectos podem ser postos em dois planos de complementaridade. O primeiro remete às peculiaridades do fabulista, enquanto o outro, às impressões sociais relacionadas à própria fábula.

Sobre o primeiro aspecto, as referentes peculiaridades englobam não somente questões específicas a respeito da vida do fabulista, mas também circunstâncias sócio-históricas da época. Esses dois elementos – a saber, o individual e o social – tornam-se inseparáveis, visto que as condições sócio-históricas de um dado período fornecem uma base ideológica, materializada na língua(gem), que passa a fazer parte da vida do indivíduo. Ao analisar o discurso, Orlandi (2003, p. 35) faz a seguinte consideração: “Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo”. No plano dialógico, similarmente, o sujeito passa a ter uma relação participativa no jogo da linguagem – e não de dominância –, tornando-se um componente no jogo dialógico em que se estabelece uma profusão de planos significativos diante do valor ideológico que recobre a linguagem. Dessa maneira, como o processo dialógico é interindividual, neste o sujeito necessariamente passa a estar vinculado ao exterior, ao social.

Com relação ao segundo aspecto, a projeção que o Outro faz da linguagem demarca pontos interpretativos que sinalizam para efeitos de sentido possíveis diante da heterogeneidade de posições ideológicas no ambiente social. É aí que se instaura a discussão acerca daquilo que se busca transmitir e do que realmente se torna relevante em termos de significação. No ponto de vista dialógico, em detrimento do subjetivismo idealista, já que o sujeito não é dono da linguagem, mas mobiliza relações sócio-ideológicas por meio desta, a perspectiva do Outro passa a ter relevância. Isso porque a carga semântica das palavras tem uma ancoragem no espaço social, tornando-as polissêmicas por natureza. Dessa forma, as imagens externas projetadas sobre um texto, ainda que destoem de outras posições, podem encontrar ancoragens em relações sócio-históricas que validem sua pertinência.

Em uma análise que tem por princípio considerar efeito(s) de sentido, não se deve prescindir da observação, mesmo que breve, desses aspectos complementares. Por isso, segue-se uma sintética verificação acerca de elementos individuais da trajetória de Millôr Fernandes, articulados a condições sócio-históricas para a constituição do *corpus* escolhido, além de serem demarcadas algumas posições voltadas às imagens do Outro com relação à obra milloriana.

Entretanto, antes de situar as condições sócio-históricas da constituição de fábulas millorianas, é preciso apresentar alguns aspectos da vida de Millôr Fernandes. Para isso, nada como se iniciar a partir da construção de imagens que o próprio autor faz, em uma versão bem humorada, de sua própria trajetória:

Nasci pequeno e cresci aos poucos. Primeiro me fizeram os meios e, depois, as pontas. Só muito tarde cheguei aos extremos. Cabeça, tronco e membros, eis tudo. (...) Nasci no Méier, aos nove anos de idade, aonde é que já ouvi isso?(...) Estudei na Escola Enes de Souza, no Méier, onde, depois, fundei a Universidade do mesmo nome. Mas meus cursos maiores são de rua, (e uma ou outra estrada), com seus currículos vitais de malandragem e medo. (...) Aos dez anos de idade vendi meu primeiro desenho pra jornal e me tornei alvo da admiração geral (minha mãe e minha avó). Aos quinze já era famoso em várias partes do mundo, todas elas no Brasil. (...) Venho, em linha reta, de espanhóis e Italianos. Dos espanhóis herdei a natural tentação do bravado, que já me levou a procurar colorir a vida com outras cores. (...) Dos italianos que, tradicionalmente, dão para engraxates ou artistas, eu consegui conciliar as duas qualidades, emprestando um brilho novo ao humor nativo. (...) Sou crente, pois creio firmemente na descrença. (...) Apesar da escola, sou basicamente, um autodidata. Tudo o que não sei sempre ignorei sozinho. Nunca ninguém me ensinou a pensar, a escrever ou a desenhar, coisa que se percebe facilmente, examinando qualquer dos meus trabalhos. A esta altura da vida, além de descendente e vivo, sou, também, antepassado. (...) Em suma: um humorista nato. Muita gente, eu sei, preferiria que eu fosse um humorista morto, mas isso virá a seu tempo. Eles não perdem por esperar. (FERNANDES, 1997, p.10 – 11).

Millôr Fernandes, como ele próprio revelou, nasceu no Meyer, no Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1924. Sua inclinação para a arte surge aos dez anos, com a publicação de um desenho para *O Jornal*, o qual lhe rendeu a quantia de 10 mil réis. No decorrer de sua vida, atuou como escritor, produzindo fábulas, roteiros de filme, letras de música, peças, artigos para revistas e jornais, traduzindo e adaptando textos, além de se projetar também como caricaturista.

Nesse processo criativo, trabalhou em vários meios midiáticos, como em *O jornal*, *Pif-Paf*, *O Cruzeiro*, *Veja*, *Isto É*, *Diário da Noite*, *Tribuna da Imprensa*, *Correio da Manhã*, tornando-se um prestigiado jornalista por conta de sua proficiência comunicativa. Essa jornada pelos principais veículos de imprensa do Brasil sinaliza para sua qualidade como jornalista, resultado da propriedade com a qual redige. O escritor e jornalista Zuenir Ventura (2003, p. 25) assim demarca a potencialidade da obra de Millôr Fernandes que o guia a um reconhecido lugar na intelectualidade brasileira, evidenciando parte da imagem que o público faz do autor:

(...) poucos escritores em língua portuguesa exploraram como ele o potencial sintático e semântico das palavras – os trocadilhos, o jogo, a polissemia, a brincadeira vocabular – colocando esses recursos a serviço de um humor que consegue fazer rir e pensar ao mesmo tempo

Durante essa trajetória, ainda traduziu mais de 70 textos de idiomas como inglês, italiano, francês, alemão, para o português. Além de sua comprovada versatilidade linguística, essa marca lhe proporcionou o título de mais produtivo tradutor brasileiro (cf. BETTI, 2003, p. 126). Contudo, seu trabalho como tradutor não só se destaca pela quantidade assinalada, nem devido exclusivamente à versatilidade descrita, mas principalmente pela qualidade de suas traduções. Nestas, percebe-se a busca, mesmo com relação aos clássicos, por uma linguagem menos erudita, que se aproxima do viés coloquial, demarcando a propriedade comunicativa das traduções. Isso demonstra, entre outras peculiaridades, um conhecimento profícuo das manobras linguísticas mobilizado no processo de tradução, aliado à criatividade para tornar a linguagem mais fluida e acessível. A busca pela fluidez na linguagem atesta a imagem que faz do público leitor de suas obras, ao qual permite um contato com os clássicos pela acessibilidade que proporciona.

Além disso, também escreveu e produziu suas próprias peças, nas quais se vale de diferentes estratégias teatrais, sinalizando uma heterogeneidade que não raro desperta admiração de público e crítica. Desse modo, suas obras apresentam desde marcas da comédia clássica, até aspectos do drama, munindo-se, por vezes, de multiplicidade de recursos, tais como a mobilização de interlúdios, encadeamento de motivos, elementos paródicos (cf. LIMA, 2003). Essa miscelânea de elementos demarca a singularidade das peças millorianas (característica presente em outros gêneros com os quais lida), sinalizando mais uma vez sua versatilidade.

A pluralidade que lhe é característica o fez enveredar no universo musical, no qual compôs letras de música, principalmente para peças. Imprimindo por vezes um tom diferente do habitual ao ritmo e à métrica, fez parcerias consagradas. Dessas, destacam-se suas composições com Carlos Lyra (2003, p. 23), para quem “Millôr mostrou-se um letrista fantástico: ele é diferente, por exemplo, do Vinicius, do Ronaldo Bôscoli, meus parceiros. Ele mostra o humor, a parte teatral e a parte dramática também – outro aspecto muito rico das suas letras”. Ao tratar do viés de compositor de Millôr Fernandes, Carlos Lyra (2003, p. 22) o representa como “um dos intelectuais brasileiros mais importantes”, cujo destaque se dá inclusive pela “lucidez política” que sempre nutriu (*idem*, p. 23), demarcando, assim, mais uma das imagens que o público faz do escritor em questão.

No percurso de sua vida profissional, junto a outras características já descritas, sempre teve como particularidade (talvez a mais marcante) o teor humorístico que imprimia em suas obras. Na visão de Saliba (2003, p. 95), “a obra de Millôr Fernandes, imensa e vasta, constitui uma autêntica síntese de quase todas as modalidades do humorismo brasileiro”.

Como intelectual, propôs-se aliar o humor à reflexão. Sobre isso, vale a pena compreender, pela perspectiva do escritor Luis Fernando Veríssimo (2003, p. 26-27), essa proposta intercambial:

Foi com o desenho que Millôr deu o passo que o transformaria de um cara muito engraçado, e todos concordavam que era o mais engraçado do Brasil, em outra coisa. Ele já era diferente, já fazia um humor inteligente e informado como nenhum outro, e desenhos como nenhum outro, mas ninguém ainda se deparara com a filosofia de uma piada do Millôr posta, por assim dizer, na frente da piada, com um desafio a ser vencido antes de se merecer a piada. E um dia o Millôr encheu suas duas páginas com um desenho só, uma amarga reflexão sobre a nossa espécie e sua calhordice (...) e exigiu que enfrentássemos a filosofia antes de procurar a piada. Que reconhecêssemos que o pensamento por trás do humor também era um pensamento sobre a sina humana e que ali estava mais do que um piadista nos dizendo isto. Ele mesmo (...) sabia para que plano estava subindo, mas seus leitores tiveram que se adaptar. Lembro que passei a esperar cada novo “Pif-Paf” antecipando não apenas as delícias de sempre, que eram “geniais” de uma maneira que todos poderiam concordar, mas as coisas desafiadoramente, às vezes obscuramente, geniais. O Millôr se transformara no melhor pensador do Brasil.

A imagem de humorista inteligente, que reclama um desafio do leitor para identificar a filosofia no ambiente opaco da linguagem, se reflete também nas produções fabulares millorianas. Nas reinvenções de fábulas canônicas ou na composição de textos em que não há essa intertextualidade específica, o desafio está lançado. Entretanto, para se ter uma chance de vencê-lo, torna-se fundamental compreender, mesmo que brevemente, o contexto sócio-histórico em que as fábulas foram produzidas. Como as escolhidas para compor o *corpus* de análise estão publicadas na obra *Fábulas fabulosas*, de 1963, deve-se lançar um olhar não somente sobre o período em questão para identificar certas condições contextuais para sua constituição, mas também sobre a década anterior, vez que determina, mediante seus reflexos, posições sócio-discursivas futuras.

Apesar de, em 1963, ainda não ter sido outorgada a ditadura militar, os reflexos dela provenientes já se instauravam na sociedade. O próprio Millôr Fernandes (2003, p. 33) afirma ter sido alvo de censura ainda no governo de Juscelino Kubitschek. Antes disso, já apresenta sua veia anarquista, explicitando sua imagem de opositor ao governo, que descreve deste modo:

(...) se uma pessoa estava no governo, eu ficava contra. Isso em qualquer época. Em plena ditadura Vargas, escrevi assim: “Getúlio é maior que José Maria Vargas Vila (um escritor colombiano, muito popular naquele tempo),

porque é um Vargas Vilão”. Acho que já era um pouco anarquista, pela minha própria formação.

No período no qual as fábulas em questão foram publicadas, o Brasil passava por um momento de intenso rebuliço social, em que a censura, apesar de não instituída formalmente, já agia contra os opositores do governo. E a repressão a Millôr Fernandes na gestão de Juscelino Kubitschek é apenas um exemplo entre tantos. Diante do engajamento político de muitos opositores ao governo em torno das décadas de 50 e 60 do século XX, à própria ação de governar seguia-se a necessidade de censurar, como expressa o próprio Millôr Fernandes (2003, p. 33): “JK censurou Hélio Fernandes, censurou Carlos Lacerda e a mim ocasionalmente. Naquela época, ou ele censurava, ou não governava”.

Junto à repressão, outras manifestações sócio-políticas passaram a interferir nas bases da sociedade da época. Prova disso se deu com a reivindicação do público feminino à igualdade de direitos – sejam estes políticos, sexuais, trabalhistas, de educação –, o que culminou, na década de 1960, na emergência de levantes feministas (cf. ROHMANN, 2000, p. 157). A intervenção do movimento feminista no lugar ocupado pelo homem em um ambiente patriarcal gerou uma série de atritos. Neste, quem detinha o poder de direcionar a família era o marido, de acordo com as leis da natureza, de Deus e do Estado (cf. BASSANEZI, 2008, p. 626).

Um dos fatores que contribuiu para as conquistas da mulher, principalmente no âmbito profissional, foi o aumento no grau de instrução. Bassanezi (2008, p. 625) apresenta alguns números que ratificam a evolução do público feminino nos níveis de escolaridade:

O desenvolvimento econômico da década de cinquenta também aumentou os níveis de escolaridade feminina. No ensino elementar e no médio, o número de mulheres já estava próximo ao dos homens. A proporção de homens para mulheres com curso superior, que em 1950 era de 8,6 para 1, baixou, em 1960, para 5,6.

O aumento da escolaridade do público feminino proporcionou o surgimento de novas oportunidades para a mulher. Dessa maneira, de acordo com os estudos de Bassanezi (cf. 2008, p. 624), com seu ingresso no mercado de trabalho, houve uma mudança de *status* social. Essa ascensão, além de proporcionar cada vez mais conquistas para o público feminino, também gerou uma série de preconceitos, já que, tida essencialmente como dona de casa, estaria renegando seu papel de mulher, seu dever de esposa, o lugar que naturalmente lhe pertencia. Por sua vez, esse posicionamento serviu constantemente para justificar a existência

de lares infelizes e arruinados, projetando-se, assim, uma relação de causa e efeito sobre essa mudança.

Como se não bastasse o referente embate de classes, outro fator também marcou esse conturbado período na sociedade brasileira: a aceleração do desenvolvimento industrial. Com o pós-guerra, o Brasil entrou em um processo de urbanização diante da possibilidade de ascensão financeira nas grandes metrópoles. Devido à expansão industrial, os centros urbanos passaram a abarcar populações rurais atraídas pelas oportunidades de melhorar a condição de vida, o que refletiu na estrutura da sociedade (cf. RODRIGUES, 1994, p. 31). Com isso, vários movimentos sociais passaram a se incomodar com o regime capitalista e a reivindicar direitos trabalhistas, gerando, dessa maneira, uma série de levantes grevistas.

Diante da expansão das grandes cidades, juntamente com o desenvolvimento econômico propulsionado pelo processo de industrialização, os meios de comunicação de massa passam a exercer um papel relevante na sociedade moderna: o de não só informar, mas também de construir a realidade (cf. GUARESCHI, 1991, p. 16). Dentre as áreas a partir das quais são desenvolvidos materiais para serem disseminados pelos *media*, pode-se imprimir lugar de destaque à publicitária. A justificativa pode ser encontrada na declaração de Carvalho (2010, p. 10), a partir da influência que tal área tem nas mudanças sociais:

O papel da publicidade, vista aqui em termos gerais, como sinônimo de propaganda, é tão importante na sociedade atual, ocidentalizada e industrializada, que ela pode ser considerada a mola mestra das mudanças verificadas nas diversas esferas do comportamento e da mentalidade dos usuários/receptores.

O que se vê, portanto, é a propriedade da comunicação no meio social, exercendo influência direta no ambiente de progresso econômico no qual, perante o desenvolvimento industrial, se torna necessário comunicar para se fazer existir. E a comunicação, nesse caso, acompanha as necessidades da época, propagando-se por meio de gêneros próprios para a comunicação em massa, surgidos com os avanços tecnológicos. Diante disso, quem detém o direito de se fazer ouvir, detém o poder de dominação, como salienta Guareschi (1991, p.19):

A comunicação e a informação passam a ser alavancas poderosas para expressar e universalizar a própria vontade e os próprios interesses dos que detêm os Meios de Comunicação. O monopólio da propriedade privada da terra, os latifúndios, se prolongam no monopólio do poder político como dominação e passam a abranger, logicamente, o monopólio dos Meios de Comunicação Social, a serviço da dominação ideológica.

Alicerçado pelo processo de industrialização, o nacionalismo ganha força na década de 1950, tornando-se “a corrente de pensamento de maior influência” dessa época (RODRIGUES, 1994, p. 20). Isso porque, com a progressão sócio-econômica propulsionada pelo crescimento do setor industrial, esperava-se que uma cultura tipicamente nacional se desenvolvesse. Desse modo, aspirava-se a um país com autossuficiência econômica que pudesse prosperar com capitais nacionais, mediante a liderança burguesa.

Apesar da influência burguesa na perspectiva de desenvolvimento sócio-econômico, no conturbado ambiente de pós-guerra, percebe-se o crescimento da descrença de certos valores burgueses na Europa, que não tarda a ser conhecida não só no Brasil, mas no mundo inteiro (cf. PENHA, 2004). Essa descrença repercute por meio de um movimento filosófico denominado de existencialista, que tem como expoente o filósofo Jean-Paul Sartre.

Devido ao advento do existencialismo, instaura-se mais uma condição promotora de relações de conflito, consubstanciando, portanto, a presença de posições filosóficas no contexto sócio-histórico em questão. Com efeito, a instauração de perspectivas que remetem ao existencialismo reclama a presença do Outro como condição de sua própria existência. Salienta-se, pois, mais uma arena na qual “vozes” digladiam em um período já marcado pela instabilidade na própria sociedade, por conta dos diversos conflitos que a caracterizam.

É nesse cenário que as referentes fábulas ganham forma, passam a existir, como elemento significativo intrincado no contexto instável e, portanto, necessário para sua constituição. Necessário visto que surge não só como estrutura, mas inclusive como acontecimento social, histórico, político¹⁹. Com isso, a materialidade linguística se impõe segundo objeto de abordagem, mas imersa em uma rede de relações significativas, passíveis de serem observadas ao se levar em conta o exterior da língua, as implicações ideológicas que se materializam no jogo discursivo.

Dessa maneira, investigar seu(s) efeito(s) de sentido implica necessariamente se voltar à opacidade da linguagem, tomando-se por base o contexto apresentado. Este, por sua vez, mesmo sem explicitar aquilo que somente uma análise acurada pode revelar, já fornece pistas valiosas para se tornar, como reza Luis Fernando Veríssimo no que tange à obra milloriana, um desafio a ser vencido.

¹⁹ Daí a relevância para a mobilização do aporte teórico da AD na apreciação do *corpus*.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

As investigações acerca das palavras, apesar de terem reflexos recentes, principalmente no campo científico da linguagem, a tomar pelas postulações de Ferdinand de Saussure, remontam há séculos. Desde a Antiguidade Clássica, na abordagem filosófica presente em *Crátilo*, de Platão (cf. [427?-347? a.C.] 2010), percebe-se, no encadeamento de ideias entre Crátilo, Sócrates e Hermógenes, a materialização do pensamento de duas correntes distintas: a dos naturalistas e dos convencionalistas. Para estes, o sentido da palavra se dá por convenção, por acordo, enquanto aqueles julgam que o som e o significado se integram de forma natural.

No decorrer dessas discussões, a observação sobre significados e suas variações, especialmente pautadas no desenvolvimento da mentalidade pública, não passou despercebida. A peculiaridade de a palavra ser passível de apresentar variadas definições imprimiu, de maneira ainda incipiente, o predicado polissêmico à linguagem que, ligada ao contexto sócio-histórico no qual pode se instaurar, tem em si expandida a possibilidade de abarcar outros significados.

Se tal questão, por um lado, marca a dinamicidade e, conseqüentemente, o enriquecimento significativo da linguagem, de outro proporciona, pensando-se principalmente no terreno da linguística, uma heterogeneidade terminológica desencadeadora de equívocos, constantes nesse ambiente. Esses equívocos, por sua vez, incidem sobretudo nas posições conceituais que envolvem o sujeito, vez que, ao tomá-lo mediante o ponto de vista da literatura científica da linguagem, transcende as acepções habituais de termo da oração ou sujeito físico, comumente vistas tanto em compêndios e dicionários gerais, quanto em elucubrações linguístico-filosóficas.

E justamente quando se apresenta uma concepção de sujeito que não se assimila a nenhum desses conceitos, mas que parte da noção de indivíduo para chegar à ideia segundo a qual “todo indivíduo seja ‘sempre já-sujeito’” (PÊCHEUX, 1995, p.161), a dificuldade se torna evidente, principalmente aos que começam a palmilhar os caminhos muitas vezes movediços da AD, mas também aos que, por muito, refletem sobre sua constituição epistemológica. Encarar esse percalço e lidar com as contradições presentes no aporte teórico torna-se pré-requisito para compreender a constituição de seus elementos.

A proposta de analisar, em um primeiro momento, uma perspectiva que vise excluir resquícios do sujeito tomado em um posicionamento subjetivo, sobre o qual se delineia uma visão idealista, demanda, entre outras questões, a busca por critérios de materialidade que fundamentem a relevância da constituição de uma teoria não-subjetiva da subjetividade. Para isso, no entanto, outras concepções – como as de discurso, interdiscursividade, ideologia, condições de produção – passam a reclamar um tratamento que as inter-relacionem e, ao mesmo tempo, justifique a emergência de aspectos do quadro teórico da AD nesta Tese, tarefa fundamental para se propor um viés metodológico a partir do qual sejam fomentadas propostas de aplicação teórica.

Todavia, diferente do que possa parecer, é preciso que fique clara a não pretensão de fornecer uma diretriz exclusiva para o desenvolvimento de trabalhos nessa linha de pesquisa, e sim, esboçar, entre tantos outros, mais um gesto de leitura tanto sobre a referida teoria, quanto sobre sua prática.

2.1.1 Percepções iniciais

No instante em que se busca identificar as circunstâncias determinantes para a constituição da AD, nos anos 60 do século XX, torna-se incontornável a necessidade de se analisar a presença de movimentos filosóficos e científicos da época em questão, assim como territórios epistemológicos em que convergem. O que justifica esse ponto de partida é o fato de tais movimentos, no contexto em que a referente disciplina se insere, terem por predicado a propriedade norteadora das orientações da produção de conhecimento da época. Por esse caminho, conhecer as condições de ocorrência de uma disciplina significa estar a par das motivações e/ou determinações implicadas em sua existência.

Diante desse cenário, ao pensar a língua e o sujeito, Pêcheux direciona sua conceituação distante da pertinente ao subjetivismo idealista, para o qual a língua é tida como um produto da ação subjetiva. O sujeito, pelo plano idealista, surge como individual, seguindo uma tradição tida há muito como incontestada, que considera a unicidade do sujeito, ao analisar, segundo Bakhtin ([1929] 1988), o fundamento da língua tomando como base a criação individual, pautada na observação dos atos de fala. Para caracterizar essa orientação, remetendo ao estatuto da língua, Bakhtin ([1929] 1988, p. 72) o faz da seguinte maneira:

1. A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção (“energia”), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala.
2. As leis da criação lingüística são essencialmente as leis da psicologia individual.
3. A criação lingüística é uma criação significativa, análoga à criação artística.
4. A língua, enquanto produto acabado (“ergon”), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética) apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação lingüística, abstratamente construída pelos lingüistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado.

Para essa orientação, “o psiquismo individual constitui a fonte da língua” (BAKHTIN, [1929] 1988, p. 72), cabendo ao linguista a tarefa de estudar suas leis. O que se torna preponderante, por sua vez, é o ato individual da fala, que confere à língua um processo de evolução ininterrupta, possível pelas leis da psicologia individual. Estudá-las, portanto, seria, na presente perspectiva, a tarefa dos estudos lingüísticos, estando estes condicionados a lidar com seu objeto mediante uma orientação diacrônica, histórica, na qual prevalece o caráter instável e movente da linguagem cuja responsabilidade se imputa a essas leis.

Ao se compreender o ato individual como o interesse elementar dos estudos da linguagem, a dinâmica da evolução da língua volta-se aos movimentos estilísticos, o que confere ao sujeito um caráter fundamental na constituição do sentido. Dessa maneira, como as explicações sobre os fatos da língua tocam necessariamente em considerações psicológicas, o sujeito passa a se apresentar como criador das relações lingüísticas, sendo, portanto, a fonte significativa de sua realidade. Como criação artística, a língua significa mediante a orientação ideológica manifestada pelo sujeito, no ato interno da enunciação, que o caracteriza como psicológico na medida em que é a fonte de seu dizer.

Se, por um lado, o psiquismo individual marca o subjetivismo idealista, imprimindo um caráter idealista ao próprio sujeito, por outro, uma vez que é posto como fonte do sentido, nesse plano de observação a linguagem é concebida como produto da criação artístico-individual, o que pressupõe o efeito de sua transparência. Ao se vislumbrar a possibilidade de deduzir o espório ideológico do psiquismo individual, põe-se a considerar o monologismo enunciativo como ponto de partida, descartando a relação dialógica no desenvolvimento social da interação verbal (cf. BAKHTIN, [1929] 1988, p. 122).

Esse ponto de vista é criticado por Bakhtin ([1929] 1988, p. 121) para quem “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior”. Dessa maneira, defende a tese de que tal centro organizador se encontra no meio social, aspirando,

assim, a uma perspectiva dialógica da linguagem. A língua, nesse sentido, é o signo ideológico por excelência, cuja existência se fundamenta nas necessidades comunicativas presentes no meio social.

Em contrapartida, Bakhtin ([1929] 1988, p. 82-83) apresenta outras proposições que figuram como o oposto das salientadas no subjetivismo idealista, marcando o direcionamento assimilado pelo objetivismo abstrato:

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas lingüísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta.
2. As leis da língua são essencialmente leis lingüísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos lingüísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.
3. As ligações lingüísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos e outros). Não se encontra, na base dos fatos lingüísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.
4. Os atos individuais da fala constituem, do ponto de vista da língua; simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais da fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos a si.

Percebe-se, nessa orientação, a ausência da historicidade, salientada pelos estudos sincrônicos. A escola do objetivismo abstrato mais conhecida pelos linguistas realmente é a estruturalista, pautada nos fundamentos de Ferdinand de Saussure (cf. SAUSSURE, 2003), para quem o signo linguístico é composto pelo significante (imagem acústica) e significado (conceito), que são de ordem psíquica. Essa orientação sígnica é um dos pilares da guinada dos estudos sobre a linguagem, responsáveis pela atribuição do predicado de ciência modelo à linguística na área das ciências humanas.

A partir dessa orientação, estudos de semântica marcados pela tendência de apresentar os traços semânticos referentes aos léxicos começam a surgir na época. Esses estudos apresentam-se bastante limitados para Pêcheux que não vê possibilidade do método classificatório em outras realidades, como na das relações de classe. Sobre esse

posicionamento, desfere o seguinte comentário: “Gozado como a máquina de classificar de repente se enrola...” (PÊCHEUX, 1995, p. 31)²⁰.

Além disso, novamente se percebe, mediante a relação entre significante e significado, a evidência de transparência da linguagem, dada a tarefa de tentar estabelecer campos semânticos para as palavras, sem que estejam inseridas em um contexto mais amplo e sem considerar esferas de desenvolvimento textual mais complexas. Nessa prática, busca-se apresentar uma série de valores significativos aos léxicos, como se à palavra preexistissem traços significativos, o que vai de encontro aos princípios da AD, para a qual uma palavra não possui um sentido *a priori*, mas sim ao estabelecer relação a uma dada formação discursiva (FD)²¹.

Se na linguística estrutural, baseada nos fundamentos saussurianos, o signo é concebido mediante o vínculo existente entre significante e significado, compreendendo um envolvimento indissociável, na AD esse quadro sofre relevantes alterações em prol da constituição de uma perspectiva discursiva. Pêcheux recorre à releitura lacaniana sobre a teoria psicanalítica freudiana acerca das representações de coisa e palavra, para fundamentar a ruptura com esses preceitos saussurianos:

Ora, o que o desenvolvimento lacaniano da teoria psicanalítica nos ensina sobre esse ponto é que essa divisão se dá no elemento do Significante que não é, como tal, nem “representação de palavra” nem “representação de coisa”: diferentemente do signo que “representa alguma coisa para alguém” (...).

O significante, que não é o signo, e, como tal, não tem sentido, determina a constituição do signo e do sentido. Nessas condições, o sentido não poderia ser a “propriedade” da literalidade significante (que, nesse caso, seria invencivelmente reduzida ao signo); ele é o efeito de uma relação no elemento do Significante, na relação que J. Lacan designou como metáfora (PÊCHEUX, 1995, p. 262).

Diante do efeito metafórico do sentido, a AD se pauta no ideal de desvinculamento semântico²² do significante para o qual o sentido não se impõe de forma intrínseca, mas segundo determinações materiais, presentes em dadas FDs. É por conta do efeito metafórico

²⁰ Sobre esse aspecto, Michel Pêcheux desfere uma crítica aos trabalhos de semântica que propõem estabelecer componentes semânticos para demarcar os significados de cada vocábulo, no intuito de formalizar o estudo dos sentidos na linguística.

²¹ O conceito de FD recebe mais adiante uma abordagem apropriada para sua caracterização, juntamente com a noção de formação ideológica (doravante FI).

²² A utilização do termo “semântico” neste contexto não designa diretamente o sentido técnico de qualquer movimento teórico voltado à análise do significado da linguagem, mas se relaciona à sua concepção ordinária que remete ao teor significativo que a recobre. Da mesma maneira, é essa a perspectiva que demarca a atribuição dada ao termo em questão ao longo da Tese, salvo quando aludir propriamente a pesquisas de cunho científico. Nesse caso, o movimento a que se refere passa a ser devidamente explicitado.

que se pode afirmar que uma expressão, por exemplo, não possui um significado inerente, literal, o que faz da literalidade a impressão do sentido “já-lá” por conta da ilusão da transparência da linguagem que acomete o sujeito²³ (sendo este um acometimento estruturante e, por isso, necessário para a instauração de efeitos de sentido).

Assim, por um lado, Pêcheux questiona as ciências sociais pela transparência da linguagem, caracterizadora de uma noção de sujeito idealista, dono de seu dizer, que tem a linguagem como representação do seu pensamento. Por outro, interroga a linguística pela exclusão da historicidade, ocorrida devido à constituição de fundamentos pautados na imanência da língua, os quais, por sua vez, marcam os princípios do estruturalismo linguístico.

O deslocamento proveniente das inquietações pecheutianas proporciona, para a filosofia da linguagem, o estabelecimento de um projeto de leitura pautado em materialidades. A partir daí, concebem-se o sujeito e a linguagem de forma diferente das apresentadas nas duas orientações linguístico-filosóficas abordadas.

Nesse âmbito, o que se vê é um sujeito (que, em relação ao estruturalismo, é resgatado para compor os estudos da AD) emergindo sob o rótulo de “forma-sujeito”, vez que o elemento característico a ser considerado não é o da subjetividade (presente em visões pragmáticas da linguagem), e sim o sócio-histórico. Esse recorte o faz se assimilar a lugares sociais, posições ocupadas na arquitetura da sociedade, e não propriamente a um sujeito empírico.

Quanto à linguagem, essa passa a ser vista como lugar de materialização discursiva, demarcação que exclui a posição oriunda do subjetivismo idealista, assim como a do objetivismo abstrato. Isso porque, em relação àquele, não se trata de conceber a subjetividade como ponto de construção, e a este se resgata a historicidade, mas de um plano de análise não propriamente diacrônico, e sim sócio-discursivo²⁴.

Inevitavelmente ao se propor uma reflexão analítica, pautada nos elementos de constituição da AD, é instaurada, em um ambiente de retomadas, a inquietação de perspectivas cuja marca fundamental reside na coexistência de posicionamentos discursivos. É certo que determinadas vozes dialógicas tendem necessariamente a permanecer silenciadas, como meio de articulação da própria prática discursiva, a partir da qual as contradições

²³ O sujeito apresenta-se, exclusivamente neste trecho, não como forma-sujeito, compreendendo lugares sociais, e sim mediante a condição pragmática, como indivíduo que se põe diante da linguagem.

²⁴ Nos fundamentos da AD, a história não é vista de forma linear, e sim a partir da ideia de dispersão, considerando-se os conflitos de classe como fundamentais para a percepção das materialidades ideológicas que funcionam no processo interdiscursivo.

presentes são reguladas. Que não se conceba, diante disso, o silenciamento como mera ocultação de informações, e sim, considere-o enquanto agente estruturante. Isso atesta a condição de (aparente) estabilidade dos efeitos de sentido, possível graças ao encobrimento proveniente das relações de silenciamento que, segundo planos de materialidade, se tornam parte do jogo discursivo.

Como resultado desse encobrimento, é gerada uma ilusão referencial, que, nas presentes condições, autoriza a sensação de literalidade, de modo a simular, no interior do dizer, o efeito de sua evidência. Se, de uma forma, mediante tal manobra, se tem a impressão da transparência da linguagem (como se o sentido estivesse “já-lá”), de outra, forja-se sua origem, demarcando-a no espaço da subjetividade. Ao sujeito empírico, racional, cartesiano, é direcionado o atributo de fonte única do dizer que, utilizando-se da linguagem como elemento meramente instrumental, se põe a representar seu pensamento. Essa posição, presente na doutrina filosófica do subjetivismo idealista, é absorvida pela prática de fazer científico das ciências sociais, marcada por desconsiderar, como consequência da referente noção de sujeito e de linguagem, a autonomia relativa da língua. A transparência, portanto, faz supor que a linguagem, pela atribuição de um caráter exclusivamente instrumental, pode ser atravessada, encobrindo, assim, as relações opacas, responsáveis por instituir diferentes planos de leitura, bem como o lugar do equívoco. Com essas peculiaridades, o terreno das ciências sociais se constitui como um campo de interesse para a AD, principalmente enquanto espaço de “reformulação”.

Na confluência desses acontecimentos, assim como a prática existente nas ciências sociais, os fundamentos saussurianos responsáveis pela constituição do estruturalismo linguístico merecem destaque por, pelo menos, dois motivos. Primeiro, ambos forneceram elementos que se vinculam ao saber científico, constituindo-se como um conjunto manifesto de fundamentos a serem seguidos. Segundo, têm em si demarcadas bases de inquietações pecheutianas, responsáveis por elucubrações a respeito da validade a que se reportam os estudos científicos e, em consequência, pela constituição epistemológica de um campo de estudo que, alicerçado pelo entremeio, se regula em relações tensivas. Além disso, o estruturalismo linguístico, apreciado segundo a visão positivista da época, recebeu, como se pôde ver, o estatuto de ciência modelo no ambiente das ciências humanas, uma vez que foi direcionado ao âmbito do objetivismo abstrato. Por conta disso, a linguística se distancia dos anseios de investigação pautados em fundamentos individuais, concretos, presentes no contexto da fala (*parole*), para se debruçar sobre seu novo objeto de estudo: a língua (*langue*). Para Saussure (2003, p. 22), “com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o

que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental”.

O trabalho sistêmico, fincado em critérios objetivos, racionais, e naquilo que se tem como social e essencial, por conta de seus princípios, acaba excluindo, além da subjetividade (e com ela, o sujeito), também a história. Essa ruptura com o domínio histórico, responsável pela constituição de um ambiente propício para trabalhar o objeto da linguística numa condição sistêmica (presente no espaço sincrônico), se faz devido ao caráter racionalista, tido como campo incompatível com o domínio da própria história. Segundo Bakhtin ([1929] 1988, p. 88), as “idéias de Saussure são bem características do espírito racionalista [do objetivismo abstrato] (...) e para o qual a história é um domínio irracional que corrompe a pureza lógica do sistema lingüístico”. Diante disso, evidencia-se a autonomia relativa da linguagem que possibilita apreender as relações sistêmicas mediante uma série de regularidades, sem a interferência de fatores externos à língua, provenientes do contexto comunicativo e da história. Diante da conjuntura de constituição da linguística estrutural, Pêcheux (1995, p. 88) atribui a entrada dessa perspectiva no campo científico à sua inserção “no interior de um constante debate sobre a questão do sentido, sobre a melhor forma de banir de suas fronteiras a questão do sentido”. No movimento de conjunção e ruptura, proposto pela AD, vê-se a necessidade de se resgatar o que, pela ausência, lhe proporcionou o *status* de ciência piloto: as questões voltadas à semântica.

É justamente por esse ponto de vista, pautado em materialidades, que se tem a oportunidade de vislumbrar, em um projeto de não subjetividade, o estabelecimento de um plano de leitura menos intuitivo. Dessa maneira, não se trata, em um momento, de tentar identificar a intenção do sujeito pragmático (o que proporcionaria uma constante incerteza pautada ora na ausência da perspectiva desse sujeito, ora na veracidade de sua afirmação). Também, em outro, não cabe instituir a possibilidade de existência de quaisquer leituras, visto que devem estar ancoradas em materialidades discursivas, lugares de materialização ideológica, que se materializam na linguagem e se pautam em contextos sócio-históricos.

Por conta dessas condições, tanto as ciências sociais quanto a linguística são interrogadas nos estudos pecheutianos. Esses questionamentos se inscrevem fundamentalmente na constituição do quadro teórico da AD, que passa a contar com outras releituras, outros imbricamentos para fomentar os princípios norteadores de outra maneira de conceber a linguagem, o sujeito e a história. É nesse entremeio, nesse ambiente de inquietações e contradições que se constitui e se justifica o advento do objeto de estudo almejado pela AD: o discurso.

2.1.2 As condições de existência do discurso

Apesar dos questionamentos lançados por Pêcheux às ciências sociais pela transparência da linguagem e à linguística através de sua releitura acerca dos estudos de Saussure, a partir da qual a interroga pela exclusão do sujeito e da história, algumas lacunas teóricas reclamam outros lugares de produção de conhecimento para o desenvolvimento do quadro da AD. Dessa maneira, Pêcheux encontra as bases de seu projeto discursivo também nas releituras de Althusser e de Lacan, referentes respectivamente aos trabalhos de Marx e Freud.

A teoria marxista, atenta às relações de classe, passa a estabelecer indicações para a observação histórica que não se ocupam simplesmente em fornecer subsídios para interpretar o mundo, mas em identificar os mecanismos a partir dos quais as sociedades funcionam. Apesar de estar alicerçada em dois fundamentos – um filosófico (que compreende o materialismo dialético) e outro científico (com o materialismo histórico), o que é enfatizado na constituição da AD é justamente o científico²⁵. Este não se confunde com a prática histórica que analisa o homem no mundo através de pontos de vista sociológicos. O próprio termo “materialismo” já salienta um distanciamento em relação a essa prática, visto que vai de encontro a posicionamentos idealistas, como descreve Harnecker (1971, p. 16): “O termo materialismo, que Marx emprega para designar a nova ciência da História, tem por objetivo assinalar uma linha demarcatória entre as concepções idealistas anteriores e a nova concepção materialista, ou seja, científica da História”.

Dentre as relações conceituais vinculadas ao materialismo histórico, duas delas ocupam um lugar de destaque para a constituição do objeto de estudo da AD, a partir das quais se tem o resgate da questão histórica, abandonada pela linguística, mas abordada (como se pode notar) segundo um processo de “re-significação”. As discussões, então, colocam os níveis infra-estruturais e superestruturais em evidência, tomando-os como elementos para se pensar a ideologia e o discurso sob o prisma da materialidade. Como níveis sociais, a infra-estrutura (tida por Base ou estrutura sócio-econômica), segundo descreve Harnecker (1971, p. 91), se assemelha aos alicerces de um edifício, vez que determinam, em última instância, as instituições político-jurídicas e ideológicas (correspondentes à superestrutura). No entanto,

²⁵ Tal ênfase, na realidade, se constitui apenas como uma tentativa de sinalizar as relações materiais da proposta marxista implicadas na constituição dos elementos fundamentais da AD, de modo que a separação categórica entre uma perspectiva científica e os fundamentos filosóficos a que lhe são subjacentes impõe-se como tarefa inviável.

apesar de muitas vezes esses níveis se relacionarem, é o campo da superestrutura ideológica que mais interessará à AD. Diante disso, M. Pêcheux e C. Fuchs (1997, p. 165) esclarecem: “(...) colocaremos inicialmente que a região do materialismo histórico que nos diz respeito é a da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada”.

Ao investir nessa região superestrutural, Pêcheux abarca um nível da sociedade denso, já que não se pode incluir todas as circunstâncias não-econômicas no quadro da superestrutura. Dessa forma, para se pensar as relações de classe, econômicas e não econômicas, voltadas aos princípios do materialismo histórico, e assim vislumbrar uma nova forma de articular bases materiais para a ideologia, recorre-se aos trabalhos althusserianos sobre os Aparelhos Ideológicos e Estado (AIE) e Aparelhos Repressores de Estado (ARE). Althusser (2003, p. 70) define seus modos de funcionamento da seguinte maneira:

O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através da ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os “valores” por eles propostos. Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, Escola, as Igrejas “moldam” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. E assim a Família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para mencionar apenas ela) etc.

É na releitura de Althusser, mediante o que chamou de AIE, portanto, que a AD encontra as bases para compreender o funcionamento material da ideologia na sociedade. Diante disso, chega-se à concepção de formação ideológica (FI), representativa de lutas de classe no interior dos Aparelhos Ideológicos, em um determinado momento, que institui relações de embate, confronto. De acordo com Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166), “cada FI constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras”. Percebe-se, assim, que a instância ideológica, que não se vincula a aspectos universais nem individuais, mas regionais, apresenta-se, em sua materialidade, como FIs, as quais refletem as condições de reprodução/transformação, presentes nas lutas de classe.

Nesse levantamento conceitual, faz-se necessário acionar outra expressão para que se compreenda o jogo discursivo: a de FD. Compreendida como um dos componentes da FI, o conceito de FD provém da arqueologia foucaultiana. Permeando o desenvolvimento de enunciados, Foucault a concebe em um sistema de regularidades e de dispersão, diante das quais se descrevem os efeitos de sentido, estando os elementos das formações discursivas, diante do pensamento foucaultiano, submetidos a condições de existência:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2004, p. 43).

No quadro da AD, a concepção foucaultiana em questão é reavaliada, vinculando-se à noção de FI, sob forma de elemento desta, sendo a FI caracterizada por comportar “como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas”. Além disso, cabe às FD’s regular os dizeres, visto que determinam “o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 166). Diante dessa relação, compreende-se o modo com o qual o aspecto discursivo se relaciona às posições ideológicas como um de seus componentes, concebendo-as de maneira externa a concepções idealistas que as põem no campo das ideias. À ideologia, por meio dessa reflexão, atribui-se um caráter material, referente às relações de força que provêm das lutas de classe. O discurso, nesse sentido, também se apresenta mediante aspecto material, uma vez que, sendo componente da materialidade ideológica, demarca em si o lugar de materialização da ideologia.

A ideologia dissimula, em seu interior, através de evidências que fornece e que, por sua vez, proporcionam o reconhecimento dos diversos papéis sociais (de professor, de bombeiro, de polícia...), a materialidade do sentido (cf. PÊCHEUX, 1995). Esse efeito de reconhecimento e de dissimulação ocorre devido ao posicionamento idealista que reivindica o espaço (ilusório, porém estruturante) de transparência da linguagem. O efeito causado gera a impressão de correspondência preexistente na relação significante/significado, encobrendo as condições de produção do sentido. No entanto, como já se pôde observar, para a AD os significantes *per se* permanecem desprovidos de significado, até sua inscrição em uma dada FD, concebida como matriz do sentido. Por esse caminho, Pêcheux (1995, p. 161) denomina de processo discursivo “o sistema de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”. O que se

tem, portanto, é o funcionamento da paráfrase e da polissemia no processo discursivo, devido ao fato de que, por um lado, as mesmas palavras, ao se deslocarem para outra FD, mudam de sentido e, por outro, palavras distintas, em uma mesma FD, podem desempenhar o mesmo funcionamento significativo.

O reconhecimento da materialidade discursiva nas palavras evidencia o papel material da linguagem. A estrutura linguística (e aqui se tem uma das contribuições diretas da linguística para a AD) surge como condição para a observação do discurso, constituindo-se como o local de sua materialização. Essa dinâmica, então, autoriza as múltiplas leituras, possíveis por meio da compreensão do jogo discursivo, no qual se estabelece uma relação de dependência entre FDs. Para Pêcheux (1995, p. 162), “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”. Daí se extrai o conceito de interdiscurso, caracterizado, como sinaliza Malidier (2003, p. 51), por designar “o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição”. Esse “todo complexo com dominante”, apontado por Pêcheux, remete justamente ao interdiscurso, a partir do qual o funcionamento da ideologia se realiza sob a forma de interpelação do indivíduo em sujeito. É nesse ponto que a releitura de Lacan, em que é mobilizado o local de relação imaginária do sujeito com a realidade – o EGO –, converge com a de Althusser, auxiliando na constituição da forma-sujeito que compreende uma das bases da teoria não subjetiva proposta por Pêcheux.

Os elementos do interdiscurso – a saber, o pré-construído e a formulação – levam-no a ser pensado enquanto discurso-transverso. Diante deste, o pré-construído, “correspondente ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica” (PÊCHEUX, 1995, p. 164), é absorvido/esquecido no intradiscurso (tido como o eixo sintagmático do discurso-transverso) pela forma-sujeito. Isso leva a uma assimilação do interdiscurso ao plano constitutivo de sentido, uma vez que remete às FDs relacionadas a certas forças ideológicas, estabelecendo-se em meio aos discursos passados, que vêm “re-significar” no campo da formulação, i.e., do intradiscurso. É justamente pelo efeito ideológico de interpelação que a forma-sujeito absorve e esquece o interdiscurso no campo do intradiscurso, proporcionando o efeito do “já-dito”, assimilando-se à FD pela qual se encontra assujeitado.

Diante da forma-sujeito, deve-se também considerar seu papel social enquanto organizador de textos que contêm unidade e, portanto, se encontram passíveis de interpretação. É nesse ponto que se institui a função-autor, marcado pelas seguintes características:

A função autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim. Em outras palavras, ele se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social: o autor responde pelo que diz ou escreve pois é suposto estar em sua origem (ORLANDI, 2007, p. 69).

Esse breve apanhado das condições de existência do discurso justifica a necessidade de se pensar, tendo como base o aporte teórico da AD, o interdiscurso como local de relações de sentido. É, portanto, por tal caminho que este trabalho segue, em busca das relações que autorizam a ocorrência de determinadas leituras (múltiplas, por sinal), e não outras em seu lugar.

2.1.3 A noção estruturante de “esquecimento”

Como se pôde observar, compreender a noção de sujeito na AD e, dessa forma, alguns fundamentos de uma teoria não-subjetiva, de fato implica partir da ideia de indivíduo. Instituído-o como base para se chegar ao pretendido, ao utilizar a linguagem, local de materialização do discurso, o qual, por sua vez, tem em si materializada a ideologia, tornando-se sujeito do discurso, há necessidade, para sua própria configuração, de que esqueça do que o determina. Essa forma imaginária de sujeito se constitui pelo esquecimento, mas não no sentido de desconhecer algo de que se sabia, e sim sob a forma de apagamento. Para Pêcheux (1995, p.183), “o termo ‘esquecimento’ não está designando aqui a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de ‘perda de memória’, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito”. Esse esquecimento (ou acobertamento) pode se dar de duas formas.

Assim, o esquecimento tido como nº 2, caracterizado por se relacionar aos processos de enunciação, funciona pelo apagamento da noção parafrástica. Isso implica ter o dizer como passível de existir somente da forma em que foi apresentado. Na FD que o domina, cujo papel primordial é determinar o que pode ou deve ser dito, inscrevem-se famílias parafrásticas passíveis de serem instauradas. A FD é tida, nesse sentido, como o local de instauração do(s) sentido(s). Diferente de Saussure, para quem o significante é indissociável do significado, estando os dois necessariamente vinculados, um significante, para Pêcheux, não tem um significado prévio. O sentido será constituído em uma FD, tornando-a sua matriz. Seguindo essa dinâmica, viu-se anteriormente que, assim como uma palavra é passível de ter mais de

um significado (quando passa de uma FD para outra), várias palavras podem ter o mesmo sentido. Isso caracteriza o processo discursivo, o qual “passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1995, p.161).

O esquecimento nº. 2 marca uma zona pré-consciente ou consciente, na medida em que o sujeito pode reformular o que mobiliza, utilizando elementos das famílias parafrásticas. Sobre isso, Pêcheux e Fuchs (1975, p.177) salientam:

Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar ‘o que pensa’ e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº 2, que é a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente.

Em relação ao esquecimento nº. 1, este se refere à ilusão de o sujeito ser o dono de seu dizer. É preciso que haja o apagamento de que não é a origem do que diz, que não tem total domínio sobre aquilo que diz. Na medida em que é interpelado ideologicamente, é marcado por condições exteriores à linguagem, condições estas que se encontram no funcionamento discursivo e que existem, independentemente da vontade e/ou da intenção do sujeito físico. Dessa forma, percebe-se a relação da noção de sujeito com a exterioridade. Os efeitos de sentido não esperados por um sujeito físico, mas que se instauram mesmo assim, marcam sua impossibilidade de gerenciar o quadro de relações interdiscursivas presentes no funcionamento do dizer mobilizado, além de evidenciar a linguagem como um lugar de equívoco. Por ser interpelado ideologicamente, não é dono de seu dizer, não domina as relações de FDs, mas deve ter a ilusão de que é o dono total de seu discurso para que possa “agir”. Esse esquecimento é da ordem do inconsciente e da ideologia.

A partir daí, pensar o funcionamento discursivo significa identificar, ao mobilizar condições sócio-históricas e ideológicas como elementos fundamentais para a análise, de que maneira o dizer se instaura e apresenta determinados efeitos de sentido, e não outros. Isso faz refletir sobre como o discurso funciona, quais são as relações interdiscursivas que permanecem silenciadas no dizer, e não simplesmente o que é dito, vez que, comumente, o não-dito se torna muito mais ensurdecador.

Quando se toma o sujeito físico, consciente de seu dizer, que tenciona apresentar um determinado sentido, percebe-se a impossibilidade de identificar, com segurança, o que se quis dizer. Só é possível conhecer efetivamente o que se quer ou não dizer no momento em que se é o sujeito do mundo, físico, consciente do que sente ou almeja. Tal peculiaridade

corroborar para ratificar os questionamentos a respeito da prática escolar que, não raro, incumbia (e ainda o faz) o aluno de analisar determinados textos com o propósito de marcar o sentido que o autor intencionalmente veio a apresentar²⁶, estabelecendo a propriedade de a língua ser a representação do pensamento, silenciando, assim, suas relações mais complexas.

Com o deslocamento da noção de sujeito físico para o que se pode chamar de forma-sujeito, o do discurso da AD, tem-se a possibilidade de identificar não propriamente o que se quer dizer, mas sim, com base em materialidades, de que forma se é interpelado ideologicamente e qual a relação interdiscursiva que marca o funcionamento do dizer, fundamentando a existência de uma teoria não-subjetiva. O papel da interpelação é o de constituir o indivíduo em sujeito. Nesse sentido, considerando o assujeitamento chega-se às concepções de FIs e FDs, a partir das quais se torna possível evidenciar a posição de sentidos. É a partir daí que, no caso da palavra, se tem o estabelecimento do sentido de acordo com a relação existente entre uma dada FD, tida como um dos componentes de uma FI.

Diante desses levantamentos em torno do discurso e do sujeito, percebe-se que, nesse quadro, é na relação com as instâncias político-ideológicas que o sujeito se constitui como tal, interpelado ideologicamente e inserido na prática social, representando não mais um indivíduo em si, mobilizando, assim, a noção de lugar social. Essa relação, no entanto, para que autorize uma percepção proficiente dos efeitos de sentido, em suas diferentes manifestações, ainda carece de uma construção metodológica para o sujeito que possibilite conceber sua dispersão, tendo como ponto de apoio as marcas linguísticas. Para tanto, uma forma de viabilizar esse empreendimento metodológico pode se dar ao se conceber o terreno fecundo dos estudos semântico-polifônicos de Ducrot, os quais pressupõem adequação pelos princípios de que se afastam, nesse caso, a exemplo das elucubrações pecheutianas, assim como por distinções passíveis de serem propostas em um entremeio teórico, como se pode apreciar na sequência.

2.2 A PRAGMÁTICA SEMÂNTICA: POR UM SUJEITO POLIFÔNICO

O empreendimento polifônico de Ducrot, baseado no distanciamento relacionado ao sujeito físico, sujeito falante, ao vislumbrar a constituição de um arcabouço teórico que rejeita essa subjetividade e se pauta em posições voltadas ao enunciado, encontra no sujeito enquanto

²⁶ As condições da prática escolar diante da atividade de compreensão de texto são abordadas por Pêcheux (1997), para quem, diante de tais circunstâncias, “a ciência clássica da linguagem pretendia ser ao mesmo tempo *ciência da expressão* e *ciência dos meios desta expressão*, e o estudo gramatical e semântico era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto” (*ibid.*, p. 61).

ficção discursiva uma das bases para sua teoria polifônica. Alicerçado pelo contexto que vincula a significação à frase e o sentido ao enunciado, propõe o estabelecimento de um projeto de análise investigativo das imagens da enunciação que, por isso, o isenta de tratar do papel do autor, levando em consideração aspectos psicofisiológicos.

Tais características se assimilam, de uma forma, às críticas do projeto pecheutiano de teoria não subjetiva da subjetividade, por conta do distanciamento que promove em relação aos desejos e às intenções inerentes à faculdade psicológica do sujeito falante e, assim, à polifonia, que questiona a teoria de unicidade deste sujeito. Por outro lado, os projetos teóricos em questão desvinculam-se quanto à maneira com a qual instituem o objeto de estudo. Enquanto a AD vê no discurso e sua relação com a exterioridade o ponto-chave para se desenvolver, a teoria polifônica de Ducrot pauta-se na perspectiva do enunciado, considerando uma historicidade diferente da que se concebe no quadro da AD, por não ser tão abrangente, limitando-se às instruções dadas pela significação da frase.

Para fomentar uma série de justificativas que visa vincular a AD à teoria polifônica de Ducrot, promovendo um entremeio teórico, faz-se necessário administrar as contradições presentes em propostas de imbricamento. Mas antes, salientar os pontos que aproximam as propostas teóricas auxilia na tarefa de identificar as afinidades necessárias para essa concretização. Por isso, a análise das condições de desenvolvimento da pragmática semântica e, conseqüentemente, da teoria polifônica da enunciação se articula à AD por meio da crítica a partir da qual se possibilita contestar a teoria de unicidade do sujeito. A crítica em questão se ocupa em traçar estratégias que propõem um distanciamento da noção de subjetividade do sujeito falante, noção esta que marca relevantes estudos pautados na linguística da enunciação.

Para tanto, as considerações acerca de posicionamentos teóricos voltados à subjetividade nos estudos enunciativos buscam retratar certos aspectos considerados na leitura pecheutiana. A centralização da abordagem nessa perspectiva se deve à necessidade de relacionar os resultados da percepção que institui bases para a AD com trabalhos ducrotianos para, assim, identificar relações aproximativas na constituição desses dois aportes teóricos²⁷.

²⁷ A observação de determinadas correntes dos estudos enunciativos – aplicada no item 1.2.1 –, apesar de tentar seguir o ponto de vista de Michel Pêcheux, de forma alguma descarta outras possibilidades de leitura, até mesmo as que se distanciam dos resultados por ele obtidos. Contudo, sem negar a relevância de problematizar as circunstâncias que autorizam outros efeitos de sentido relacionados a diferentes leituras acerca de tais correntes (e isso leva a uma coerência metalinguística de análise), não se tem a pretensão, nesta Tese, de abordar os pontos dessa controvérsia, sob o risco de permitir um distanciamento dos propósitos aqui definidos.

2.2.1 A subjetividade em alguns caminhos da linguística da enunciação

As dicotomias saussurianas foram fundamentais para o desenvolvimento da linguística estrutural, por apresentarem fundamentos para sua constituição como ciência piloto, alicerçada pelas determinações da época. Se, de uma forma, os pressupostos que buscavam identificar na língua uma estrutura sistêmica, descrevendo seu modo de funcionamento lógico referente à percepção de uma consciência coletiva (e por isso, de caráter social, homogêneo) se tornaram base para orientações formalistas, de outra, as lacunas deixadas por esses estudos passaram a receber maior atenção.

Essa circunstância, em que tanto as asserções quanto as obliterações dos estudos saussurianos direcionam as pesquisas científicas contemporâneas sobre a linguagem, sustenta a afirmação de que as perspectivas linguísticas surgidas depois de Saussure são tributárias do mestre genebrino. Desse modo, além de auxiliar na constituição de abordagens cujo objeto é a estrutura sistemática da língua, também auxilia no desdobramento teórico de perspectivas que perseguem outras orientações de análise linguística, como as que se atêm ao discurso (a exemplo da AD), ou à enunciação. Quanto a estas, seu desenvolvimento pode ser marcado pela reinscrição de um elemento dicotômico: a fala.

Vários foram os linguistas que se propuseram a trilhar por esse caminho. Portanto, inúmeras são as maneiras de iniciar uma visualização acerca dos trabalhos que tomam como objeto de análise a enunciação. Porém, visto que Saussure é tido como o divisor de águas dos estudos linguísticos, é oportuno remeter a posições que dele se encontram mais próximas. Nesse sentido, tem-se como uma opção, no mínimo adequada, remeter à Escola de Genebra, especificamente a um linguista que, além de ser seu discípulo e o suceder na Universidade de Genebra, foi um dos organizadores da obra póstuma saussuriana *Cours de linguistique générale* (CLG), publicada em 1916: Charles Bally. Em detrimento de seu mentor, teve por predileção elaborar trabalhos voltados muito mais à fala do que à língua, formulando pensamentos relacionados à enunciação. No entanto, ao optar por tal caminho, nem por isso seus trabalhos rompem necessariamente com os anseios de Saussure, vez que a fala também o interessava e, não fosse por seu falecimento, deveria receber, por este, atenção em momentos futuros no curso ministrado aos seus alunos de linguística, como se pode perceber no prefácio do CLG, feito por Charles Bally, junto com Albert Sechehaye:

(...) esse “conjunto” é incompleto: o ensino do mestre jamais teve a pretensão de abordar todas as partes da Linguística, nem de projetar sobre

todas uma luz igualmente viva; materialmente, não o poderia fazer. (...) Não nos parece que essas lacunas prejudiquem a arquitetura geral. A ausência de uma “Linguística da fala” é mais sensível. Prometida aos ouvintes do terceiro curso, esse estudo teria sido, sem dúvida, lugar de honra dos seguintes (BALLY, C.; SECHEHAYE, 2003, p. 3-4).

Em seu empreendimento, vendo a linguagem como expressão de sentimentos, Bally põe-se a analisar os elementos afetivos, perceptíveis no ato enunciativo, os quais, sendo provenientes da natureza humana, inviabilizam tomar tal expressão estritamente pelo viés intelectual. Tanto a vida individual como social fornecem, nesse sentido, elementos indispensáveis para o funcionamento da linguagem, assim como para sua evolução. Por possuir uma função biológica e social, a linguagem encontra-se a serviço da vida de um modo geral, envolvendo todas as suas manifestações e sofrendo constantemente efeitos afetivos, os quais impregnam ideias por vezes aparentemente objetivas, o que atesta a importância de ser analisada no contexto real em que é produzida, em que é posta em funcionamento.

Seguindo essa proposta, Bally demarca seus estudos no campo da estilística, mas distante de ser assimilados aos de cunho prescritivo ou mesmo meramente literário. A estilística a que passa a se dedicar tem por característica ser descritiva e se desdobrar para além do domínio literário, abarcando, como se pode notar, as variadas manifestações da linguagem humana. Em sua estilística francesa, portanto, ao invés de fomentar procedimentos prescritivos para a utilização da linguagem, procura comparar elementos intelectuais do francês com os elementos afetivos da mesma língua, a partir de uma orientação sincrônica, absorvendo, em seus estudos, uma das orientações advindas das postulações de seu mentor:

Para mí, a tarea y misión de la estilística consiste en buscar cuáles son los tipos expresivos que en un período dado sirven para traducir los movimientos del pensamiento y del sentimiento de los hablantes, y en estudiar los efectos producidos espontáneamente en los oyentes por el empleo de esos tipos. (BALLY, 1941, p. 95)

O que se vê, primeiro, é uma estilística que se pauta na observação das formas de expressividade do falante, fato que autoriza a emersão de, pelo menos, duas questões: a primeira relaciona-se à escolha de partir de um elemento dicotômico saussuriano (a fala) que, por motivos já esclarecidos, não pôde ser explorado. Quanto à segunda, diz respeito à retomada de um elemento obliterado nas considerações de Saussure: o sujeito empírico. Este é retomado e tem seus efeitos subjetivos do pensamento analisados por meio da investigação da afetividade, que é justamente “la manifestación natural y espontánea de las formas subjetivas

de nuestro pensamiento” (BALLY, 1941, p. 123). Desse modo, Bally, compreendendo a linguagem como uma forma de ação e de expressão dos pensamentos, reclama a presença da subjetividade, por meio de um sujeito único que, dotado de sentimentos, se vale da linguagem enquanto instrumento para representar suas emoções.

No percurso das produções que fomentam o quadro da linguística da enunciação, as de Roman Jakobson também merecem um lugar de destaque. Em sua vasta produção, várias áreas de conhecimento como a literatura (com ênfase aos estudos da poética), a antropologia, os distúrbios da fala receberam importantes contribuições. No âmbito da linguística, por sua vez, vislumbrou um enriquecimento do estudo da linguagem, coadunando-o a outras áreas de conhecimento, a exemplo, a teoria matemática da comunicação e a teoria da informação. Nesse imbricamento teórico, no entanto, não deixa de lado os estudos antropológicos. Com o propósito maior de tomar o objeto de estudo em toda complexidade que o caracteriza, percebe a necessidade de que à linguística seja incorporado o desafio de abordar a questão das significações.

Dentre as considerações a respeito do rumo que a aludida análise vinha seguindo, lança um questionamento acerca da validade da dicotomia saussuriana que separa por completo a linguística sincrônica da diacrônica, na medida em que tais práticas de análise absorvem, respectivamente, o teor estático e o dinâmico. A sincronia, diante de seu pensamento, não pode ser concebida como estática, pois é possível haver coexistência de sistemas em uma mesma época, o que anula a imobilidade da língua. Além do que, por outro lado, compreender a dinâmica da mudança implica realizar análises sincrônicas, o que se explica ao se conceber, na prática analítica, a imprescindibilidade de conhecer, no eixo da história, as características dos sistemas linguísticos em diferentes momentos. Por esses motivos, critica a oposição radical dessas duas formas de análise, ratificando seu caráter integrador no âmbito da ciência.

Além dessas contribuições, Jakobson ainda se tornou conhecido como o linguista da comunicação, graças a seu interesse em identificar os fatores presentes em todo processo comunicativo de interação verbal. Partindo do pressuposto segundo o qual “a linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções” (JAKOBSON, 2008, p. 122), sistematiza um quadro em que define as funções da linguagem (a saber, a emotiva, a referencial, a poética, a fática, a metalinguística e a conativa), mas alerta para o fato de que dificilmente em uma mensagem exista só uma função. Apesar disso, vê a possibilidade de identificar a função que predomina. Para compor esse quadro, Jakobson (2008, p.122- 123) aponta a necessidade de se conhecer os fatores que constituem qualquer ato comunicativo, mesmo porque cada

função será determinada por um destes. Sobre a relação entre os fatores e sua função na atividade comunicativa, esclarece:

O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (...), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação. (JAKOBSON, 2008, p. 123)

Nesse quadro, cada elemento se identifica com uma determinada função da linguagem. Porém, o que chama a atenção sobre a subjetividade é o fato de a linguagem ser pensada de maneira instrumental, mediante uma série de instruções para que se dê a transmissão da comunicação. O que esse trânsito apresenta é a peculiaridade de um sujeito que, tomando a língua como instrumento de comunicação, codifica a mensagem e a transmite ao leitor/ouvinte que, em seu papel de decodificador, descortina a mensagem e a compreende. No esquema em questão, portanto, o remetente intenciona, no contexto de interlocução, apresentar uma mensagem para o destinatário que, por conhecer o código e recebê-lo por meio de um dado contato, se encontra habilitado a decodificar e depreender o conteúdo pretendido pelo remetente.

Mais uma vez, pois, a exemplo da leitura realizada sobre a estilística de Bally, configura-se um sujeito empírico, responsável por aquilo que diz, já que seu papel no ato comunicativo é o de codificar uma mensagem da qual é detentor para enviá-la a um destinatário. O sujeito físico, produtor único de seu dizer, que utiliza a língua como um instrumento para comunicar, novamente permeia os trabalhos da linguística da enunciação, solidificando-se cada vez mais no ambiente dos estudos linguísticos.

Ainda no campo da enunciação, atesta-se a presença da subjetividade sendo explorada nos escritos de Benveniste, nos quais é possível perceber, tomando-se por base o aparelho formal da enunciação, a elaboração feita sobre a natureza dos pronomes. Considerando tal categoria, procura definir as características dos pronomes “eu”, “tu” e “ele”, que apresentam certas particularidades. Desse modo, no “eu” atesta-se a presença da subjetividade, já que marca a posição daquele que enuncia. Por remeter ao “ego”, à pessoa implicada no ato discursivo individual, o “eu” tem, intrinsecamente, o predicado de transcendência em relação às outras pessoas. Essa qualidade se explica pelo fato de o locutor, mediante essa categoria

pronominal, estar apto a se apropriar da linguagem, o que lhe confere a qualidade particular de pessoa subjetiva.

Apesar de não ser caracterizado como uma pessoa subjetiva, e sim como não subjetiva, ao “tu” também é atribuída uma relevância que, se a este não se imprime a subjetividade, o faz indispensável na relação comunicativa, constituindo, junto com o “eu”, a condição para o diálogo. De certo, essas duas categorias apresentam uma unicidade que lhes é própria (o que não é passível de se ter com o “ele”), pois “o ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez únicos” (BENVENISTE, 2005, p. 253). De forma diferente, no caso do “ele”, tem-se a impossibilidade de determinar se há uma multiplicidade de sujeitos ou, por outro lado, nenhum implicado. Além de que lhe é imputada a condição de não pessoa, estando ausente do trânsito discursivo entre as formas linguísticas indicadoras de pessoas. Sobre a relação entre esses três elementos, Benveniste (2005, p. 255) salienta:

Quando saio de ‘mim’ para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um ‘tu’ que é, fora de mim, a única ‘pessoa imaginável’. Essas qualidades de interioridade e de transcendência pertencem particularmente ao ‘eu’ e se invertem em ‘tu’. Poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas ‘pessoas’ se oporão juntas à forma de ‘não-pessoa’ (= ‘ele’).

Em outro ponto, a relação de reciprocidade que as formas linguísticas apresentam também é de reversibilidade. Sendo assim, na instância discursiva em que, por meio do “eu”, se dá a designação do locutor como sujeito, no momento em que o “tu” que se instaura na relação de reciprocidade passa a enunciar, este se transmuta em pessoa subjetiva, invertendo os papéis no trânsito discursivo, inversão esta assim explicitada:

Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade – que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu. (BENVENISTE, 2005, p. 286)

A subjetividade, nesta perspectiva, tem como ponto primário de base para sua revelação os pronomes pessoais, na medida em que, na e por meio da linguagem, o homem torna-se sujeito. Essa condição é o ponto fundamental para a compreensão da subjetividade, a “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Essa capacidade pressupõe uma apropriação da língua, por parte do locutor, no processo de enunciação, momento em que, ao incorporar o “eu”, passa a enunciar como sujeito, o que o

coloca na condição de enunciador único do dizer, papel desempenhado por sua peculiaridade de ter em si demarcada a subjetividade. A língua, ao ser utilizada por um locutor, passa a não ser mais uma possibilidade, vinculando-se à instância do discurso no contexto de interlocução, como Benveniste (1989, p. 83-84) pontua:

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

A enunciação, ao pressupor a presença de uma pessoa que, mobilizando um ato individual de elocução, se constitui em locutor e, dessa maneira, revela a subjetividade na linguagem, demarca mais uma vez a presença da perspectiva da unicidade. Mais uma vez, o ideal do sujeito que escolhe, que toma decisões é preservado, revelando, em tal autonomia, a propriedade de ser produtor único do ato discursivo, revestido de subjetividade.

A assimilação com as tendências teóricas anteriormente apresentadas se evidencia no aspecto autônomo do sujeito. Se, na investigação da afetividade, Bally busca observar a manifestação da subjetividade no pensamento do sujeito, tomando a linguagem como ação e expressão de pensamentos, Jakobson vê a língua como um instrumento de comunicação de que, como tal, o sujeito se apropria para comunicar, transmitir informações. Já a construção benvenistiana da dinâmica polarizada do campo enunciativo revela sua articulação com uma tendência de subjetividade idealista que se concentra em apenas um dos pólos, proporcionando, nesse plano, o estabelecimento de uma relação “ego-cêntrica”.

Assim, tanto em Bally, quanto em Jakobson e Benveniste há a reprodução teórica daquilo que se pode chamar, diante da ótica de Pêcheux e Fuchs (1975, p. 175), de “ilusão necessária construtora do sujeito”, a partir da qual se enuncia mediante a ilusão da presença de escolhas e intenções. Para estes, essa é a dificuldade dos aportes teóricos citados, vez que o sujeito, na verdade, não pode ser o dono do dizer nem a origem daquilo que diz, mesmo que, para agir, necessite crer nessa ilusão (por isso, necessária). Portanto, os aludidos trabalhos da linguística da enunciação reproduzem o esquecimento que Pêcheux chama de nº 1, da ordem do inconsciente e da ideologia:

A dificuldade atual das teorias da enunciação reside no fato de que estas teorias refletem na maioria das vezes a ilusão necessária construtora do sujeito, isto é, que elas se contentam em reproduzir no nível teórico esta

ilusão do sujeito, através da idéia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções, decisões etc. na tradição de Bally, Jakobson, Benveniste (a “fala” não está longe!) (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, p. 175).

Se, ao ser analisada a crítica de Pêcheux e Fuchs, se percebe a rejeição por um sujeito único, que deve dar lugar a uma forma-sujeito de caráter disperso, aí também é estabelecido um vínculo com a perspectiva de Ducrot, fundamentada, como o próprio salienta, em uma pragmática semântica, instaurado por conta do distanciamento ao mesmo sujeito. No entanto, a proposta dessa semântica tem em si implicada uma orientação distinta da que marca o percurso constitutivo da AD. Essa orientação reclama a presença de um sujeito polifônico, com historicidade restrita, que vá de encontro à teoria da unicidade, perspectiva que marca posições teórico-enunciativas e tida há muito como incontestes²⁸.

2.2.2 Da unicidade à polifonia

Diante do ideal de unicidade do sujeito falante em que certos arcabouços da linguística da enunciação se apóiam, Ducrot passa a se dedicar a negar esse postulado tido como óbvio, lançando bases teóricas que sinalizem a existência de outra perspectiva que considere a multiplicidade de vozes²⁹. Para tanto, encontra apoio em pesquisas decorrentes da análise de textos literários que aparentemente indicavam a consolidação da posição tanto almejada: a da polifonia.

Desse termo, cunhado por Bakhtin, apropria-se Ducrot para definir sua teoria polifônica da enunciação que, apesar de considerar pressupostos bakhtinianos, se apresenta como uma extensão bastante livre destes (cf. DUCROT, 1987, p. 163). Afinal de contas, a polifonia analisada por Bakhtin está relacionada especificamente a romances de Dostoiévski, o que torna tal escritor “o criador do romance polifônico” (BAKHTIN, 2005, p. 5). Assim, “a multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de

²⁸ De fato, a aproximação da teoria polifônica com a AD parte, como se observa, de críticas a arcabouços anteriores que, baseando-se na enunciação, analisam o sujeito como um ser subjetivo e único, devido inclusive a sua propriedade psicofisiológica. Tanto a AD quanto a teoria polifônica propõem pensar a linguagem a partir da ideia de um sujeito que não se assimila diretamente com o subjetivo, e sim discursivo (apesar da instauração de concepções distintas sobre o discurso entre as teorias). Por meio deste ponto se autoriza forjar propostas teóricas que se aproximam do ideal de profusão de vozes em trechos enunciativos, no caso da polifonia, sem ter de se preocupar com a natureza da produção psicofisiológica do enunciado. Com extensão à AD, a polifonia é aqui articulada como proposta de fundamentar a heterogeneidade, propiciando uma abordagem metodológica que permite observar trechos enunciativos para, então, analisar vozes sócio-históricas que lhes são subjacentes. A estas se relacionam efeitos de sentido que, tendo na linguagem o espaço material para sua profusão, são instituídos não pela propriedade intuitiva do sujeito, mas por ancoragens discursivas.

²⁹ Essas vozes não dizem respeito a elementos sonoros relacionados à produção da fala, mas a perspectivas, pontos de vista de um sujeito discursivo, distinto do indivíduo que produz psicofisiologicamente o enunciado.

vozes plivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski” (BAKHTIN, 2005, p. 4).

A percepção bakhtiniana acerca da obra de Dostoiévski gera algumas constatações que, de certa maneira, afastam essa perspectiva polifônica da almejada por Ducrot. Nesse sentido, os estudos polifônicos até então se encontram centralizados na análise de textos literários, anulando o alcance da abordagem para outros gêneros textuais. Por outro lado, ao se conceber a polifonia como uma peculiaridade que singulariza os romances de Dostoiévski, sinaliza-se o caráter monolítico que, nesse caso, se torna regra na literatura. Além disso, na leitura de Ducrot (cf. 1987, p. 161) sobre a primeira abordagem acerca da polifonia, as várias vozes que eclodem na análise sobre os referidos romances estão presentes em textos, mais especificamente nas sequências de enunciados.

A necessidade de desdobrar essa perspectiva inicial se fundamenta na posição que Ducrot assume de não ver êxito da referente posição polifônica no sentido de contestar a teoria da unicidade do sujeito falante. Isso acontece devido ao fato de várias vozes permearem sequências de enunciados de um texto, e não de coexistirem necessariamente em apenas um enunciado. O alcance que a teoria polifônica da enunciação ambiciona também é maior do que os limites estabelecidos na análise de Bakhtin. Assim, o que se pretende é analisar a profusão de vozes em enunciados diversos, não apenas naqueles que constituem textos literários, muito menos que se restrinjam somente à poética de Dostoiévski. Na linguagem, em seus mais diversos domínios, deve ser passível de se observar a polifonia para que seja plausível, então, contestar, de forma geral, a teoria da unicidade do sujeito.

Inserindo a teoria polifônica da enunciação no interior da disciplina que intitula de pragmática semântica, Ducrot demarca o objetivo de seus estudos: observar, no contexto do enunciado, o que é feito pela fala, não mais o que se faz quando se fala. Esse deslocamento operado, o qual relega a investigação que considera as atividades psicofisiológicas a outro plano a favor de uma análise dos efeitos da fala no plano do enunciado, na medida em que se distancia de problemas psicológicos voltados ao sujeito falante, aproxima-se mais de questões propriamente linguísticas. No entanto, para dar conta da descrição dos efeitos da fala no enunciado, torna-se fundamental “descrever sistematicamente as imagens da enunciação que são veiculadas pelo enunciado” (DUCROT, 1987, p. 164). Para isso, tem-se como necessário demarcar as características que separam o enunciado da frase, além de apresentar suas considerações sobre a forma com a qual concebe a enunciação.

Na construção desse plano teórico, a frase é tida como uma criação da gramática, uma construção do linguista que não deve ser compreendida como um objeto observável, e sim

teórico a partir do qual se torna possível chegar ao enunciado. A frase, de característica abstrata, se manifesta a partir de diversos enunciados por ser subjacente a estes. O enunciado, por sua vez, tem por propriedade pertencer ao domínio do observável, no entanto, necessita da frase para ser analisado. Essa dependência se justifica por aquele ser “considerado como uma manifestação particular, uma ocorrência *hic et nunc*³⁰ de uma frase” (DUCROT, 1987, p. 164). Dessa maneira, ao se exprimir uma mesma construção linguística em momentos diferentes, manifestam-se diferentes enunciados, pois representam distintas entidades observáveis. Partindo-se desse ponto de vista, analisar um discurso significa descrever as entidades observáveis que o compõem, o que leva a definir o enunciado como “fragmento de discurso” (DUCROT, 1987, p. 166).

Considerar o enunciado como fragmento de discurso leva a conceber o discurso como uma sucessão de enunciados. Mas para analisar enunciados, é preciso observá-los no plano discursivo de modo a identificar seu limite dentre os outros enunciados. Dessa maneira, é preciso analisar a autonomia relativa que o falante julga possuir para segmentar o discurso. Cada enunciado, por tal perspectiva, representa uma escolha relativamente autônoma do sujeito falante, autonomia que se especifica na simultaneidade das noções de coesão e independência. Para que se tenha coesão, um termo deve ser escolhido não por si mesmo, mas para integrar certa sequência. Já a independência implica uma sequência ser escolhida independentemente da escolha de outras. Assim, em um trecho deve ser evidenciada uma coesão entre os elementos e sua independência em relação a outras sequências para que seja considerado um enunciado. Por outro lado, se uma só palavra for escolhida por si mesma, para expressar exclusivamente seu teor, impondo-se independentemente da presença de outros textos, então subjacente a esta pode ser reconhecido um enunciado.

Para completar esse primeiro momento de distinções, não se pode deixar de demarcar as peculiaridades definidoras da enunciação. Analisando-se as concepções passíveis de se instaurar quando a esta se remete, pelo menos duas designações chamam a atenção de Ducrot. A primeira é a que a concebe como produção de enunciado mediante atividades psicofisiológicas. Partir desse princípio implica considerar questões tanto psicológicas quanto fisiológicas relacionadas ao sujeito. Outra concepção se volta à produção do enunciado pelo sujeito falante, instaurando a noção de ato no contexto enunciativo. O que, porém, essas concepções, da forma com a qual são definidas, reclamam é uma análise voltada a identificar o que é feito e/ou como o é quando se fala, tarefa essa rejeitada por Ducrot em prol, como foi

³⁰ Quer dizer, “aqui e agora”.

descrito, de outro objetivo: identificar o que faz a fala no plano do enunciado, como é possível descrever as imagens da enunciação mobilizadas pelo enunciado.

Dar conta desse objetivo, no entanto, requer uma fundamentação satisfatória que explique o distanciamento dessas concepções e que, dessa maneira, justifique a necessidade de recorrer à construção de um plano teórico alheio às ideias de atividade psicofisiológica e de ação por parte do sujeito falante. Além disso, sugerir um novo posicionamento sobre a enunciação torna-se imprescindível nessas condições. Diante de tais necessidades, Ducrot (1987, p. 168) sinaliza uma terceira concepção, dessa vez, a que se assimila ao arcabouço de sua teoria polifônica, descrevendo a enunciação como o “acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado”, a “aparição momentânea” de “alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois”.

Essa definição propicia à pragmática semântica desconsiderar, no recorte em que opera, a responsabilidade de investigar questões referentes à atividade do sujeito falante no momento em que enuncia. A decisão de atribuir à enunciação o predicado de ser um acontecimento histórico de aparição do enunciado, em detrimento de considerá-la como o ato de um sujeito falante, é parte de uma organização teórica que objetiva justificar o silenciamento a respeito do autor do enunciado. Portanto, deve ser vista enquanto estratégia de construção teórica, já que há necessidade de propor “um conceito de enunciação que não encerre em si, desde o início, a noção de sujeito falante” (DUCROT, 1987, p. 169). É preciso compreender que não há, de forma alguma, a propensão de fomentar um conceito que atribua a origem do enunciado a uma aparição espontânea. Não se trata de desqualificar o processo de enunciação do sujeito falante, e sim se distanciar dessa questão por necessidade de instituir um recorte voltado a problemas linguísticos relacionados ao enunciado e, assim, propiciar condições teóricas para uma abordagem polifônica da linguagem.

Dentre os fatores que diferenciam a frase do enunciado, para compor essa parte da teoria polifônica, dois termos, a saber, o sentido e a significação, ganham relevo na caracterização semântica da primeira distinção. Tornando-se fundamentais nesse processo, tanto o sentido quanto a significação são designados de forma arbitrária. A conceituação aplicada nesses termos de caracterização semântica mostra-se bem particular, na medida em que não se fundamenta, da forma que se apresenta, em nenhum campo de conhecimento que lhe antecede. A relação estabelecida, em termos de caracterização semântica, entre os elementos da primeira distinção pode ser representada da seguinte forma: a frase está para a significação, assim como o enunciado está para o sentido. Compreender essa relação e, além

disso, demarcar as peculiaridades existentes no sentido e na significação necessita, antes, salientar as diferenças presentes em dois estatutos: no metodológico e no de natureza.

No estatuto metodológico, vincular o sentido ao enunciado acarreta o estabelecimento de uma relação no domínio do observável, de forma que analisar o sentido significa proceder uma identificação de interpretações possíveis. Essas interpretações não se apresentam segundo gestos intuitivos, mas através de hipóteses que constituem os fatos científicos, observáveis. As hipóteses tidas por explicativas, por sua vez, que pretendem dar conta do fato científico, se relacionam com a significação das frases. De acordo com Ducrot (1987, p. 170), a manobra metodológica tem procedência vez que enxerga uma possibilidade de “formular leis, de um lado para calcular a significação das frases a partir de sua estrutura léxico-gramatical, e de outro lado para prever, a partir desta significação, o sentido dos enunciados”. Dessa maneira, compreende-se que, mediante a significação das frases, é possível chegar ao sentido dos enunciados.

Sobre a diferença de natureza, tem-se rejeitada a equiparação do sentido do enunciado à significação da frase, acrescendo àquele elementos do contexto em que o discurso se constitui. Na teoria de Ducrot (1987, p. 170), a significação não deve ser concebida como “uma parte do sentido”. Na verdade, é tida como “um conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a esses enunciados”. Dessa forma, diante de uma frase que está subjacente a um enunciado, a significação da frase pode indicar a necessidade de analisar aspectos do contexto em que o locutor se apresenta, ou mesmo aspectos morfológicos nela presentes.

Na atividade de análise, percebe-se o vínculo existente entre a significação e o sentido, já que há uma interdependência sem a qual dificilmente seria possível descrever uma enunciação. Ao demarcar no sentido o território descritivo da enunciação, nele também se dá a propriedade indicativa relacionada à enunciação. Em outras palavras, o sentido adquire a característica de estabelecer uma série de indicações acerca da enunciação. No entanto, para que possa ser compreendido, é imprescindível recorrer à significação das frases subjacente aos enunciados. Esse é o procedimento metodológico inicial, demarcado pela pragmática semântica, para alcançar o domínio do observável. Diante disso, Ducrot (1987, p. 172) salienta o objetivo da perspectiva polifônica do sentido: “mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes”. Esse é, portanto, o primeiro passo para identificar no enunciado a profusão de vozes e, dessa maneira, compreender com que estratégias se dá o distanciamento da teoria de unicidade do sujeito falante.

Quando se revisita o quadro constitutivo dessa teoria, perante o movimento de ruptura, enfocando o lugar que nele é destinado ao sujeito, naturalmente se têm explicitadas as propriedades que, pelo distanciamento, o caracterizam. Daí então resultam as peculiaridades de ser agente psicofisiológico e, assim, produtor de ondas sonoras constituintes da fala, além da propriedade intelectual de realizar suas escolhas e formular seu enunciado, o que o torna o produtor único do dizer, o ser adâmico no qual está assinalada a origem do enunciado. Estabelece-se, pois, nesse quadro, o ideal da unicidade, a partir do qual ao enunciado se vincula um (e apenas um) sujeito. Essas propriedades do sujeito único, por muito tempo incontestáveis, que justificam, até certo ponto, sua presença constante em diversos aportes teóricos da linguística da enunciação, no arcabouço da teoria polifônica em questão passam a receber críticas indicadoras de outro espaço para seu estabelecimento.

A negação da unicidade do sujeito, unicidade esta que aparentemente é passível de ser concebida em enunciados simples, se alicerça na apresentação de alguns enunciados mesmo simples, porém inseridos em diálogos mais complexos. Nestes, atribuir a marca de primeira pessoa, imputando a responsabilidade do dizer ao mesmo sujeito produtor do enunciado, nem sempre é uma tarefa cômoda, na medida em que se tem dificuldade em estabelecer essa correspondência. Para discutir com mais propriedade essa questão, Ducrot (1987, p. 180) põe em cena o seguinte trecho cuja característica é a de ser uma retruca em um diálogo, voltada a um erro de julgamento: “Ah! Eu sou um imbecil; muito bem, você não perde por esperar!”. Nesse caso, o primeiro enunciado (Ah! Eu sou um imbecil), apesar de ter a marca de primeira pessoa, não é assimilada pelo locutor, vez que o próprio o contesta no segundo enunciado. Na medida em que há uma rejeição por parte do locutor ao primeiro enunciado, atesta-se o distanciamento do sentido nele expresso em relação ao segundo. O locutor não se vê como imbecil, portanto, o “eu” que marca o primeiro enunciado não deve a ele se referir, nem a ele ser imputada a responsabilidade. O responsável, então, passa a ser o interlocutor que, mesmo sem apontar categoricamente a imbecilidade, pode ter dado a entender esse sentido. Isso significa que a responsabilidade não é atribuída meramente quando há uma repetição ou uma paráfrase. Por isso o motivo de recorrer, na análise, às instruções apresentadas pela significação da frase para, posteriormente, alcançar o sentido do enunciado.

Porém, não é só em um enunciado simples presente em um diálogo complexo que se pode observar a dificuldade de conceber, em conjunto, as propriedades do sujeito pautado na teoria da unicidade. Também em enunciados tidos por complexos essa dificuldade persiste, como é o caso daqueles em que está presente a conjunção “mas”. Dentre as possibilidades de utilização do “mas”, destaca-se a que o insere em uma relação de oposição, que pode ser

visualizada no esquema “p mas q”, no qual “p” representa o enunciado ao qual “q” se opõe, corrigindo-o. Dessa forma, se o locutor assume a responsabilidade pela afirmação do segundo enunciado, logicamente não pode o fazer com a do primeiro. O locutor, no sentido de “produtor” do dizer, não pode se responsabilizar pelas duas afirmações ao mesmo tempo. Essa circunstância enunciativa, assim como a anterior, corrobora para a relevância de forjar um novo plano ao sujeito, permitindo transcender os limites demarcados pela tradição da unicidade, possibilitando operar em um campo polifônico, de modo a serem observadas sobreposições de vozes em um só enunciado.

Na análise da descrição da enunciação, busca-se identificar o que o enunciado quer dizer em detrimento daquilo que o próprio linguista diz (cf. DUCROT, 1987, p. 181-182). Nessa tarefa, é necessário efetuar uma distinção relacionada ao sujeito para identificar a profusão de vozes em enunciados. Para isso, torna-se fundamental ter certas características evidenciadas, de forma a serem devidamente demarcados determinados papéis no contexto polifônico. Esse conhecimento também é imprescindível para a compreensão de tal perspectiva que busca negar a tese da unicidade do sujeito, propondo a instauração de um posicionamento que leva em consideração, ao contrário, sua multiplicidade.

A pluralidade presente no termo “locutores” é desvincilhada da ideia de autoria coletiva, na qual mais de um sujeito físico se responsabiliza pelo dizer, circunstância marcada, a exemplo, pelo pronome de 1ª pessoa “nós”. A posição polifônica, ao contrário, considera o sujeito como uma ficção discursiva. No caso do locutor, tem-se uma ficção discursiva cuja peculiaridade é a de ser responsável, no sentido do enunciado, pelo dizer, mas sem considerar a articulação física para a produção da linguagem, nem a propriedade intelectual do sujeito falante. A multiplicidade que caracteriza o locutor, portanto, remete a uma série de enunciados para os quais não se pode imputar responsabilidade a um só sujeito. Para ilustrar essa impossibilidade, Ducrot (1987, p 185) se faz valer da análise do discurso relatado direto, mobilizando um fragmento de diálogo em que Pedro diz: “João me disse: eu virei”. Como nenhum dos trechos se apresenta com independência, levando à identificação da autonomia relativa em sua totalidade, não há evidência de segmentação discursiva, o que atesta a ocorrência de um só enunciado. Nesse enunciado são expostas duas marcas de 1ª pessoa: me e eu. Apesar disso, a responsabilidade do dizer não pode ser atribuída a um só locutor, enquanto ficção discursiva, visto que remete a seres diferentes. No plano físico, a responsabilidade desse dizer se vincula à pessoa que o profere, no caso, Pedro. Mas, ao considerar a responsabilidade no âmbito do enunciado, e não no da produção psicofisiológica, atesta-se a dificuldade descrita, vez que, no enunciado imputado globalmente ao primeiro locutor, há um

fragmento de responsabilidade do segundo locutor (eu virei). É assim que essa análise do enunciado revela, portanto, a possibilidade de desdobramento de locutores no relato em discurso direto (RED), mas que também pode marcar outros dizeres, como um eco imitativo ou um discurso imaginário (cf. DUCROT, 1987, p. 185).

Após a distinção entre o locutor e o sujeito físico, Ducrot (1987, p. 188), no interior da noção daquele, propõe a distinção entre “o ‘locutor enquanto tal’ (por abreviação ‘L’) e o locutor enquanto ser no mundo (λ)”. Nessa subdivisão, o primeiro tem como propriedade única a de ser responsável pela enunciação. O segundo, por sua vez, representa “uma pessoa ‘completa’, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado”. Apesar desta definição, o locutor λ não deve ser confundido com o sujeito falante. Diferentes deste, os locutores polifônicos são seres do discurso, ficções discursivas e devem ser analisados no interior do enunciado. Com vistas a ilustrar a relação entre esses sujeitos, recorre-se à observação de frases declarativas e interjetivas. Já que as interjeições colorem, na fala, sentimentos de tristeza ou de alegria, nelas se situa o locutor L, responsável pelo dizer. Já em frases declarativas, o enunciador pode não demonstrar sua alegria ou sua tristeza no momento em que fala, além de não haver marcação da presença de sentimentos no enunciado. Nessa circunstância, em que o sentimento é externo à enunciação, só quem pode ter uma definição do sentimento presente é o ser no mundo, portanto, o locutor λ . A este é reservado o lugar de ser designado pelo pronome de 1ª pessoa “eu”, mesmo que o λ necessite da presença de L para ser acessado. Tal ocorrência em que dois ou mais locutores dividem espaço em um só enunciado é tida como uma primeira forma de polifonia.

Já como segunda forma de polifonia, tem-se a presença de mais de um enunciador (caracterizado como E) em um mesmo enunciado. O que singulariza os enunciadores na teoria polifônica é o fato de designarem, diferente dos locutores, não o ser no mundo ou o responsável pela enunciação, e sim pontos de vista, perspectivas expressas mediante a enunciação. Ao locutor, contudo, é reservada a tarefa de mobilizar enunciadores, as perspectivas, e ordenar seus posicionamentos no enunciado por que se responsabiliza. Uma ocorrência esclarecedora na qual se observa a presença de L e E enquanto sujeitos que não se vinculam e, portanto, não se confundem reside na ironia. Na concepção de Ducrot (1987, p. 198), a ironia implica a negação da responsabilidade por parte de L em relação ao próprio E, por não comungar de sua perspectiva, como esclarece:

Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por um

lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como o responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação.

De outra maneira, para marcar agora a segunda forma de polifonia, a negação aparece nos estudos ducrotianos como um fato da língua em que há pluralidade de perspectivas. A estrutura polifônica elementar da negação se configura com a presença de um locutor L, responsável pelo enunciado, que mobiliza duas perspectivas diferentes: a primeira apresenta a afirmação que posteriormente será posta à prova pela segunda perspectiva, a qual se relaciona com a negação. Esta normalmente é a assimilada por L. No exemplo que Ducrot (1987, p. 204) analisa, “Pedro não é inteligente”, instaura-se um locutor L, responsável por esse enunciado, que mobiliza um ponto de vista afirmativo segundo a qual Pedro é inteligente e a que L não se assimila, bem como uma segunda perspectiva, a negativa, da qual L comunga. Esse tipo de negação, chamada de polêmica, é tida como a mais corriqueira e se distingue de outras duas: a metalinguística e a descritiva.

A metalinguística representa o enunciado que vai de encontro à própria negação demarcada. Em “Pedro não é inteligente, ele é genial” (DUCROT, 1987, p. 204), a falta de inteligência não se sustenta, por conta da instauração da perspectiva que afirma sua genialidade. Nesse caso, a inteligência de Pedro transcende os limites tidos por normais para uma pessoa inteligente, e chega à genialidade. A expressão “negação metalinguística” é logicamente empregada nesse caso, visto que há uma descaracterização da própria perspectiva negativa que compõe o enunciado, diferente da negação descritiva. Esta é vista como uma derivação da negação polêmica, na medida em que, para sinalizar a perspectiva negativa sobre a inteligência de Pedro (como se demonstra no exemplo da negação polêmica), é necessário considerar a propriedade que a justifica.

Tendo em vista a necessidade de elucidar a relação entre locutores e enunciadores, recorre-se à comparação com elementos do teatro para sinalizar cada um dos papéis aplicados ao sujeito polifônico. Por esse caminho, em um momento o locutor se equipara ao autor, da mesma maneira que o enunciador se assimila à personagem. Assim como o autor põe em cena personagens, o locutor mobiliza enunciadores, pontos de vista. Por isso o locutor não precisa necessariamente concordar com a perspectiva que aciona, da mesma forma que o autor pode mobilizar personagens que falam e agem de maneira distinta de sua postura particular.

Em seguida, é proposta uma nova distinção, que equipara o narrador ao locutor, e o autor ao sujeito falante, distinção esta descrita por Ducrot (1987, p. 195):

Esta distinção do narrador (equivalente literário de meu “locutor”) e o autor (correspondendo ao que chamei o “produtor efetivo”, e exterior à narrativa como o produtor é exterior ao sentido do enunciado) permite mesmo (...) fazer realizar o ato de narração por alguém de quem se diz, ao mesmo tempo, que ele não existe ou não existe mais. Se para escrever é necessário existir, isto não é necessário para narrar.

A comparação proposta entre locutor/narrador e autor/produtor efetivo auxilia na tarefa de fundamentar uma proposta teórica que, ao proceder a uma análise do enunciado, dispensa a apreciação de fatores psicológicos e físicos relacionados ao sujeito empírico. Se, por um lado, o empreendimento pecheutiano parte da crítica à subjetividade do sujeito falante e, de certa forma, se coaduna com o aspecto crítico dos estudos de Ducrot, que se distancia da teoria de unicidade do sujeito, por outro as estratégias de abordagem se diferenciam.

É neste ponto, porém, que é possível vislumbrar uma proposta de entremeio teórico, no sentido de projetar um arcabouço que aborde o sentido, desvinculando-se da subjetividade do sujeito falante e pautando-se em materialidades ideológicas cuja aparição se autoriza devido à percepção de elementos relacionados à significação da frase e ao sentido do enunciado. A abordagem polifônica, portanto, fornece elementos metodológicos para, aliando-se à perspectiva da AD, vislumbrar a heterogeneidade discursiva mediante a análise de fragmentos textuais, lançando-se mão, de maneira menos rigorosa, das condições de coesão e independência para o reconhecimento dos enunciados³¹.

Todavia, um silenciamento referente à propriedade do sujeito de agir diante da linguagem se estabelece, o que, para esta Tese, se constitui como a instauração de uma lacuna não pretendida e que, portanto, deve ser devidamente preenchida. Para tanto, no sentido de recobrir tal silenciamento e analisar as estratégias argumentativas mobilizadas no *corpus*, recorre-se a uma teoria que, apesar de ter suas bases na Antiguidade Clássica, recebeu reformulações e orientações renovadoras no século XX: a retórica.

³¹ A flexibilidade em torno da exatidão teórica na proposta de entremeio se explica pelo fato de fazer parte de um estudo preliminar, definido em termos de “Esboço” (Ducrot, 1987, p. 161). As frases analisadas para a observação de enunciados e, na articulação do imbricamento, das condições interdiscursivas que autorizam a profusão de efeitos de sentido, são definidas, de forma subjacente, mediante o princípio da existência das relações de coesão e independência. A redução da rigorosidade se explica, pois, pelo limite apresentado pela própria teoria para o reconhecimento categórico de enunciados pautado em tais relações. Apesar disso, como os discursos e os efeitos de sentido reconhecidos se inter-relacionam, de modo a auxiliar no funcionamento geral do texto analisado, não se vê prejuízo para a apreciação do *corpus* devido a esses limites teóricos.

2.3 A ARGUMENTAÇÃO NA RETÓRICA

Diante do quadro teórico anterior, vê-se tanto na AD quanto na teoria polifônica uma tendência a mobilizar conceitos que, até certo ponto, se distanciam da ação do sujeito falante, deixando de lado aspectos que demarcam sua atividade na produção da linguagem. Como uma das propostas deste trabalho é a de propor uma análise que coordene tanto posicionamentos gerais como individuais, alguns quesitos relacionados à atividade do sujeito devem ser considerados.

Por esse viés, a propriedade construtora do sujeito é mobilizada, enquanto atividade estratégica de argumentar, de convencer através da linguagem. Para isso, uma opção é a de buscar conhecimentos que assinalem as estratégias argumentativas utilizadas pelo sujeito na produção do *corpus* e que possam se conjugar às outras teorias. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender um pouco da constituição da argumentação na sociedade para, então, poder justificar a escolha do campo de conhecimento responsável pela abordagem dessa questão. No entanto, a procura por elementos passíveis de serem mobilizados é primordial para tal proposta, já que lançar elucubrações sem bases de pesquisa acerca da argumentação pode desembocar em tamanha imprecisão, encontrando uma impossibilidade de, ao final, validar os resultados desse intento. De fato, esta é uma proposta pouco viável para ser empreendida nesta Tese.

Certamente não é das mais simples a tarefa de precisar a origem da argumentação, nem determinar seu criador. O fato é que, desde que o homem começou a se relacionar socialmente, a inevitabilidade da utilização de argumentos se mostrou notória, já que, no ambiente social, a relação entre seres humanos pressupõe a constante predisposição para convencer, para persuadir. Por esse motivo, em vez de buscar uma origem para a argumentação (trabalho, como se apontou, um tanto utópico), pretende-se sinalizar o momento em que sobre esta se começa a vislumbrar, de fato, uma sistematização, em que se dá início ao desenvolvimento estratégico responsável por sua instauração. Para tanto, põem-se em cena determinadas condições para o surgimento da retórica.

Abordar, mesmo que brevemente, o contexto a partir do qual a retórica passa a figurar subsidia a percepção de certas inovações operadas nos estudos da nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, os quais se configuram como um dos pilares para o imbricamento pretendido e, portanto, para o desenvolvimento da análise. Isso também auxilia na compreensão de seu conceito, bem como da mácula que o acompanhou por várias épocas e, portanto, da motivação para o reposicionamento da retórica e de seu valor no século XX.

2.3.1 A retórica na Antiguidade Clássica

Abordar a retórica significa mobilizar uma série de dados históricos vinculados à trajetória da argumentação. Se esse aspecto for levado em conta *ipsis litteris*, o que implica, pois, pontuar o momento em que o processo argumentativo de fato se estabelece e, junto a este, o seu criador, indubitavelmente se instaura a impossibilidade de abordá-la³². O projeto de compreensão da retórica, nesses termos, perde o alcance sobre a mesma, inviabiliza o conhecimento da história da retórica uma vez que paradoxalmente esta se inicia muito antes da sua própria existência enquanto uma *tekhné rhettoriké*.

Percebidas as dificuldades de demarcar aspectos dessa natureza, tem-se como viável pensar as condições históricas que direcionam ao espaço necessário para a criação de uma arte elaborada com vistas a ser utilizada em favor da persuasão no âmbito da ação social. Definida como a arte de convencer, a retórica, apesar de ser tema de diversos debates filosóficos, tem sua origem voltada aos discursos³³ jurídicos, em uma época na qual não havia advogados para interceder pela população não raro aviltada pela tirania. Meyer (2007, p. 19) descreve essas circunstâncias em que a retórica surge na Sicília “quando – uma vez desmoronada a tirania – se tratou de permitir aos proprietários espoliados que defendessem sua causa, a fim de recuperar seus bens”. Para proporcionar à população condições de reivindicar seus direitos diante da queda de tiranos e, assim, recuperar seus bens, retores como Córax se dispuseram a produzir manuais, por volta do século V a.C., com indicações ilustradas por exemplos de como os litigantes deveriam proceder para ganhar suas causas. Essas indicações não partiam do ponto de vista daquilo que é verdadeiro ou falso, mas da verossimilhança, pois, na referente posição, não há espaço para se conhecer, a partir do discurso judiciário, o que é verdadeiro ou falso, certo ou errado, e sim aquilo que pode ser mais ou menos verossímil.

³² Tal impossibilidade fica mais evidente quando se concebe o desenvolvimento da linguagem no seio social, o que a insere em um contexto coletivo, e não individual. Além disso, ao considerar posições como a de Koch (2006, p. 29), para quem “o uso da linguagem é essencialmente argumentativo” pelo fato de, ao mobilizá-la, se pretender “*atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais)*”, a própria existência da argumentação passa a se misturar com a da linguagem. Isso torna, por sua vez, a identificação da origem da argumentação um propósito inatingível.

³³ A noção de discurso na retórica não se confunde com a da AD. Para defini-lo nessas condições, torna-se apropriado remeter à definição de Reboul (2004, p. XIV): “Por *discurso* entendemos toda produção verbal, escrita ou oral, constituída por uma frase ou por uma seqüência de frases, que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido”. Essa concepção de discurso, contudo, é obliterada na análise do *corpus* para dar lugar à da AD, devido à necessidade de seleção de elementos teóricos dos arcaísmos abordados para a implementação da proposta de entremeio teórico.

A busca pela afirmação do poder através da linguagem, o prazer em vencer um debate público, em ganhar uma difícil causa, tudo isso levou a retórica a estar a serviço do poder ao invés do saber, configurando-se como uma técnica de argumentação que se distanciava da verdade a favor do resultado final. Essa disposição para obter êxito nas investidas com o discurso público, por exemplo, fez com que Córax desenvolvesse um argumento que carrega seu nome, a partir do qual pretendia assinalar uma estratégia a ser empreendida nas defesas de difíceis causas. A dinâmica peculiar desse argumento está centrada na verossimilhança. Dessa forma, a uma tese imprime-se um argumento que demonstre, se for o caso, não haver verossimilhança suficiente que a sustente. De outra maneira, às teses com verossimilhança suficiente, o córax as refuta por ser verossímeis demais. Desse modo, um acusado que não possuísse rancor por sua suposta vítima não deveria ser realmente um algoz por esse aspecto sinalizar inverossimilhança. Se, por outro lado, possuísse rancor suficiente, a substancialidade da verossimilhança o impediria de cometer o delito, já que a culpa lhe recairia. Ademais, o córax não se apresenta como infalível, visto que a certeza da absolvição pelo excesso de verossimilhança poderia, pelo contrário, proporcionar a consumação do delito.

A propriedade que a linguagem apresenta de despertar o encanto das pessoas também contribuiu para que a retórica recebesse elementos estéticos e se aproximasse mais da literatura. Essa característica se evidencia nos trabalhos de Górgias, cuja eloquência fascinou os atenienses. Tido como um dos fundadores do discurso epidíctico, de elogio público, Górgias forneceu à prosa, que desfrutava até então apenas de uma utilidade funcional voltada à transcrição da fala, a beleza presente na poesia, construindo seu discurso mediante vários tipos de figuras, como de palavras, de sentido, de pensamento, que, além de embelezá-lo, a este imprimiam ritmo, tornando-o cada vez mais atraente (cf. REBOUL, 2004, p. 4-5). A beleza dos discursos epidícticos de Górgias se afinou com um dos propósitos da retórica: o de criar uma adesão com os espíritos. Dessa maneira, manifesta-se a sedução pela linguagem, sedução esta que proporcionou a Górgias o ganho de quantias consideráveis pelos ensinamentos que dava em diferentes cidades. Tanto a retórica que propusera quanto o trabalho que desempenhara assimilavam-no aos sofistas, para os quais não havia compromisso com a verdade, mas com o que seduz, convence, promove adesão com o público.

Segundo Reboul (2004, p. 9), “pode-se dizer que os sofistas criaram a retórica como a arte do discurso persuasivo, objeto de um ensino sistemático e global que se fundava numa visão de mundo”. Mediante a presente visão, percebem-se as contribuições dadas à retórica pela sofística, principalmente no que diz respeito ao posicionamento pedagógico, a partir do

qual o homem é ensinado a gerenciar sua vida na sociedade. O homem, ao se enxergar como um ser social, passa a conceber a verdade como acordo entre interlocutores, possível por conta da intervenção da linguagem, da utilização do discurso. A erudição estabelecida no desenvolvimento da prosa é mais um elemento a favor da instauração do poder, do domínio mediante a utilização que se faz da palavra.

No entanto, esses fundamentos sofisticos comportam, para Reboul (2004, p. 9), certo risco para a retórica, como sinaliza: “o fundamento que dão à retórica parece-nos bem perigoso. É de perguntar se eles não a comprometeram para sempre, ao justificá-la como o fizeram pela incerteza e pelo sucesso”. De fato, ao não se poder alcançar a verdade por sua relatividade, nem desconsiderar a relevância de fazer valer determinados argumentos em uma sociedade na qual a capacidade de tomar a palavra imprime credibilidade e, assim, poder a quem a detém, o que ao final se impõe não é a propriedade do saber, mas do poder. Essa propriedade é um dos elementos que propiciam a instauração de relações argumentativas alheias à verdade, comprometidas com a vitória nos debates, o que autoriza a ocorrência de argumentos falaciosos, ou simplesmente de um discurso destituído de substancialidade argumentativa, mas amparado pela sedução proveniente de sua beleza e de seu estilo.

Essas características proporcionaram diversas investidas contra a sofística por parte de filósofos, entre os quais se destaca Platão. Discípulo de Sócrates, a quem julgava símbolo de justiça, Platão, diante dos exemplos de seu mestre acerca da equidade, que o faz repudiar tentativas de fugir à verdade em prol da manipulação de opiniões mediante o uso da retórica, transforma-se em um dos críticos mais acirrados dos sofistas. Em um dos diálogos que escreveu, intitulado *O sofista*, dedicou-se a descrevê-los como charlatões e enganadores, que se apropriavam do discurso retórico para caçar jovens ricos, alusão que faz à prática dos sofistas de cobrar por seus ensinamentos. Ensinamentos estes, porém, que, para Platão (cf. [427?-347? a.C.] 2005, p. 125-126), eram pautados na aparência, na obscuridade advinda do não-ser, diferente dos filósofos, que se apoiavam no ser para chegar à verdade. Além disso, o sofista, ao garantir dispor da possibilidade de falar sobre tudo, põe-se como onisciente, qualidade tida no referente diálogo como inalcançável a qualquer homem e que ratifica a característica de empulhação atribuída a este.

Em *O sofista*, Platão ([427?-347? a.C.] 2005, p. 36) dá a palavra a um estrangeiro de Eleia que, em conversa com Teeteto, discípulo de Sócrates, sugere o que deve estar em questão no discurso sofisticado e em que este se baseia: “o sofista põe em relevo, ao que parece, o gênero que faz dinheiro e que é procedente da arte erística, da arte da disputa, da arte da controvérsia, da arte do combate, da arte da luta, da arte de adquirir”. Nessa disputa, o sofista,

já que, por tal plano de percepção, não possui sapiência, põe-se a imitar o sábio, aquele que realmente conhece, munindo-se da “doxomimética.”³⁴ Julgando haver tanto o discurso falso quanto a opinião falsa, assim como quem se apropria destes para criar imagens com vistas a imitar possuidores de conhecimento, Platão ([427?-347? a.C.] 2005, p. 175) se põe a definir o verdadeiro sofista, resumindo suas características, mediante o discurso que imputa, em seu diálogo, ao estrangeiro de Eleia:

Portanto, a parte irônica da arte fundamentada na opinião tem uma espécie imitativa. Porção essa não divina, mas humana, da produção que se especializa nos discursos e fabrica prestígios. Essa arte fundamentada na opinião é uma parte da arte da contradição, e pertence ao gênero imaginativo, o qual se liga à arte de produzir imagens. Eis, pode-se dizer, “a linhagem e o sangue” dos quais o verdadeiro sofista descende, e estará dita, na minha opinião, a verdade exata.

Essa, pois, é, segundo a posição platônica, a verdadeira descendência da sofística, tomada como um falso saber e assimilada à retórica. Essa posição de fato contribuiu para macular a reputação da retórica, atribuindo a esta uma qualidade nefasta por não buscar a verdade, e sim, prestar-se a manipular o auditório a partir de argumentos falaciosos.

Apesar das críticas desferidas por Platão, Aristóteles, que por vinte anos frequentou a academia de seu preceptor, pôs-se em prol da retórica, visto que a julgava como uma forma de defesa, assim como a força física, porém, mais própria do homem que, diferente dos animais, está apto a mobilizar a linguagem. Além do mais, aos oradores para os quais a verdade se voltava e que mesmo assim fracassavam na defesa das causas mais justas, imputava-lhes a responsabilidade pela derrota. Diante de seu pensamento, se, mesmo amparado pela verdade, o orador não lograva êxito, tal fato, na visão aristotélica, só poderia ser explicado pela sua falta de preparo para lidar com a produção do discurso, deixando-se vencer pela eloquência desonesta de quem o questiona, o que propicia ser posta em dúvida a retidão da tese mais louvável. Essa questão, de fato, surge como prova de que a retórica pode ser usada a favor da desonestidade, a exemplo dos sofistas, devido ao caráter ambíguo, inerente às palavras. Embora o próprio Aristóteles reconheça essa possibilidade, interroga as outras artes, com exceção da virtude, acerca da incorruptibilidade que as marca, mostrando que podem estar passíveis de serem utilizadas com má-fé, do mesmo modo que a retórica.

³⁴ A doxomimética é um tipo de “imitação baseada na opinião” (PLATÃO, [427?-347? a.C.] 2005, p. 172), cuja característica é a de ser distinta da imitação sábia, realizada por quem realmente tem conhecimento sobre aquilo que imita, mas por aquele que, não conhecendo, finge.

Inclinado a restaurar a imagem da retórica e, dessa maneira, apresentá-la como um estudo sistemático, esta passa a receber quatro classificações, que podem ser descritas da seguinte forma:

A primeira é a invenção (*heurésis*, em grego), a busca que empreende o orador de todos os argumentos e de outros meios de persuasão relativos ao tema de seu discurso.

A segunda é a disposição (*taxix*), ou seja, a ordenação desses argumentos, donde resultará a organização interna do discurso, seu plano.

A terceira é a elocução (*lexix*), que não diz respeito à palavra oral, mas à redação escrita do discurso, ao estilo. É aí que entram as famosas figuras de estilo, às quais alguns, nos anos 60, reduziam a retórica!

A quarta é a ação (*hypocrisis*), ou seja, a proferição efetiva do discurso, com tudo o que ele pode implicar em termos de efeito de voz, mímicas e gestos. (REBOUL, 2004, p. 43-44)

Os elementos dessa classificação, na etapa de preparo do discurso, precisam ser mobilizados pelo orador a fim de que o próprio discurso tenha qualidade. No entanto, é possível esquematizá-lo sem necessariamente seguir a ordem em que cada item foi apresentado. Além do mais, os elementos dessa classificação devem estar a favor do propósito discursivo. Para esclarecer esse ponto, faz-se necessário compreender as características de cada um dos gêneros do discurso.

Na visão de Aristóteles (cf. [384-322 a.C.] 1990, LIVRO I), a existência de três gêneros do discurso se explica pelo fato de haver três tipos de auditório. Como o papel da retórica é o de convencer por meio da argumentação, adaptar-se ao auditório torna-se uma tarefa fundamental para alcançar esse propósito. Desse modo, o gênero judiciário se presta a condenar ou absolver, uma vez que lida com o julgamento a respeito de fatos ocorridos. A peculiaridade temporal demarca o gênero judiciário como aquele que aborda questões voltadas ao passado, diferente do deliberativo, voltado a circunstâncias que remetem ao futuro. Isso se dá já que o deliberativo se funda nas necessidades de aconselhar ou desaconselhar a concretização de certos planos de ação social posteriores. Se o primeiro toma o tribunal como o auditório, o segundo destina-se a convencer as assembleias. Já o epidíctico remete a espectadores presentes em diversos eventos sociais, desde uma conversa informal a um discurso fúnebre. Este gênero, por sua vez, se volta à abordagem do tempo presente, propondo-se a convencer o auditório da pertinência de sua tese, que ora se presta a censurar, ora a louvar, mesmo recordando fatos passados.

Aos gêneros do discurso, aplicam-se provas de persuasão de três tipos: uma que alude o caráter do orador, para quem deve ser imputado crédito; outra referente à predisposição do

auditório, remetendo às paixões às quais este se assimila mediante o discurso; e a última descrita a partir do que o discurso mobiliza ou aparenta mobilizar, de modo que nele se apresente a verdade, mesmo que aparente, porém convincente (cf. ARISTÓTELES, [384-322 a.C.] 1990, p. 175-177). Essas provas remetem à tríade retórica à qual, dada sua relevância para a persuasão, se destina uma abordagem à parte.

2.3.2 A tríade retórica

As provas aristotélicas são postas a cargo da persuasão que se lhes pretende lograr estatuto demonstrativo, de modo a propiciar, ao jogo argumentativo, aproximar-se do caráter probatório. Essas provas de persuasão surgem não para serem mobilizadas em prol da injustiça, mas como forma de defesa, destinadas àqueles que devem se defender das artimanhas provocadas pela utilização de silogismos. Assim, na argumentação, ao identificar o gênero que se estabelece, o orador deve proceder valendo-se da tríade retórica constituída por três provas passíveis de serem obtidas a partir do discurso: o *ethos* (ἦθος), o *páthos* (πάθος) e o *lógos* (λόγος).

2.3.2.1 O *ethos* e o *páthos*

O *ethos* diz respeito ao próprio orador, tendo a ver com a influência que pode exercer sobre o auditório. Por isso, revestir de credibilidade a imagem de quem fala é imprescindível para criar uma adesão com quem se fala. Aristóteles (cf. [384-322 a.C.] 1990, p. 177) ratifica esse posicionamento ao salientar que as pessoas honradas, dignas de crédito, são muito mais afeitas a propiciar o assentimento e em um tempo menor. Para ser concebido mediante o prisma da honra, o orador dispõe de três elementos que balizam o caráter persuasivo de que se reveste o *ethos*: a sensatez, a virtude e a benevolência (cf. ARISTÓTELES, [384-322 a.C.] 1990, p.309). A incorporação dessas qualidades, por sua vez, devem se adequar a certas condições na qual o orador se encontra e que precisa reconhecê-las.

Com efeito, o discurso empreendido pelo orador deve se adaptar às condições, por um lado, político-governamentais às quais se vincula o auditório, concebidas por Aristóteles (cf. [384-322 a.C.] 1990, p. 238) como democracia, oligarquia, aristocracia e monarquia. Não se deve, pois, ignorar as características de cada sistema político, já que há falantes próprios de cada forma de governo que, para serem persuadidos, precisam se identificar com o discurso

proferido no intuito de que seja gerada, dessa forma, uma relação de empatia inicialmente mediante a postura promovida pelo *ethos* de quem fala.

Por outro lado, o orador também necessita se adaptar à especificidade do auditório, definindo de qual maneira serão abordadas as paixões em diferentes circunstâncias, o que salienta a postura heterogênea assimilada ao próprio conceito de auditório. Para tanto, Aristóteles (cf. [384-322 a.C.] 1990, p. 374-395) empreende um estudo de certas características relacionadas às paixões, abordando a questão das idades e da fortuna. O objetivo com tal abordagem é assinalar as diferenças que marcam os auditórios compostos por jovens, idosos e maduros, no caso das idades; e os indivíduos que são nobres, ricos, poderosos e providos de sorte, estes voltados à fortuna.

À abordagem aristotélica do *ethos*, no entanto, apesar de sua propriedade, não se pouparam críticas provenientes de estudos recentes que se propuseram a retomar alguns pontos acerca dessa prova argumentativa. Em um destes, Maingueneau atenta para as dificuldades decorrentes da referida noção, salientando alguns problemas para compreender tal noção de forma precisa. Para tanto, propõe transcender a concepção de *ethos* na retórica, estendendo-o ao quadro da análise do discurso e o percebendo, pois, não mais restrito a uma condição de prova argumentativa, e sim como parte efetiva de uma cena da enunciação, a qual se compõe, como explica, por três partes:

A cena englobante atribui ao discurso um estatuto pragmático, ela o integra em um tipo: publicitário, administrativo, filosófico... A cena genérica é a do contrato associado a um gênero ou a um subgênero de discurso: o editorial, o sermão, o guia turístico, a consulta médica... Quanto à cenografia, ela não é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio texto: um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética, amigável etc. (MAINGUENEAU, 2008, p.70).

Ao *ethos* atribui-se uma série de fatores que interagem para formar o chamado *ethos* efetivo. Uma de suas bases está no *ethos* discursivo, cuja característica se assemelha à definição aristotélica. Está subdividido em *ethos* dito, reconhecido pelos fragmentos textuais a partir dos quais o próprio enunciador explicita, de forma direta, sua enunciação, e em *ethos* mostrado, quando a apresentação da enunciação se dá de forma indireta através de pistas, como metáforas ou alusões. No entanto, não há uma forma de definir categoricamente um limite estabelecido entre o *ethos* dito e o mostrado. Diferencia-se do *ethos* discursivo o pré-discursivo por este remeter a elementos não discursivos, mas que influenciam na construção da imagem de quem fala. Dessa maneira, contribuem para a construção do *ethos* as imagens

prévias de que dispõe o auditório para iniciar a construção do *ethos* do orador, como o próprio conhecimento acerca do gênero do discurso a ser apresentado.

Como se observa, com o *ethos* se busca estabelecer uma identificação com o auditório para que, mediante uma sensação de empatia, seja possível reconhecê-lo na imagem do orador. Portanto, como uma relação afetiva, pressupõe, sob o risco de sucesso, o conhecimento acerca do que pode favorecer a adesão para o auditório, sinalizando-se, assim, a relevância de um estudo acerca do *páthos*.

No caso do *páthos*, a adesão se dá pelo reconhecimento das paixões que o orador deve suscitar no auditório por meio do discurso, revestindo-o com os sentimentos. As emoções salientadas a partir do que profere devem envolver os ouvintes de modo a propiciar a sustentação ou a variação de juízos. Daí resulta sua imprescindibilidade para a persuasão, junto à noção de *ethos*, já que o orador deve se representar de forma a transparecer seu vínculo com quem fala, aparentando realmente ser parte do grupo ao qual se destina o discurso.

Assim como o *ethos*, o *páthos* também é de caráter afetivo, por isso deve dispor de valores psicológicos que marcam de diferentes formas o auditório. Aristóteles (2003, p. 5) se ocupou em descrever alguns desses valores, que se referem às paixões do auditório. Na concepção que esboça, as paixões “são todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos, e são seguidos de tristeza e prazer, como a cólera, a piedade, o temor e todas as outras paixões análogas, assim como seus contrários”. A partir daí, efetua uma abordagem do caráter das paixões do ouvinte, a saber, a cólera, a calma, o amor, o ódio, o temor, a confiança, a vergonha, a imprudência, o favor, a compaixão, a indignação, a inveja, a emulação e o desprezo, para demonstrar efeitos do reconhecimento de cada uma na persuasão.

A exemplo do *ethos*, o *páthos* também recebeu atenção por parte de estudos ao longo do tempo. Uma das grandes contribuições foi a da nova retórica, empreendida por Perelman e Olbrechts-Tyteca, mais precisamente no que diz respeito à definição do auditório, diferenciando-se da definição aristotélica a partir da qual se tem a ocorrência de três tipos, em que cada auditório se assimila a um destes gêneros do discurso, o judiciário, o deliberativo e o epidíctico. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 24), apesar de atestarem o mérito da classificação dos gêneros e a ligação entre os auditórios que àqueles se vinculam por sinalizar a importância da adequação do orador a quem vai destinar seu discurso, veem nessa correspondência certa insuficiência. A distinção entre os tipos de auditório, portanto,

configura-se de forma “puramente prática”. Na nova retórica, o auditório é dividido em três tipos: um universal, um particular e um íntimo, que delibera consigo mesmo.

O auditório universal apresenta certa complexidade em sua assimilação, uma vez que é idealizado mediante a possibilidade de encontrar questões passíveis de propiciarem uma mesma conclusão entre os que compõem o auditório, a saber, “pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 33-34). O discurso do orador, nesse sentido, se direciona a um auditório heterogêneo como uma idealização que este mesmo faz, o que o impele a desenvolver argumentos que convençam não só auditórios particulares, mas um público abrangente.

Considerar, na elaboração do discurso, um auditório universal, leva o orador a desenvolver argumentos cuja característica é a de impor certa força a estes, de modo a tolher-lhes a fraqueza imanente ao direcionamento de um auditório particular, para o qual os argumentos se restringem a um determinado viés. No caso do particular, como se pode deduzir diante do exposto acerca do universal, este se caracteriza por apresentar especificidades que particularizam o auditório, como o uso de uma linguagem especializada. O último tipo é visto como aquele que delibera consigo mesmo e tem por característica a de ser “uma encarnação do auditório universal” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 45).

Na análise proposta, esses dois elementos constitutivos da tríade retórica refletem as imagens que, de um lado, o locutor faz de si mesmo e do auditório e, de outro, que o auditório faz do locutor. Como se trata de textos fabulares sendo abordados mediante uma proposta de entremeio na qual se inserem pressupostas da AD, o orador passa a não ser percebido propriamente enquanto sujeito físico. Todavia, as imagens que este pode fazer do auditório são passíveis de serem inferidas, a partir de uma breve observação acerca do contexto³⁵ em que Millôr Fernandes escreve, das condições sócio-históricas que motivam a existência das fábulas.

Diante das considerações feitas acerca do *ethos* e do *páthos*, percebe-se uma relação de identidade, já que há uma negociação presente nos papéis entre o orador e o auditório. Além disso, a retórica ainda considera mais uma prova, desta vez de cunho racional, que completa a tríade sinalizada, voltando-se para o próprio discurso e que, perante a proposta de entremeio teórico implicada, se torna fundamental para o desenvolvimento desta Tese: o *lógos*.

³⁵ Com relação às informações contextuais acerca do jogo de imagens assinalado, remete-se à leitura da seção 1.3 ASPECTOS CONTEXTUAIS DAS FÁBULAS MILLORIANAS.

2.3.2.2 O *lógos*

É assim que Aristóteles (cf. [384-322 a.C.] 1990, p.179) classifica o papel do *lógos*: persuadir pelo discurso, a partir da apresentação da verdade ou do que parece sê-la, de modo a proferir o que é passível de ser convincente em diferentes circunstâncias. Assim como o *ethos*, o *lógos* também precisa se adequar a situações específicas, identificando, no seu caso, quais são os argumentos que podem propiciar a adesão do auditório.

De caráter mais objetivo, porquanto racional, o *lógos* liga-se à própria forma de argumentar, de mobilizar estratégias discursivas para persuadir. O método de argumentação mediante esquema lógico é apresentado na *Retórica*, na qual são postos em evidência o entimema, tido por silogismo retórico que se especifica pela probabilidade de que se revestem as premissas, e o exemplo, ou indução retórica (cf. ARISTÓTELES, [384-322 a.C.] 1990, p. 180). Essas maneiras de argumentar foram observadas inclusive nos discursos escolares cuja característica é a de se apresentarem como modelos de aprendizagem.

As técnicas argumentativas receberam uma atenção especial por Perelman e Olbrechts-Tyteca, que se dispuseram a observar as condições em que são aplicadas no discurso persuasivo. Tendo em vista a relevância das técnicas em questão para a presente Tese, a estas é dado um enfoque específico, com o intuito de perceber as especificidades conceituais que as fundamentam.

2.3.3 As estratégias argumentativas na nova retórica

Diante dos altos e baixos ao longo do tempo, culminando em seu declínio no século XIX, a retórica torna a ser reabilitada em meados do século XX, a partir dos estudos do pensador belga Chaïm Perelman. Junto com Lucie Olbrechts-Tyteca, Perelman publica a obra *Tratado da argumentação: A nova retórica*, que, inserindo-se “na grande tradição retórica de Aristóteles, Isócrates e Quintiliano, é realmente a teoria do discurso persuasivo” (REBOUL, 2004, p. 88). Dessa forma, fincando as bases principalmente na tradição da Antiguidade Clássica, a nova retórica se torna essencial para a reabilitação desse estudo que visa promover a adesão dos espíritos.

Além da distinção feita acerca dos diferentes auditórios, a nova retórica também se ocupa de discutir e diferenciar o convencimento da persuasão. Esses dois conceitos que também recebem uma classificação sinonímica, na nova retórica se distinguem pela respectiva aproximação com as noções de razão e de emoção. O convencimento, ao se desenvolver

segundo os princípios da razão, propicia a assimilação da ideia de certos valores por parte do auditório. O valor racional do argumento possibilita a aceitação das teses proferidas pelo orador, na medida em que o auditório atesta a validade do discurso. Por outro lado, para que se persuada é necessário que haja uma sensibilização pela tese apresentada, de modo que o auditório sinta-se impelido a agir de acordo com aquilo que acredita. A persuasão pressupõe o resultado que se inicia no processo de convencimento, mas que só chega à ação mediante a persuasão. Como se vê, convencer está para a razão da mesma forma que persuadir está para a emoção³⁶. Com respeito à relação existente entre essas noções com as de auditório, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 31) a esclarecem, propondo “chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional”.

Embora as discussões propostas, a exemplo das sinalizadas anteriormente, tenham conseguido chamar a atenção para a relevância da retórica, por conta da necessidade de imprimir um recorte à pesquisa, outras questões recebem maior ênfase. Para ir ao encontro da via proposta, é fundamental apreciar certas considerações feitas na nova retórica a respeito das técnicas argumentativas, as quais se constituem como o aspecto nuclear da retórica nesta Tese. Para tanto, são abordados três tipos de estratégias salientados por Perelman e Olbrechts-Tyteca, respectivamente: os argumentos quase lógicos; os argumentos baseados na estrutura do real; as ligações que fundamentam a estrutura do real.

2.3.3.1 Os argumentos quase-lógicos

Chamam-se argumentos quase-lógicos aqueles que têm a pretensão de ser bastante convincentes, caracterizando-se por se estruturar segundo a aparência de raciocínios formais, assim como os de natureza lógica e matemática. Porém, destes se diferenciam vez que os argumentos quase-lógicos são de natureza não-formal cuja aparência aos modelos formais se dá por um esforço de redução, a partir do qual os argumentos são introduzidos em esquemas formais. Para compreender a dinâmica em que se fundamentam, alguns deles merecem ser abordados como forma de sinalizar para eventuais estratégias passíveis de posteriormente serem mobilizadas na análise do *corpus*.

³⁶ Apesar da distinção feita entre convencer e persuadir, há posições que renunciam tal diferenciação, como é o caso da apresentada por Reboul (2004, p. XV), que vê nessa diferença uma dualidade exagerada, “visto que opõe no homem o ser de crença e sentimento ao ser de inteligência e razão, e postula ademais que o segundo pode afirmar-se sem o primeiro, ou mesmo contra o primeiro”.

Uma das maneiras de observar o argumento quase-lógico se dá com a análise da contradição e da incompatibilidade. O princípio da estrutura formal desse tipo de argumento sinaliza o risco de aceitar, ao mesmo tempo, uma proposição e sua negação. Na linguagem formal, a contradição se evidencia somente pela combinação das palavras, devido ao caráter unívoco dos enunciados. Diferente da linguagem formal, na natural, o aspecto polifônico autoriza a elaboração de enunciados desse tipo, sem necessariamente que se instaure uma contradição. Sobre essa questão, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 222) esclarecem: “Normalmente, quando alguém sustenta simultaneamente uma proposição e sua negação, pensamos que não deseja dizer algo absurdo e nos perguntamos como se deve interpretar o que diz para evitar a incoerência”.

Na linguagem natural, por não se ter uma natureza formal, a proposição aparentemente contraditória raramente será percebida como tal, e sim como um caso de incompatibilidade, devido ao predicado polifônico da linguagem, o qual possibilita encontrar maneiras de se distanciar da circunstância de contradição. A fábula de Fedro (2)³⁷ é um bom exemplo, na medida em que o lobo apresenta duas teses incompatíveis com relação à própria realidade dos fatos – a saber, a de que o cordeiro teria turvado sua água e a de lhe mal dizer há seis meses. No entanto, pelo contexto da narrativa percebe-se que não se tem, por parte do lobo, o propósito de apresentar asserções verdadeiras, mobilizando-as no texto como pretexto para devorar o cordeiro. Com efeito, as estruturas incompatíveis ou contraditórias são apresentadas no texto justamente para se chegar à moralidade. Portanto, torna-se também uma estratégia do orador para delinear a imagem do auditório acerca da representação do lobo, figurativamente³⁸ apresentado como um ser que se vale de uma postura reconhecidamente contraditória a favor de seu próprio favorecimento, em detrimento de uma postura ética, pregada em fábulas como essa.

Nas proposições em que se evidencia a incompatibilidade, há que se abdicar de uma das teses, senão, de ambas. Se, ao contrário, se insiste na manutenção das duas teses, quem o faz corre o risco de ser taxado de absurdo. De certo, seria passível de ocorrer com o lobo caso insistisse nas teses levantadas, mesmo sendo comprovada sua impropriedade. Nesse sentido, como forma de evidenciar um caso de incompatibilidade, parte-se para a exposição das teses apresentadas, com o objetivo de mostrar que ao menos uma é aplicável a um determinado objeto. Assim, surge como absurda a ideia de considerá-las aplicáveis, nas mesmas condições, a um mesmo objeto.

³⁷ p. 32-33.

³⁸ Termo da semiótica.

Contudo, também há maneiras de anular possíveis incompatibilidades mediante estratégias argumentativas que sinalizam a existência de aspectos compatíveis em ambas as teses, antes vistas como conflituosas. Essas estratégias visam justificar a procedência dos enunciados aparentemente divergentes ao salientar uma divisão no tempo que as separa ou, de outro modo, uma divisão relacionada ao objeto a que foram aplicados. Esse procedimento argumentativo se fundamenta na habilidade argumentativa de mostrar que os enunciados apresentados, por se distanciarem no tempo ou remeterem a divisões distintas de um mesmo objeto, não se inserem em um sistema único.

De outra maneira, ao ser lançada uma argumentação que recebe críticas injustificadas por quem não se propõe a aceitar quaisquer das premissas que a compõem, o orador pode se valer de outra estratégia de argumentos quase-lógicos: a do ridículo. Também pode ser usada com aqueles que insistem ou aderem a premissas que apresentam incompatibilidade, sem ao menos tentar desfazê-la. Em suma, “normalmente o ridículo está vinculado ao fato de uma regra ter sido transgredida ou combatida de um modo inconsciente, por ignorância seja da própria regra, seja das conseqüências desastrosas de uma tese ou de um comportamento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 234). Dessa forma, no texto (1)³⁹, o comportamento do admirador de Hermes foi ridicularizado, por este ter transgredido uma regra de não matar a galinha que, na figurativização, representa o preceito moral que desaprova a ganância na sociedade. Como a ganância se constitui enquanto uma regra de conduta social, sua transgressão demonstra a perda de conquistas, estabelecendo-se, assim, um alcance contrário ao pretendido com a transgressão à regra, o que tende a ser representado como um comportamento ridículo no gênero fabular.

Quando, porém, em uma argumentação indireta, há uma incompatibilidade, de modo consciente, com o propósito de provocar o efeito semântico contrário, não se tem mais o ridículo, e sim, a ironia⁴⁰. É o que ocorre no texto que se segue:

(4) O corvo e a raposa

Um corvo roubou um pedaço de carne, e foi pousar sobre uma árvore. Uma raposa o viu e quis apoderar-se da carne. Postou-se pois diante dele, e começou a elogiar seu tamanho e sua beleza, dizendo que nenhum outro pássaro merecia mais que ele ser rei, e que isso certamente aconteceria se ele

³⁹ p. 30.

⁴⁰ Ducrot (cf. 1987, p. 198-199) descreve a enunciação irônica como aquela em que o locutor L mobiliza um enunciador, um ponto de vista, ao qual não se assimila, pelo contrário, toma-o por absurdo. Apesar de ser responsável pela enunciação, L não se responsabiliza pela posição de E, proporcionando, pelo efeito de rejeição à perspectiva mobilizada, a instauração da ironia. Por essa esquematização, torna-se perceptível a relação quase-lógica implicada na estrutura dos argumentos que se valem do recurso da ironia.

tivesse um pouco de voz. O corvo, querendo provar-lhe que tinha também voz, abriu o bico deixando cair a carne e pôs-se a crocitar com toda sua força. A raposa correu, apanhou a carne, disse: “Ó corvo, se tu tivesses também inteligência, nada te faltaria para seres rei de todos os animais”.
Moral: A fábula se aplica ao homem tolo. (ESOPO, 2004, p. 90)

Observe-se que o efeito de sentido de que se reveste a moral se instaura devido à presença de uma incompatibilidade, já que se sabe que esteticamente há aves mais belas e maiores que o corvo. Além do mais, o “crocitar” do corvo também não se aproxima de um canto sonoramente agradável. Além disso, é preciso atentar para a representação da raposa nas fábulas, vez que comumente é tida como animal esperto, finório. Essas informações prévias, necessárias para a compreensão da fábula, são requisitos para que se reconheça a presença da ironia nos elogios feitos ao corvo pela raposa.

Diante disso, vê-se que a incompatibilidade é sublimada pela presença da ironia, instaurando-se, pois, um elemento que mobiliza o sentido oposto do que se quer apresentar para efeitos persuasivos. Esse tipo de argumento, que pode ser mobilizado nas mais diversas circunstâncias argumentativas, possui maior eficácia ao se ter uma maior delimitação do grupo. Porém, só deve ser utilizada em contextos nos quais haja conhecimento sobre aquilo que o orador acredita, o que sinaliza a necessidade de se ter, para mobilizá-la, uma gama de conhecimentos prévios⁴¹.

Há argumentos ainda que podem ser aplicáveis à regra de justiça, como os de reciprocidade, caracterizados por tratar da mesma forma duas situações que sejam correspondentes. Esse tipo de argumento, ao relacionar duas situações, vale-se das condições a partir das quais se dá a ocorrência de simetrias, uma vez que o argumento de reciprocidade pressupõe a condição simétrica tanto de A e B, quanto de B e A, o que salienta a possibilidade da inversão da ordem entre o antecedente e o subsequente. Na fábula de La Fontaine (3)⁴², atesta-se a presença do argumento de reciprocidade quando o rato, ao ser beneficiado pelo leão com a liberdade, age com reciprocidade ao livrá-lo da prisão, salientando a correspondência simétrica das ações.

Nessa estratégia argumentativa, a simetria também pode ser apresentada para que, depois, a mesma relação seja negada, como bem salientam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 257): “Às vezes, a simetria de situação é evocada, condescendentemente, com o

⁴¹ Na retórica, o efeito irônico é percebido pelo auditório quando este tem conhecimento acerca das crenças do orador, caso contrário, o que é reconhecidamente irônico para o locutor pode transparecer ao auditório como um posicionamento ridículo de quem fala, comprometendo a credibilidade do orador e, conseqüentemente, daquilo que se diz.

⁴² p. 35.

único intuito de poder negá-la”. Isso salienta a propriedade da argumentação pautada no critério de reciprocidade, na medida em que seu uso pode estar a favor de imprimir efeitos distintos ao discurso, a depender da habilidade do orador em mobilizar tal técnica.

O esquema da transitividade é mais um recurso assimilado ao argumento quase-lógico de que dispõe o orador, que consiste em, mediante o envolvimento existente entre A e B e B e C, chegar à conclusão da existência de uma relação de similaridade entre A e C. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 257) ilustram esse esquema mobilizando a máxima “os amigos de nossos amigos são nossos amigos”, o que salienta uma relação de transitividade. O argumento em questão se torna eficiente, por exemplo, em competições nas quais um time A é considerado superior ao C, uma vez que tenha vencido o B e este, por sua vez, o C. No confronto direto, salientam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 260), o time A pode efetivamente não vencer o time C, por isso que, no esquema de provas eliminatórias, o argumento de transitividade passa a ser fundamental.

Também se pode tomar uma relação de transitividade no texto (2). No momento em que o lobo acusa o cordeiro de lhe mal dizer e este afirma não ter nascido na ocasião da ofensa, o lobo prontamente evoca a figura do pai do cordeiro, insinuando que deste teriam partido as ofensas. Por essa relação, o cordeiro deveria sofrer represálias por um suposto comportamento reprovável efetuado por alguém de sua linhagem. Essa relação, por sua vez, pode ser compreendida em um esquema quase-lógico, no qual A é inimigo de C e B é amigo de C, o que leva A ser inimigo de B. O que se manifesta, então, é a relação de transitividade passível de ser concebida na seguinte frase apresentada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 259): “os amigos de nossos inimigos são nossos inimigos”.

Outra forma de manifestação do argumento quase-lógico está na relação de inclusão, que se divide em argumentos de inclusão da parte pelo todo e na divisão do todo em suas partes. A peculiaridade do primeiro é a de se limitar a relacionar o todo com a parte, sem que haja qualquer particularidade em um dos elementos, confrontando-os, portanto, com base no critério de igualdade, comparando-os de maneira parecida com uma forma matemática. A valia que o todo tem, por essa estratégia, se estende à parte. Contudo, na maioria das vezes, a inclusão da parte pelo todo é vista mediante o prisma quantitativo.

Diante dessa visão inclusiva, o todo passa a ter mais relevância que as partes, visto que as engloba, autorizando, assim, a pertinência do argumento de superioridade que pode ser aplicado, por exemplo, para salientar a superioridade de quem mente. A inteligência da raposa, predicado sugerido no texto (4), marca uma superioridade com relação ao corvo, o que a faz dele usurpar o pedaço de carne. Dessa maneira, o que alicerça o logro da raposa é a

propriedade que tinha de conhecer a verdade (a de que o corvo não possuía as qualidades que lhe foram imprimidas) e a mentira. Com a união desses elementos, pela apreensão dessas partes, tornou-se superior ao corvo – que tinha conhecimento de apenas uma das partes – no campo da esperteza. Assim, pelo raciocínio pautado na superioridade do todo em relação às partes, o mentiroso se sobrepõe aos outros por saber que mente, o que lhe confere a apreensão da parte conhecida por seus interlocutores, mais a que é exclusivamente de seu conhecimento. Isso leva a crer que o mentiroso obtém o todo, sendo o conhecimento dos interlocutores apenas uma de suas partes.

No caso da divisão do todo em suas partes, abre-se espaço à fundamentação de um argumento pautado no critério de divisão das partes, de modo que, a partir destas, seja possível reconstituir o quadro geral, o todo. Esse tipo de argumento se baseia no dilema, cuja peculiaridade é a de indicar uma conclusão após a observação das partes que a compõem. Para retratar essa construção argumentativa, recorre-se à percepção do seguinte texto:

(5) A cigarra e a formiga

Tendo a cigarra em cantigas
Folgado todo o verão
Achou-se em penúria extrema
Na tormentosa estação.

Não lhe restando migalha
Que trincasse, a tagarela
Foi valer-se da formiga,
Que morava perto dela.
Rogou-lhe que lhe emprestasse,
Pois tinha riqueza e brio,
Algum grão com que manter-se
Te voltar o aceso estio.

“Amiga – diz a cigarra –
Prometo, à fé d’animal,
Pagar-vos antes de agosto
Os juros e o principal.”

A formiga nunca empresta,
Nunca dá, por isso junta:
“No verão em que lidavas?”
À pedinte ela pergunta.

Responde a outra: “Eu cantava
Noite e dia, a toda hora.
- Oh!

Bravo!, torna a formiga:
Cantavas? Pois dança agora!” (FONTAINE, 2005, p. 43-44)

Na fábula “A cigarra e a formiga”, impõe-se um dilema moral que envolve, de um lado, o aproveitamento do presente e, de outro, a construção de um futuro próspero. A soma das partes que compõem o dilema reconstitui o todo, o evento apresentado na fábula, o que evidencia a relação entre o todo e suas partes. A circunstância apresentada, diante da divisão assinalada, passa a ser percebida mediante a redução, na qual posições se instauram mediante a relação de incompatibilidade. Uma situação, pois, pode ser reduzida a um dilema.

O estudo das técnicas de argumentação não deve prescindir ainda da análise de um elemento geralmente mobilizado nos discursos persuasivos: a comparação. Diferente do que se pode pensar, esta se distancia das noções de identificação e analogia, por sua suscetibilidade maior de provas. Isso se dá por conta da característica da comparação, que é a de assinalar a presença de uma medição que lhe é subjacente. No texto (5), cotejam-se duas circunstâncias: a do passado e a do presente. Nessa comparação, evidencia-se que a atitude da cigarra no tempo passado contribui para as agruras atuais. No entanto, a comparação não se encerra aí. Além disso, compara-se ainda a atitude da formiga com a da cigarra, a partir das qual é evocada a questão moral referente à necessidade de se cumprirem as obrigações para evitar dificuldades futuras.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 275), “as comparações podem dar-se por oposição (o pesado e o leve), por ordenamento (o que é mais pesado que) e por ordenação quantitativa (no caso, a pesagem por meio de unidades de peso)”. O valor dessa estratégia está na possibilidade de valorização do inferior, por meio da comparação com o que é superior, uma vez que os coloca no mesmo lugar ocupado. É o que ocorre no texto (6), chamado “O leão e o rato reconhecido”:

O rato passeava sobre o corpo de um leão adormecido. Este acordou, e tendo apanhado o rato, ia comê-lo. Mas o rato suplicou-lhe que o largasse, dizendo que, se o poupasse, lhe pagaria o favor; e o leão sorriu e deixou-o partir. Pouco depois, aconteceu que o leão foi salvo pelo reconhecimento do rato. De fato, este fora apanhado por caçadores e amarrado a uma árvore com uma corda. Assim que ouviu seus gemidos, o rato veio até ele, roeu a corda e o libertou, dizendo: “Ainda há pouco riste de mim, não acreditando que eu cumprisse minha palavra, mas agora vê que também entre os ratos existe reconhecimento”.

Moral: A fábula mostra que, nos revezes, os muito poderosos têm necessidade dos mais fracos. (ESOPO, 2004, p. 108)

Nessa fábula, evidencia-se, diante da incredulidade do leão de que o rato o pudesse auxiliar em quaisquer circunstâncias, que o poder está disperso e que existe em todo lugar, mesmo onde é mais improvável. Dessa maneira, ao mostrar que, assim como o leão, o rato

também detém um poder, compara-se esse elemento entre seres distintos, qualificando, portanto, aquele que é tido como inferior.

Apesar disso, a comparação também pode servir como estratégia para a desqualificação, na medida em que, inversamente, mesmo se atestando uma superioridade de alguém, o que é desprezível a quem é comparado se estabelece no mesmo grupo. Essas são apenas algumas possibilidades argumentativas da comparação, diante de sua propriedade aplicativa.

2.3.3.2 Os argumentos baseados na estrutura do real

O segundo bloco de argumentos descritos na nova retórica abarca os que se baseiam na estrutura do real, diferenciando-se dos quase-lógicos por não estarem pautados em uma estrutura lógico-matemática, mas por buscarem vínculos na estrutura do real. Esses argumentos, como salienta Reboul (2004, p. 173),” já não se apóiam na lógica, porém na experiência, nos elos reconhecidos entre as coisas. Aqui, argumentar já não é implicar, é explicar”. Para compreender como alguns desses argumentos se caracterizam, é relevante observá-los segundo uma subdivisão entre os de ligações de sucessão, que levam em consideração, para a análise de um fenômeno, as relações existentes entre este e suas causas ou consequências, e as ligações de coexistência, que se ocupam em relacionar alguém aos atos que pratica ou, em uma dimensão maior, grupos aos seus componentes.

A ligação de sucessão do tipo causal é tida como uma das mais eficazes dessa subdivisão. Na perspectiva de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 301), “a argumentação pela causa supõe, quando se trata de atos humanos, que estes são racionais. Admitir-se-á dificilmente que alguém tenha agido de uma certa forma, se o acusador não explicar as razões do comportamento alegado”. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 299-300) salientam no vínculo causal a possibilidade de direcionar a argumentação de três maneiras:

- a) as que tendem a relacionar dois acontecimentos sucessivos dados entre eles, por meio de um vínculo causal;
- b) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a descobrir a existência de uma causa que pôde determiná-lo;
- c) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar.

Essa ligação pode ser concebida no texto (2), no instante em que se remete às tentativas do lobo de fundamentar as causas para o comportamento de querer devorar o cordeiro. Dessa forma, o que determina o comportamento descrito se pauta justamente em

uma relação de causas explicitadas no argumento que põe em evidência o fato de o cordeiro ter sujado a água que o lobo bebe, bem como de tê-lo ofendido. No entanto, o desencadeamento desses argumentos não tem logro, devido às provas apresentadas pelo acusado dos crimes alegados.

Já o argumento pragmático permite que um acontecimento ou mesmo um ato sejam apreciados não pela causa que definiria suas existências, mas por suas consequências, quer se refiram ao presente, quer ao futuro, as quais podem ser favoráveis ou não. Tais consequências não necessitam ser comprovadas ou mesmo conhecidas por todos. É possível promover a apresentação de consequências hipotéticas ou mesmo de foro íntimo, como é o caso das reações físicas e/ou psicológicas que explicam o comportamento de um supersticioso. O que é fundamental para o sucesso do argumento pragmático é a aceitação, por parte dos interlocutores, da validade da consequência, de modo a ratificar a correspondência fato-consequência, imprimindo, assim, a validade dessa ligação. Para ilustrar um caso em que se instaura o argumento pragmático, veja-se o texto (7) intitulado “O arqueiro e o leão”:

Um hábil arqueiro subiu à montanha para caçar. Todos os animais fugiram amedrontados, menos o leão, que o desafiou ao combate. O arqueiro atirou sua seta que atingiu o leão, e lhe disse: “Esta seta é minha mensageira, depois eu próprio irei contra ti”. Ferido, o leão deitou a fugir. Entretanto, uma raposa disse-lhe para não ter medo e não fugir, mas o leão respondeu: “Tu não me enganas, pois, se a mensageira é assim tão cruel, como o enfrentarei quando vier ele mesmo?”.

Moral: É prudente examinar as possíveis consequências no começo, para evitar dissabores maiores. (ESOPO, 2004, p. 161-162)

Dessa forma, o leão já prevê a consequência que pode ser acarretada caso aceite a sugestão da raposa, o que justifica seu comportamento de fugir. Por meio da figurativização, o papel moralizante da fábula instaura a propriedade da prudência, a partir do exame das possíveis consequências que uma atitude pode gerar. Diante disso, o argumento pragmático é mobilizado, possibilitando-se, assim, apreciar a atitude prudente do leão perante a consequência desfavorável, passível de se apresentar.

Mais uma ligação de sucessão é concebida nos argumentos por desperdício, os quais se constituem mediante a relação existente em acontecimentos, sem, no entanto, pôr a causalidade em evidência. Nesse caso, a propriedade argumentativa é marcada pela característica que nessa ligação se encontra de levar adiante o desenvolvimento de uma dada situação para que não se desperdice o esforço inicial despendido para sua realização. A ideia de desperdício se aproxima das articulações discursivas que se lançam a mobilizar estratégias

para convencer de que não se deve desperdiçar uma oportunidade, podendo ser usada para convencer, a exemplo, alguém que é dotado de certas habilidades a utilizar amplamente o talento que tem. Um bom exemplo está no texto (8), “O orador Demades”, reproduzido na sequência:

O orador Demades discursava um dia em Atenas, quando percebeu que o povo não prestava muita atenção ao seu discurso. Pediu então ao povo a licença para contar uma fábula de Esopo, com o que todos concordaram. E começou dizendo: “Deméter, uma andorinha e uma enguia seguiam pelo mesmo caminho. Chegando à beira de um rio, a andorinha alçou vôo e a enguia jogou-se na água”. E dito isso ficou em silêncio. Perguntaram-lhe então: “E então, o que fez Deméter?”. E ele respondeu: “Ela encolerizou-se contra vocês, que negligenciam os negócios públicos para prestar atenção a fábulas de Esopo”.

Moral: Do mesmo modo, são loucos os homens que menosprezam o que é necessário e preferem o que lhes dá prazer. (ESOPO, 2004, p. 60)

Como se vê, o orador Demades, mesmo sem receber a atenção do público, não se mobiliza para sair daquela situação, não abandona seu posto como orador. Ao contrário, faz valer o esforço que inicialmente é empreendido, sem desperdiçar, portanto, a oportunidade de reverter aquela situação aparentemente irremediável. Por meio da presente fábula, além de se sinalizar para o aspecto moralizante, também se estabelece a validade de não se desistir de uma determinada tarefa diante de percalços. Ao contrário, tais percalços sobre os quais poderia se fundamentar a desistência de uma oportunidade, devem servir de estímulo para a realização de grandes feitos, estimulando-se, assim, o florescimento das habilidades. Dessa maneira, o orador aproveita a ocasião no intuito de prosseguir com seu discurso, tomando o infortúnio como um incentivo para avançar em sua empreitada.

Além do argumento de desperdício, a fábula anterior também serve para ilustrar o argumento de superação, que tem por princípio sinalizar para as possibilidades de ir cada vez mais longe, numa condição ascendente de valor. Sua utilização se dá em contextos nos quais a realização do objetivo passa a ser suplantada por uma questão maior, a de transcender, ultrapassar os limites já alcançados. Essa técnica é mobilizada com frequência para inverter o valor de argumentos apresentados que sinalizem dificuldade ou impossibilidade de se alcançar uma meta maior por conta da existência de percalços difíceis de serem transpostos.

No caso da narrativa, percebe-se que o orador se vale de uma circunstância desfavorável para reverter o cenário em que não detinha a atenção do público. Para isso, vale-se da própria situação desfavorável, tornando-a parte de seu discurso para conscientizar os atenienses a se voltarem para as questões essenciais, referentes aos negócios públicos, e não

contingenciais. O próprio *epimitio* sintetiza o aspecto moralizante presente no discurso do orador. Nesse sentido, tais obstáculos são descritos, na estratégia da superação, como uma espécie de trampolim para se alcançar resultados maiores, transformando, assim, um argumento contrário, que passa a figurar positivamente no discurso.

Além desses tipos de argumentos, há os de ligação por coexistência, que são constituintes do grupo daqueles baseados na estrutura do real, mas diferem dos de ligação por sucessão ao não relacionarem termos de um mesmo plano, mas realidades de existências distintas.

A ligação de coexistência não raro sofre influência de um aspecto relevante para a psicologia social, a partir do qual se é considerada a questão da superioridade imputada a um ser ou a um grupo: o prestígio. Dentre os argumentos que sofrem influência desse aspecto, o de autoridade se destaca pelo caráter totalizante a que se submete ao prestígio. Nesse sentido, a dimensão é tamanha que a própria condição de superioridade imputada a atos e juízos já é garantia de prova à tese levantada, ou auxilia para reforçá-la, desde que haja um acordo acerca da aceitação da validade do prestígio atribuído.

No caso da fábula, o próprio gênero já se reveste de prestígio, caracterizando-se como um típico argumento de autoridade. Como se verifica no processo de transmutação, o gênero fabular, em sua constituição, configura-se como um dizer reenunciável, pelo qual um enunciador atemporal se responsabiliza. Diante de um enunciador disperso em tempo e espaço, o texto se imiscui de valor de verdade, instituindo propriedade à moral apresentada e geralmente ratificada pelo *epimitio*. O valor de sabedoria incontestável do provérbio, aliado à condição de discurso de autoridade (cf. ROCHA, 1995, p. 82), torna-se um elemento estabilizante da fábula. Isso explica a presença constante desse gênero em diversas circunstâncias em que a persuasão e o convencimento são postos como meta por diversos oradores.

Já a estratégia de mobilização do argumento pautado no simbólico, esta se vincula à estrutura do real, podendo se aproximar das ligações de coexistência. Na ligação entre o símbolo e o simbolizado, pressupõe-se a existência de uma relação de participação, da qual tanto o valor representativo quanto o significado devem emanar. Graças a essa relação, é possível conceber situações nas quais se veneram determinados itens que, sem o valor representativo, sujeitariam tais circunstâncias ao ridículo.

Na fábula comumente se depreende a simbologia dos animais, marcando a presença da estratégia argumentativa em questão. Na apreciação de “O lobo e o cordeiro”, texto (2), o lobo é simbolicamente concebido mediante a ideia de selvageria, em detrimento do cordeiro,

tido como símbolo de pureza. Sem o conhecimento desses valores simbólicos, a compreensão da fábula, enquanto gênero estabilizado pela presença da narrativa, mas que remete ao plano social por meio da figurativização, tende a se tornar mais restrita. A percepção dessa construção simbólica propicia, por sua vez, na percepção da fábula, a emergência de polaridades nas quais se incluem o bem e o mal, a pureza e a opressão.

Todavia, para que o efeito simbólico seja efetivamente percebido, tem-se como requisito prévio o conhecimento acerca da relação entre o símbolo e o simbolizado. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 381) atentam para esse detalhe:

Todo símbolo pode ser utilizado como signo e servir de meio de comunicação, desde que se integre numa linguagem compreendida pelos ouvintes. Mas não sendo a ligação simbólica nem convencional, nem baseada numa estrutura do real universalmente conhecida e aceita, o significado de um simbolismo pode ficar reservado apenas aos iniciados, permanecer para outros inteiramente incompreensível; o que era símbolo perderá completamente esse caráter se não houver essa iniciação.

Com efeito, o valor argumentativo da estratégia baseada no simbólico se consolida principalmente nas ocasiões em que essa ligação entre o símbolo e o simbolizado é reconhecida pelos interlocutores. Tal vínculo também pode ocorrer entre um indivíduo e os atos praticados, na medida em que é interpelado a representar um grupo, o que o faz, portanto, ser reconhecido como símbolo deste.

2.3.3.3 As ligações que fundamentam a estrutura do real

Para completar o quadro de estratégias argumentativas a serem aplicadas à análise do *corpus*, apresentam-se algumas de ligações que fundamentam a estrutura do real, as quais se caracterizam por apoiar-se no caso particular, em que se estabelecem desde generalizações a regularidades e imitações, e em argumentos de analogia que, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 216-217), “se esforçam em reestruturar certos elementos do pensamento em conformidade com esquemas aceitos em outros campos do real”. A observação de tais estratégias se efetua segundo essa subdivisão. Assim, o fundamento pelo caso particular recebe atenção inicial, considerando-se o exemplo, a ilustração e o modelo. Posteriormente o raciocínio por analogia completa a abordagem em questão.

A ligação pelo exemplo visa firmar uma regra particular que se apresenta em desacordo, promovendo uma generalização dessa regra com o propósito de permiti-la,

mediante um acordo prévio que a autorize, denotar incontestabilidade. Dessa maneira, autoriza a instauração de uma generalização que visa fundamentar uma regra, como se observa em uma série de textos fabulares. A tomar a fábula (6), “O leão e o rato reconhecido”, reconhece-se o valor da indulgência mediante o exemplo representado pela narrativa.

Aliando-se a esse aspecto, como se trata de um gênero cuja peculiaridade é a de se apresentar como um dizer atemporal, anônimo, que se constitui socialmente com o valor de verdade universal, o propósito moralizante passa a ser recoberto por um teor de incontestabilidade, dadas as circunstâncias existenciais do gênero fabular. A moral, diante disso, remete ao referente princípio geral, fundamentado pela exemplificação, a qual denota uma generalização, o que torna a figurativização por meio da qual é mobilizado o princípio disseminado na fábula um exemplo de comportamento que deve ser adotado socialmente.

A ilustração distingue-se do exemplo já que, diferente deste, àquela não se recorre para que uma regra seja fundamentada, e sim, para reforçar sua adesão, tendo em vista a aceitação prévia de sua legitimidade, devido ao caráter já concebido de regularidade referente à aceitabilidade e ao conhecimento por parte do auditório. Devido ao caráter prévio de aceitabilidade da regra, a ilustração passa a ser menos passível do que o exemplo de provocar má interpretação, o que torna sua utilização afeita à tarefa de melhorar a compreensão de uma regra. Na fábula (9), intitulada “O Caçador e o Cão”, torna-se possível reconhecer os princípios desse procedimento retórico:

O tempo tudo consome.

Um Cão que a seu Senhor sempre agradava,
Quando as feras velozes perseguia,
Começou de sentir que enlanguescia
Pelo agravo dos anos que contava.
Dum Javali, com que lutara um dia,
Travou pelas orelhas; mas a presa
Pouco depois largou, pela fraqueza
Dos gastos dentes já sem serventia.
Por isso o Caçador, impacientado,
Rudemente o exprobrou. Cômico de velho,
O Cão lhe respondeu em tom magoado,
Ladrando tristemente este conselho:
- “Não faltou-me a coragem, bem n’o viste;
A força, sim, de que dispunha outrora:
Quando forte, agradei-te; mas agora
Condenas o que de mim já não existe!”

*Qual seja desta fábula o motivo,
Tu, Fileto, terás inda bem vivo.* (FEDRO, 2001, p. 160-161)

Observe-se que a ideia de que o tempo é implacável é logo apresentada como uma regra natural, reconhecida, incontestada, procedendo-se, depois, a ilustração que a reforça, constituída pela narrativa em questão. Diante da aceitação do princípio inexorável da passagem do tempo e, com isso, da perda de certas habilidades, na fábula não se busca fundamentá-lo – dada a sua aceitabilidade –, e sim promover uma ilustração que o reforce. Dessa forma, diferente do exemplo, a ilustração não se presta a fundamentar uma regra, vez que esta já possui aceitabilidade, e sim reforçá-la, melhorando-se, assim, a compreensão dessa regra e, de certo modo, adequando-a aos propósitos do orador.

Às vezes, porém, diferenciar o exemplo da ilustração, sem que a intenção esteja explicitada, não é tão simples. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 400) apresentam uma circunstância para retratar essa dificuldade. Assim, o relato feito por uma revista sobre a trajetória de sucesso de um industrial ou de uma celebridade pode ser visto como generalizações, salientando que qualquer um, a exemplo dos indivíduos aos quais remete o relato, tem condição de ascender no cenário sócio-econômico, ou ainda ser concebido como “ilustrações de algumas receitas bem conhecidas para progredir socialmente”. A depender da forma com que o auditório percebe o relato, a situação esboçada pode compreender ambas as funções.

Sobre o relato apresentado anteriormente, se o auditório tomar os indivíduos como pessoas que merecem ter os comportamentos imitados, não há de se tratar, nessas condições, nem mais (ou não somente) de exemplos nem ilustrações, mas de modelos. De fato, as três funções podem ser imputadas ao relato, a depender da forma com que será apreciado pelo auditório. Diante dessas condições, percebe-se naturalmente o predicado caracterizador do modelo: o potencial para ser imitado. No texto (8), Demades pode ser tido como modelo de conduta na fábula, visto que procede de acordo com o preceito moral propagado, segundo o qual não se deve menosprezar aquilo que é necessário a favor do que é prazeroso. Salienta-se, desse modo, a propriedade que assevera seu potencial, tornando-o modelo de conduta. Ao fazer menção acerca do potencial, pois, destaca-se a qualidade do prestígio, a qual se assimila tanto a uma pessoa, quanto a um grupo que possui esse requisito, motivo de ambos poderem integrar um argumento pelo modelo. A mobilização dessa técnica autoriza a imitação sem que seja necessário justificá-la, dado o valor concernente ao caráter de prestígio.

Apesar de a inclinação a imitar o comportamento de alguém ser um efeito esperado pela utilização do aludido argumento, o próprio ato daqueles que seguem pelo desejo de obter a distinção mediante a reprodução desse comportamento tende não raro a desvalorizar o modelo. A disseminação da prática dessa reprodução pode gerar, por sua vez, a vulgarização

do comportamento, por passar a ser representado por indivíduos que, grosso modo, são inferiores aos modelos. O desprestígio de uma conduta, dessa forma, sinaliza para a existência de outro tipo de argumento que, ao desprestigiar um comportamento, se distancia do estímulo à imitação. Desse jeito se estabelece o antimodelo, de cuja conduta se busca um afastamento. É o que ocorre com o povo que, durante o discurso de Demades, somente se propôs a dar-lhe atenção no momento em que este simulou enveredar por assuntos mais prazerosos em detrimento das deliberações essenciais anteriormente propostas. Por isso, o grupo se torna um antimodelo, ao contrário do orador Demades.

No caso do raciocínio por analogia, instaura-se uma similitude referente às relações dos pares de termos A e B e C e D, de modo que ao primeiro conjunto dá-se o nome de tema, enquanto o segundo é tido por foro. O tema se refere aos termos da conclusão a que se quer chegar, já o foro representa os termos em que os raciocínios se firmam. Reboul (2004, p. 185) salienta a relação entre esses conjuntos ao analisar a analogia satírica presente na frase “Hierarquia é como prateleira: quanto mais em cima, menos utilidade”:

Ela exhibe duas relações. A primeira, o tema, é o que se quer provar, que a hierarquia não serve para quase nada em seu ápice. O segundo, o foro, é o que serve para provar: quanto mais uma prateleira é alta, menos é acessível. O foro é em geral retirado do domínio sensível e concreto, apresentando uma relação que já se conhece por verificação. O tema é em geral abstrato, e deve ser provado.

Como ponto de apoio para explicar o tema, o foro normalmente é mais conhecido que o último. Além do mais, a analogia implica ainda a assimetria entre os conjuntos mencionados, o confronto entre tema e foro, com a necessidade de que cada qual pertença a áreas distintas. Dessa forma, os conjuntos só podem compreender esse tipo de argumento quando pertencem a domínios diferentes. No caso das fábulas, junto com as alegorias compreendem, na perspectiva de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 447), analogias do tipo reconhecido. Assim, sendo reconhecidas como analogias, no gênero fabular se torna mais notória a distinção de áreas. No texto (2) “O lobo e o cordeiro”, por exemplo, ao ser verificada a analogia presente, tomam-se os termos lobo e cordeiro como os elementos do foro, enquanto os respectivos valores de pureza e opressão compõem os elementos do tema, os quais remetem à tese que pretende promover, portanto, a adesão dos espíritos. É dessa forma que o termo “lobo”, presente no foro, adquire um valor temático negativo, em detrimento de “cordeiro”, o qual apresenta como tema uma postura positiva, instituindo-se,

assim, por meio da fábula, a relação de contraste em que se opõem o bem e o mal e, com isso, a moral que aponta para a presença de tais costumes na sociedade.

2.4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS: POSIÇÕES PARA ALIANÇAS TEÓRICAS

Perante as teorias abordadas, evidencia-se a presença, em um momento, de simetrias que as aproximam, e em outros tantos uma série de contradições, constantes em movimentos de entremeio teórico. Tais contradições, no entanto, não podem ser excluídas, visto que mesmo seu apagamento não exclui, no interior dos movimentos de aproximação, as relações tensas intrincadas nesse processo de inter-relações. Por esse motivo precisam ser administradas de modo que se faça possível promover alianças teóricas fundamentadas em um efetivo plano de congruência.

A questão que se coloca nesta posição é a viabilidade de promover uma organização teórica que possa conjugar, de modo satisfatório, três perspectivas de diferentes campos de conhecimento, junto às contribuições sobre fábula mediante a perspectiva teórica bakhtiniana acerca do gênero textual. Isso sinaliza a necessidade de escolher um posicionamento estratégico de conjugação que demarque precisamente os itens a serem administrados, sob o risco, com a não observância desse requisito, de gerar certas imprecisões nas análises, consequência esta que se pretende evitar. Além do mais, as referentes contradições devem ser abordadas de modo que os pontos destoantes entre as perspectivas teóricas não inviabilizem o processo de imbricamento. Tendo as posições teóricas nuances que são reflexo de um quadro de constituição muito mais extenso (com efeito, não há interesse em efetuar um levantamento epistemológico de cada arcabouço), propor uma administração no conjunto geral das teorias pode fazer com que relevantes características passem despercebidas, o que tende a comprometer a proficiência de análise que se almeja para esta pesquisa.

Para evitar tanto imprecisões como ininteligibilidades, optou-se por apresentar o imbricamento mediante a observação seccionada dos aportes. Dessa forma, em um primeiro momento são identificados os mecanismos apontados na AD e na teoria polifônica de Ducrot que compõem a primeira seção, a qual será apreciada como seção discursiva. Nesta, tanto as aproximações quanto os distanciamentos teóricos implicados em tal aproximação são analisados, assim como o propósito desse relacionamento. Posteriormente, a seção discursiva é relacionada com a teoria da argumentação oriunda da nova retórica, a qual, neste plano de entremeio, se intitula seção argumentativa. A referente relação tem por objetivo evidenciar como é possível vislumbrar um ambiente teórico em que essas perspectivas suprem

mutuamente certas lacunas, proporcionando, assim, a efetivação de uma análise que engloba tanto a esfera sócio-discursiva quanto a argumentativa. A perspectiva genérica, por sua vez, é obliterada neste momento, por ter sido abordada anteriormente, ao se tratar do gênero fabular. No entanto, os reflexos provenientes dessa abordagem auxiliam na análise do *corpus*.

Essa estratégia de visualização das relações, portanto, se apresenta com o objetivo geral de evitar possíveis equívocos e/ou deficiência que dificultem a compreensão da proposta de imbricamento, bem como impossibilitem o desenvolvimento pretendido para as análises.

2.4.1 Entre o assujeitamento e a polifonia

Com o propósito de compor a seção discursiva, procura-se identificar as bases de imbricamento que se estabelecem entre pressupostos da AD e da teoria polifônica de Ducrot. Nesta seção, assim como a noção de discurso, a de sujeito também está presente nos dois planos de relação, circunstância que corrobora para a inevitabilidade de a essas imprimir uma ênfase no processo de agrupamento teórico. Destarte, antes é fundamental exprimir as condições em que tais conceitos se fundamentam, a começar pelo contexto aproximativo desses campos de saber.

É interessante perceber como se instaura certa regularidade na maneira com que tanto Pêcheux como Ducrot justificam a emergência de suas posições. Ambos partem de críticas lançadas a teorias da enunciação que, do lado de Pêcheux, não apresentam tanto rigor com relação à análise dos sentidos por se pautarem no princípio da subjetividade do sujeito falante, pondo-se, então, a considerar as intenções e os desejos como o ambiente em que se dá a origem dos significados. Por outro lado, Ducrot propõe questionar o ponto básico das teorias da enunciação da época, até então tido como indubitável: a unicidade do sujeito.

A similaridade que se dá com as críticas relacionadas reside no fato de que conceber a unicidade do sujeito implica tomar por base suas características psicofisiológicas, nas quais estão presentes desde a propriedade de produzir enunciados através da fala até a capacidade de traduzir, nessas palavras, seus desejos, suas emoções, suas intenções. Por isso os julgamentos feitos sinalizam para a necessidade de desenvolver um quadro teórico que se afaste das relações estabelecidas com o sujeito falante e apresente, dessa forma, uma série de fundamentos para analisar o sentido na linguagem com mais propriedade, sem que se esteja submetido às imprecisões decorrentes da subjetividade questionada.

Devido ao discurso, na AD, ser descrito como o local de materialização da ideologia, constata-se a posição de Pêcheux em desenvolver seu projeto de uma teoria não subjetiva da

subjetividade pautado em materialidades. Dessa maneira, já que a ideologia é incorporada aos pressupostos da AD mediante a relação presente nos trabalhos de Althusser, a materialidade ideológica passa a ser observada segundo as relações sócio-históricas, demarcando, assim, um espaço discursivo e ideológico que se relaciona com o que é exterior à linguagem.

Apesar disso, o papel desta é fundamental para o acesso às relações sócio-discursivas, visto que a linguagem torna-se o local de materialização do discurso. Com o conceito althusseriano de ideologia, aliado ao posicionamento de Pêcheux sobre o discurso, é autorizada a análise do sentido, ou melhor, de seus efeitos, dispensando-se direta incursão ao sujeito falante. Tais efeitos, nas presentes condições, têm um caráter social, coletivo, e não individual, o que tende a propiciar o desenvolvimento de análises pautadas em materialidades e, portanto, passíveis de uma abordagem menos intuitiva por não se pautarem exclusivamente na subjetividade individual.

A concepção de discurso em Ducrot, por sua vez, se distancia dos pressupostos da AD, principalmente no que se refere à dimensão que o demarca, ao limite assinalado em sua constituição. Na teoria polifônica da enunciação, o discurso se compõe por fragmentos de enunciados, apresentando-se como uma sequência enunciativa que, com o objetivo de ser analisada, necessita de uma distribuição dos enunciados. Essa distribuição, para se concretizar, é submetida a uma descrição mediante as condições de coesão e independência, imprescindíveis para identificar o limite, no discurso, de um enunciado em relação ao outro.

Para alcançar o sentido do enunciado, é preciso investigar a frase que o subjaz, o que leva necessariamente a compreender as significações desta. As significações, no entanto, diferentemente do contexto sócio-histórico da AD, não se estendem ao papel de buscar relações mais amplas que as do contexto situacional em que se tem a enunciação, no qual ocorre o aparecimento do enunciado. Há sim uma historicidade, mas que se restringe às circunstâncias pontuais da enunciação em que o enunciado aparece como único e irrepetível.

A respeito das visões sobre o sujeito, enquanto a AD se vale de uma forma-sujeito, um sujeito assujeitado marcado pela sua dispersão no discurso, a teoria polifônica abarca um sujeito do enunciado, visto como uma ficção discursiva. As duas perspectivas partem, como se sabe, do distanciamento em relação ao sujeito físico, mas, diante dos dois quadros, propõem conceitos distintos. A proposta pecheutiana é relevante enquanto justificativa para a oposição às teorias da enunciação da época, mas também por proporcionar, a partir da ideia de assujeitamento, a possibilidade de acessar questões de cunho social e ideológico, materializadas no discurso.

Já a de Ducrot não permite acessar o discurso (objeto da AD) e observar contextos sócio-históricos nos quais este se fundamenta para chegar aos efeitos de sentido que o marcam. No entanto, propõe uma estratégia metodológica voltada à visualização da multiplicidade de locutores e enunciadoreis responsáveis respectivamente pelo enunciado e pelos pontos de vista nele presentes. Volta-se à análise do enunciado para então, partindo-se da análise das significações da frase, se alcançar o sentido do enunciado e ser identificada a profusão de vozes que neste se instaura.

Como se percebe, apesar de se ter um quadro na AD que propicia vislumbrar uma análise do discurso remetendo a um contexto mais amplo, de cunho sócio-histórico, vinculado a materialidades responsáveis pelo distanciamento da busca ao sentido amparada por elucubrações intuitivas, há uma carência que, até certo ponto, dificulta sua aplicação. Tal carência diz respeito à organização metodológica unívoca, a partir da qual seja possível proceder, de forma ordenada e esquematizada, à análise discursiva, de modo a permitir aos analistas partirem de mesmos princípios metodológicos para, dessa maneira, relacionar os resultados alcançados em suas pesquisas.

De outra forma, se a teoria polifônica da enunciação não fornece um ambiente tão vasto quanto o da AD para a investigação de efeitos de sentido na linguagem, apresenta certos princípios metodológicos que podem, segundo o processo de imbricamento, auxiliar na prática de análise discursiva, fornecendo uma orientação para ser seguida em análises dessa natureza. Tais princípios dizem respeito a como, diante da linguagem, é possível interrogá-la, partindo das próprias marcas que a constituem. O processo de investigação das significações das frases, no plano do entremeio, ganha uma nova função que, distinta da que se tem na teoria polifônica, não se limita a fornecer informações para alcançar o sentido do enunciado.

Em seu novo papel, as significações partem do próprio princípio que as constitui. No entanto, as circunstâncias do contexto em que ocorre o enunciado, as marcas sintáticas e/ou morfológicas apresentadas nas frases passam a ser interrogadas no sentido de fazer ecoar vozes polifônicas que não se relacionam com as do L, mas sim com as vozes referentes a FDs determinantes dos dizeres implicados nas relações de simetria e distanciamento oriundas do circuito próprio das FIs⁴³. Diante desse ajuste teórico, não se pretende seguir as marcações de locutores e enunciadoreis, como se observa em Madureira (2006, p. 48):

⁴³ Devido a essa estruturação, os sujeitos polifônicos passam a fornecer princípios polifônicos para o sujeito da AD, no intuito de justificar metodologicamente a observação de trechos linguísticos a partir dos quais se torna possível vislumbrar profusões de vozes (nesse caso, de perspectivas sócio-discursivas). Essas condições excluem a possibilidade de se confundir, na análise do *corpus*, o sujeito da AD com o da pragmática semântica, já que este se encontra a serviço daquele.

No primeiro momento do texto, após o título, configura-se a existência típica do Locutor (L) narrador de fábulas e “estórias” ficcionais, que põe em cena um enunciador, E₀, o qual se posiciona do ponto de vista da perspectiva genérica, presente em inúmeras fábulas ao longo dos tempos.

Com efeito, diante das perspectivas subjacentes à materialidade linguística, exclui-se a necessidade de marcar as posições de enunciadores e locutores, visto que a pluralidade própria da polifonia se constitui na própria profusão de posições discursivas.

É nesse sentido, portanto, que se percebe mais um ponto relevante da conjugação teórica, que se evidencia como o sujeito disperso da AD pode apresentar as perspectivas sócio-discursivas às quais se assimila. Dessa forma, à significação das frases se alia o segundo princípio polifônico: o dos enunciadores. É enquanto perspectivas, pontos de vista que, na seção discursiva, os efeitos de sentido recebem contribuição metodológica para que possam ser alcançados. As perspectivas nesta seção logicamente não se limitam mais somente ao contexto situacional de análise, mas se estendem ao sócio-discursivo. Dessa forma, passam a se assimilar a posições discursivas. Diante disso, a nomeação de perspectivas discursivas na análise atende a um propósito meramente metodológico, já que nomear categoricamente uma posição discursiva implica considerar toda uma conjuntura responsável por sua existência, o que, por meio da concepção que aqui se concebe acerca do discurso, torna utópica essa tarefa. Assim como a polifonia com E se aplica ao enunciado, a perspectiva discursiva se apropria desse fundamento para que seja possível fomentar as bases da análise nos termos desta seção.

O papel de delimitar a materialidade linguística para a verificação da profusão de vozes, compreendidas na proposta de entremeio como vozes sócio-discursivas que ancoram certos efeitos de sentido, e não outros em seu lugar, também é atribuído à teoria polifônica. O princípio que emerge das condições de coesão e de independência é evocado para a segmentação textual e aplicado de maneira subjacente no decorrer da apreciação do *corpus*. Como os discursos materializados nos fragmentos textuais se relacionam, bem como ocorre com os efeitos de sentido oriundos dessa relação, possibilita-se a flexibilidade de utilização das regras presentes nas aludidas condições, sem riscos ao objetivo proposto para a análise. Dessa forma, o limite teórico de tais regras não impossibilita a utilização do princípio a partir do qual se configuram, refletindo, assim, no limite demarcado para receber uma abordagem mais específica e, por isso, mais precisa durante o processo geral de análise, contribuindo conjuntamente para o funcionamento do dizer.

Diante da conjugação entre as teorias da AD e da polifonia, compõe-se a seção discursiva, que tem por princípio abordar os efeitos de sentido em uma dimensão de

heterogeneidade não subjetiva. Nesse imbricamento, apesar de ser organizado um cenário em que se fundamentam os critérios metodológicos voltados a uma abordagem sócio-discursiva, não se recobre o silenciamento sobre as estratégias provenientes da ação do sujeito perante a linguagem. Diante disso, com o intento de preencher essa lacuna, é imprescindível salientar a forma com a qual é proposta mais um enlace teórico: a seção discursiva e a argumentação.

2.4.2 O encaixe da seção argumentativa

De fato, a seção discursiva permite pensar as relações sócio-históricas em um plano que autoriza a análise de sua multiplicidade, sinalizando o teor heterogêneo que as compreende. Por esse viés, constitui-se um ambiente teórico em que essas condições passam a influenciar na “re-produção” dos efeitos de sentido provenientes da noção de discurso na AD, noção esta que se pauta em materialidades, excluindo, portanto, a subjetividade do sujeito.

Se, por um lado, a análise dos efeitos de sentido se recobre de credibilidade por estar alicerçada em condições de materialidade, por outro exclui a propriedade relativa ao sujeito de agente nesse processo de “re-produção” da linguagem. Silencia-se, dessa maneira, a mobilização de estratégias pela linguagem que visam direcionar intencionalmente a leitura do texto (seja este oral ou escrito) para certos efeitos de sentido, e não outros em seu lugar, apesar de, devido à linguagem ser também um local de equívoco e de variação de sentido, propiciar a pluralidade de significações. É essa pluralidade que justifica, como se esclarece na seção anterior, a presença da teoria polifônica no processo de imbricamento.

A seção argumentativa, por sua vez, é mobilizada para preencher a lacuna teórica presente no arcabouço da AD, de modo a possibilitar a apreciação da linguagem não só segundo uma posição não subjetiva pautada em materialidades discursivas, mas também por meio da ação linguística efetuada pelo sujeito. As estratégias argumentativas são instauradas no ambiente linguístico no qual se dá a persuasão que, ao ser demarcada linguisticamente, se torna passível de receber uma verificação de suas características, assim como dos efeitos que possibilita.

Desse modo, a partir do momento em que se mobiliza uma série de relações discursivas por meio da atividade da linguagem, de estratégias acionadas por um sujeito, vê-se como relevante propor uma análise pautada nessa conjunção. Compreender, nesse sentido, o processo de “re-produção” da linguagem significa considerar primeiramente as referentes estratégias para que sejam observados os efeitos de sentido que daí emanam, sem desconsiderar nem a heterogeneidade discursiva nem os efeitos desta provenientes, os quais

compreendem tanto aqueles almejados quanto os que se instauram independente do desejo do sujeito, mas nem por isso menos importantes.

A análise argumentativa pautada na proposta de entremeio possibilita apreciar a linguagem persuasiva sem necessariamente introduzir uma perspectiva idealista do sujeito, vez que as condições de observação desse fator são de ordem social e histórica. A proposta de abordar o local de materialização do discurso – a saber, a linguagem –, tendo por recorte a observação das estratégias discursivas, põe em cena a ação do orador que, mesmo permeando um lugar social de onde se apresenta, não o faz da mesma maneira que outros pertencentes a esse mesmo espaço social. Atribui-se a diferença na apresentação das palavras, diante do processo discursivo de paráfrase e polissemia, à propriedade de mobilização da linguagem, o que coloca o orador como parte ativa do processo de elaboração linguística e, portanto, de mobilização discursiva.

Também não se considera o psiquismo individual como a fonte da língua nem o sujeito propriamente como o produtor da linguagem, e sim um elemento a mais para sua constituição. Diante da investigação do sujeito e das tendências sócio-ideológicas que marcam sua produção, aliada à identificação das peculiaridades sobre o auditório ao qual as produções são dirigidas, identifica-se parte das condições discursivas às quais tanto o orador quanto o auditório estão submetidos. Além disso, o recorte efetuado que aponta as estratégias argumentativas como maneira de identificar a organização que o orador faz da linguagem, por permear o espaço teórico da nova retórica, retira o encargo da pesquisa em se inserir propriamente no plano intuitivo de abordagem.

A diferença de natureza das teorias situa a presença das contradições que as distanciam, mas também sinaliza a possibilidade de dividirem um espaço de análise a favor da complementação. Não se busca, pois, descaracterizar uma teoria não subjetiva da linguagem introduzindo aspectos subjetivos em seu aporte, nem conceber uma teoria das estratégias argumentativas que não leve em conta as aspirações do orador e impressões que o fazem se adaptar aos diferentes contextos para persuadir distintos auditórios. Contudo, administrar essas relações contraditórias de modo a conservar as peculiaridades de cada teoria, articulando-as em um contexto complementar, se consolida como uma estratégia que permite alcançar ambos os resultados, com o proveito de poder correlacioná-los.

Desse modo, reclama-se a presença de imagens relacionadas ao *ethos* e ao *páthos*, as quais sinalizam para relações de assujeitamento a que tanto o auditório quanto o orador estão submetidos enquanto sujeitos do (ao) discurso. Essas imagens autorizam a aproximação de certas condições materiais de constituição discursiva, na medida em que sinalizam para a

instauração de determinadas estratégias discursivas. Estas, por sua vez, ao serem abordadas no gênero fabular, podem marcar sua presença por sutis relações a partir das quais se organiza a materialidade linguística, ou mesmo pelo posicionamento de um determinado termo no texto.

Por isso, na análise as estratégias são identificadas a partir da remissão a seus princípios, já que, por vezes, não se é possível tal reconhecimento por meio de trechos alongados que evidenciem a mobilização argumentativa. Além disso, por conta da presença da narração como um elemento estabilizador da fábula e, por isso, sempre presente, não se descarta a necessidade de investigar se a remissão encontra-se a favor da posição figurativa dos personagens ou se apresenta para descredibilizá-los por meio da própria natureza argumentativa ou por sua eventual descaracterização no decorrer da história. Dessa forma, se não se alude, como efeito da administração de certas contradições teóricas, às intenções do orador, as imagens representativas de posições às quais se assimila, bem como as relativas ao auditório, são levadas em consideração na verificação do funcionamento do dizer.

A polifonia conjugada à AD também tem um papel relevante com relação à argumentação, visto que é a partir da análise das estratégias em questão e da possibilidade de sobreposição de vozes que se obtêm os efeitos de sentido provenientes da heterogeneidade discursiva. A sobreposição de argumentos recebe a contribuição da polifonia no sentido de autorizar a variação de perspectivas pela verificação de diferentes estratégias em um mesmo trecho, permitindo ainda que em um mesmo segmento persuasivo dê-se também uma profusão de vozes. É pela conjugação da polifonia com a AD e com a nova retórica que se concebe uma articulação polifônica entre os argumentos e os planos discursivos. Além do mais, as condições de coesão e independência para a demarcação dos enunciados são aplicadas, de modo subjacente, aos fragmentos linguísticos que apresentam um teor argumentativo, selecionando-se, assim, os trechos passíveis de serem recortados para que recebam uma análise mais precisa.

No entanto, esses fragmentos não se isentam da necessidade de se relacionarem de modo que se proporcione o reflexo das abordagens mais precisas na totalidade do texto apreciado, representando, na análise, o princípio das condições descritas, adaptado para a proposta de imbricamento. A partir daí, uma materialidade deve esboçar independência suficiente para ser apreciada individualmente, mas, ao mesmo tempo, apresentar coesão necessária para se vincular às outras partes com as quais compõem o texto, relacionando os efeitos de sentido e, dessa forma, identificando como o texto funciona a ponto de acioná-los, e não outros em seu lugar. É aí que se fundamenta o imbricamento entre a polifonia e as estratégias argumentativas que, nessas condições, se relacionam em prol de evidenciar o jogo

interdiscursivo que, junto aos aspectos argumentativos acionados pelo orador⁴⁴, autorizam a profusão de vozes sócio-discursivas.

Para analisar as estratégias argumentativas, no entanto, não se deve prescindir da observação das outras provas que compõem, junto ao *lógos*, a tríade retórica. Portanto, dados pertinentes ao *ethos* e ao *páthos* necessitam de ser verificados no intuito de fornecer informações que atestem a mobilização de certas estratégias. Tais dados, como se apresenta anteriormente, as consolidam especificamente diante das imagens que são feitas ora pelo *ethos*, ora pelo *páthos*, remetendo, assim, a vozes dispersas em lugares sociais, constituídas como ancoragens para a instauração material de efeitos de sentido. Sobre a necessidade de articulação dos termos em questão, a própria noção de tríade por si só já sinaliza a interdependência de seus componentes⁴⁵.

Dessa maneira, a imagem do orador é revestida de credibilidade, devido ao reconhecimento de Millôr Fernandes como um escritor que, como poucos, consegue explorar, com proficiência, relações sintáticas e semânticas na linguagem. Aliado a esse aspecto, o orador reveste-se da propriedade de propiciar, ao jogo linguístico, ainda a articulação com um teor humorístico que, além de rir, também faz pensar. Por conta de sua imagem de possuidor de uma percepção política acurada, o auditório é guiado a buscar esses efeitos de sentido nos textos difundidos⁴⁶.

Ao se considerar o orador enquanto seu papel social de escritor, instaura-se mais um elemento que fundamenta a procedência do entremeio teórico: a função-autor. O autor, mais do que ser tido como responsável pela organização do texto, produz “um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é a sua particularidade” (ORLANDI, 2007, p. 70). E é justamente esta particularidade que também justifica a abordagem retórico-discursiva de fábulas millorianas.

No caso das imagens que o auditório faz do orador, o contexto sócio-histórico também se torna fundamental, principalmente quando a este se alia uma série de perspectivas de autores que apreciaram e/ou analisaram a obra milloriana. Dessa maneira, o *ethos* e o *páthos* remetem ao primeiro capítulo, mais precisamente na seção em que tais perspectivas são

⁴⁴ Na análise do *corpus*, sempre que há necessidade de se remeter ao sujeito ativo, que mobiliza estratégias argumentativas, este é tratado como orador. Já quando é necessário abordar o do discurso, que representa lugares sociais, a terminologia sujeito (ou forma-sujeito) prevalece.

⁴⁵ As informações acerca de características referentes ao *ethos* e ao *páthos*, como devem anteceder a do *lógos* para a este fornecer subsídios, apresentam-se no item 2.5 desta Tese.

⁴⁶ A demarcação do jogo de imagens feitas sócio-historicamente por meio do *ethos* e do *páthos* pode ser percebida no item 1.3 desta Tese.

abordadas. As informações acerca das condições de produção da obra de Millôr Fernandes, portanto, aliam-se a esses dois aspectos da tríade retórica.

Já ao fazer a imagem de si mesmo segundo a qual se coloca como um opositor ao governo, passa a projetar a imagem do público ao qual se dirige. É dessa maneira que o auditório pode se identificar com o discurso milloriano e, ao mesmo tempo, identificá-lo. Nesse ponto, os efeitos de sentido⁴⁷ recebem uma ancoragem nas condições sócio-históricas de produção, bem como no contexto situacional, percebido principalmente por meio desse jogo de imagens.

Assim, as condições assinaladas no primeiro capítulo, as quais demarcam, mediante a percepção de parte do contexto sócio-histórico da época, posições de imagens feitas pelo orador e pelo auditório, são consideradas na análise. Dessa maneira, torna-se possível considerar certos efeitos de sentido provenientes da observação dessas condições, contudo, sem perder o foco do imbricamento que, no caso do plano retórico, se centraliza na percepção de estratégias argumentativas presentes no funcionamento interdiscursivo do dizer.

⁴⁷ Aqui já se demarca a relação entre a AD e a retórica, em um movimento de integração de resultados.

3. POR UMA ANÁLISE RETÓRICO-DISCURSIVA

3.1 POSIÇÕES GERAIS DE ANÁLISE

Após uma breve percepção do gênero fabular, em diferentes momentos sócio-históricos, mediante certas características estabilizantes mas que, ao mesmo tempo, não se enrijecem a ponto de fomentarem um modelo estanque, autoriza-se pensá-lo pondo em destaque duas peculiaridades. A primeira é a de que se constitui por propriedades que lhe são inerentes, dada a possibilidade de ser reconhecido como tal. Já a segunda sugere a existência de elementos não estanques, variáveis, que podem evidenciar sentidos pontuais provenientes das condições em que ocorrem.

Sobre a última peculiaridade, por se consolidar como um dos objetivos aqui definidos, a averiguação de elementos que auxiliam na observação de posições pontuais recebe destaque na apreciação de cada uma das fábulas escolhidas, como forma de abordagem específica do *corpus*. No entanto, como não devem ser desconsiderados resultados gerais relacionados à apreciação do gênero fabular, destes recebe influência, tanto no que se refere à estratégia argumentativa de que o gênero em questão se reveste, quanto às condições de existência segundo os pressupostos teóricos da AD, mediante o princípio da interdiscursividade. Por conta do motivo apresentado, determinados resultados obtidos no primeiro capítulo auxiliam na averiguação de considerações aparentemente pontuais a serem constatadas na análise retórico-discursiva das fábulas escolhidas, enquanto outros esboçam condições gerais para a observação do *corpus*. Por isso há relevância em situar, de antemão, as condições gerais para a análise proposta.

No ponto de constituição do gênero em tela, observa-se, perante a modalidade oral a partir da qual surge, uma peculiaridade que o torna menos passível de ter em si demarcadas significativas variações semânticas oriundas de modificações implicadas devido a aproximações fonéticas, como ocorre com alguns adágios populares. Isso se deve por se estabelecer, mediante o processo de transmutação, um dos elementos estabilizantes que auxiliam no reconhecimento de fábulas: a presença da narrativa. Já que o gênero em questão tem como característica estabilizante o desenvolvimento narrativo que lhe é intrínseco, sua propagação torna-se mais eficaz no sentido de se preservarem efeitos de sentido sócio-políticos. Isso evidencia que as variações ocorridas nas narrações não implicam necessariamente a modificação de posições da forma como se vê com adágios populares. Os efeitos de sentido, com o passar do tempo, são modificados de acordo com a re-significação

de perspectivas discursivas que a estes se assimilam e que se relacionam com diferentes condições de existência. No caso da narrativa, o teor semântico que a acompanha e que é percebido como lhe sendo evidente diante da aparente transparência de que se reveste a linguagem, não sofre tamanha variação, mantendo preservada sua linha significativa. Por esse motivo, os efeitos de sentido que marcam as narrativas do *corpus* de antemão encontram-se pressupostos, percebidos pela materialização da linguagem. A descrição exaustiva desses efeitos dá lugar, nesta Tese, à atenção a sentidos dissimulados na linguagem pela impressão de sua transparência, os quais se ligam ao jogo interdiscursivo. Nesse plano de análise, à abordagem do *corpus* se estabelece, como condição geral de observação, o conhecimento da existência do teor significativo das narrativas, sem, no entanto, necessitar descrevê-lo, por conta dos objetivos precisados para esta pesquisa.

O pressuposto da existência do teor narrativo, juntamente com os efeitos de sentido pautados em uma condição sócio-histórica de existência, proveniente da interdiscursividade, já demarca, no gênero fabular, mais uma propriedade geral a ser ratificada na análise subsequente: a propriedade polifônica. Com a profusão de efeitos, assinala-se o espaço polifônico fabular pela sobreposição de vozes imiscuídas de caráter social, e não individual ou geral, cuja existência se dá por conta das relações de classe dispostas na sociedade. Diante da proposta de imbricamento, a análise toma como mais um ponto geral a condição polifônica, autorizando a percepção de efeitos de sentido, assim como dos discursos que a estes se vinculam.

Outro elemento estabilizante estritamente ligado à narrativa é o da moralidade, o qual singulariza o gênero fabular, apresentando-se seja de forma explícita, com a marcação do *epimitio* no início ou no final da narrativa, seja de maneira implícita. Devido à presença da narrativa junto à moralidade, a fábula se constitui como um gênero cuja leitura sempre autoriza transcender a história contada, de modo a buscar a identificação do valor moral que a esta se assimila, voltado à vida social. Por conta das relações sócio-políticas que caracterizam o aludido gênero, a análise do material escolhido leva em consideração os discursos que se relacionam tanto por aliança quanto por conflito, apoiando-se essencialmente no valor semântico do *epimitio*, que sintetiza, assim como um provérbio, a proposta interdiscursiva mobilizada. Isso influencia, de forma geral, na análise do *corpus*, vez que conceber o *epimitio* como parte substancial para a percepção de efeitos de sentido sustenta-se como uma maneira propícia de transcender o lúdico. Assim depreende-se, pela marcação lexical aliada à identificação do contexto sócio-histórico, parte do jogo interdiscursivo que, junto com a narrativa, o constitui.

De acordo com o que se salienta no primeiro capítulo, diferente do provérbio, a apreensão do valor significativo da fábula recebe como alicerce a própria narrativa, muitas vezes permeada de animais sob a forma de personagens que, ao estabelecerem diálogos, proporcionam a instauração do caráter lúdico, o que explica a presença desse gênero em diversos livros didáticos. Com o processo de transmutação, a fábula passa a existir e, por conta da narrativa, muitas vezes fantástica, mas isenta de complexidade para a inteligência, amplia o público para o qual os valores morais mobilizados se destinam, atingindo desde o infantil ao adulto. A linguagem metafórica de que é revestida, junto às características apreciadas, sinalizam para a assimilação dos personagens não somente segundo a configuração lúdica, mas como seres que permeiam espaços sociais e que têm o comportamento avaliado. As peculiaridades da fábula facilitam a apreensão de valores sociais, o que atesta sua propriedade argumentativa. Quanto a esse aspecto, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 447) avaliam-no e concluem que as fábulas são “analogias de um tipo reconhecido”, marcando a estratégia argumentativa nelas implicada.

Visto que as analogias se caracterizam por apresentar áreas diferentes entre o foro e o tema, mas que devem se aproximar, de modo a ser revelada uma relação análoga sustentada pela semelhança das estruturas, o terreno dessa estratégia de argumentação se torna instável. No entanto, o embate que se dá em estruturas de campos distintos nas fábulas já é reconhecido, de modo a lhe ser atribuída a propriedade de analogia. Por isso, é como uma estratégia argumentativa de analogia que as fábulas são apreciadas pela condição geral, levando-se a identificar os temas que aos foros se relacionam. Dessa maneira, a galinha e o galo, a patroa e a cozinheira em “A galinha reivindicativa”, o cão e o dono em “O renascer dos sentimentos uma vez satisfeitas as necessidades básicas”, o caracol e a formiga em “O caracol e a pitanga”, o lobo e o cordeiro em “O lobo e o cordeiro” e o leão e o rato em “Hierarquia” são analisados posteriormente enquanto foro. A análise dos personagens, portanto, considera-os como termos cuja particularidade reside sob sua condição de forma mais simples e, por isso, de fácil apreensão, para orientar a percepção dos termos do tema, em que recai a conclusão. O critério para a apreensão dos temas, diante da proposta de entremeio, permeia o âmbito da interdiscursividade, de modo a serem identificados como lugares sociais de onde se fala, instituindo-os, assim, como parte dos efeitos de sentido, os quais se situam, na análise, determinados por materialidades discursivas.

Além da analogia, devido ao processo de transmutação a partir do qual se fomenta um espaço estanque para o reconhecimento das fábulas instaura-se também a estratégia argumentativa de ligação de coexistência voltada ao prestígio. Nesse sentido, como na fábula,

a exemplo do provérbio, se pressupõe a existência de uma voz atemporal, proveniente de uma sabedoria que não pode ser contestada, o gênero em questão passa a se revestir de prestígio, constituindo-se como um argumento de autoridade. Desse modo, mobilizar uma fábula implica, para o orador, se valer de um argumento de autoridade, já que esse aspecto retórico faz parte da constituição do próprio gênero fabular.

Apesar do reconhecimento geral das estratégias argumentativas de analogia e de autoridade nas fábulas, infere-se haver outras que junto a esta se estabelecem e que, por isso, necessitam de ser analisadas, dividindo espaço com o plano interdiscursivo. A profusão de posições argumentativas encontra-se sob a égide da polifonia, já que tais estratégias, apesar de serem mobilizadas pelo locutor, representam estruturas argumentativas já existentes, na medida em que são previamente abordadas pela nova retórica, evitando, então, incompatibilidades teóricas que inviabilizem a aplicação analítica. Também sob o amparo da teoria polifônica, tem-se a possibilidade de abordar o recobrimento dessas vozes estratégicas a partir das quais certos efeitos de sentido, provenientes da relação interdiscursiva, se instauram. Esses efeitos de sentido que se estabelecem com o reconhecimento das estratégias argumentativas recebem uma abordagem discursiva, embasada pela AD. Por esse caminho, dada a instauração da analogia como uma estratégia argumentativa geral presente nas fábulas, ao tema se relacionam perspectivas discursivas apontadas na análise do *corpus*, propondo uma observação mais acurada da forma com que as fábulas em questão se constituem e como essas estratégias sinalizam para a presença das posições discursivas implicadas nas referentes condições de existência.

Dessa maneira, o caráter plurissignificativo do gênero fabular, decorrente da propriedade estabilizante que lhe é própria de aludir a significados voltados à instauração de relações sócio-políticas através da narrativa, sinaliza o valor polifônico desse gênero. Diante do imbricamento teórico da AD e da teoria da enunciação, constata-se o teor polifônico nos enunciados que compõem o gênero fabular por apresentarem, pela impressão da transparência da linguagem, efeitos de sentido que não só marcam o enredo da narrativa, mas também propiciam outros efeitos de caráter sócio-político. Na medida em que os enunciados sinalizam a ilusão do sentido “já-lá”, demarcando, como tais efeitos, os concernentes ao espaço da história narrada, como a movimentação dos personagens no ambiente alegórico, esses mesmos enunciados remetem a outras vozes. Estas, por sua vez, são passíveis de observação devido a sua inscrição na dinâmica interdiscursiva na qual encontra materialidade, mas que, para serem analisadas, não se pode prescindir da observação do local de materialização discursiva: a linguagem.

Essas considerações gerais refletem na análise individual do material do *corpus*, pois apresentam relações em comum para a abordagem. Assim é possível demarcar o espaço analítico geral, bem como silenciar condições gerais previamente analisadas, de modo a evitar repetições desnecessárias. Isto posto, segue-se uma série de análises compreendendo as abordagens pontuais de cada uma das fábulas escolhidas.

3.2 ANÁLISE DO *CORPUS*

Depois de serem considerados alguns planos gerais, reserva-se a esta parte uma atenção específica, destinada a apreciar cada fábula selecionada. Espera-se, com isso, poder identificar estratégias argumentativas que compartilham lugar com a de analogia e a de autoridade, sob o amparo da polifonia, bem como o desencadeamento de efeitos de sentido provenientes de relações discursivas (estas, de cunho sócio-histórico, e não individual ou geral), mobilizadas pelo aporte teórico da AD.

As fábulas, por sua vez, passam a ser analisadas em seguida pela via do entremeio proposto, mas estando alicerçadas pela concepção bakhtiniana de gênero textual. Dessa forma, as observações assinaladas no primeiro capítulo geram reflexos na análise do *corpus*, já que instauram condições para pensar o funcionamento do aludido gênero, partindo das condições de existência até receber ênfase nas produções tidas por canônicas, não raro pontos de partida para a criação de outras fábulas ou re-inscrição daquelas em contextos sócio-históricos diferentes. Em outras palavras, no aludido capítulo encontra-se uma série de informações pertinentes à abordagem interdiscursiva do *corpus* em questão.

3.2.1 Fábula 1

Para iniciar a análise das fábulas escolhidas, presentes na obra *Fábulas fabulosas*, de Millôr Fernandes, publicada em 1963, apresenta-se o texto “A Galinha Reivindicativa”, reproduzido em seguida:

A Galinha Reivindicativa
Ou the hen's liberation

Em certo dia de data incerta, um galo velho e uma galinha nova encontraram-se no fundo de um quintal e, entre uma bicada e outra, trocaram impressões sobre como o mundo estava mudado. O galo, porém, fez questão de frisar que sempre vivera bem, tivera muitas galinhas em sua vida sentimental e agora, velho e cansado, esperava calmamente o fim de seus dias.

- Ainda bem que você está satisfeito – disse a galinha. – E tem razão de estar, pois é galo. Mas eu, galinha, fêmea da espécie, posso estar satisfeita? Não posso. Todos os dias pôr ovos, todo semestre chocar ovos, criar pintos, isso é vida? Mas agora a coisa vai mudar. Pode estar certo de que vou levar uma vida de galo, livre e feliz. Há já seis meses que não choco e há uma semana que não ponho ovo. A patroa se quiser que arranje outra para esses ofícios. Comigo não, violão!

O velho galo ia ponderar filosoficamente que galo é galo e galinha é galinha e que cada ser tem sua função específica na vida, quando a cozinheira, sorrateiramente, passou a mão no pescoço da dodivanas e saiu com ela esperneando, dizendo bem alto: ‘A patroa tem razão: galinha que não choca nem põe ovo só serve mesmo é pra panela’.

MORAL: UM TRABALHO POR JORNADA MANTÉM A FACA AFASTADA (FERNANDES, [1963] 1999, p. 22).”

Em um primeiro momento, identifica-se, como parte dos efeitos de sentido, o teor significativo voltado à própria narrativa, em que os personagens, galo e galinha, interagem, como se fossem humanos, no universo fantástico. De fato, a compreensão da narrativa se dá pela impressão da transparência da linguagem, como se o sentido estivesse “já-lá”, dissimulando a relação interdiscursiva, a qual promove ora posições de embate, ora de aliança entre discursos. Como forma de apreciar a fábula mediante a condição polifônica concebida na proposta teórica de entremeio, propõe-se seguir por meio da observação de estratégias argumentativas para se chegar a perspectivas outras, subjacentes à narrativa. É dessa maneira que se parte de um espaço de materialidade, nesse caso, linguístico-argumentativa, como meio de evidenciar as materialidades discursivas que propiciam a instauração de certos efeitos de sentido, e não outros em seu lugar.

Assim, logo no título, o orador demarca, no primeiro foro, uma estratégia argumentativa instaurada por evocar o simbólico. No entanto, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 380), “importa, pois, na argumentação, saber em que medida uma coisa, e tudo o que lhe toca, é provida dessa natureza simbólica”. Isso leva à assimilação de certos efeitos de sentido diante da percepção desses valores simbólicos, o que pode não ocorrer caso contrário. Assim, para identificar tais efeitos no momento em que emprega o termo “Galinha”, deve-se concebê-lo mediante o valor simbólico que remete ao prosaico, ao ser limitado. No instante em que vislumbra a galinha segundo o plano metafórico da condição humana, Boff ([1997] 2003, p. 167 – 168) esboça o arquétipo⁴⁸ no qual se apresenta:

A galinha expressa a situação humana no seu cotidiano, no círculo da vida privada, nos afazeres domésticos e tradições culturais, na dimensão

⁴⁸ A noção de arquétipo diz respeito a “padrões de comportamento que existem no inconsciente coletivo, desde a mais remota ancestralidade. Figuras e símbolos que representam valores universais, presentes nas várias culturas” (BOFF [1997] 2003, p.186).

inevitável de limitações e de sombras que marcam a vida, numa palavra, em sua imanência.

A estratégia de instauração do simbólico confere à galinha um lugar estático, limitado, o que vai de encontro ao modalizador “Reivindicativa”, que aciona a posição de reclamar, de exigir. Em uma linguagem formal, esses termos sinalizariam uma relação de contradição, vez que o primeiro, representado esquematicamente como A, segue orientação oposta ao segundo, neste caso, B. Todavia, por se tratar da linguagem natural, em um plano inicial, a relação A X B passa a salientar não mais contradição, e sim incompatibilidade. De certo, ter um elemento que sinaliza a estaticidade sendo definido por outro que reclama sair da posição estática evidencia, pelo menos aparentemente, uma condição de incompatibilidade.

Apesar disso, dadas as circunstâncias em que a expressão “Galinha Reivindicativa”, bem como sua tradução para o inglês, “The hen’s liberation”, pode ser pensada, circunstâncias estas que, neste caso, se relacionam com o contexto sócio-histórico da época de produção do *corpus*, é possível identificar procedimentos que visam evitar a incompatibilidade, tornando-a apenas aparente. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 226), uma das formas de se evitar a incompatibilidade é recorrer à ficção, visto que, desse jeito, não há necessidade de resolvê-la no plano teórico, removendo-a do plano da ação.

A aparente incompatibilidade sugere a presença de condições discursivas de conflito. Nesse sentido, uma breve análise do contexto sócio-histórico referente à publicação dessa fábula irá evidenciar um período de intenso rebuliço social. O Brasil, nessas condições, passa por um momento de mudança, a um passo de ser outorgada, no campo político, a ditadura militar que, apesar de ser instituída burocraticamente em 1964, tem seu reflexo já presente nas décadas que a antecedem. O cerceamento de direitos, as atitudes de repressão vêm desde antes, firmando terreno para, após anos de presença, ter seu ato “introdutório” sancionado.

Além disso, com o desenvolvimento do processo de industrialização, propulsionado pela constituição de uma sociedade pautada em princípios capitalistas, o país também se vê marcado por reivindicações sindicalistas no tocante à instauração de melhores condições de trabalho para o operariado. Um olhar lançado sobre a trajetória das greves no século XX sintetiza as relações de conflito que se estabeleciam. Os estudos de Rezende (1994, p.11) marcam, já no início desse período, a greve como um “instrumento de luta contra a exploração”. Essas manifestações sofriam sucessivas coerções do Estado, que vão desde o estudo do Congresso Nacional para a implantação de uma lei que permitisse a expulsão dos operários estrangeiros possuidores de liderança no Brasil, passando por intervenções de forças

militares, à publicação, logo após o golpe militar, da Lei 4.330 que caracterizava qualquer intervenção grevista como ilegal, atendendo a uma preocupação da classe dominante em não ceder mais espaço para a classe operária.

Esses princípios, por assim dizer, transcendem o panorama econômico e se instauram em outras áreas sociais. Diante disso, Fernandes (2008, p. 23) salienta o fato de “o capitalismo não ser apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extra-econômicos”, o que marca sua influência nos campos religioso, filosófico, político, entre tantos.

Outros movimentos sociais, por sua vez, não ficaram à margem dessa confluência de posicionamentos nesse período. Exemplo disso se dá com a influência europeia e americana dos movimentos feministas, principalmente com a entrada da mulher no ambiente de trabalho.

Na Europa e nos Estados Unidos, o movimento se inspirou nos levantes políticos e nas lutas pelos direitos civis da década de 1960 e ganhou ímpeto com o ingresso cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho. O que durante algum tempo se chamou de movimento de liberação feminina tinha como objetivo a igualdade de oportunidades na educação e no trabalho, liberdade sexual e de reprodução, e a participação total das mulheres na política e na criação de imagens culturais. (ROHMANN, 2000, p.157).

Além desses fatores, outro que interessa ao desenvolvimento dessa proposta de análise é a instauração do próprio gênero fabular. Quanto a isso, é importante salientar que todos os saberes, todos os discursos referentes a essa espécie de produção textual, i.e., as relações interdiscursivas presentes na constituição desse gênero, estão funcionando no dizer, fazem parte de suas condições de existência, e podem ser resgatadas nas informações presentes no primeiro capítulo no intuito de conceber sua re-inscrição no contexto analisado, por meio da interdiscursividade.

Em tal processo, diante da exposição de parte das evidências sócio-históricas, no momento em que é instaurado o dizer, o indivíduo se subjetiva, tornando-se sujeito em uma ação contraditória, vez que é sempre já-sujeito. Na condição de forma-sujeito, mobiliza na linguagem a relação interdiscursiva na qual está materializada, nesse plano, uma confluência de forças ideológicas. Assim, num primeiro momento, os discursos voltados ao gênero fabular passam a “re-significar” nessa arena dialógica presentificada na fábula milloriana.

Ao atentar para a história narrada, percebe-se, mediante o modalizador “reivindicativa”, uma relação ao contexto sócio-histórico do século XX, marcado pelas reivindicações, pelas lutas, representadas pela “galinha nova” que, pelo desenvolvimento

estrutural do trecho, pode ser aproximada da expressão “data incerta”. Essa relação pressupõe a existência de uma nova perspectiva, para modificar uma estrutura vigente que, na fábula, pode se identificar com “galo velho”, que se aproxima do trecho “certo dia”, em posição antitética ao par anterior.

No caso do galo, tem-se a outra parte do primeiro foro revestida estrategicamente de valor simbólico. Segundo Lexikon (1990, p. 104), além de símbolo de fertilidade e de coragem, ousadia, devido à disposição para a luta, na “Europa hodierna, o galo é quase sempre símbolo de orgulho ou do comportamento ‘imponente’ e acentuadamente ‘machista’”. Diante da simbologia, percebe-se a presença de um funcionamento discursivo que marca o momento sócio-histórico em questão pela presença da perspectiva machista, a qual se relaciona simbolicamente com o galo. Isso faz com que se conceba “galo velho” como uma situação velha sedimentada no ambiente social em detrimento de “galinha nova”, posição que remete à situação nova, recente, e, por isso, incerta.

Ao tomar o conjunto dos termos do foro por C e D e o conjunto dos termos do tema de A e B, tem-se como C a galinha e D o galo que, respectivamente, instauram o tema A, referente ao lugar social de onde emana a perspectiva feminista e o B, ao lugar social marcado pela perspectiva machista. Observa-se, porém, que esses campos discursivos se inscrevem em um lugar de resistência e de confronto, o que explica os conflitos sócio-históricos baseados nessa relação e que marcam o período de veiculação das fábulas millorianas. A fábula ainda, sob a égide da polifonia conferindo a condição de profusão de posições discursivas, demarca mais uma relação de temas implicada nesse conjunto de termos. Dessa maneira, como simulacro de uma condição humana, a galinha se insere em um plano de reivindicação, de resistência com vistas a garantir seu espaço no conflito de classes, o que amplia o quadro interdiscursivo, remetendo também a uma condição sócio-histórica de locais de resistência em que a perspectiva feminista, nesse caso, também se inscreve em uma relação de aliança. Já o galo é concebido mediante a perspectiva dominante, já que se satisfaz com a estrutura social vigente, sentindo-se confortável no lugar que ocupa.

Quando se pensa a fábula como um simulacro da condição humana, autoriza-se relacionar o ambiente em que se encontram “entre uma bicada e outra” com a cozinha, local de alçada da mulher, diante de um posicionamento machista, a qual, por estar em seu ambiente, se põe a “reivindicar”. Entretanto, devido ao quintal se estabelecer como um ambiente único, onde se encontram o galo e a galinha, outro efeito de sentido emana nessas condições. Com isso, o espaço pode ser concebido, diante da ideia de simulacro da condição humana, como o próprio espaço social, ambiente em que eventualmente as pessoas se

encontram e que, não raro, param para conversar sobre variados temas. Essa circunstância evidencia a confluência de forças ideológicas marcada interdiscursivamente no funcionamento do dizer. Nesse quadro, instaura-se, por tais condições, um efeito de sentido segundo o qual, na busca por seus direitos, a mulher muda seu comportamento na sociedade, passando a influenciar na estrutura do Outro que, nesse caso, é assimilado à representação do lugar do homem na sociedade.

Compreende-se, mediante o funcionamento do gênero fabular, que esse texto é caracterizado, entre outras questões, por possibilitar outro plano de leitura, voltado ao aspecto contextual, agindo, em certos casos, como elemento representativo do processo sócio-histórico de sua produção. Pensando no ethos, a imagem do orador, marcado pela formação discursiva artística de liberdade de expressão, torna-se possível, também, tomar a “reprodução” linguística sob a forma de brado em prol da resistência contra a postura repressora do Estado, como uma forma de crítica ao posicionamento de instituir diferenças numa sociedade que anseia em ser democrática. A fábula, nesse ponto, retrata os acontecimentos sociais que seguem na contramão dos movimentos reivindicatórios no Brasil, tornando-se um meio de despertar a insatisfação nacional em relação à postura transfigurada.

O galo, ao evidenciar sempre ter vivido bem e que esperava calmamente por seu fim, sugere, pela estrutura do argumento, a presença da regra de justiça, principalmente pela conclusão do argumento, segundo a qual “agora, velho e cansado, esperava calmamente o fim de seus dias”. O termo “agora”, nesse plano de leitura, remete a um resultado merecido devido ao comportamento que tivera em outra época, comportamento este que deve servir como justificativa para consubstanciar o efeito argumentativo.

Diante da regra de justiça, ocorre que “se demonstra a coerência de uma conduta” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 249), portanto, é lícito, a quem fez o bem no decorrer da vida, apelar à tranquilidade ao esperar calmamente pela morte. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 252) sinalizam para a aplicação de argumento recorrendo a essa estratégia argumentativa, diante do seguinte exemplo: “aquele que foi generoso na opulência, misericordioso no poderio, terá, parece, direito de apelar à generosidade e à misericórdia, quando a fortuna se lhe tornar desfavorável”. Entretanto, ao atentar para o início do argumento, pode-se constatar que o galo não afirmou ter feito o bem a outrem durante a vida, mas ter vivido bem.

Quando se percebe que a estrutura argumentativa é incompatível com a coerência circunstancial, evidencia-se uma transgressão na utilização do suposto argumento, desencadeando, por se tratar do gênero fabular, menos o ridículo do que o cômico. Esse

aspecto marca a presença da perspectiva humorística a que o sujeito do discurso é interpelado ideologicamente. Pela transgressão, a coerência no comportamento do galo fica comprometida, o que enfraquece a propriedade argumentativa e, com isso, a credibilidade do galo, revelando ainda, nesse caso, a postura egocêntrica que o caracteriza. Além disso, na fábula há o silenciamento dos motivos sociais para a assimetria dos direitos do homem em relação aos da mulher.

É a partir do silenciamento das reais condições de divisão de direitos que a fábula funciona como um gênero propício a burlar a censura (cf. COUTINHO, 1981, p. 151). É a partir do não dito que se dissimula a transparência do sentido mobilizado pela postura do galo, mas que, devido à estratégia argumentativa de instituir uma relação de transgressão entre a estrutura e a lógica comportamental pelo orador, passa-se a vislumbrar a necessidade de se buscarem relações mais coerentes, estimulando uma postura investigativa acerca dos silenciamentos da fábula.

Já no caso da galinha, no momento em que expõe uma análise à circunstância, vale-se, em sua reivindicação, de um argumento de justiça, especificamente do argumento de reciprocidade. “Os argumentos de reciprocidade visam aplicar o mesmo tratamento a duas situações correspondentes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECE, 2005, p. 250). Ao salientar o desejo de ter “uma vida de galo, livre e feliz”, o que a galinha reclama não é pela destituição dos direitos do galo, e sim por igualdade dos direitos. O que busca é o reconhecimento da simetria nas condições de galo e galinha, de modo a se estabelecer relação de reciprocidade entre os seres descritos. Essa busca remete ao ideal do movimento feminista de lutar por direitos iguais para as mulheres, que no contexto da época, como se pôde observar anteriormente, tem reflexos principalmente na Europa e nos Estados Unidos (cf. ROHMANN, 2000, p. 157).

Em uma condição interdiscursiva de aliança, quando a galinha afirma que vai levar uma vida de galo, define o rumo que pretende dar ao seu destino e, conseqüentemente, à sua própria identidade. A possibilidade de escolher seu destino e se caracterizar pelos rumos decididos marca, mediante a memória discursiva, um viés existencialista, constituído no funcionamento do dizer, e que se relaciona com os anseios feministas em uma postura de aliança entre as perspectivas. É essa liberdade de decidir que caminho seguir, o que ser, responsabilizando-se pelas escolhas, que diferencia o ser humano dos outros seres. Segundo o pensamento existencialista, “o homem *existe*, enquanto a pedra *é*. Tal diferença implica que o homem, diversamente dos demais objetos existentes no mundo, é livre. Ele é pura liberdade. A cada momento, o homem tem de escolher aquilo que será no instante seguinte” (PENHA,

2004, p.46). Essa distinção entre **existir** e **ser** revela a impossibilidade de o homem, diferente dos outros seres, ser predeterminado.

A expressão “movimento de liberação feminina” imprime uma relação com o subtítulo em inglês “the hen’s liberation”, proposta por Millôr Fernandes. A utilização da expressão em inglês remete discursivamente aos locais em que o termo “feminismo” foi mobilizado pela primeira vez, por volta do século XIX, na revolução sufragista (cf. ROHMANN, 2000, p. 157), na Inglaterra e nos Estados Unidos. Ao recuperar a referida expressão, reclama-se a re-significação do campo discursivo mediante as diferenças apresentadas entre as posições sociais de conflito e de aliança. Percebe-se que, na fábula, a galinha está subordinada às determinações da “patroa”, o que instaura, além dos efeitos de sentido referentes aos afazeres atribuídos à mulher de cuidar dos filhos (“Todos os dias pôr ovos, todo semestre chocar ovos, criar pintos”), a complexa relação entre a mulher e o mercado de trabalho, dadas as relações tensivas de classes que marcam o léxico no referido contexto sócio-histórico em que se insere. No caso da mulher, essas relações se estabelecem principalmente pelo silêncio, como destaca Giuliani (2008, p. 644):

O direito à cidadania política – o direito ao voto – é alcançado pelas brasileiras em 1932, antes de vários países da Europa, como França e Itália. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que as aspirações à cidadania no mundo do trabalho, as que buscam proporcionar iguais oportunidades entre homens e mulheres, passam por um demorado silêncio, interrompido entre 1979 e 1985.

Nessas condições, na fábula a interdiscursividade desencadeia efeitos de sentido devido ao funcionamento da re-significação de relações tanto de conflito, quanto de aliança. O galo velho, representando uma situação velha, ou vigente, ao argumentar com a galinha nova, que representa uma situação nova, uma ruptura no modelo antigo, vale-se de um posicionamento de predeterminação, a partir do momento em que declara que “galo é galo e galinha é galinha e que cada ser tem sua função específica na vida”. Essa declaração se consolida mediante a estratégia argumentativa de instauração tautológica do par “galo é galo” e “galinha é galinha”, sugerindo, em um primeiro momento, que todo galo é igual a qualquer outro galo e que toda galinha se equipara a qualquer galinha. Contudo, pela continuação do fragmento, percebe-se que a tautologia adquire significado argumentativo diferente ao se relacionar com a circunstância social a que remete.

Dessa forma, por meio do argumento utilizado, reclama-se, mediante a memória discursiva acerca das perspectivas instauradas no contexto sócio-histórico brasileiro

analisado, a presença de um plano discursivo que se materializa em provérbios brasileiros do tipo “Cada macaco no seu galho” (PÉREZ, [19__?], p. 27), remetendo ao ponto do processo de transmutação do gênero fabular. Sobre o efeito de sentido que essa perspectiva põe em relevo, este sinaliza que o galo tem uma forma de comportamento diferente daquele que a galinha deve apresentar, vez que cada um (na figurativização, cada grupo social), em sua condição própria, já tem, de forma prévia, o estabelecimento de uma determinação existencial. Tal posicionamento revela uma maneira de silenciar as verdadeiras condições sócio-históricas responsáveis pelos lugares ocupados por homens e mulheres, apresentando seus respectivos lugares, diferente de suas condições efetivas, como naturais. O discurso mobilizado pela estratégia argumentativa salienta uma relação de predeterminação.

A mobilização do discurso que se materializa no provérbio retomado confere, de certa forma, propriedade argumentativa, visto que, pela peculiaridade do referido gênero, se instauram efeitos de sentido com valor de verdade, instituindo-se como sabedoria popular (cf. MAINGUENEAU, 2005, p.169-170). O valor proverbial, por permear várias épocas, não sendo possível demarcar sua constituição em condições de produção específicas, se vincula à posição antiga que continua vigente, concebida mediante a expressão “galo velho”. Entretanto, no momento em que o discurso proverbial é reconhecido, no resgate da memória discursiva, pela elocução do galo, o valor de verdade torna-se passível de ser questionado. Para Maingueneau (2005, p. 175-178), uma das vozes presentes na enunciação irônica é a do “personagem ridículo que diria seriamente o provérbio”, evidenciando que “a ironia simula imputar ao adversário a responsabilidade pelo texto, de maneira que ele se *autodestrua*”. As características do ethos distanciam a probabilidade de o orador ser interpelado como sujeito por condições ideológicas que instaurem efeitos de sentido voltados à manutenção da estrutura social pautada em princípios censórios. Tais condições, aliadas à apresentação anterior do desenvolvimento argumentativo inconsistente por parte do galo, corroboram para que seja concebido mediante o ridículo, pelo recurso da ironia.

Os efeitos de sentido que demarcam o lugar de aceitação da estrutura social, tendo por verdade o dizer mobilizado, na narrativa, pelo galo, como oriundo da sabedoria popular, passa a dividir espaço, no ambiente polifônico, com outro. Por esse caminho, na figurativização do galo e da galinha, tem-se a apresentação das circunstâncias reais da sociedade no momento de sua publicação. Os efeitos de sentido de manutenção dessas relações sociais apresentam relevância, principalmente por propiciar que a fábula seja publicada. Todavia, pelo reconhecimento de certas peculiaridades do ethos por parte do auditório ao qual o orador se dirige, instauram-se, como outros efeitos de sentido, os que marcam a produção como um

alerta acerca do sistema repressor que se instaura na sociedade brasileira, em meados do século XX. Com o funcionamento da ironia, o dizer mobilizado pelo galo, representando o dizer do grupo social de onde emanam os discursos de manutenção, é visto por meio do ridículo, o que sinaliza sua apresentação como uma forma de crítica, um alerta acerca das consequências da perpetuação das posições de dominação, subjacentes à narrativa que compõe a fábula.

As condições sócio-históricas situadas, além de evidenciarem a posição em que a mulher se encontra na sociedade, também revelam, diante da instauração interdiscursiva percebida através de marcas linguísticas que compõem o texto fabular, um plano significativo mais abrangente. A escolha do termo “patroa” no dizer da galinha instaura, por sua vez, o Outro a que remete o funcionamento do jogo interdiscursivo, reclamando, em condição de conflito, a presença da perspectiva estabelecida no termo “empregado”, perspectiva esta silenciada, mas que é parte integrante para tal funcionamento. Apesar de não se ter na fábula a inserção desta palavra, pelo termo “patroa” resgata-se, mediante a memória discursiva, a relação “patrão X empregado”, a qual institui as bases de uma sociedade que se coaduna à perspectiva capitalista e que, a exemplo do Brasil em meados do século XX, aposta no processo de industrialização como o caminho para o desenvolvimento social. Essas posições discursivas revelam um ambiente de instabilidade oriundo da tensão proporcionada por conflitos concernentes às posições mais amplas de dominação *versus* resistência, posições estas em que os conflitos provenientes da insatisfação da mulher sobre o lugar que ocupa na sociedade também passam a funcionar. Essas condições demarcam um momento de intenso rebuliço social que, com a proposta de industrialização aliada a preceitos capitalistas, proporcionam a deflagração de greves em prol de melhores condições para os trabalhadores, de modo geral:

Entre 1945 e 1947, ao mesmo tempo em que há uma intensa filiação sindical, surge também um surto grevista. Só nos dois primeiros meses de 1946, ocorreram sessenta greves. A partir da década de 1950, há um crescente movimento paredista. Em 1951, ocorreram 173 greves com a participação de 364 mil trabalhadores envolvendo 548 empresas; ao passo que em 1952, 264 greves foram deflagradas, envolvendo 411 mil operários, em 922 empresas. Em 1953 é preciso destacar a greve dos 300 mil, realizada em São Paulo, Sorocaba Taubaté, Santos, São Caetano, Santo André, Ribeirão Preto, e abrangendo operários da indústria têxtil, metalúrgica, vidreira, gráfica, construção civil (CASALECCHI, 2002, p. 73).

É por conta da presença interdiscursiva do Outro que se autoriza o estabelecimento de efeitos de sentido referentes às condições sócio-históricas da sociedade brasileira. Diante desse quadro, não se exclui a posição interdiscursiva da qual emanam os efeitos de sentido reveladores das circunstâncias de domínio e de resistência, perceptíveis pela análise da fábula e que marcam o ambiente conturbado da época. Esses efeitos se devem não só à instabilidade gerada sobre os devidos papéis sociais voltados, de um lado, ao homem e, de outro, à mulher, pelo confronto de perspectivas machistas e feministas em voga no referido momento. Aliados a isso, provêm das circunstâncias salientadas, as quais, diante de um quadro interdiscursivo mais amplo, remetem à re-significação de relações de resistência e de domínio, marcadas interdiscursivamente, e que transcendem o confronto proveniente de posições machistas e feministas. A interdiscursividade, portanto, inscreve em seu domínio o aludido confronto, mas também aponta para sentidos reveladores de outras relações de conflito, que se referem ao embate inscrito no plano discursivo das relações de produção/reprodução do trabalho.

No decorrer da fábula, o ambiente conturbado da sociedade brasileira continua a ser descrito, sinalizando-se, por meio da argumentação, para a presença de mais relações de conflito, desta vez destacando-se a intervenção explícita do Estado. A postura da cozinheira em pegar sorrateiramente a galinha pelo pescoço e dizer “A patroa tem razão: galinha que não choca nem põe ovo só serve mesmo é pra panela”, revela uma atitude de repressão desencadeada devido à reivindicação da galinha. Pela inserção desses personagens na fábula, constitui-se mais um foro – compreendendo, como conjunto dos termos, a cozinheira e a patroa – que visa referir-se a um tema. Mas para se identificar o lugar do tema, é preciso compreender as características do foro. De um lado, vê-se que a cozinheira, assim como a galinha, está condicionada aos ditames da patroa, porém, diferente da galinha, não se rebela. Ao contrário, atende às determinações de levá-la para a panela por não produzir devidamente.

Diante da peculiaridade do gênero fabular em apresentar uma história por vezes fantástica, mas que sempre remete a efeitos de sentido de cunho sócio-político, para pensar sobre esses efeitos a partir da materialidade mobilizada no texto em análise, é relevante compreender, segundo a perspectiva de Althusser (cf. 2003, p. 70), como a ideologia funciona no ambiente social.

Com base na percepção althusseriana de ideologia, ao atender à patroa e repreender a galinha, a cozinheira torna-se passível de ser identificada aos AREs, cuja particularidade é de manter a ordem vigente e agir antes pela violência do que pela ideologia. Já a patroa, apresenta-se como um AIE, já que funciona mais pela ideologia do que pela violência.

Quando se pensa no contexto sócio-histórico da época em questão, revelam-se certas condições similares às descritas na fábula, como aponta Rodrigues (1994, p. 50):

Em janeiro de 1953, Vargas sancionou a lei sobre os crimes contra o Estado e a ordem política e social, prevendo a punição dos que convocassem comícios ou reuniões a céu aberto, sem a autorização da polícia. Desse modo, pretendia coibir as manifestações dos trabalhadores urbanos que, pressionados pela crescente defasagem entre salários e custo de vida, realizavam inúmeras greves.

Por tais condições, o foro, constituído pela patroa e pela cozinheira, estabelece o tema no qual se situam, respectivamente, o Governo e a Polícia, já que o primeiro faz parte dos AIEs e o segundo, dos AREs. A aproximação da analogia com o plano interdiscursivo de tensão entre as perspectivas de dominação e as de resistência voltadas às relações de classe trabalhista sustenta-se, ainda, pela moral “Um trabalho por jornada mantém a faca afastada”. Nesse contexto, compreende-se, assim, não só o silenciamento descrito por Giuliani (cf. 2008, p. 644) sobre a reivindicação da mulher por direitos iguais aos dos homens no mercado de trabalho, como a repressão política mais abrangente representada na fábula.

As confluências discursivas concebidas por meio da apreciação interdiscursiva diante das estratégias argumentativas do orador tornam-se passíveis de reconhecimento, também, devido à identificação das condições de acordo entre ethos e páthos, bem como da propriedade dissimuladora do gênero fabular. Dessa maneira, tendo em vista seu caráter polifônico, oriundo da propriedade plurissignificativa que lhe é peculiar, atesta-se a condição de funcionar como elemento de ocultação de efeitos de sentido, devido à dissimulação da transparência da linguagem que, neste caso, remete a circunstâncias fantásticas de produção da narrativa. É assim que a fábula tem em si demarcada a propriedade de encobrir efeitos de sentido para, então, poder ser veiculada em meio à repressão que marca a época de publicação do *corpus*.

Por meio das nuances discursivas, vê-se como o texto funciona, estabelecendo relações de dominação e de resistência que lhe são subjacentes. Dessa forma, é apresentado um ambiente conturbado, em que a repressão impera sobre aqueles que tentam reivindicar, lutar por seus direitos e, conseqüentemente, por um sistema político democrático. Essa construção implica o desencadeamento de efeitos de sentido, sendo que alguns destes merecem atenção especial. Por um lado, efeitos possíveis diante desse quadro geral instauram-se de modo a ratificar a manutenção da estrutura sócio-política da época, por marcar um lugar de aceitação para as camadas sociais, de modo a acolher os papéis que, por

natureza, se lhes apresentam como inerentes diante da condição humana em que cada qual se encontra vinculado. Esses efeitos são amparados por meio da força argumentativa proveniente da identificação da fábula com perspectivas discursivas que se instauram em provérbios, os quais marcam o imaginário social de valor de verdade, dispensando, em certos lugares sociais, a sustentação desse valor por meio de outras formas de argumentação. Por essa linha semântica, percebe-se a identificação da produção fabular com certos anseios políticos da época, o que autoriza sua veiculação, possibilitando que seja publicada.

Entretanto, ao observar o caráter do ethos, identificado por uma história reveladora da imagem marcada pelo humor político, muitas vezes sarcástico e irônico, institui-se a presença de outros planos significativos. Além do mais, a fábula milloriana não deve prescindir de estratégias retóricas que instaurem a condição polifônica para sua compreensão. Isso leva a crer que a fábula apresenta uma configuração estratégica retórico-discursiva que implica a instauração de certos efeitos de sentido em um lugar social, e não os mesmos em outro. Assim se percebe a particularidade do auditório ao qual recorre o orador para a instauração de outros efeitos de sentido, um auditório demarcado pela capacidade de compreender tais efeitos na linguagem, pautando-se em um viés político. Contudo, esse teor político é (ou deve ser) percebido por esse auditório enquanto marcado pelo humor e pela ironia que singularizam o orador, imprimindo essas características à sua produção.

Diante da organização dos elementos da tríade retórica, que parte de considerações acerca do gênero fabular, aliando-se à presença da polifonia assimilada por meio do plano interdiscursivo de análise, vê-se como os efeitos de sentido percebidos na fábula passam a re-significar.

Desse modo, mediante a figurativização da fábula, mobiliza-se a apresentação do ambiente sócio-histórico brasileiro, em meados do século XX, não de forma a sustentá-lo, e sim como crítica aos acontecimentos. A narrativa fabular evidencia um ambiente no qual não adianta argumentar, dada a sustentação dos argumentos da galinha, enquanto ora a inconsistência, ora o apelo ao valor proverbial marcam a postura do galo, além da ação da cozinheira, que repreende a galinha amparada pela posição da patroa.

É assim que, na fábula, se transfigura um ambiente injusto, no qual não se tem direito nem de reivindicar por direitos, servindo como um alerta à sociedade sobre o rumo que tanto os AIEs quanto os AREs identificados na análise se empenham, respectivamente, um pela preponderância da ideologia e o outro da violência, a dar ao país.

Na apreciação da fábula “A Galinha Reivindicativa”, aplica-se a proposta de imbricamento teórico, de modo a alcançar os objetivos vislumbrados. A articulação proposta

das noções teóricas atenta, em certa medida, à importância de relacionar aportes teóricos, devido às contribuições que uma articulação eficiente tende a gerar ao processo analítico e, conseqüentemente, à prática de leitura.

Na análise efetuada, por se considerar a fábula como um gênero textual, segundo a percepção bakhtiniana, torna-se possível resgatar informações gerais que remetem a efeitos de sentido implicados na interdiscursividade. Esse vínculo entre a noção de gênero textual e a AD ocorre na medida em que a fábula é apreciada por meio das estratégias argumentativas implementadas pelo orador, concebidas como o quesito pontual na constituição do dizer, possibilitando a profusão de vozes, tanto argumentativas quanto discursivas.

Nesse ponto, vê-se a presença subjacente dos princípios polifônicos ducrotianos funcionando nesse entremeio, autorizando a inscrição da diversidade de posições no sentido de obliterar possíveis contradições oriundas da teoria da unicidade do sujeito. Por isso, o sujeito discursivo não se assimila ao empírico, além de o orador, apesar de manifestar estratégias argumentativas, o fazer acionando condições estruturais demarcadas nos estudos da nova retórica. Dessa forma empreende-se atividade na construção do dizer por meio da organização do próprio texto, procedimento que especifica a materialidade linguística, singularizando-a, sem, no entanto, imprimir à análise uma natureza eminentemente intuitiva.

Perante a identificação de certas características do *ethos*, por meio do qual se procura apresentar uma imagem proveniente das relações artísticas, marcada pela crítica ao governo diante de uma postura não raro sarcástica, irônica, interroga-se a respeito das relações discursivas às quais o sujeito se assimila. As estratégias implementadas pelo orador são investigadas, também, assinalando-se eventuais sobreposições argumentativas, tendo em vista a propriedade geral de o gênero em questão poder funcionar como meio de burlar a censura. É dessa forma que se alcançam efeitos transcendentais aos sentidos alegóricos, ao espaço fantástico e inverossímil da narrativa, para remeter às condições sócio-históricas da época que, além de cercear o espaço da mulher na sociedade, também limitam o da classe trabalhadora, inclusive pela intervenção do próprio Estado.

Com a figurativização do lugar ocupado pela galinha em relação ao galo, a interdiscursividade permite a ocorrência de efeitos voltados à manutenção da arquitetura social, representando a ordem “natural” (vide posicionamento do galo) da sociedade. No entanto, pelas características do *ethos*, além de se considerar que a fábula se destina a um auditório específico, devido ao risco de censura caso certos efeitos tornem-se passíveis de ser percebidos por um público geral, há que se indagar sobre o anseio em se preservar a manutenção de tal arquitetura. Pelo conhecimento de características do *ethos* por um auditório

específico, formado por pessoas que se assimilam às condições discursivas pelas quais o orador é interpelado enquanto sujeito, chega-se à instauração de mais uma estratégia argumentativa na fábula: a da ironia. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 235-236) veem a ironia como uma argumentação que opera por meio de uma relação opositiva, visto que se constitui de modo a dar a entender o contrário do que apresenta, tendo a ser mais eficaz ao se limitar o auditório ao qual o orador se dirige.

Nesse plano de leitura, o orador mobiliza a fábula apresentando, com a narrativa, uma figurativização do ambiente social, destacando certos valores vigentes, vinculados às propostas do Estado de conter a mobilização dos trabalhadores, bem como aos anseios do homem, interpelado ideologicamente pela postura machista, em conservar seu espaço diante das conquistas da mulher. Por apresentar essa arquitetura social, instaura-se, como efeito de sentido, a propriedade instrutiva da fábula, de orientar sobre a realidade em que se vive, de modo a favorecer o reconhecimento e a aceitação de cada qual sobre o lugar que ocupa na sociedade. Contudo, pelo reconhecimento do *ethos*, chega-se a efeitos de sentido diferentes, que descrevem as relações vigentes na sociedade brasileira em meados do século XX não como forma de manutenção, e sim de insatisfação popular.

O ambiente de cerceamento torna-se alvo de crítica, e não de manutenção, vez que vai de encontro aos princípios libertários voltados à imagem do orador, os quais, por sua vez, se sustentam em condições interdiscursivas relacionadas a circunstâncias sócio-históricas. Esse teor crítico se sustenta pela fragilidade nas intervenções argumentativas do galo, imprimidas de maneira pouco substancial diante da incompatibilidade entre estratégia argumentativa e coerência circunstancial, além de mobilizar posições discursivas marcadas em provérbios. Estes, apesar de mobilizarem efeitos de sentido tidos como verdadeiros, tendem a perder consistência argumentativa ao serem contestados. O desenvolvimento argumentativo do galo se contrapõe ao da galinha, tanto pela finalidade quanto pela propriedade. Assim, a galinha apresenta argumentos mais proficientes, seja pela isenção de incompatibilidades comprometedoras da coerência, seja pelo reforço que dá mediante a apresentação dos fatos que a fazem reivindicar.

A interdiscursividade que propicia a instauração do dizer materializado na/pela fábula retoma discursos de modo a re-significar relações de resistência e de domínio, relações estas passíveis de serem compreendidas por meio de uma observação pontual do contexto sócio-histórico em que ocorre. É assim que, diante da organização estratégica do orador, considerando-se os discursos que o interpelam como sujeito, junto se compreende como relações pontuais são presentificadas por meio da re-significação de posições interdiscursivas.

Da fábula, dessa maneira, emergem efeitos de sentido diversos, ancorados em materialidades, mas sem desprezar a atividade do orador na constituição do dizer. Propõe-se, com isso, uma análise mais consistente, na medida em que, pelo entremeio, são abordadas posições relevantes para uma apreciação mais completa da constituição da linguagem e de seus efeitos

3.2.2 Fábula 2

O renascer dos belos sentimentos, uma vez satisfeitas as necessidades básicas.¹

Esta pungente história se passou no meio de uma selva, nas areias de um deserto, num velho navio abandonado e sem rumo, em qualquer lugar em que há dificuldades de alimentação e o homem começa a sentir a antrope ou qualquer outra fagia a lhe espicaçar o estômago.

Pois, sozinho e sem se alimentar há vários dias, o homem vinha caminhando no vasto areal (ou selva, ou etc...), seguido apenas de seu fiel cachorro. Lá para as tantas lhe deu, porém, o espicaçar acima enunciado, a fome bateu-lhe às portas da barriga: “pan, pan, pan, ó de casa!” Já batera antes, mas o homem tinha fingido que não ouvia. Naquele momento, porém, não resistiu mais e atendeu à fome. Matou o cachorrinho, única coisa comível num raio de quilômetros. Matou-o, assou-o num fogo improvisado, e comeu-o, todo, todo, com uma fome canina (perdão!). Quando tinha acabado de comer o animal, sentou-se, plenamente satisfeito. E foi então que olhou em torno e começou a chorar: “Ai, ai, ai”, - soluçou – “pobre do Luluzinho! Como ele adoraria roer esses ossos!”

MORAL: QUANDO EU TIVER UMA CASA CONFORTÁVEL, ESCREVEREI UM TRATADO DE SOCIOLOGIA.

1. “Para se exercer as virtudes do espírito é necessário um mínimo de conforto material” (Santo Agostinho). (FERNANDES, [1963] 1999, p. 67)

A dinâmica interdiscursiva, por permear um terreno de desdobramento, sinaliza a presença de outras “vozes” configuradas como perspectivas discursivas que ecoam na constituição do dizer, salientando a inexistência do discurso que não remeta, como necessidade para sua própria existência, a dizeres que o antecedem. Junto à observação de estratégias argumentativas mobilizadas pelo orador, propicia-se investigar a instauração de efeitos de sentido partindo-se da propriedade argumentativa a partir da qual a linguagem é organizada. Ao se pensar a fábula em questão a partir dessa dinâmica, percebe-se, na materialidade linguística, uma série de indicações sobre a relação que a compõe, o que leva conseqüentemente à identificação de ancoragens que a vinculam a determinados efeitos de sentido, e não outros em seu lugar.

Desse modo, no plano retórico, o próprio título é constituído a partir do vínculo causal, sinalizando um acontecimento – a satisfação das necessidades básicas – que propicia um efeito – o renascer dos belos sentimentos. Mediante as marcas linguísticas a partir das quais essa estratégia argumentativa é desenvolvida, evidencia-se o princípio de retomada, inscrevendo-se em um sistema de reprodução/transformação de forças ideológicas, o que remete ao plano discursivo. A linguagem, como local de materialização discursiva, em sua autonomia relativa, atribui ao prefixo “re” um retorno a uma posição anterior. No entanto esse retorno ocorre na dualidade presente na relação paráfrase/polissemia, pois não apenas se reproduz o posicionamento discursivo, mas se reelabora, num processo de transmutação. O que ratifica esse quadro é a situação que se estabelece para tal retorno e que, nessas circunstâncias, interfere no complexo das FDs anteriores, ao reinscrevê-las sob outras condições de produção, mediante outro contexto sócio-histórico.

Ao se apreciar o texto segundo a impressão de transparência da linguagem, relaciona-se a fábula à condição retórica de causa/efeito que se vincula à necessidade fisiológica de se alimentar. Diante disso, só haverá o surgimento dos sentimentos antropofágicos (efeito) no momento em que houver fome e dificuldades de alimentação (causa). A antropofagia é sugerida mediante o jogo de palavras presente no primeiro parágrafo. Só que, nesse caso, é difícil conceber os sentimentos antropofágicos como belos. Além disso, a antropofagia diz respeito à prática de comer carne humana, só que, na história, quem é devorado é um animal, e não um homem. Esses posicionamentos contraditórios estabilizam-se pela característica implicada no gênero fabular: a de se apresentar como um simulacro da realidade humana.

É claro que, com uma análise imanentemente linguística, não há como compreender certos efeitos de sentido envolvidos no jogo discursivo, nem as perspectivas mobilizadas como condição de existência da fábula. A percepção morfológica, junto à instauração argumentativa, fornece pistas que, no entanto, não são suficientes para depreender precisamente o valor significativo da produção. Daí se entende o porquê de a linguagem ter uma autonomia que é relativa. Remeter, portanto, ao contexto sócio-histórico para a análise da fábula é fundamental para que se possa chegar, depois de observadas as confluências discursivas passíveis de nela funcionarem, a efeitos de sentido implicados nessa conjuntura.

Com relação ao comportamento do homem, na fábula, percebe-se que, vagando com seu “fiel cachorro”, ele se entrega à fome e o devora. A fome, nesse contexto, se torna o agente desencadeador da reação do homem. Em outras palavras, quando entra em cena, apresenta-se como determinante para a aludida ação, remetendo ao acontecimento a partir do qual se evidencia o efeito na argumentação de vínculo causal. Diante do que é constatado, o

que ocorre é a afirmação da presença de um processo filosófico-ideológico subjacente à arquitetura figurativa. Tem-se, portanto, no discurso um efeito de sentido que remete à doutrina filosófica determinista, a qual revela o posicionamento de que as atitudes do ser humano ante a vida são predeterminadas dentro de uma relação de causa X efeito. Em referência à conceituação do determinismo, Rohmann (2000, p.106) explica:

Tese, proveniente de uma interpretação estrita da causalidade, de que toda situação é determinada pela situação precedente e que constitui um elo em uma cadeia inalterável de acontecimentos. Difere da PREDESTINAÇÃO – a idéia de que Deus pré-ordenou a história do mundo e o destino da humanidade – principalmente porque encara o rumo dos acontecimentos como consequência de leis físicas, sociais e comportamentais inconscientes, e não de interferência divina.

Essa perspectiva discursiva, por sua vez, instaura necessariamente a presença do Outro, concebendo-o, assim, em meio a uma relação de confronto, como fundamental para ambas as existências. O determinismo existe em uma posição de aliança com discursos e de confronto com tantos mais (na verdade, torna-se uma tarefa utópica realizar um balanço qualitativo e quantitativo das FDs implicadas em um processo interdiscursivo). Como exemplo da presença do Outro, instituído pela condição de confronto, apresenta-se uma perspectiva existencialista. O determinismo, em certo momento, passa a ser refutado pelo existencialismo, doutrina que surgiu na Europa, depois da segunda guerra mundial, e tem na figura de Sartre o mais conhecido dos filósofos da existência, o qual prega que o ser humano é livre para fazer suas escolhas já que não há nenhuma essência criadora e ordenadora do mundo. Assim, Sartre apresenta um plano filosófico ateu, tendo como um dos lemas de sua doutrina a citação “A existência precede a essência”. Para caracterizar o significado dessa expressão, Zilles ([1988] 1995, p.59) coloca o seguinte:

O homem primeiro existe, se encontra, emerge no mundo e depois define-se pela própria ação. O homem, como o existencialista o concebe, é indefinível, porque, no começo, não é nada. Torna-se à medida que e como se cria a si mesmo. A vida não possui um sentido que lhe seja previamente dado. Tudo é absurdo. A existência do homem está lançada no nada. A partir do nada, há liberdade absoluta. Não há, pois, natureza humana, porque não há Deus que a proteja. O homem é apenas como se concebe a si mesmo. O primeiro princípio do existencialismo é: “O homem não é mais que o que ele faz”.

O existencialismo, impulsionado por Sartre, é um dos movimentos filosóficos que ganham importante relevo na década de cinquenta e que refletem no comportamento social da década posterior, época em que a obra milloriana é publicada. A doutrina existencialista surge

por volta do século XX, no cenário de conturbação mundial caracterizado pelo ambiente pós-guerra, no qual os valores entram em crise e o homem passa a viver numa época em que sua grandiosidade se vê comprometida.

No decorrer da análise, observa-se a iminência de uma situação limite. A passagem onomatopaica, relacionada à personificação da fome, instaura o discurso cômico, pois, dadas as circunstâncias, a situação que seria trágica ganha uma atmosfera humorística, desencadeando a comicidade. Com efeito, o trecho “ó de casa”, que remete a uma FD voltada ao contexto prosaico, é “re-significado” no momento em que passa dessa FD, resgatada mediante a memória discursiva – mais precisamente aos dizeres que se inserem no contexto sócio-histórico em questão –, a outra. Diante desse deslocamento, a fome surge, maquiando um contexto trágico para torná-lo, entre outros efeitos de sentido, divertido, uma das manobras discursivas do texto de humor.

Logo depois, no fragmento “Já batera antes, mas o homem tinha fingido que não ouvia”, faz-se presente o operador argumentativo “mas”, que busca apresentar a tentativa do homem de racionalmente exercer sua liberdade mediante a possibilidade de escolher o que fazer. Mais adiante, em “Naquele momento, porém, não resistiu mais e atendeu à fome”, constata-se que a luta do homem tivera sido em vão; mais que isso. Agora o operador argumentativo “porém” surge para evidenciar que o homem, em certas circunstâncias, não possui liberdade de escolha, ou seja, é levado a se comportar de uma determinada maneira motivado pela situação dentro de um determinado contexto. Volta-se, portanto, ao posicionamento discursivo determinista através da relação causa X efeito.

No momento em que o homem mata o cão e o come, imprime-se uma perspectiva de inversão de papéis. Quem passa a agir instintivamente é o homem (ser racional), e não o cachorro (ser essencialmente instintivo). Remete-se, assim, ao ideal de um pressuposto teórico do existencialismo, segundo o qual, de acordo com o lema exposto anteriormente, “a existência precede a essência”. Essa existência é, segundo Zilles ([1988] 1995, p.14), “em geral, o modo de ser próprio do homem no mundo, sempre em uma situação determinada ou concreta”. Assim, tem-se por existência o homem em suas ações concretas, atuando e decidindo. No plano retórico, os termos cão e homem fazem parte do foro, na argumentação por analogia. Na conjugação entre a retórica e a AD, consubstanciada pela polifonia, instaura-se o tema remetendo a parte das condições interdiscursivas que propiciam a existência do dizer. Dessa forma, pode-se representar a posição dos termos do foro com relação aos do tema mediante os seguintes pólos:

HOMEM ↔ DETERMINISMO X CÃO ↔ EXISTENCIALISMO

Portanto, no contexto da fábula, dois posicionamentos são afirmados e, ao mesmo tempo, se contrapõem em uma posição interdiscursiva de confronto. Nessas condições, o homem é levado a agir não mediante sua liberdade, e sim determinado por uma situação de causa X efeito, diferente da postura adotada pelo cão, que não age instintivamente no intuito de saciar a fome. O cão mantém-se firme, mesmo ao passar pela mesma provação que o homem, e resiste às circunstâncias da situação, o que leva a uma analogia ao existencialismo marceliano, vez que, ao se comportar segundo o princípio da fidelidade, o cão se propõe a “ser-com”. O cão, portanto, se apresenta como amigo fiel, exercendo sua condição de escolher “ser-com” em detrimento de estar inserto em uma relação determinista mediante a causalidade.

Diante da situação descrita na fábula, percebe-se a atuação conjunta das estratégias argumentativas de vínculo causal e de analogia, a partir das quais são percebidas algumas relações interdiscursivas. Além disso, enquanto efeito de sentido, essas relações remetem a um cenário em que o ser humano volta sua atenção ao outro quando tem satisfeitas suas necessidades, priorizando-se. A ideia de altruísmo, portanto, só pode ser exercida dentro de um plano particular de vida satisfatório. As necessidades humanas tornam, assim, o homem um predador por essência, expondo o ideal da cadeia alimentar na qual o mais forte nutre-se do mais fraco por questão de sobrevivência, numa predeterminação comportamental.

No momento em que, pela perspectiva determinista, o homem come o cão, essa ação passa a remeter discursivamente ao canibalismo, já que o cachorro não era um simples animal irracional: era seu “fiel” companheiro. Nesse jogo interdiscursivo, instaura-se uma relação de aliança, visto que os discursos emergem não em condição de embate, de oposição, e sim de integração. Diante de tais condições, o cão – como foi explicitado anteriormente – é a representação social mais próxima, já que o acompanhava intermitentemente, submetido às mesmas provações do homem. Mesmo assim, não age por instinto, não busca saciar suas necessidades fisiológicas, remetendo a um posicionamento racional em detrimento da atitude do homem. Logo, acentua-se ainda mais a relação de inversão de valores:

HOMEM → SER INSTINTIVO

CÃO → SER RACIONAL

Essa relação entre ser instintivo e ser racional tem como base a argumentação por meio do ridículo, já que vai de encontro à ideia de racionalidade do homem e irracionalidade

do cão. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 233), “uma afirmação é ridícula quando entra em conflito, sem justificção, com uma opinião aceita”. No entanto, ao instaurar o ridículo no texto, o orador não perde a credibilidade, pois se trata de um gênero que, por se constituir muitas vezes por meio de alegorias, passa a referendar esses efeitos de sentido por meio da ficção. Essa estratégia argumentativa fica mais evidente no lamento do homem, já que se tem por ridículo lamentar por um animal não ter tido a oportunidade de roer seus próprios ossos. Além disso, com o ridículo se instaura a perspectiva humorística que atravessa o dizer, imprimindo o efeito de sentido de comicidade, dissimulando o teor trágico normalmente assimilado a esse tipo de circunstância

Ao final da composição, tem-se uma citação de pé de página relacionada ao título: “Para exercer as virtudes do espírito é necessário um mínimo de conforto material. (Santo Agostinho)”. Com essa citação, instaura-se um argumento de autoridade ao recorrer a Santo Agostinho, filósofo e “um dos principais fundadores da teologia do cristianismo” (ROHMANN, 2000, p. 24). Sintetiza-se, assim, a necessidade do homem de satisfazer-se materialmente antes de agir com altruísmo, ou seja, antes de poder exercitar a condição de expressão dos sentimentos mais sublimes do ser humano. Essa citação também ratifica, ao levá-la em consideração no contexto geral da fábula, a posição que Santo Agostinho, filósofo que viveu de 354 a 430 d.C., tem acerca da natureza humana, o qual a toma como extremamente complexa (cf. COLLINSON, 2004, p.54).

A estratégia argumentativa de autoridade, por remeter ao pensamento de Santo Agostinho, instaura uma perspectiva discursiva que vai de encontro a uma lei cristã tida como universal. Esta se materializa na bíblia sob a forma do Segundo Mandamento que, junto ao Primeiro, é concebido pelo cristianismo como de maior relevância:

O mandamento do amor. Aproximou-se dele um dos escribas, que lhe escutara a discussão. Tendo visto quão bem respondera, perguntou-lhe: “Qual é o primeiro de todos os mandamentos?” Jesus lhe respondeu: “O primeiro de todos os mandamentos é este: Ouve Israel o Senhor nosso Deus é o único Senhor, e amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, com toda a alma, com toda a mente e com todas as forças. O segundo é este: Amarás o próximo como a ti mesmo. Maior do que estes não há mandamento algum”. (MARCOS, Cap. 12, Ver. 28:31, 1982)

Dessa forma, o homem deveria amar o “cão” (que, na figurativização, se refere a seu semelhante) como a si mesmo, o que não ocorre. Nesse momento, há um dismantelamento da perspectiva cristã, a desconstrução de um posicionamento tido como universal, presente na fábula que, não raro, é definida como uma narrativa que propaga preceitos universais.

Por outro lado, ao se relacionar a moral milloriana à citação de Santo Agostinho e ao texto, pensando-se no contexto sócio-histórico da fábula, o plano de leitura passa a gerar outro efeito de sentido. Assim, além de toda arquitetura filosófico-ideológica contida na fábula, é possível evidenciar, através de um processo análogo, a presença marcante do capitalismo. Se o homem necessita, para amar o próximo, de uma casa confortável ou o mínimo de conforto material, é coerente compreender a fome como a figurativização do capital, portanto, uma necessidade não fisiológica, mas material, voltada às questões mercadológicas, a questões sócio-econômicas.

Tem-se, assim, a evidência de conflitos de classe da época, oriundas de determinações infra-estruturais responsáveis, em última instância, pela caracterização do discurso capitalista que compõe o referente contexto sócio-histórico. A presença da perspectiva capitalista, junto à ação antropofágica sugerida na fábula, faz emergir, mediante o processo discursivo, o posicionamento parafrástico que remete a uma expressão de domínio público: capitalismo selvagem. Observa-se, assim, que a fábula se constitui também por uma posição discursiva que “re-significa”, uma vez voltada a condições de produção específicas. Isso porque, a partir da década de 1950, a industrialização se expande consideravelmente e passa a ser meta de desenvolvimento da política econômica brasileira. Com o proliferamento de indústrias nas grandes cidades, ocorre a migração principalmente da população rural em busca de emprego. Esse crescimento exacerbado faz com que aumente o desemprego nas cidades. A esse respeito, Casalecchi (2002, p.45) ratifica:

Até a década de 1940, 75% da população brasileira era classificada como rural. No final da década de 1960, 52% da população era urbana. Entre 1940 e 1970 essa população quadruplicou como consequência dos deslocamentos do campo para as cidades, das migrações periféricas para o Centro-Sul. O crescimento vegetativo da população passa de 52 para 70 milhões de habitantes entre 1950 e 1960. Como as taxas de crescimento da população são maiores do que as taxas de oferta de emprego, passa a existir nos grandes centros industriais um significativo contingente de desempregados e subempregados que comumente para lá se desloca em busca de sobrevivência.

A dissidência das classes sociais passa a influenciar o comportamento do ser humano. Observa-se, assim, a atitude “inevitável” do homem para “estar satisfeito” e a subordinação do cão que, mesmo sendo “fiel”, apresentando a figuração do “fiel empregado”, é explorado pelo homem, é consumido pelo capitalismo.

É possível, ainda, se pensar em uma afirmação de poder e de submetimento da classe operária diante das empresas privadas, impulsionada através da avidez pelo desenvolvimento

capitalista. Diante dessa perspectiva, a teoria de Althusser acerca dos Aparelhos Ideológicos de Estado torna-se, aparentemente, presente no texto. A figurativização do cão, portanto, apresenta-o como alvo dos mecanismos de exploração, o que sinaliza as relações materiais sócio-históricas naquele momento.

Porém, em outras abordagens, é possível serem estabelecidos dois paralelos entre o homem e o cão, observando-se uma relação de forças na qual prepondera a satisfação do homem ante a vida do cão. Assim, em toda relação de forças há um jogo de poder. É justamente o funcionamento conjunto do mesmo e do outro que possibilita a presença marcante do poder. A exploração do homem sobre o cão se dá dentro dessa relação. Por conseguinte, se não houvesse cão, não haveria afirmação de poder por parte do homem. Sendo assim, este só pode consumir, explorar, por causa da existência daquele.

Já, ao observar o homem inserto em seu meio também passa a ser possível perceber a cristalização de um comportamento que transforma a sociedade em um território conflituoso no qual prepondera uma espécie de lei de seleção natural, sendo o proletariado aviltado pelo “capitalismo selvagem”. A estratégia argumentativa baseada no ridículo divide espaço com o plano interdiscursivo para sinalizar que a ridicularização transcende a condição do homem de irracionalidade para se inserir no âmbito político-econômico. Nesse plano de análise, o mais forte (homem) devora o mais fraco (cão), marcando, assim, a hegemonia mercadológica, neomercantilista e opressora dentro do cenário social daquela época.

Diante disso, pode-se perceber a instauração da ironia, no momento em que a materialização interdiscursiva no texto esboça relações de opressão que marcam as condições mediatas da época. Como, na imagem do orador, o ethos é caracterizado pela oposição ao Governo, a fábula passa a apresentar um reflexo do que ocorre na sociedade para remeter ao Outro. É dessa forma que, entre outros efeitos de sentido, na fábula se concebe uma crítica ao sistema capitalista em questão, constituindo-se como um meio de alerta sócio-político.

Na fabula analisada, observa-se, então, como se pode articular estratégias argumentativas provenientes da nova retórica que, por remeter à atividade do orador, se constituem enquanto aspecto teórico pontual, com relações interdiscursivas, mediante a teoria da AD. Tais relações, por sua vez, não dizem respeito nem a aspectos individuais nem universais, mas concernentes ao momento sócio-histórico de materialização do dizer.

Por esse caminho, partindo-se da identificação da estratégia argumentativa de vínculo causal aliada à analogia, identifica-se parte da materialidade discursiva no plano de resignificação do discurso antropofágico, devido ao deslocamento para o gênero fabular. Esse deslocamento permite conceber a postura de aliança dessa perspectiva com a relação de

conflito entre a determinista e a existencialista. Dessa maneira, autoriza-se, diante da condição de materialidade, a instauração de efeitos de sentido que sugerem, com o auxílio do argumento do ridículo, uma inversão de pólos entre a racionalidade e a irracionalidade.

Com o argumento de autoridade, reclama-se a presença do discurso religioso, o qual sofre um desmantelamento para dar lugar, junto com a observação da moral, à postura capitalista que se implementa na época, em meados do século XX. Diante da postura do orador de marcar oposição ao Governo, a apresentação da estrutura sócio-política vigente dá-se, nesse plano de leitura, por um lado como um alerta à sociedade, no que diz respeito a esse regime político. Por outro, atenta para o fato de que o homem deve procurar não só o conforto espiritual, mas também o material, o que o insere nesse sistema em que o ser se define com relação ao ter.

Com efeito, a fábula milloriana, apesar de apresentar uma narrativa de fácil intelecção, tem subjacente uma série de ancoragens discursivas, responsável pela possibilidade de estabelecimento de múltiplas leituras. Portanto, a análise revela pelo menos dois planos de leitura. O primeiro se refere à desconstrução de valores cristãos socialmente tidos como universais, preceitos estes que comumente são propagados em fábulas. O segundo aciona mais diretamente o aspecto pontual do texto fabular, visto que, sem um conhecimento específico de suas condições sociais, históricas e ideológicas de produção, se torna improvável perceber certos efeitos de sentido, anteriormente sinalizados.

Essas colocações objetivam, principalmente, proporcionar uma reflexão sobre os conhecimentos aparentemente estabilizados, provocar discussões no sentido de, assim, contribuir para o desenvolvimento/direcionamento de pesquisas. Dentre as motivações para isso, certamente esta é a mais relevante: buscar formas de proporcionar planos de ação voltados à leitura que não reduzam categoricamente seu valor significativo, nem ampliem excessivamente seu campo semântico, isentando-a de ter ancoragens.

3.2.3 Fábula 3

O caracol e a pitanga

Há dois dias o caracol galgava lentamente o tronco da pitangueira, subindo e parando, parando e subindo. Quarenta e oito horas de esforço tranquilo, de caminhar quase filosófico. De repente, enquanto ele fazia mais um movimento para avançar, desceu pelo tronco, apressadamente, no seu passo fustigado e ágil, uma formiga maluca, dessas que vão e vêm mais rápidas que coelho de desenho animado. Parou um instantinho, olhou zombeteira o caracol e disse: “Volta, volta, velho! Que é que você vai fazer lá em cima?”

Não é tempo de pitanga.” “Vou indo, vou indo” – respondeu calmamente o caracol. – “Quando eu chegar lá em cima vai ser tempo de pitanga.”
MORAL: NO BRASIL NÃO HÁ PRESSA! (FERNANDES, [1963] 1999, p. 47)

Ao julgar a possibilidade de realizar a leitura desse texto, concebendo-o como ocorrência eminentemente linguística, talvez se chegasse, a partir de diferentes formas metodológicas, a um posicionamento em comum acerca das marcas de sua literalidade⁴⁹. Dessa maneira, a identificação da trajetória do caracol, interrompida em um determinado momento pelo “passo fustigado e ágil” da formiga, bem como a explicação que dá a ela a respeito do valor de sua plácida jornada marcariam a característica lúdica da narrativa, sem risco de possíveis inverossimilhanças provenientes da humanização de seres biologicamente irracionais.

Quanto a isso, um clássico argumento, que demarca a conceituação deste gênero, já resolveria essa questão: o de a fábula ter como predicado a condição de proporcionar a ocorrência de narrativas caracterizadas pelo teor fantástico, criadoras de um universo imaginário no qual os animais e outros seres irracionais se valem do poder de expressão por meio da linguagem humana. Essa perspectiva, apesar de, provisoriamente, apresentar fundamentos que justifiquem a leitura da literalidade, ao ser exclusivamente mobilizada incorre em alguns equívocos. Isso ocorre principalmente por se julgar que nas palavras realmente há transparência, o que limita a análise a descrições, por um lado, reducionistas em relação à dimensão significativa da fábula e, por outro, redundantes se se pensar apenas em sua constituição narrativa.

Sobre o primeiro equívoco, um dos princípios da AD é o de considerar a opacidade da linguagem e, com isso, conceber a inviabilidade de, mediante uma análise de texto pautada na imanência linguística, poder alcançar o nível discursivo (cf. PÊCHEUX, 1997, p. 78-79). O texto, portanto, apresenta outras relações significativas que só podem ser apreendidas recorrendo-se à exterioridade linguística. Essa incursão evidencia que o caracol e a formiga devem ser pensados não enquanto seres irracionais que travam um diálogo por meio da figurativização, mas como lugares sociais de onde emanam certas perspectivas. A análise pautada nesses princípios, por sua vez, pressupõe, como requisito básico, o estabelecimento de posições discursivas, possíveis devido à existência de condições de produção a que se

⁴⁹ O sentido literal é aqui sinalizado pela observação da estória que marca a narrativa. Isso não isenta a problemática existente em atribuir um único sentido à literalidade, sem refletir sobre possíveis relações contextuais. No entanto, apesar de compreender a importância de se discutirem a variação do sentido literal e as concepções equivocadas a respeito de sua noção (cf. POSSENTI, 2002), por força do propósito desta Tese, que situa sua prioridade, essa questão permanecerá silenciada.

relacionam. Tais condições se caracterizam por remeter a contextos sócio-históricos e ideológicos, i.e., a elementos externos à língua.

Já o segundo remete a estratégias semânticas a partir das quais semanticistas, como sinaliza Pêcheux (1995, p. 30), se valem “de classificações dicotômicas do tipo abstrato/concreto, animado/não-animado, humano/não-humano” para sistematizar os significados das palavras. Propor, para a fábula, uma análise que transite por esse caminho significa abordá-la compreendendo-a em uma circularidade que permeia a afirmação do óbvio ou, mais especificamente, que remete a observações à *La Palice*⁵⁰. A abordagem desses traços, por mais redundantes que se apresentem, é, de certa maneira, compreensível enquanto leitura de marcas formais, exclusivamente linguísticas. Nesse caso, caracterizar os dois personagens significa apresentar traços semânticos que proporcionam a conceituação tanto do caracol quanto da formiga, retomando posições que já estão pressupostas nesses elementos, possibilitando essa circularidade. No entanto, não consegue dar conta quando o propósito é o de identificar relações mais complexas, que sinalizam a necessidade de remeter a questões sociais, históricas, ideológicas, como é o caso do gênero fabular.

Além desses, outro equívoco ainda se impõe: o da própria existência da literalidade. Pêcheux (1995, p. 262), ao apreciar a posição lacaniana acerca da metáfora, designada como a presença de uma palavra em lugar de outra, posiciona-se diante da ideia de que não há sentido literal, de que “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm sentido que lhes seria próprio, preso a sua literalidade”. O que se percebe diante da designação desse “efeito metafórico” é a inexistência da literalidade pela impossibilidade de uma palavra (ou expressão ou proposição) ter um sentido sem estar inscrita em uma determinada FD. Compreender os efeitos de sentido em “O caracol e a formiga” implica, pois, identificar traços da interdiscursividade. Diante da noção de metáfora, o sentido tido como “literal” da fábula na verdade é um efeito da impressão da transparência da linguagem, efeito que é necessário e estruturante para a constituição dos sentidos.

Pelo resgate da memória discursiva, observa-se, no *corpus*, a presença de uma constituição discursiva que põe em cena saberes relacionados ao gênero em que se apresenta. São esses saberes, retomados pela noção de pré-construído, que regulam a leitura feita a partir de determinados lugares sociais, ancorada por condições histórico-ideológicas, e que “re-significam” em outro contexto. Esse processo ratifica a condição interdiscursiva dos dizeres, marcada pela dinâmica de relações discursivas que se repetem e se renovam.

⁵⁰ Qualquer semelhança entre o jogo de palavras e os títulos da obra de Michel Pêcheux (1995), respectivamente, traduzido para o português e em francês, definitivamente não é mera coincidência.

Uma das questões recorrentes em fábulas é a de apresentar preceitos tidos como universais, muitas vezes caracterizando-as como verdadeiros AIEs. Tais preceitos por vezes se materializam em construções linguísticas tipificadas que, por isso, permitem a identificação do gênero ao qual remetem, integrando-se não raro ao senso comum da sociedade. Boa parte dessas expressões tipificadas se encontra, por sua vez, no gênero de ditos populares, os quais, como sinaliza Cascudo (1983, p.602-603), possivelmente deram origem às fábulas. Essa constituição pode ser explicada a partir da identificação do processo de assimilação (cf. MARCUSCHI, 2007), o qual consiste em ter, na composição dos gêneros, uma ancoragem em bases genéricas anteriores. Tomando-se esse processo como base, ao se considerar a tese segundo a qual sua constituição genérico-fabular se origina do alargamento de ditos populares, concebendo-os como ancoragem para essa ocorrência, tem-se a possibilidade de, mediante o contexto social, identificar esses traços evidenciadores de uma perspectiva discursiva que integra as condições de existência do dizer.

Pela observação da estrutura narrativa da fábula, na qual o fragmento linguístico que precede o *epimitio* é o discurso direto do caracol, que em um primeiro momento se coaduna com a moral, institui-se um resgate, a partir da memória discursiva, dos adágios populares que valorizam a paciência, tais como: “Quem corre cansa, quem espera alcança” ou “Devagar se chega longe”. Neles se instaura uma representação do imaginário social sobre o valor da paciência, em detrimento do efeito improdutivo da pressa, instituindo-se como um argumento de autoridade, diante da própria característica reenunciativa do provérbio e que, no processo de transmutação, se torna presente, também, diante da “re-significação”, no gênero fabular.

Uma das implicações desse viés discursivo, já que “no Brasil não há pressa”, é o de considerar as conquistas referentes aos lentos passos do caracol, que, como um dos termos do foro no argumento por analogia, é tido como a figurativização da nação brasileira. Outra, a presença de pausas entre os êxitos obtidos. Esta é demarcada por uma perspectiva discursiva que suscita certa acomodação diante do que foi obtido na época, geralmente a duras penas. Já aquela salienta que os passos do caracol evidenciam um período passível de ser tido como o mais promissor na sociedade brasileira.

Relatando fatos históricos da referida época, SANTOS (1998, p.13-14) revela, muitas vezes de forma literária, a atmosfera positiva que irradiava aquele momento, mais precisamente o ano de 1958, principalmente aos olhos de Millôr Fernandes, e em um trecho retrata esse sentimento da seguinte maneira:

Não é um daqueles casos típicos da nostalgia de Millôr Fernandes, aquela em que se quer voltar saudoso para um lugar que nunca existiu. 1958, por toda a sua delicadeza em administrar a passagem sem traumas de um país para outro, existiu de fato – e o próprio Millôr está aqui para lhe tornar públicas as glórias. Primeiro com suas próprias pérolas aos porcos no Emmanuel Vão Gogo de *O Cruzeiro* (“Enquanto este bonde não chegar ao fim da linha eu não desmonto do elefante”); depois pelas raquetadas em dupla com o irmão Hélio, fundando o frescobol nas praias do Rio. Foi um ano em que o Brasil olhou no olho do Brasil e, ao contrário das outras vezes, não fingiu, envergonhado, que nunca o tinha visto mais magro. O corpo era o mesmo, cheio de problemas de saúde (...). Mas, pela primeira vez, vestíamos uma camisa de náilon.

Ao analisar a década de 50, pode-se entender os passos do Brasil no processo de desenvolvimento. Isso porque a década de 50 “prenuncia as mudanças de comportamento e valores que irão marcar os anos 60” (cf. RODRIGUES, 1994, p.13). Várias mudanças ocorrem nesse período, impulsionadas por conquistas e reivindicações de direitos, como, por exemplo, a participação da mulher na sociedade, fato que marca a modificação principalmente nas relações familiares. Diante de tal questão, a qual salienta a mudança de comportamento social, Rodrigues (1994, p.13) reitera: “A crescente participação da mulher nas várias atividades e a sua emancipação sexual – possível depois da invenção da pílula anticoncepcional, em 1954 – influíram nas relações familiares, criando novos parâmetros para seu estabelecimento”.

Apesar disso, é preciso considerar, também, o lugar social de onde a fábula é produzida, qual a FD que regula, de tal perspectiva, o que pode e deve ser dito, segundo as relações presentes na FI a que essa FD se vincula. Nesse sentido, dadas as condições de produção, sabendo-se da posição artístico-filosófica que caracteriza o orador e interpela ideologicamente a forma-sujeito, marcada por uma perspectiva discursiva que tem por característica ir de encontro a posicionamentos estabilizados, propõe-se o estabelecimento de outro plano de leitura.

Desse modo, a instauração do discurso que marca o imaginário popular se faz presente para que a este seja apresentada, em posição de confronto, uma perspectiva discursiva mobilizada a serviço da desconstrução. Nessa leitura, as vitórias não bastam, visto que, pela referência demarcadora da distância entre anseios e conquistas, se evidencia a inviabilidade de, nesse ritmo, o caracol alcançar as pitangas, de o Brasil se tornar um país autônomo.

Na realidade, a ausência de pressa (representada pela atitude de um velho caracol), no plano discursivo pode ser pensada enquanto ausência de proatividade perante a velocidade de um mundo que a cada dia se moderniza cada vez mais, responsável pelo estado retrógrado do

país perante outras nações. Esse posicionamento, por sua vez, gera contradições no plano social, estabelecendo, junto ao domínio institucional, relações de confronto entre perspectivas discursivas.

Dessa maneira, ao analisar o contexto sócio-histórico da sociedade brasileira da época, percebe-se que a distância entre a realidade social e as leis provoca, mediante a dominação política, a lentidão no desenvolvimento nacional em diversos campos. A consequência provocada pela referida distância também se explica pelo regime político presente na história do Brasil, o qual propicia a presença do Estado se sobrepondo às leis que determinam os direitos e deveres da população. Diante disso, Rezende (1994, p.43-44) salienta:

Se retomarmos um pouco o Estado Novo e a Constituição de 1937, verificaremos que não basta apenas ater-nos ao texto da lei, como se isso consagrasse, na prática, um projeto democrático-burguês da classe dominante brasileira. O artigo 120 dessa constituição “garante aos brasileiros e estrangeiros residentes no país” as mais autênticas liberdades democráticas – liberdade religiosa e de associação, direito de representação etc. –, quando sabemos que o regime político que se estabeleceu nesse período justificou a presença sufocante do Estado.

Dessa forma, o cerceamento de direitos dificulta o desenvolvimento em uma sociedade que tende a se modernizar e a passar pelo processo de industrialização, propiciando, assim, o ritmo lento e fastigioso do desenvolvimento social brasileiro.

Como a formiga, segundo termo do foro, imprime um ritmo acelerado, é possível pensar no vigor da juventude, o que remete a uma postura ativa diante da situação em que estão. A partir de um argumento que remete à estratégia de desperdício, a formiga percebe o ritmo lento do caracol e exclama: “Volta, volta, velho! O que você vai fazer lá em cima? Não é tempo de pitanga”. É assim que a formiga interpela o caracol, evidenciando o tempo a ser perdido pela investida de persistir no seu caminhar. Nessa posição, continuar a jornada significa desperdiçar tempo e esforço, já que não é tempo de pitanga, o que remete à ideia de que o caracol segue em um ritmo distinto do que deve se estabelecer nas condições descritas.

Os dois, pois, na pitangueira, no mesmo local, sob as mesmas condições, imprimem um ritmo diferente. Considerando-se o referido contexto, instaura-se como efeito de sentido a relação existente entre o Brasil e os Estados Unidos. Ambos países colonizados, o Brasil por Portugal e os Estados Unidos pela Inglaterra, com destinos diferentes. Ao tomar o caracol como “velho”, é possível relacioná-lo ao Brasil. Isso porque, como salienta Agostini (1997, p.22), “a primeira colônia inglesa só foi estabelecida em 1607, na Virgínia, 115 anos depois da descoberta do novo continente e 75 anos após a fundação da primeira vila brasileira, São

Vicente, em 1532”. Os Estados Unidos, diferente do Brasil, se transformaram em uma grande potência desenvolvida, financeiramente autônoma.

A postura do caracol ao dizer “Quando chegar lá em cima, vai ser tempo de pitanga” rebate o argumento da formiga, indicando que não haverá desperdício de esforço empreendido, vez que, quando chegar lá, já será tempo de pitanga. Essa postura, aliada a um “caminhar quase filosófico”, em certa medida resgata, enquanto efeito de sentido, através da memória discursiva, a ideia de valorização da experiência dos mais velhos, refratando-a enquanto sapiência. Essa postura é atravessada, no espaço interdiscursivo pela perspectiva presente nos provérbios apresentados, sob forma de aliança, instaurando-se, assim, o valor positivo da paciência em um jogo de “re-significação”. No contexto sócio-histórico da época, pode-se remeter à perspectiva nacionalista, a partir da qual o Brasil se desenvolveria de forma independente (cf. RODRIGUES, 1994, p. 20-23), como o caracol em seu caminhar solitário. Diante disso, a parcimônia se apresenta como uma propriedade de sábios, de filósofos, alicerçando-se no teor de sabedoria atemporal, oriundo do provérbio, marcando o comportamento dos que detêm a verdadeira sabedoria para se alcançar o progresso.

Entretanto, ao se relacionar o referido fragmento com a moral, percebe-se um funcionamento interdiscursivo entre a perspectiva de progressão com a de atraso, em uma relação de confronto. Como o ritmo de vida se tornava cada vez mais acelerado, o país deveria se adaptar a tal velocidade para poder se desenvolver de forma organizada, proficiente. Dessa maneira, na fábula, considerando-se o contexto sócio-histórico, já se prenuncia, numa relação interdiscursiva, a tendência de constituição de uma sociedade pós-moderna, marcada pela velocidade dos acontecimentos, pela necessidade de se imprimir um ritmo não fastigioso para a consolidação sócio-econômica. A velocidade que começa a reger o mundo, acaba guinando-o ao patamar de “aldeia global”, como descreve Guareschi (1991, p. 20):

Vivemos um ritmo de tempo e de vida extremamente rápido, acelerado. Numa cidade regular, uma pessoa recebe, hoje, de 2 a 3 mil informações por dia; nas grandes megalópoles, esse número chega a mais de 10 mil informações diárias. Quem visita um shopping center, depara-se com 100 a 200 mil produtos diferentes. Os produtos habituais de consumo numa cidade moderna chegam a mais ou menos 50 mil e se renovam de 5 em 5 anos. A voz do rádio e da televisão é ouvida pela tribo humana da “aldeia global”.

No entanto, há um preço a ser pago, sob forma de lutas de classe, pelo desenvolvimento social mediante a velocidade a ser instituída, referente à possível mudança

na estrutura social. Os próprios interesses da posição dominante propiciam uma relação tensa no ambiente social. A exemplo disso, instauram-se os constantes conflitos na relação patrão/empregado durante o processo de industrialização, o que dá origem a inúmeras greves e a vários conflitos entre classes nesse período. Em um ambiente no qual as informações são submetidas ao crivo da censura, não se torna uma tarefa simples a de propagar preceitos revolucionários que impulsionassem as pessoas a reivindicar direitos, a modificar sua posição, podendo reestruturar, dessa forma, as posições de classe.

A moral, então, marcando o Brasil como local onde não se tem pressa, faz com que, diante do processo discursivo, caracterizado pela relação entre paráfrase e polissemia, a fábula se assemelhe, em um plano de leitura, a um AIE, a partir do qual se proporcionaria a manutenção da arquitetura do espaço social. Isso justifica a possibilidade de esse texto ser publicado, mesmo em um momento sócio-político cheio de conturbações, marcado por históricos de censura. O presente contexto, dessa maneira, se coaduna com o posicionamento do crítico literário Afrânio Coutinho (cf. 1981, p. 151-152), segundo o qual a fábula se consolida, desde a Antiguidade Clássica, como um método de burlar possíveis comportamentos censórios.

Tomando-se por base a posição crítica do orador, o que marca a interpelação sócio-ideológica da forma-sujeito, percebe-se que um dos efeitos de sentido se volta a representar um contexto em que a morosidade se contrapõe à velocidade necessária para acompanhar as mudanças na sociedade moderna. A essa posição se chega no momento em que se percebe, na declaração do caracol, a construção do argumento pela ironia, pois, diante dos lentos passos, não alcançará o tempo de pitangas. Com efeito, o que se revela é o desmantelamento do teor de verdade proverbial, ao se relacionar a lentidão do caracol com a ausência de pressa existente no Brasil, ausência esta representativa, mediante a figurativização, do atraso que o diferencia de outros países desenvolvidos. Junto ao efeito de ironia, também se instaura, mediante a relação do texto com a moral, uma perspectiva humorística que se coaduna ao viés político, caracterizando, assim, a relação de assujeitamento do sujeito que marca a perspectiva à qual que se vincula a imagem do orador.

No jogo de sentidos instaurado pelas relações discursivas, portanto, percebe-se o teor crítico que permeia a fábula, visto que, na posição de forma-sujeito, se tem uma interpelação ideológica por representações ‘regionais’ dispostas em uma relação de confronto com o sistema sócio-político até então vigente. É assim que FDs contrárias ao quadro discursivo do AIE presente na constituição da fábula (quadro este que marca, assim, o lugar e o papel do

Outro nas condições de existência do dizer), determinam aquilo que deve e pode ser dito na posição artístico-filosófica dada.

Esse plano de leitura interdiscursivo, então, identifica, segundo peculiaridades sócio-históricas e ideológicas, as relações de confronto entre as perspectivas discursivas presentes na caracterização de determinadas lições proverbiais. Isso possibilita identificar o funcionamento discursivo da fábula e compreender como se torna um dizer que reclama a presença do Outro para, nessas circunstâncias, pautar sua existência nas relações determinantes de confronto. As posições discursivas que se instauram no dizer, portanto, fundamentam a existência de outros efeitos de sentido, os quais não se consolidam como quaisquer, justamente por sua ancoragem em FDs dadas.

As materialidades discursivas, com as relações ideológicas que as constituem, encontram espaço de materialização nas estruturas linguísticas. Essa sucessão de espaços de materialidades, na qual se integram domínios linguísticos e discursivos, é o ponto forte do projeto não subjetivo de leitura e que, por seu caráter material, por intermédio da prática de análise, apresenta subsídios para a demarcação das condições de ocorrência de certos efeitos de sentido, e não outros.

Por essas condições se pode perceber que a fábula em análise demarca um espaço discursivo, revelador de efeitos de sentido possíveis de existir se relacionada ao contexto sócio-histórico da época de sua produção. As FDs, quando deslocadas no espaço interdiscursivo pela inscrição do dizer em um outro contexto, apesar de permanecerem como condições de existência de significação, são reinscritas, mobilizando, nessas condições, deslizamentos de sentido. Daí se questiona em um momento o papel restrito do gênero fabular, por conta de sua aproximação com os ditos populares, de propagar preceitos tidos como universais, vez que não conservam os mesmos efeitos de sentido quando deslocados. Em outro, a propriedade da fábula se relaciona ao mencionado processo de encobrimento a serviço de uma leitura que possibilita à produção se furtar dos efeitos da censura.

A análise, por esse viés, sinaliza que conceber o referido plano de leitura implica situar o contexto em que foi produzida, pontuando-se um momento sócio-histórico. Por isso, as relações discursivas reclamam o estabelecimento de uma leitura que, por seu funcionamento, sugere uma crítica à ausência de pressa tida pelo Brasil (local de sua publicação), materializada pelo jogo de “des/estabilização” interdiscursiva, servindo de alerta ao próprio povo brasileiro. Na verdade, é preciso de se ter pressa, de se projetar no cenário pós-moderno, marcado pela velocidade de informação, de mudanças constantes, para alcançar um patamar de desenvolvimento e de democracia almejado na época.

Torna-se, portanto, fundamental para o desenvolvimento sócio-democrático uma mudança de atitude. Almeja-se, assim, imprimir um comportamento que abdique de preceitos velhos, antigos, consolidados, para se instituir um posicionamento renovado, atual, próprio a ir de encontro a padrões consolidados no intuito de modificar a condição da sociedade brasileira na época em questão.

Diante dos resultados obtidos, toma-se como contribuição deste trabalho a sugestão de aplicabilidade da proposta de entremeio teórico, visando operacionalizar uma forma de se vislumbrar um projeto de leitura pautado em materialidades. O ganho, nesse sentido, é a possibilidade que surge de se pensar a leitura de maneira diferente das constantes tentativas de inferir sobre a intencionalidade do sujeito produtor, segundo perspectivas pautadas em uma relação estritamente pragmática de linguagem, mas sem deixar de se considerar a atividade do orador no desenvolvimento da linguagem.

A possibilidade de serem identificadas estratégias argumentativas no decorrer da análise proporcionou uma forma de se acionar a materialidade linguística, pautando-se na maneira a partir da qual esta se organiza. Diante disso, concebe-se a atividade do orador em organizar as materialidades aludidas mediante a apropriação de estratégias argumentativas, no entanto, sem que a intencionalidade se torne um ponto considerável nessa investigação. O que se faz, pois, é identificar a relação entre estratégias argumentativas e perspectivas discursivas por meio das imagens retóricas. Com a identificação de imagens, por sua vez, torna-se possível reconhecer perspectivas às quais o sujeito se assimila, a partir do processo de assujeitamento que marca sua constituição.

Aliada ao posicionamento discursivo, verifica-se ainda a relevância da presença das condições de possibilidades que marcam a existência do *corpus*. O contexto social e histórico da metade do século XX se relaciona à figurativização da fábula, propiciando a compreensão de seus efeitos de sentido na medida em que as perspectivas discursivas são evidenciadas. Assim, possibilita-se identificar a maneira a partir da qual a relação interdiscursiva proporciona uma regulação do dizer mediante o confronto discursivo, mobilizando o Outro nessa arena dialógica.

Percebe-se, ainda, como se instaura, mediante a desconstrução do discurso proverbial, o caráter pontuado, não universal, passível de ser identificado na fábula milloriana analisada. Isso sinaliza a necessidade de se começar a interrogar a peculiaridade conceitual que não raro concebe o gênero fabular como marcado por uma moral de caráter universal.

Nesse sentido, sabendo-se que propor procedimentos metodológicos para a aplicação de elementos da AD na análise se apresenta como a contribuição mais relevante e, junto a

isso, também a compreensão de como o dizer se constitui, essas condições inevitavelmente reclamam uma reflexão: a de pensar a linguagem em sua opacidade, proporcionando, assim, uma prática de leitura cada vez mais proficiente e, em consequência, cada vez menos ingênua a ser adotada.

3.2.4 Fábula 4

A galinha dos ovos de ouro

Era uma vez um homem que tinha uma Galinha. Subitamente, em dia inesperado, a Galinha pôs um ovo de ouro. Ouro! Outro dia, outro ovo. Outro ovo de ouro! O homem mal podia dormir. Esperava todas as manhãs pelo ovo de ouro – clara, gema, gema, tudo de ouro! – que o tirava da miséria aos poucos, e aos poucos o ia guindando ao milionarismo. O fato, que antigamente poderia passar despercebido, na data de hoje atraía verdadeiras multidões. Rádios, jornais, televisão, tudo entrevistava o homem, pedindo-lhe impressões, querendo saber detalhes de como acontecera o espantoso acontecimento. E a Galinha, também, ia dando aqui e ali seus *shows* diante dos jornais, câmaras, microfones. Certa vez até, num esforço de reportagem, conseguiu pôr um ovo diante da câmara da TV Tupi. Porém o tempo passou e muito antes que o homem conseguisse ficar rico, a Galinha deixou de botar ovos de ouro. Desesperado, o homem foi ocultando o fato, até que, certo dia, não se contendo mais abriu a galinha para apanhar os ovos que ela tivesse lá dentro. Para sua decepção não havia mais nenhum.

Então o homem – espírito bem moderno – resolveu explorar o nome que lhe ficara do acontecimento e abriu um enorme restaurante, com o sugestivo nome de Aos Ovos de Ouro. E isso lhe deu muito mais dinheiro do que a Galinha propriamente dita.

MORAL: CRIA GALINHAS E DEITA-TE NO NINHO (FERNANDES, [1963] 1999, p. 89 e 90).

No título da fábula, podem ser identificados elementos que se referem ao argumento pelo simbólico, evidenciando-se a remissão a essa estratégia retórica que, por sua vez, produz reflexos no decorrer do texto, na composição da materialidade linguística. Por meio desse efeito retórico, é percebida a instauração de relações interdiscursivas concernentes ao jogo entre a paráfrase e a polissemia em que se inserem os termos galinha e ouro, voltando-se, assim, à locução proverbial materializada.

Sobre o primeiro termo, a galinha, pela ligação com o aspecto protetor oriundo da simbologia à “maternidade cuidadosa” (LEXIKON, 1990, p. 103), passa a se relacionar a um espaço seguro. Na obra *A águia e a galinha*, Leonardo Boff apresenta a oposição Galinha X Águia, a partir da qual concebe a águia, em uma metáfora da condição humana, como um elemento transcendente, caracterizado por se lançar em busca de sonhos, por romper limites. Em detrimento da águia, a galinha é apresentada como um ser prosaico, circunscrito em um

espaço determinado. Tal limitação a põe em condições de se tornar um ser-possuído, já que, encontrando-se em um ambiente conhecido no qual se dá a impressão de total segurança, não busca transcender como a água.

No caso do ouro, este surge como um dos metais mais nobres, tornando-se símbolo de riqueza e de poder, em especial no século XVI. Nessa época, o ouro e a prata se constituíam como elementos fundamentais para a aquisição de madeira utilizada na produção de navios, além de cereais para alimentar os famintos, ou ao preparo de um grande exército tendo em vista conquistas bélicas (cf. HUBERMAN, 1979, p. 130). No século XX, momento marcado na sociedade brasileira pelo desenvolvimento industrial propulsado pelo capitalismo, o ouro não perde prestígio, conserva seu valor, além da simbologia de riqueza, por sua estreita relação com a conquista de bens materiais, uma vez que se torna “sinônimo de dinheiro” (LEXIKON, 1990, p. 151).

O título “A galinha dos ovos de ouro” se constitui justamente por meio dessa condição simbólica. Como expressão já existente, locução proverbial de domínio público na sociedade brasileira, sinaliza para a possibilidade de se ter benefício tirando proveito de algo. É relevante perceber aí a relação que evoca a presença da perspectiva voltada à condição de ser-possuído, juntamente com a posição de valor. Assim, ser “a galinha dos ovos de ouro” de alguém implica servir ao propósito do outro (ser-possuído – galinha), a partir do valor que tem (representado pela simbologia do ouro). Dessa maneira, engendram-se as duas relações simbólicas em uma posição de aliança, para fomentar os efeitos de sentido materializados linguisticamente.

Além disso, a partir do título, verifica-se a presença do processo de intertextualidade com o texto (1)⁵¹, atribuído a Esopo. A fábula milloriana remete à instaurada por volta do século VI a.C., no contexto sócio-histórico da Grécia Antiga. Os discursos que compõem os elementos necessários para a instauração de efeitos de sentido mobilizados no dizer passam a refletir, também, na constituição dessa parte do *corpus* de análise. Só que, devido à diferença das condições de produção, esses dizeres passados se instauram na fábula milloriana mediante o processo de re-significação, a partir do qual certos discursos se relacionam por meio de aliança, e outros diante da condição de confronto.

A relação entre ser-possuído e ser-possuidor fica evidente no fragmento “Era uma vez um homem que tinha uma Galinha”. Como efeito de sentido, a expressão “Era uma vez” remete a uma voz anônima, atemporal, sinalizadora de um ambiente fantástico, imaginário,

⁵¹ p. 30.

mas também reclama a presença do Outro, nesse caso, de discursos passados, salientando a atuação em conjunto da intertextualidade com a interdiscursividade. Sendo assim, além da remissão intertextual, a expressão descrita também assinala a necessidade de se voltar a outras condições a partir das quais o dizer passa a existir, nesse caso, a elementos do interdiscurso compreendidos na constituição desse dizer. Por isso a relevância de serem retomados, em certos momentos da análise, resultados do primeiro capítulo, concernentes tanto à instauração do gênero fabular, quanto à apreciação da fábula esópica.

No trecho em questão, o argumento por analogia se explicita mediante a ocorrência do segundo termo do foro. Junto ao primeiro – no caso, a galinha –, o homem marca a relação assimétrica com o tema que, na proposta de imbricamento, é reconhecido como perspectiva discursiva da AD, enquanto lugar de onde se fala. Reconhecer as perspectivas significa resgatar parte dos elementos do interdiscurso responsáveis pelo funcionamento do dizer e, assim, identificar materialidades fundamentais para a ocorrência de certos efeitos de sentido, e não outros. Contudo, para isso aspectos do contexto sócio-histórico da época de constituição da fábula devem ser evocados e relacionados à materialidade linguística.

Ao se instaurar o primeiro termo do foro com o argumento de analogia, a galinha surge como objeto-valor, que estabelece uma conjunção com o homem, segundo elemento, no instante em que se configura a relação entre ser-possuído/ser-possuidor. Diante da simbologia do ouro e das condições sócio-históricas nas quais se materializa a expressão “Galinha dos ovos de ouro”, vê-se a influência do sistema capitalista no homem moderno. Isso remete, em um primeiro plano, aos níveis essencial e aparente da realidade, numa visão marxista do sistema capitalista, descritos da seguinte forma por Fiorin (2005, p. 26-27):

No nível da aparência, o salário apresenta-se como o pagamento de um trabalho realizado. Nesse nível, a relação de trabalho é uma troca entre indivíduos livres e iguais. Eles são livres, porque não estão ligados a outros homens por laços de dependência pessoal, como no modo de produção escravagista (...). São iguais, pois todos são donos de uma mercadoria e, portanto, podem estabelecer uma troca: uns vendem seu trabalho e outros o compram.

No entanto, ao sairmos do nível da circulação de bens (aparência) e passarmos para o da produção (essência), veremos que não há uma troca igualitária e que o operário não vende seu trabalho, mas sua força de trabalho.

Nesse sistema, o lugar social em que se encontra o homem e em que se dá, na conjunção com o objeto-valor, a exploração da galinha, marca uma das perspectivas do tema. Na figurativização, o homem explora a galinha e começa não só a sair da miséria, mas

principalmente a ascender ao patamar de milionário. Durante esse processo, a galinha, no lugar social de ser-possuído, explorado, se mantém no mesmo patamar, sem aproveitar efetivamente o resultado de seus “shows”, do “esforço de reportagem”, enfim, de sua força de trabalho, que possibilita guindar o homem ao milionarismo. Remete-se, pois, ao lugar de onde emergem os dizeres de classes submetidas a um sistema de exploração, marcado pela concentração de ganhos em um determinado setor.

Essas duas perspectivas instituem-se discursivamente revelando o confronto de classes, confronto esse que, no nível da aparência, permanece silenciado, mas mesmo assim se processa, no próprio silenciamento, como uma conjuntura responsável pelo funcionamento do dizer. Na medida em que, na fábula, são silenciados os motivos por que, figurativamente, a galinha passa a pôr ovos de ouro, geram-se indícios, alicerçados na apreciação contextual, da presença de relações discursivas (e, portanto, sociais, históricas, políticas) responsáveis por motivar a existência do fato. No caso da fábula esópica, essa é atravessada discursivamente pela perspectiva mitológica, o que passa a dissimular as motivações sócio-históricas e políticas que justificam o acontecimento em questão.

O desenvolvimento do texto fabular põe em evidência o acontecimento – no caso, o fato de a galinha começar a pôr ovos de ouro –, seguindo-se das consequências dele provenientes. Essa estratégia retórica demarca a presença do sistema argumentativo pragmático, em que o acontecimento é apreciado segundo suas consequências. As consequências, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 304), “podem ser observadas ou simplesmente previstas, podem ser cabais ou puramente hipotéticas”. Essas possibilidades, por sua vez, tornam o contexto fabular propício ao desenvolvimento dessa argumentação, vez que, como um gênero que tem por característica remeter a questões sociais, as consequências não se restringem à alegoria, estendendo-se como passíveis de ocorrência na própria sociedade.

Com a afirmação de que o fato “antigamente poderia passar despercebido”, identifica-se uma relação de confronto com o dizer materializado no texto esópico que, pela interdiscursividade, é remetido na fábula em análise. Pelo processo de re-significação, no contexto sócio-histórico em que se configura a fábula milloriana, o acontecimento ganha notoriedade, ao contrário da existência do fato em outro tempo, em outras condições de existência nas quais poderia passar despercebido. Diante desse efeito de sentido, demarca-se uma instabilidade no processo de reinscrição de certos efeitos de sentido, causada por conta das relações discursivas vinculadas às condições de existência do dizer.

No plano de retomada, tratar do sistema capitalista, tal qual é concebido na metade do século XX, na fábula esópica, implica desconsiderar parte do contexto em que o dizer se insere. No entanto, as condições de produção do século VI a.C., na Grécia, podem sinalizar para a constituição de discursos futuros, promovendo, assim, uma semelhança que aproxima os dizeres, mas que, ao mesmo tempo, os distancia por não se constituírem discursivamente como universais, por não preservarem as identidades discursivas a despeito de fatores concernentes a tempo e espaço específicos. Com a condição em que se instaura a interdiscursividade – principalmente por estar condicionada aos contextos sócio-históricos e situacionais –, compreende-se o porquê de serem estabelecidas re-significações, e não simplesmente um sistema de retomada de perspectivas sem quaisquer alterações.

No contexto da metade do século XX, verifica-se, relacionada a uma das consequências do fato – a saber, a atração de meios midiáticos –, uma perspectiva instaurada do lugar de onde ecoam dizeres referentes à comunicação em massa, de construção da realidade. Se, por um lado, o fato descrito “antigamente poderia passar despercebido”, por outro, vê-se que o mesmo acontecimento pode refletir realidades diferentes em diferentes circunstâncias. Devido ao poder que os meios de comunicação detêm para o homem moderno, a realidade que coloca o fato na condição de “show”, atraindo multidões, é forjada. Para Guareschi (1991, p. 14), afirmar a existência desse poder não é nenhum exagero:

Não seria exagero dizer que a comunicação constrói a realidade. Num mundo todo permeado de comunicação – um mundo de sinais – um mundo todo teleinformatizado, a única realidade passa a ser a representação da realidade – um mundo simbólico, imaterial (...). É por isso, conseqüentemente, que a comunicação é duplamente poderosa: tanto porque pode criar realidades, como porque pode deixar que existam pelo fato de serem silenciadas.

Em uma sociedade marcada, diante de avanços tecnológicos, pelo surgimento de gêneros textuais caracterizados pela propriedade de estabelecer comunicação em massa, o enfoque dado a uma circunstância possibilita apresentá-la de diversas maneiras. Para Millôr Fernandes (2007, p. 25), “sempre que surgem novidades tecnológicas, o nível cultural baixa, há repetição de coisas passadas como se fossem invenções extraordinárias”. Diante disso, a forma a partir da qual a realidade é projetada tende a influenciar a opinião pública e, desse modo, fazer com que um acontecimento seja concebido como algo desimportante ou provido de relevância. Dessa forma, se, em outro momento, diante da quantidade precária desses gêneros, o fato poderia não ter recebido a devida atenção, passando despercebido, diante do

contexto de constituição da fábula milloriana, o acontecimento ganha relevo, é apresentado/representado como um verdadeiro “show” e, assim, passa a ser concebido como relevante.

No texto, há referência ao contexto brasileiro da época em que se dá, em detrimento do contexto da época de Esopo, a proliferação desses gêneros, ao se tratar da presença da galinha na “câmara da TV Tupi”, rede televisiva que entra no ar em 1950 e que, dessa maneira, auxilia a televisão a se tornar um dos bens de consumo na sociedade moderna. Com a inusitada conjugação entre aspectos do texto grego e elementos pontuais do contexto moderno, instaura-se o efeito de sentido de humor que, por sua vez, interpela ideologicamente a forma-sujeito, dada a imagem do orador, atravessada pela perspectiva humorística. É assim que a coexistência desses elementos em um texto instaura o risível. Sobre a importância do referente meio de comunicação, quando se trata de desenvolvimento do setor comunicativo, a TV Tupi se destaca por ser pioneira na transmissão intermunicipal, pioneirismo cujo contexto de instauração tem certa relação com um ambiente em que se insere a galinha, como relata Rodrigues:

A transmissão direta de uma cidade para a outra foi possível graças à inventividade de um técnico da Tupi, que improvisou uma antena utilizando telas de arame de galinheiro! Tratava-se do jogo Brasil e Itália, realizado no Maracanã, no Rio de Janeiro, e assistido pelos paulistas, em 1956. (RODRIGUES, 1994, p. 38).

Quando se faz referência a meios midiáticos de comunicação de massa, resgata-se, mediante a memória discursiva, a perspectiva do meio social do jornalismo. De certa forma, a materialidade “esforço de reportagem” ratifica a presença dessa linha discursiva no funcionamento da fábula. Ao se mobilizar uma expressão que remete a uma FD caracterizada por ser o lugar de onde emanam os dizeres acerca do ambiente jornalístico, distinguindo-se, assim, das perspectivas mobilizadas no texto grego, instaura-se mais uma vez a perspectiva humorística diante da relação inusitada da materialidade linguística. Esse “esforço”, por sua vez, vai de encontro à posição de espontaneidade, de naturalidade, o que remete para o mito da objetividade no jornalismo (cf. ROSSI, 2000), caracterizando-o como ambiente de batalha destinada a ganhar a atenção do público. Por isso, é definido como “uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva – a palavra –, acrescida, no caso da televisão, de imagens” (ROSSI, 2000, p. 7). Millôr Fernandes (2007, p. 31) apresenta sua posição acerca da imprensa:

(...) a imprensa, logo ao nascer, não foi um meio de ampliação da cultura mas apenas um modo de filtrar para maior número de indivíduos o tipo de informação que interessava à classe dominante. Passou não apenas a ser uma forma de divulgar mentiras como, também, de ocultar toda verdade que não interessasse aos poderosos.

O próprio destaque dado à propriedade da produção dos ovos de ouro, dissimulando a relação de exploração, já remete à filtragem da informação por meio da imprensa. Mais uma vez, portanto, se destaca a propriedade de a palavra, inserida em um contexto comunicativo, ser vista como lugar de poder, especialmente aos que a detêm.

Na verdade, o que confere poder é a utilização que se faz da linguagem. No caso da galinha, sua imagem, aliada ao resultado de sua produção, é objeto de proveito do homem, num sistema de exploração. Apesar de os *media* apresentarem o resultado do esforço da galinha como um verdadeiro show, quem detinha o poder da palavra, a quem a mídia se voltava em busca de explicações para o acontecimento era ao homem, que ganhava notoriedade mediante o esforço de outrem. É dessa maneira que sai do anonimato e passa a existir. Sobre esse aspecto de existência pelo “re-conhecimento” dos meios de comunicação, Guareschi (1991, p. 15-16) explica:

Numa sociedade assim, onde o mínimo de pessoas pode falar e se fazer conhecido, a voz que desponta e a imagem que aparece é a de alguém que passa a existir, que emerge do profundo anonimato e da massificação generalizada, onde vive a maioria do povo brasileiro. Ter seu retrato na televisão, poder dizer a palavra pelo rádio, passa a ser privilégio de poucos, que passam, por isso mesmo, a ser os bons, os confiáveis, os que existem.

Como se pode perceber, essa relação do poder da palavra em um ambiente no qual gêneros próprios para o estabelecimento da comunicação em massa se instauram marca o atravessamento interdiscursivo por essa perspectiva, diferente do que ocorre no texto grego. No entanto, a relação interdiscursiva de aliança com o outro dizer, compreendido no processo intertextual, se estabelece por meio da re-significação, no momento em que o homem, levado pela ganância, a exemplo do que se processa na fábula esópica, mata a galinha para retirar os ovos de ouro que ainda estivessem lá dentro.

Nesse jogo de relações, institui-se, de outra forma, uma posição de embate no interior do interdiscurso, dada a presença da perspectiva do lugar da ganância para a instauração, numa relação de confronto, da posição discursiva de mobilização de preceitos éticos, tidos por universais. Nesse ponto, diante da valorização dos bens materiais em detrimento de valores

éticos considerados universais, o homem, até então em conjunção com o objeto-valor, muda de estado, como sinaliza Barros (2001, p. 30):

Os enunciados de fazer operam a passagem de um estado a outro, ou seja, de um estado conjuntivo a um estado disjuntivo e vice-versa. O objeto de transformação é, portanto, um enunciado de estado. Na fábula, ao matar a Galinha (enunciado de fazer) o sujeito do fazer “homem” muda seu estado de conjunção com o objeto “galinha e ovos de ouro” em estado de disjunção.

O estado de disjunção se caracteriza pela ação gananciosa do homem em matar a galinha. Esse comportamento que vai de encontro a certos princípios éticos, diante da moral da fábula esópica, possibilita a perda de tudo que se conquistou materialmente. Pelo contexto sócio-histórico, o homem, enquanto lugar de exploração, entra em disjunção com o objeto-valor, nesse caso, com o instrumento de acumulação de riquezas. Isso gera um cenário no qual o sistema sócio-político de valorização do capital é instaurado em detrimento do bem-estar do grupo do qual faz parte a classe operária, a mão-de-obra do trabalho, evidenciando, assim, a instabilidade sócio-política da época em questão, marcada por diversos levantes grevistas que reivindicavam por melhores condições de trabalho, além de um salário compatível com as atividades empreendidas por esses trabalhadores (cf. CASALECCHI, 2002, p. 73).

Na fábula milloriana, a perda dos ganhos provenientes dos ovos de ouro da galinha não encerra a sucessão de consequências do acontecimento relacionadas ao argumento causal. O homem ainda se aproveita da expressão decorrente do acontecimento, intitulado o restaurante que abriu por “Aos ovos de ouro”, o que lhe beneficiou financeiramente mais do que a galinha. O espírito moderno responsável pela percepção do homem acerca da possibilidade de aproveitar linguisticamente o acontecimento revela a instauração da perspectiva que remete ao *marketing*, à propaganda, à publicidade, resgatando, pela memória discursiva, o adágio “A propaganda é a alma do negócio”. Com base nisso, pode-se compreender o destaque dado por Carvalho (2010, p. 12-13) ao universo criado pela publicidade:

De mãos dadas com a taumaturgia publicitária, a sociedade da era industrial produz e desfruta dos objetos que fabrica, mas sobretudo sugere atmosferas, embeleza ambientes e artificializa a natureza – que vende de água mineral a sopinhas enlatadas.

Possuir objetos passa a ser sinônimo de alcançar a felicidade: os artefatos e produtos proporcionam a salvação do homem, representam bem-estar e êxito. Sem a auréola que a publicidade lhes confere, seriam apenas bens de

consumo, mas mitificados, personalizados, adquirem atributos da condição humana.

Em uma sociedade que vem se modernizando após a Segunda Guerra Mundial, com a proliferação dos *media*, ser conhecido muitas vezes se torna o diferencial para ser bem sucedido. Aliando-se a essa propriedade o poder da publicidade, fomenta-se uma realidade em que o contingencial se transfigura em essencial, invertendo-se, assim, certos valores na sociedade moderna. Quando o homem se torna, após a disjunção com o objeto-valor, possuidor do poder da palavra aliado à ganância, passa a ter prestígio, digno, portanto, de ser imitado. Instaura-se, assim, o argumento pelo modelo, indicando-se, na fábula, a conduta que, pelas características sócio-históricas da sociedade moderna, deve ser seguida.

Na moral “Cria galinhas e deita-te no ninho”, há, no processo de intertextualidade, uma estilização do provérbio “Cria fama e deita-se na cama” (PÉREZ, [19__?], p. 37). A moral milloriana, além da relação intertextual sob forma de paródia, também estabelece uma interdiscursividade com este provérbio. Nesse processo, o efeito de sentido de se beneficiar pela fama a caracteriza, alicerçando-se na materialidade discursiva relacionada ao contexto sócio-histórico do Brasil em meados do século XX. A interdiscursividade presente entre a moral e o provérbio se estabelece em forma de aliança.

Contudo, a moral milloriana entra interdiscursivamente em confronto com a perspectiva dos preceitos éticos segundo os quais não se deve ser ganancioso, sob a pena de poder perder tudo aquilo que se conquistou. No caso da fábula em análise, a ganância do homem é o que o faz ascender financeiramente, tornando-se fundamental ao seu desenvolvimento diante de um sistema em que se busca acumulação de capital. Dessa maneira, a moral esópica é desconstruída na milloriana, a qual se coaduna, nesse processo, com a realidade moderna. Para Guareschi (1991, p. 20), isso está ligado ao uso que se faz, em uma sociedade marcada por conflitos de classes, dos meios de comunicação como instrumentos de dominação:

A conclusão a que se chega é que cada vez mais, hoje em dia, a verdade e os valores (ou desvalores) éticos passam pela mediação da comunicação. Sua tarefa principal será universalizar os interesses das classes hegemônicas, de forma sutil, cativante, cotidiana, implícita, através da sugestão, da auto-sugestão, persuasão, pressão moral, imitação ou mesmo através da percepção subliminar. Talvez já seja tempo de deixar de falar em Meio de Comunicação Social para falar em meios de informação, a serviço do controle social.

Diante da peculiaridade da imagem do orador, marcada pela postura crítica e de oposição ao Governo, de crítica à estrutura social, outro efeito de sentido encontra espaço para se manifestar na fábula. Como a estrutura até então vigente se alicerça em um sistema de exploração, marcado pela derrocada de preceitos éticos representados como universais, em um ambiente no qual não se tem um regime verdadeiramente democrático, torna-se preciso encontrar meios para se possibilitar a comunicação. Ao se identificar uma postura contrária à estrutura vigente diante do ethos, percebe-se, no processo subjetivo da AD, um sujeito interpelado ideologicamente por posições discursivas relacionadas ao lugar de escritor, de artista que necessita apresentar outras convicções, disseminar determinadas críticas.

É a partir dessas condições que a fábula apresenta um ambiente conturbado, retratando a realidade brasileira do período em questão, como forma de crítica a esse contexto sócio-histórico e político. Evidencia-se um cenário de exploração, de derrocada de valores, para denunciar essas condições. Esse efeito de sentido é identificado ao se conceber a fábula revestida como um argumento pautado na ironia, a partir do qual algo é dito para se insinuar o contrário. Um indício material que autoriza a presença de tal efeito encontra-se no rebaixamento do provérbio à paródia. O valor proverbial caracterizado na moral passa a ser questionado diante do rebaixamento, desconstruindo-se, assim, a estrutura argumentativa de autoridade de que se reveste o gênero proverbial.

As consequências sinalizadas por meio do argumento pragmático revelam um ambiente moderno, em que os fins (obtenção de fama e capital) justificam os meios (exploração). Nesse contexto, o homem se caracteriza como um ser ganancioso, o que o guia ao milionarismo. Essa consequência o apresenta como um modelo para a sociedade em que ser bem-sucedido e ganancioso se torna sinônimo de prestígio, independente dos meios utilizados para tal. Ao se remeter à imagem do orador, os efeitos de sentido da fábula convertem-se em uma crítica à derrocada de certos valores éticos tidos por universais, sinalizando para possíveis consequências desfavoráveis. É dessa maneira que o argumento pelo modelo converte-se em antimodelo. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 418), “o antimodelo, ao adotar uma conduta, a transforma, voluntária ou involuntariamente, em paródia e às vezes em provocação”. É assim que se coaduna à fábula o valor de alerta (e, também, de provocação) para a implantação, em uma sociedade informatizada, de outros preceitos alicerçados pela projeção de uma realidade muitas vezes forjada, nem sempre verdadeira.

Tendo em vista o conhecimento do páthos com relação à imagem do ethos, a fábula silencia o teor irônico para que este seja reconhecido pelo auditório específico. Dessa forma, o

dizer se torna passível de ser veiculado sem qualquer sanção, e servir como um elemento para burlar atos de censura, de repressão, para disseminar certos efeitos de sentido que demarcam a postura de oposição ao sistema estabelecido no aludido contexto.

Nesse sentido, com o desenvolvimento da análise, a proposta de entremeio teórico se consolida, na medida em que se parte do reconhecimento de estratégias argumentativas para se chegar a perspectivas discursivas. Além disso, a aplicação prática sinaliza formas de funcionamento do dizer, pautadas na percepção de certas relações interdiscursivas.

Por meio da estratégia argumentativa do simbólico, observa-se de que maneira a essa se engendra a de analogia, revelando as polaridades ser-possuído/ser-possuidor, juntamente com as perspectivas a que se vinculam, em um processo retórico-discursivo. A partir daí se reconhecem as condições de existência responsáveis pela reinscrição da locução pronominal, bem como a maneira que re-significa no dizer abordado, possibilitando a configuração de outro(s) efeito(s) de sentido.

Também se compreende o papel da intertextualidade de remeter a posições de aliança, de modo a regular o dizer; bem como de confronto, em um jogo tensivo responsável pelo funcionamento interdiscursivo. É assim que se identifica a presença da paráfrase e da polifonia que, vinculadas às posições de confronto silenciadas na fábula, revelam a influência do contexto sócio-histórico de constituição do dizer para a sua compreensão, questionando, assim, a propriedade universal do gênero fabular.

Mediante a influência da polifonia no processo de imbricamento teórico, pôde-se conceber, em um determinado momento, a presença do argumento pelo modelo para se verificar, mediante a instauração da estratégia pela ironia, como este se converte em antimodelo. Dessa maneira é fomentada uma crítica à conduta inicial, percebida pela impressão de transparência da linguagem. Por meio do jogo argumentativo, ainda se concebe o efeito de sentido de alerta para o poder dos meios de comunicação de forjar a realidade, denunciando o mito da objetividade.

Nessas condições, vê-se como a fábula milloriana revela um ambiente de perda de valores, de consolidação da estrutura de exploração da época que, pelo argumento irônico, é questionado. É assim que a fábula milloriana se constitui como um elemento de crítica, de alerta social e de provocação.

3.2.5 Fábula 5

O lobo e o cordeiro

Estava o cordeirinho bebendo água, quando viu refletida no rio a sombra do lobo. Estremeceu, ao mesmo tempo que ouvia a voz cavernosa: “Vais pagar com a vida o teu miserável crime.” “Que crime?” – perguntou o cordeirinho tentando ganhar tempo, pois já sabia que com o lobo não adianta argumentar. “O crime de sujar a água que eu bebo” “Mas como posso sujar a água que bebes se sou lavado diariamente pelas máquinas automáticas da fazenda?” – indagou o cordeirinho. “Por mais limpo que esteja um cordeiro é sempre sujo para um lobo” – retrucou dialeticamente o lobo. “E vice-versa” – pensou o cordeirinho, mas disse apenas: “Como posso eu sujar a sua água se estou abaixo da corrente?” “Pois se não foi você foi seu pai, foi sua mãe ou qualquer outro ancestral e eu vou comê-lo de qualquer maneira, pois como rezam os livros de lobologia, eu só me alimento de carne de cordeiro” – finalizou o lobo preparando-se para devorar o cordeirinho. “Ein moment! Ein moment!” – gritou o cordeirinho traçando lá o seu alemão Kantiano. “Dou-lhe toda razão, mas faço-lhe uma proposta: se me deixar livre atrairei pra cá todo o rebanho.” “Chega de conversa” – disse o lobo – “vou comê-lo logo, e está acabado.” “Espera aí” – falou firme o cordeiro – “isso não é ético. Eu tenho, pelo menos, direito a três perguntas.” “Está bem”- cedeu o lobo irritado com a lembrança do código milenar da jungle. – “Qual é o animal mais estúpido do mundo?” “O homem casado” – respondeu prontamente o cordeiro. “Muito bem, muito bem!” – disse o lobo, logo refreando, envergonhado, o súbito entusiasmo. “Outra: a zebra é um animal branco de listras pretas ou um animal preto de listras brancas?” “Um animal sem cor pintado de preto e branco para não passar por burro” – respondeu o cordeirinho. “Perfeito!” – disse o lobo engolindo em seco. “Agora, por último, diga uma frase de Bernard Shaw.” “Vai haver eleições em 66” – respondeu logo o cordeirinho mal podendo conter o riso. “Muito bem, muito certo, você escapou!” – deu-lhe o lobo por vencido. E já ia se preparando para devorar o cordeiro quando apareceu o caçador e o esquartejou.

MORAL: QUANDO O LOBO TEM FOME NÃO DEVE SE METER EM FILOSOFIAS. (FERNANDES, [1963] 1999, p. 20 - 21)

Ao se abordar a fábula “O lobo e o cordeiro”, é acionada, pela memória discursiva, uma relação de perspectivas responsáveis pela instauração de certos efeitos de sentido e passíveis de serem observadas por meio da materialidade linguística. Todavia, com a identificação de sobreposições argumentativas para se chegar à abordagem interdiscursiva, a forma a partir da qual o dizer se constitui se torna mais evidente. Isso ocorre vez que, por meio da identificação do teor argumentativo, se concebe uma das maneiras com que a materialidade linguística se organiza.

Com a remissão ao argumento pelo simbólico, o termo “lobo” é representado a partir de um valor negativo, caracterizado pela ferocidade. Por sua agressividade, é representado, em muitas culturas, como símbolo de guerra, configurando-se, também, mediante a simbologia cristã, como ameaçador da fé, ao se relacionar com o cordeiro, e de gula e avareza, quando se põe em cena o contexto dos sete pecados capitais (cf. LEXIKON, 1990, p.

126). Nesse sentido, o lobo, visto figurativamente como a representação da realidade sócio-histórica, pode se vincular à postura de opressão, devido à peculiaridade de se instituir como um lugar de selvageria.

A simbologia do cordeiro o coloca em um pólo contrário ao do lobo, visto que reveste aquele de fé, a qual é ameaçada por este. Para Lexikon (1990, p. 65), “devido à sua candura e tolerância e sua cor branca, é símbolo da mansidão, da inocência e da pureza (...). Na iconografia cristã, um cordeiro no meio de outras ovelhas, ou parado ao longe, indica o cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo”. Esses predicados aproximam o cordeiro, no plano sócio-histórico, do lugar social de onde se busca a justiça, pautando-se na serenidade aliada à ausência de malícia.

Com a apresentação desses elementos polarizados, chega-se à sobreposição argumentativa pela presença, em conjunto com o argumento pelo simbólico, da argumentação por analogia. É assim que o lobo e o cordeiro podem ser reconhecidos como termos do foro, os quais, no plano retórico, remetem respectivamente aos temas opressão e pureza. Além disso, por serem reconhecidos os elementos do foro e do tema a partir da argumentação pela analogia, juntamente com a simbologia que os caracteriza, diante do título já se percebe o processo intertextual, o qual remete a fábula milloriana ao texto (2)⁵², atribuído a Fedro, instaurado no século I da Era Cristã, em Roma.

Tomando-se por base a fábula de Fedro, mediante a intertextualidade, pode-se reconhecer o valor simbólico dos termos do foro, compreendendo-os de acordo com as peculiaridades do contexto no qual foram apresentados. Por meio da apreciação efetuada no primeiro capítulo, percebe-se que, no texto de Fedro, o lobo representa o poder despótico no império de Tibério, momento em que a opressão chegava a escravizar os romanos. Estes, diante da impossibilidade de se libertarem da opressão, eram representados simbolicamente pelo cordeiro, insinuando-se, assim, por meio da fábula, a aparência de uma postura branda, pacífica.

No decorrer do texto, após a denúncia do lobo de que o cordeiro havia cometido um “miserável crime”, este indaga sobre a natureza do crime cometido, mas sem o propósito de imprimir uma defesa que o livrasse da acusação. O cordeiro, ciente de que “com o lobo não adiantava argumentar”, questiona-o sobre o delito apenas para “ganhar tempo”. Nesse ponto, tem-se a desconstrução do valor simbólico de inocência atribuído ao cordeiro. Na realidade, mostra-se sagaz, dada a estratégia que utiliza para se manter vivo.

⁵² p. 32-33.

A simbologia, no plano interdiscursivo, é atravessada pela perspectiva contrária à do lugar de onde se instaura a ingenuidade, a passividade. Nessas circunstâncias, discursos se relacionam por meio do embate, a partir do qual se estabelece uma tensão constitutiva de efeitos de sentido. No instante em que se reclama a presença simbólica de mansidão, de ingenuidade por parte do cordeiro, a materialidade linguística passa a desconstruir a posição discursiva sinalizada, o que imprime um efeito irônico à fábula. Pela ironia, algo é dito para remeter ao contrário. No título “O lobo e o cordeiro”, a mansidão do segundo termo do foro é resgatada pelo interdiscurso implicado no processo de intertextualidade. No entanto, no decorrer do texto se comprova que esse termo é apresentado por meio do desmantelamento da perspectiva canônica, sinalizando ironicamente à presença de um cordeiro astuto, sagaz. É, pois, pela relação de confronto entre posições discursivas que a fábula milloriana começa a sinalizar para o desmantelamento canônico.

O texto se segue com a explicitação da acusação do lobo e a réplica do cordeiro, o que indica a remissão à estratégia argumentativa de contradição e incompatibilidade. Ao revelar o crime de ter sujado a água que o lobo bebe, o cordeiro logo sinaliza para a relação de incompatibilidade da acusação, argumentando que é “lavado diariamente pelas máquinas automáticas da fazenda”. Instaura-se, aí, um contexto moderno, por meio da materialidade “máquinas automáticas”, a qual remete a um momento sócio-histórico pontual, marcado pelo desenvolvimento tecnológico. Mais precisamente, é traçada uma relação do cenário da fábula com o contexto em que se constitui (por volta do século XX). Essa época de intensas mudanças é marcada, entre outras questões, pelo processo de industrialização na sociedade brasileira, aliando-se a isso a importância que o tempo tem no contexto moderno, a ponto de ser designado como algo que pode ser adquirido (como ocorre com o cordeiro) ou perdido.

Como forma de sustentar a procedência da acusação, o lobo afirma que, para ele, o cordeiro é sempre sujo, mesmo que esteja limpo. Quando o cordeiro pensa “e vice-versa”, mais uma vez atesta-se a ruptura com o simbolismo presente na fábula canônica. Observe-se que a inocência o faria não só pensar, mas expressar sua sinceridade ao lobo. No entanto, o cordeiro apenas pensa. Logo depois, sinaliza mais uma posição de incompatibilidade entre o argumento do lobo e a realidade, afirmando estar abaixo da corrente e, assim, revelando a impossibilidade de ter cometido o crime de que foi acusado.

Além disso, faz-se menção à dialética, marcando no dizer uma posição discursiva que remete ao lugar da filosofia na sociedade, especificamente à que evidencia relações de contradição. Para Rohmann (2000, p. 112), “a dialética age por meio da contradição. No método socrático, testa-se um problema ou proposição por meio de um questionamento

rigoroso que desbasta idéias errôneas comuns e revela suas contradições”. Tem-se, então, um atravessamento discursivo que remete à dialética, estabelecendo uma condição de aliança com o posicionamento retórico-argumentativo de contradição e incompatibilidade.

Direcionando-se a argumentação a outra estratégia, o lobo se distancia da defesa do cordeiro pautada no argumento pela contradição e incompatibilidade. Para tanto, recorre ao esquema de transitividade, a partir do qual A é inimigo de C e B é amigo de C, o que leva A ser inimigo de B, como ocorre na fábula atribuída a Fedro. Nesse caso, se o lobo (A) entra em confronto com os ancestrais (C) do cordeiro e o cordeiro (B) traça uma relação de conjunção com os ancestrais (C), o lobo (A) passa a estabelecer uma relação de confronto com o cordeiro (B). O lobo, para reforçar o argumento, ainda se volta para sua condição biológica, imprimindo-se o neologismo “lobologia”, ou seja, ciência que estuda os lobos, remetendo-se, assim, às peculiaridades que os caracterizam em fábulas nas quais se instaura a relação dicotômica lobo X cordeiro.

Diante do comportamento do lobo, percebe-se a procedência da estratégia do cordeiro em ganhar tempo, já que sabia que não adiantaria argumentar com o lobo, o que atesta mais ainda sua esperteza e, também, a desconstrução simbólica relacionada à fábula canônica que se instaura por meio do processo de intertextualidade. A ineficácia da argumentação discursivamente marca um período da sociedade brasileira caracterizada pelo cerceamento de direitos, como o de livre expressão, instaurando uma perspectiva que remete à constituição de outros discursos baseados no contexto sócio-histórico da época. Prova disso é a concretização do Golpe Militar em 1964, quando se institui a ditadura no Brasil. Apesar disso, seus reflexos já se fazem perceptíveis em anos anteriores, os conflitos de classe que dão origem ao golpe de Estado proporcionam a materialização discursiva que fundamenta tal ocorrência, como se comprova por meio dos estudos de Casalecchi (2002, p. 9):

Pode-se dizer que o período entre 1945 e 1964, conhecido como República Liberal, República Populista ou Quarta República, inicia-se com ampla mobilização de forças democráticas e liberais contra a ordem autoritária do Estado Novo, e encerra-se com o Golpe Militar que procurou impedir a crescente mobilização popular que pretendia ampliar os limites de uma democracia ainda restrita.

A ligação entre o lobo e o cordeiro também pode ser vista enquanto o estabelecimento da autoridade punidora e do punido. Sobre essa relação, o próprio Millôr Fernandes (2007, p. 125) apresenta as seguintes questões para reflexão:

Em que consiste a punição? A que ou a quem serve? Quais são seus princípios ou razões? Qual é a autoridade punidora ou punitiva, de Deus ao pai, e em que ocasião e em que medida, e com que fito e exemplo, deve a autoridade ser exercida? Existe, no punido, o desejo da punição? Que formas ou proporções devem ter as punições relativamente aos crimes cometidos? A punição pode ser atenuada pela intenção da falta, determinação da falta, inocência da falta, competência ou incompetência do faltoso? Kant afirma: “É o princípio da Igualdade que deve fazer com que a balança da justiça não se incline mais para um lado do que para o outro. É como se o mal que uma pessoa faz à outra se voltasse, exatamente igual, contra ela, culpada”.

A relação entre igualdade e justiça é apresentada, na citação anterior, por meio da perspectiva filosófica de Immanuel Kant, “filósofo alemão, cuja filosofia crítica questionou o status da metafísica, revolucionou a epistemologia e procurou fornecer uma fundamentação racional para a ética e a estética” (ROHMANN, 2000, p. 230). Na concepção de Valls (2008, p. 18), “Kant buscava uma ética de validade universal, que se apoiasse apenas na igualdade fundamental entre os homens”. Dessa maneira, outra perspectiva discursivo-filosófica passa a atravessar o dizer em análise. Isso porque, a exemplo da evocação feita por Millôr Fernandes para tratar da questão punitiva, relacionando-a à justiça, na fábula o cordeiro também o faz, como uma forma de propor um acordo com o lobo: deixá-lo livre ao preço de entregar todo o rebanho ao lobo, o que desmantela mais uma propriedade simbólica do cordeiro: a pureza. Além disso, a propriedade de fidelidade também se desmantela, já que se volta ao próprio bem-estar em detrimento do próximo. Sobre essa questão, Millôr Fernandes (2007, p. 69) apresenta um posicionamento que ratifica a imagem transgressora do orador, mesmo no tocante às questões religiosas:

É bom considerar sempre que, no Decálogo, no mandamento dizendo para não fazermos aos outros aquilo que não queremos que nos façam, há um desconhecimento total da natureza humana, sua diversidade e amplitude de interesses. Para cada masoquista há um sádico e, portanto, nosso comportamento social não deve estar condicionado a uma repetição monótona e pouco prática.

Dessa forma, questiona-se um preceito a partir do qual não se pode estabelecer o que realmente é certo ou errado do ponto de vista cristão e até mesmo ético, já que esse mandamento se consolida como um princípio tido por universal e que deveria se constituir como uma busca na sociedade. No caso do cordeiro, este tenta se livrar do lobo, propondo colocar outros em seu lugar, o que demonstra uma derrocada além de preceitos religiosos, de valores éticos. O dizer analisado, assim, é atravessado pela perspectiva cristã que, em uma relação interdiscursiva de confronto, passa a ser questionado.

Ao se considerar a desconstrução simbólica do cordeiro – tomando-o não mais como um ser marcado pela pureza e inocência –, juntamente com a estratégia de ganhar tempo, instaura-se, em meio a efeitos de sentido, a posição segundo a qual a promessa em questão poderia não se cumprir. Diante disso, apresenta-a ao lobo apenas por conveniência. No entanto, esse comportamento continua também a ser atravessado por perspectivas discursivas referentes à derrocada de preceitos éticos, como se pode constatar a partir da posição de Vázquez (2010, p. 196), diante dos fundamentos kantianos:

Argumento de promessa – A faz uma promessa a B, que está disposto a não cumprir se assim lhe convém, de acordo com uma máxima que poderia ser a seguinte: “Se me convém, farei esta promessa, com a intenção de não cumpri-la quando julgar oportuno.” Mas A não pode logicamente querer que esta máxima se torne universal, porque, se se aceitasse universalmente que se pode fazer promessas que todos podem não cumprir e tal norma se observasse universalmente, não haveria mais ninguém que fizesse promessas e, logo, não haveria absolutamente mais promessas. Conclui-se que nunca se pode deixar de cumprir as promessas e que é meu dever cumpri-las sempre. Esta é a argumentação de Kant.

Como a ética kantiana busca formas universalizáveis, passíveis de serem aplicadas de maneira geral, o comportamento do cordeiro vai de encontro ao princípio ético pautado na universalidade. No entanto, no momento em que o lobo ignora a oferta que lhe foi feita e resolve devorá-lo, o cordeiro procura impedi-lo, argumentando que a atitude do lobo não é ética. Como, por meio da ética kantiana, é preciso agir de modo a reconhecer, nas decisões que são tomadas, uma lei universal, o cordeiro se distancia de preceitos éticos ao fazer a proposta na fábula, mas, logo depois, clama por direitos de natureza ética. Nesse ponto, remete-se ao argumento por meio do ridículo, vez que a proposta do cordeiro, como se pode ratificar, vai de encontro a preceitos éticos.

Ao tomar o comportamento do cordeiro como a postura interdiscursiva que marca o lugar social de defesa de interesses democráticos em detrimento à política de repressão, o argumento estruturado por meio do ridículo passa a dividir lugar, em uma postura polifônica, com o de ironia. Com efeito, por meio da interpelação do cordeiro para que, em um ambiente conturbado, de derrocada de preceitos éticos, se institua um direito ético que é aceito (pelo menos, momentaneamente) pelo lobo, retrata-se um cenário sócio-político em que os direitos não são respeitados, em que leis se distanciam da prática. O termo “ético”, nesse sentido, é instaurado na fábula de forma a revelar sua ausência no contexto sócio-histórico brasileiro em meados do século XX.

O código milenar da *jungle*, nesse contexto, remete figurativamente às leis do país. Dessa forma, o lobo se vê momentaneamente impedido de devorar o cordeiro em respeito a essas leis, para que, ironicamente, não apresente um comportamento que vá de encontro a preceitos éticos. Nessa passagem é relevante atentar às características do jogo de perguntas e respostas relacionado ao código milenar, visto que se estruturam por meio de uma propriedade que marca o orador: o caráter humorístico. Sobre a propriedade interdiscursiva presente em piadas, anedotas, Possenti (2002, p.157) faz a seguinte afirmação:

Piadas e anedotas são uma forma extremamente rica de abordagem da questão da identidade – estereotipada, vale repetir. A razão é que estes tipos de textos sempre retomam discursos profundamente arraigados e cujos temas são sempre cruciais para uma sociedade. De tão óbvia, no entanto, a abordagem deve ter parecido improdutiva (pelo menos, pesquisadores nunca lhe prestaram atenção). Ora, é um fato que muitos eventos discursivos funcionam sobre este suporte.

No primeiro par pergunta/resposta, o homem casado é qualificado como “o animal mais estúpido do mundo”, o que se coaduna com a imagem descrente do orador sobre a validade de certos eventos sócio-históricos, como é o caso do casamento. Para Millôr Fernandes (2002, p.82), “casamento é essa instituição em que as pessoas casadas colaboram permanentemente pra destruir”. Isso traduz, por um lado, a imagem que o orador faz de si mesmo e, por outro, a relação interdiscursiva pela qual, enquanto sujeito do discurso, se assujeita. Como o gênero fabular se constitui mediante o argumento de autoridade, a tirada em questão é apresentada como se não houvesse determinação sócio-histórica para sua ocorrência, como se fosse uma verdade universal. No entanto, pode-se perceber que esse estereótipo do homem casado se vincula ao contexto da época, em que os movimentos de liberação feminina reivindicam à mulher direitos iguais aos do homem. Sobre a questão do estereótipo, Possenti (2002, p.158) salienta:

(...) deveria ser evidente que os estereótipos são construtos produzidos por aquele(s) que funciona(m) como sendo o(s) Outro(s) para algum grupo. Mas, eventualmente, esta relação interdiscursiva é ofuscada ou apagada – quando o confronto não aparece na própria piada -, e o efeito é a impressão de que o estereótipo é universal, que não tem condições históricas da produção, ou, pelo menos, que essas condições não incluem efetivas relações de confronto com uma alteridade.

Dessa maneira, na sociedade brasileira da época em questão configura-se uma série de confrontos entre classes, evidenciando-se um ambiente impróprio para a união de pessoas

que, muitas vezes, representam o Outro nessa arena dialógica em que se projetam esses confrontos interdiscursivos. O efeito de sentido de universalidade do fragmento humorístico é reforçado pelo senso comum, bem como pela confluência interdiscursiva a partir da qual se materializa o entrecruzamento da posição de liberdade em uma relação de confronto. Isso porque, com base nesse contexto, ao se casar, o homem passa a abdicar de sua liberdade, dando lugar à dominação, submetendo-se a perder o lugar que ocupa na sociedade para o Outro. Assim, o lugar de onde ecoam as vozes do posicionamento machista vão perdendo espaço para o Outro, com o qual a relação estabelecida se instaura, na postura de embate, por meio de resistência.

No segundo jogo de pergunta/resposta, a zebra é apresentada como um “animal sem cor pintado de preto e branco para não passar por burro”, representando uma estratégia humorística a partir da qual não se pretende alcançar uma resposta científica ou mesmo biológica, e sim a reprodução da asserção vinculada à própria piada, como uma frase-feita. No entanto, diante da imagem por meio da qual o orador se reveste, caracterizando parte do ethos, a partir da qual se instaura o humor político, impõe-se a necessidade de analisar o fragmento humorístico de um modo reflexivo, como um desafio a ser vencido. Essa imagem autoriza identificar recobrimentos interdiscursivos relacionados ao contexto de produção do *corpus*.

Diante da materialidade linguística, para não ser tomada como um burro – termo que remete a pessoas que são tidas como pouco inteligentes –, a zebra é pintada de branco e preto. Simbolicamente o branco alude à pureza, à perfeição (cf. LEXIKON, 1990, p. 38). Já o preto, pela cromatografia política, representa “a cor do fascismo, dos conservadores, da ‘direita’ em sua expressão política” (ORLANDI, 2003, p. 29). Diante do contexto da época – em que movimentos sociais lutavam por direitos democráticos, de descrença de valores éticos, em que o regime político agia por repressão, culminando com o Golpe de Estado –, torna-se politicamente inviável a permanência de posições simbolicamente representadas pelas cores preta e branca em um espaço de aliança. Ao tomar a zebra como um lugar social, percebe-se sua verdadeira identidade – animal sem cor – recoberta por relações de conflito, fomentadas num ambiente de intenso rebuliço social. Dessa maneira, instaura-se uma crítica aos movimentos repressores que buscavam camuflar, por meio de AIEs, os conflitos sociais decorrentes de uma conjuntura concebida por posicionamentos de insatisfação.

A relação com os dizeres referentes à política é marcada no último par pergunta/resposta, no qual surge uma suposta citação do escritor, jornalista e dramaturgo irlandês George Bernard Shaw: “Vai haver eleições em 66”. Da perspectiva política, pode-se relacionar, por um lado, diante do contexto mediato de constituição do *corpus*, a resposta com

um prognóstico de que o plano interdiscursivo de resistência, de “ganhar tempo”, pode culminar em conquistas sociais, a saber, na manutenção de um sistema político-democrático, a partir do qual os representantes do governo sejam eleitos de forma direta pelo povo, diferente da realidade de boa parte do conturbado sistema político anterior ao da chamada Quarta República. Sobre esse aspecto, Nicolau (2004, p. 42) faz a seguinte consideração:

O golpe de estado de 1937, porém, interrompeu a incipiente experiência democrática dos anos 1930: os partidos foram proibidos de funcionar, todas as eleições foram suspensas e o Congresso Nacional foi fechado. Por 11 anos (entre outubro de 1934 e dezembro de 1945) não houve eleições no Brasil.

Como se pôde constatar, no período da Quarta República, apesar de se instituir um processo de redemocratização, a democracia ainda se apresentava de forma restrita. Diante disso, instauram-se posturas discursivas que se relacionam por meio de embate, refletindo, em sua materialidade, os conflitos sócio-históricos no Brasil na época em questão. Nesse contexto em que se dá a confluência de perspectivas relacionadas a posições sócio-políticas, por outro lado, vê-se um alerta acerca da continuidade do processo de redemocratização iniciado em 1945: “Uma das primeiras medidas do processo de redemocratização do país foi a convocação, para dezembro de 1945, de eleições para presidente e para senadores e deputados federais que comporiam a futura Assembléia Nacional Constituinte” (NICOLAU, 2004, p. 43). Essa perspectiva é instaurada mediante a estratégia argumentativa por ironia, a partir da qual a afirmação do acontecimento de eleições indica justamente o contrário, alertando, nesse caso, à descontinuidade do processo de democratização. No processo interdiscursivo, esse efeito de sentido se coaduna interdiscursivamente com a conjuntura sócio-política do ano de 1966, no Brasil, momento em que ocorre a suspensão de eleições diretas para os cargos de governador e vice (cf. NICOLAU, 2004, p. 56-57).

Os efeitos de sentido oriundos desse plano interdiscursivo encontram-se dissimulados na fábula, por meio da ficção. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 226), a ficção serve “para evitar uma incompatibilidade no plano da ação, para não ter de resolvê-la no plano teórico”. Ao se observar o último par de pergunta/resposta, observa-se a redução de teor humorístico em relação aos outros pares. Por se tratar de ficção, autoriza-se a presença dessa incompatibilidade no plano da ação, disseminando o teor exclusivamente humorístico por todos os pares de pergunta/resposta, devido à aparente transparência da linguagem. Dessa forma, os efeitos de sentido dissimulados pela impressão de tal transparência passam a ser percebidos, ao se analisarem os aludidos pares, levando-se em consideração a imagem do

orador de oposição ao sistema governamental vigente na época. É assim que se possibilita, através do gênero fabular, mobilizar/dissimular tais efeitos de sentido, sem que haja incidência de ações proibitivas acerca de sua mobilização.

No final da fábula, remete-se a uma postura de incompatibilidade entre a validação das respostas do cordeiro pelo lobo e o comportamento que este tem em ignorar o “código milenar da *jungle*” para devorar o cordeiro. Com efeito, a própria validação das respostas para as perguntas de natureza cômica já demarca uma crítica com relação às leis vigentes no país. No momento em que tais leis são ignoradas pelo lobo, evidencia-se mais ainda a relação de incompatibilidade entre a legislação brasileira e a prática jurídica, revelando um ambiente contraditório e, a exemplo do próprio código, selvagem.

A fábula milloriana se assimila intertextualmente, em uma relação interdiscursiva de aliança, com a fábula canônica, no momento que o lobo demonstra sua característica opressiva em querer devorar o cordeiro sob *fictis causis*, falsos pretextos, salientando a existência de um ambiente sócio-histórico de opressão, de injustiça. No entanto, desmantela a moral canônica no momento em que o lobo é esquartejado pelo caçador, instituindo, assim, a moral “Quando o lobo tem fome não deve se meter em filosofias”. Dessa forma, diferente do que ocorre com a moral da fábula atribuída a Fedro, na milloriana não se torna possível encerrar o valor opressivo que coloca em cena a relação entre o bem e o mal, a pureza e a sagacidade – mesmo porque, nesta, a simbologia do cordeiro que o caracteriza como um ser puro, ingênuo, também é desconstruída.

Diante das materialidades discursivas mobilizadas na constituição do dizer em análise, o final da fábula, juntamente com a moral, pode ser concebido por meio da perspectiva do *nonsense*, percebida a partir da identificação da estratégia de incompatibilidade. A posição de incoerência é perceptível mediante a impressão de transparência da linguagem. Como se trata de um gênero fabular, a partir do qual é mobilizada, por meio de alegorias, uma história ficcional, torna-se desnecessária a presença de outros mecanismos (tais como explicações em notas de rodapé) para que a incompatibilidade seja desfeita. Com efeito, a própria ficção já regula essa questão, de modo a administrar a incompatibilidade.

Entretanto, ao se pensar no ethos, torna-se necessário refletir sobre a perspectiva do *nonsense*, de forma a identificar outras posições discursivas atravessando o dizer. Dessa maneira, pode-se conceber, como efeito de sentido, a mobilização de uma crítica à sociedade, segundo a qual não se deve perder tempo (como ocorre com o lobo), à pena de ser esquartejado. Por essa perspectiva, instaura-se o adágio popular “Tempo é dinheiro”, o qual se coaduna com o contexto sócio-histórico da sociedade brasileira moderna, marcada pela

velocidade, evidenciando-se que as relações de poder podem se modificar a qualquer momento. Para Rezende (1994, p. 13), “os hábitos mudaram, acompanhando o ritmo acelerado da automação da produção padronizada, que até hoje torna os objetos obsoletos antes que eles percam sua utilidade”. Assim, a crítica presente na fábula passa a contestar a peculiaridade atemporal do gênero fabular, de se adequar a qualquer contexto sócio-histórico.

Além disso, também se torna possível identificar, na fábula milloriana, um alerta à sociedade no que diz respeito à possibilidade de se alcançarem conquistas na sociedade diante da estratégia de ganhar tempo. Desse modo, em um ambiente em que não se tem a manutenção de valores éticos, torna-se necessário transgredir para sobreviver. Nesse contexto conturbado, vislumbra-se a chegada de um momento em que os lobos serão caçados, não poderão mais perder tempo, já que, diante dessa posição, o poder encontra-se disperso. Ganhando tempo se chegará ao momento em que haverá eleições por meio da verdadeira instauração da democracia, época em que será possível a livre expressão do pensamento. A liberdade, de acordo com esse efeito de sentido, não tarda a chegar.

Assim, no decorrer da análise, é possível compreender a forma a partir da qual o entremeio teórico entre a nova retórica e a AD, alicerçado pela polifonia, auxilia na identificação do funcionamento do dizer. Diante dessa proposta, alguns resultados ratificam sua pertinência.

Com a identificação do argumento de analogia, verifica-se a desconstrução de efeitos de sentido oriundos da fábula atribuída a Fedro, marcando a milloriana pelo atravessamento discursivo por meio de uma relação de confronto. No entanto, o reconhecimento dessa condição interdiscursiva tem como princípio a presença da remissão ao simbólico, o que sinaliza a presença da polifonia como elemento de aproximação teórica responsável pela sobreposição argumentativa, bem como pela relação de tal sobreposição com as perspectivas discursivas em funcionamento no dizer.

Diante da materialidade linguística, concebem-se, enquanto aspecto pontual da fábula, marcas textuais que mobilizam o contexto da sociedade moderna, instituindo um plano de análise que não pode dispensar a presença do contexto sócio-histórico do momento de constituição do dizer para sua compreensão. A pontualidade, que se constitui como um aspecto do funcionamento da fábula, inviabiliza sua projeção em quaisquer contextos sócio-históricos, de modo que o próprio deslocamento instaura outro plano interdiscursivo, no qual estão implicados outros efeitos de sentido. É dessa forma que se pode questionar a propriedade universal que comumente é assimilada ao gênero fabular como um aspecto estável.

As perspectivas sócio-políticas evidenciadas auxiliam a perceber um ambiente sócio-histórico fomentado por intensos conflitos de classe, responsáveis pela singularização do período de constituição da fábula abordada. Tais perspectivas remetem a posições interdiscursivas relacionadas por meio de confronto, perante um elemento que pode ser posto em destaque: o processo de redemocratização. Nessa circunstância, apresenta-se um ambiente de derrocada de valores éticos – muitas vezes necessário para a manutenção da vida ou, figurativamente, de ideais revolucionários –, no qual a aplicação das leis não se efetiva na prática, demonstrando a disparidade entre a legislação e sua aplicação.

Por meio da abordagem retórico-discursiva, algumas formas de funcionamento do dizer podem ser concebidas com mais eficiência. Isso se deve à prática de análise que, por um lado, não se restringe a perceber estratégias argumentativas muitas vezes pautadas na intuição do orador nem, por outro, a conceber o discurso sem serem consideradas relações pontuais que marcam a singularidade do dizer. Por esse processo, compreende-se como a fábula milloriana funciona de modo a mobilizar efeitos de sentido de crítica e, ao mesmo tempo, de alerta à sociedade brasileira.

3.2.6 Fábula 6

HIERARQUIA

Diz que um leão enorme ia andando chateado, não muito rei dos animais porque tinha acabado de brigar com a mulher e esta lhe dissera poucas e boas.¹ Ainda com as palavras da mulher o aborrecendo o leão subitamente se defrontou com um pequeno rato, o ratinho mais menos que ele já tinha visto. Pisou-lhe a cauda e, enquanto o rato forçava inutilmente para fugir, o leão gritou: “Miserável criatura, estúpida, ínfima, vil, torpe: não conheço na criação nada mais insignificante e nojento. Vou te deixar com vida apenas para que você possa sofrer toda a humilhação do que lhe disse, você, desgraçado, inferior, mesquinho, rato!” E soltou-o. O rato correu o mais que pôde, mas, quando já estava a salvo, gritou pro leão: “Será que Vossa Excelência poderia escrever isso para mim? Vou me encontrar agora mesmo com uma lesma que eu conheço e quero repetir isso pra ela com as mesmas palavras!”²

MORAL: AFINAL NINGUÉM É TÃO INFERIOR ASSIM.

SUBMORAL: NEM TÃO SUPERIOR, POR FALAR NISSO.

1. Quer dizer: muitas e más.
2. Na grande hora psicanalítica, que soa para todos nós, a precisão da linguagem é fundamental. (FERNANDES, [1963] 1999, p. 110)

A partir da apreciação da fábula enquanto gênero textual, identificam-se pontos de estabilização, dentre os quais se dá o revestimento de credibilidade, por se constituir como um

argumento de autoridade. No caso da fábula “Hierarquia”, essa propriedade é ainda mais acentuada.

Tomando-se por base a expressão “Diz que”, concebe-se, diante de sua presença em um texto fabular, a remissão ao argumento de autoridade, de modo a validar o pressuposto moral de que se reveste a narrativa. Essa expressão equivale à clássica “Era uma vez”, demarcando-se, pois, um espaço no tempo imaginário da fantasia (cf. BARROS, 2007, p. 61), o que limita a reciprocidade em termos de intercâmbio linguístico. Pela peculiaridade de intensificar a perspectiva da fantasia na fábula, a expressão, promovendo certo limite para a reciprocidade mencionada, também fomenta um ambiente em que se limita ainda a postura de contestação, primeiro por se tratar de uma narração imaginária; segundo por remeter a uma verdade universal mediante a posição de renúncia.

Diante a propriedade da expressão abordada, aponta-se para a presença de uma perspectiva genérica, proveniente da forma primária de constituição desse gênero, passível de ter surgido por meio de uma ancoragem no proverbial, a partir da modalidade oral. Atesta-se, assim, a perspectiva atemporal dessa voz coletiva, anônima, corroborando, dessa forma, para sua qualificação como a expressão de uma verdade incontestável. Pelo argumento de autoridade, instaura-se, como uma das formas de funcionamento do dizer para a sustentação do efeito de sentido de verdade universal, a impressão de uma voz anônima sendo renunciada. É assim que a memória discursiva resgata a perspectiva de verdade universal a partir da qual o sujeito é assujeitado, credibilizando o texto.

O plano polifônico, como se pode perceber, atua no dizer, autorizando a percepção de posições discursivas mediante a apreciação argumentativa, mas também demarca a remissão a outras estratégias argumentativas, a partir das quais pode ser percebido um jogo interdiscursivo de atravessamento de perspectivas. Como o gênero fabular também tem por característica se instituir como um argumento por analogia, logo no início do texto é apresentado o primeiro termo do foro, o qual é recoberto por um valor simbólico, revelando-se, pois, a natureza de mais uma remissão argumentativa. Acerca do valor simbólico relacionado ao leão, Lexikon (1990, p. 120-121) faz a seguinte consideração:

Considerado o “rei” dos animais na terra (ao lado da águia, a “rainha” dos pássaros) (...) Outras características de forte teor simbólico são, sobretudo, a coragem, a ferocidade e sua suposta sabedoria. É representado geralmente como símbolo de poder e de justiça nos tronos e palácios soberanos.

Com a remissão à estratégia argumentativa pelo simbólico, chega-se a uma parte do funcionamento da fábula, a partir da perspectiva proveniente do simbolismo, a qual se coaduna com a posição do senso comum – consubstanciada pela remissão a uma voz coletiva mediante o argumento de autoridade –, que considera o leão como a representação da imponência, da supremacia. Desse ponto, a caracterização se estende, diante do título, à perspectiva de manutenção de um posicionamento social, consolidando-se, assim, um lugar de manutenção hegemônica. O próprio termo “Hierarquia” provém do grego *Hierós*, sagrado (cf. CUNHA, 2010, p. 337). Diante do contexto da fábula, o simbolismo institui um lugar sagrado, inabalável, de onde se impõe o leão.

No jogo interdiscursivo, verifica-se que, diante da materialidade linguística “chateado não muito rei dos animais”, engendrada em relações de estratégias argumentativas, o dizer é atravessado pelo Outro, estabelecido em condição de embate com a perspectiva oriunda do simbolismo. É dessa maneira que se contesta a supremacia do leão, levantando-se suspeitas acerca da validade da própria caracterização que deste se faz. Por meio do contexto sócio-histórico de constituição do *corpus*, passa-se a considerar, na fábula, a ideia segundo a qual estruturas tidas como socialmente consolidadas não se isentam de abalos, podendo perder espaço diante de certas circunstâncias, as quais passam a refletir as mudanças que ocorrem sócio-historicamente.

A perspectiva do Outro, estabelecida por meio de confronto no funcionamento do dizer, é apresentada também mediante a estratégia pelo argumento pragmático, por meio da qual se revela uma estruturação entre consequência (ficar “chateado, não muito rei dos animais”) e acontecimento (brigar com a mulher). Com a presença material do termo “mulher”, remete-se ao par marido/mulher, traçando-se, assim, uma relação com os dizeres acerca do matrimônio, resgatados mediante a memória discursiva. Pela imagem do orador, que considera o casamento uma instituição destrutiva (cf. FERNANDES, 2002, p. 82), percebe-se uma derrocada desses valores sociais, promotores do casamento. No contexto sócio-histórico de reivindicação por direitos iguais, propulsionado pelo movimento de liberação feminina, o lugar social de onde ecoam as vozes de manutenção da estrutura vigente se torna o Outro para os ecos do movimento em questão, propiciando uma condição de embate no jogo interdiscursivo, materializado nos conflitos de classe.

Na sequência do trecho estruturado por meio da remissão à estratégia argumentativa pragmática, constata-se que a mulher havia dito “poucas e boas” ao leão. Por meio dessa materialidade linguística, além de se ratificar a presença do discurso do Outro em uma condição de embate, também se configura na fábula uma expressão popular brasileira, o que

se torna um aspecto pontual para a compreensão do excerto. É relevante se perceber o aspecto irônico na constituição da expressão, por remeter ao significado contrário. Apesar disso, não necessita de explicação, já que seu valor significativo é domínio público na sociedade brasileira. No entanto, tem seu efeito de sentido explicitado. Dessa maneira, ao se colocar, em nota de rodapé, a explicação “ou seja, muitas e más”, instaura-se um jogo interdiscursivo que se aproxima da perspectiva pècheutiana acerca da tirada à *La Palice* (cf. PÊCHEUX, 1995, p. 30). Como pela imagem do orador é demarcada uma propriedade humorística voltada ao contexto social e político, a propriedade semântica do dizer mobilizado pela mulher é intensificada, apresentando-se um espaço de derrocada de valores, mas que, no funcionamento interdiscursivo, não deixa de ser atravessado pela perspectiva de humor. Na constituição do dizer, pois, no instante em que se instaura a explicação do óbvio, mobiliza-se uma perspectiva humorística, proporcionando-se, assim, o efeito de sentido que institui o risível a partir de uma expressão usual, corriqueira.

Em seguida, o leão se depara “com um pequeno rato, o ratinho mais menos que ele já tinha visto”. Nesse trecho é apresentado o segundo termo do foro – o rato –, a partir de um sistema de gradação. Diante da caracterização do “pequeno rato”, “ratinho”, “mais menos”, essa parte do foro se insere em uma atmosfera de insignificância, contrastando com a posição simbólica do leão. Essa relação entre os termos do foro remete intertextualmente à fábula “O leão e o rato”⁵³, do século XVII, atribuída a La Fontaine, na qual o leão liberta o rato por piedade ou ausência de apetite.

Com o processo de intertextualidade, instaura-se também a interdiscursividade, uma vez que os discursos responsáveis pela existência do dizer remetem a discursos futuros, nesse caso, aos presentes na fábula milloriana. Por se reconhecer a materialidade linguística constituidora do dizer do século XVII na do presentificado no século XX, compreendem-se, como parte do funcionamento, posições discursivas engendradas por meio de aliança. Apesar disso, as relações de confronto não se isentam de figurarem na constituição da fábula milloriana.

Assim como acontece na fábula de La Fontaine, o rato fica à mercê da decisão do lobo. No entanto, este, na milloriana, passa a ofender o rato, (des) qualificando-o. É inclusive nesse ponto que se pode conceber o movimento de distanciamento entre os textos e, com isso, o desmantelamento de uma posição que marca a moral canônica. Com efeito, o ato do leão na fábula milloriana não mais se explica pela piedade descrita na canônica. O que o leva a

⁵³ p. 35.

libertar o rato é o fato de vê-lo “sofrer toda a humilhação” das ofensas feitas, caracterizando-o como “desgraçado, inferior, mesquinho, rato”. Nesse ponto tem-se mais uma desconstrução simbólica, dessa vez, a que concebe o leão como um ser justo.

Ao se remeter ao contexto de constituição do *corpus*, o conturbado cenário sócio-político evidencia a presença de um sistema baseado no autoritarismo que limita a liberdade. Rezende (1994, p. 43) relata a existência, em meados do século XX, de projetos políticos pautados na democracia, mas que não conseguem se sustentar devido à contradição existente entre o real e o legal. Diante disso, “explicam-se, muitas vezes, a ‘incapacidade’ de a nossa burguesia estabelecer-se no poder, à moda européia, e a necessidade que ela tem de valer-se do autoritarismo, exacerbadamente, para construir a sua dominação”. Esse cenário social pode ser percebido na figurativização da narrativa, o que evidencia a presença da perspectiva pautada no autoritarismo, determinando o que se pode e deve dizer no lugar social em que se encontra o leão.

Quando se retoma o princípio da FD para retratar o lugar de onde o leão se coloca, é justamente para salientar como a interpelação ideológica muitas vezes afeta o sujeito-forma, de modo a fazê-lo instaurar relações contraditórias. Como maneira de tratar do lugar de dominação e de seu vínculo com o contraditório, Rezende (1994, p. 44) faz a seguinte colocação:

Inicialmente é preciso lembrar que a dominação política se constrói justamente a partir de contradições. A burguesia representa, quantitativamente, a minoria, a elite: portanto, o seu domínio político pressupõe não só o uso da força, mas também da persuasão. O discurso ideológico é fundamental para escamotear os conflitos, produzir o imaginário da sociedade e de seus agentes políticos. Então, quando se cobra a harmonia entre o legal e o real, diluem-se as contradições. Querer essa harmonia, essa transferência, seria pressupor a prática política como um reflexo imediato do discurso ideológico.

É dessa forma que o leão é interpelado ideologicamente a partir do lugar sócio-histórico que ocupa, e age por meio da contradição de modo a proporcionar o reconhecimento por parte do rato de sua própria condição de inferioridade. O termo “rato”, portanto, é apresentado interdiscursivamente como um lugar social em que se tem a impressão de se estar totalmente desprovido de valor, de inexistência de poder, evidenciando, assim, um ambiente de conflitos de classe, de embates sócio-políticos.

Apesar das regularidades entre a fábula milloriana e a canônica, proveniente do processo de intertextualidade, sinalizam-se pontos de distanciamento, como é o caso do

comportamento do leão. Nesse se percebe a derrocada de valores simbólicos a este arraigados, a partir da qual se instaura a impossibilidade de a liberdade ser dada ao rato por piedade, ou mesmo por saciedade, mas para que pudesse viver se reconhecendo na forma de humilhação apresentada. Além disso, diferente da fábula canônica, o rato não livra o leão de uma armadilha, e sim, corre o mais que pode até estar a salvo. Esses pontos de distanciamento da fábula canônica marcam a tensão implicada na relação entre paráfrase e polissemia que funciona no dizer. É nessa tensão que, por um lado, a fábula canônica passa ser reconhecida na materialidade linguística que compõe a milloriana e, por outro, daquela se distancia ao ter, na base de sua constituição, relações de embate e de aliança com outras perspectivas discursivas.

Ao final do texto, por meio do discurso direto, o rato faz a seguinte solicitação: “Será que Vossa Excelência poderia escrever isso para mim? Vou me encontrar agora mesmo com uma lesma que eu conheço e quero repetir isso pra ela com as mesmas palavras!”. Em um primeiro momento, a frase do rato sinaliza o lugar de destaque do leão, demarcando a propriedade do dizer que mobiliza, a ponto de ser digno de reprodução. Diante de tal ponto de vista, o rato reconhece o lugar de poder do leão, respeitando-o devido ao fato de valorizar precisamente o que foi dito por este.

Sobre essa valorização, a nota de rodapé “Na grande hora psicanalítica, que soa para todos nós, a precisão da linguagem é fundamental” evoca a presença da perspectiva da psicanálise, método de investigação clínica que busca explicar o comportamento do ser humano a partir dos conflitos e do inconsciente (cf. BECHARA, 2009, p. 736). Como, na própria definição de psicanálise se faz presente o inconsciente e, em especial, os conflitos, passa-se a questionar a presença única do sentido de respeito, de admiração do rato sobre o lugar ocupado pelo leão. Aliás, o próprio contexto sócio-histórico da época de constituição do *corpus* já sinaliza um ambiente no qual se instaura uma série de conflitos de classe, dispostos principalmente por relações de resistência e de conflito.

Por meio dessa perspectiva psicanalítica, a partir da qual é reclamada a possibilidade de instauração de um efeito de sentido que segue uma orientação contrária do que se assinala anteriormente, torna-se coerente buscar a fundamentação para a profusão significativa ao se analisar o trecho mediante a remissão à estratégia argumentativa pela ironia. Nessa posição, o dizer passa a ser atravessado pela perspectiva psicanalítica, a partir da qual se compreende parte de como se é projetado o efeito de sentido do uso dissimulado⁵⁴ das palavras em

⁵⁴ Com efeito, aí se dá, metalinguisticamente, uma sobreposição da perspectiva de dissimulação, já que é um princípio constitutivo da própria linguagem.

contextos como esse. A possibilidade de se conceber tal remissão, além de estar consubstanciada na perspectiva psicanalítica, também se coaduna ao ethos que marca a imagem do orador, segundo o qual “o refúgio do oprimido é a ironia e nenhum tirano, por mais violento que seja, escapa a ela” (FERNANDES, 2007, p. 32).

A ironia possibilita conceber a solicitação do rato como uma forma de contestação do lugar que ocupa diante do dizer mobilizado pelo leão, mesmo diante do caráter não hostil da rejeição da validade instituído ao lugar isento de poder que o rato ocupa. Isso é possível devido a natureza metafórica que envolve a questão do sentido. Para Pêcheux (1995, p. 262), o sentido “é o efeito de uma relação no elemento do Significante, relação que J. Lacan designou como metáfora”. A postura lacaniana acerca da metáfora revela o processo de substituição/sobreposição de uma palavra por outra, o que possibilita a constatação da impossibilidade de aprisionamento semântico na literalidade.

Diante da propriedade de uma palavra ou expressão não estar vinculada a um determinado sentido (ou a um sentido determinado), os efeitos passam a ser percebidos enquanto tendo ancoragens não na palavra ou na expressão em si, mas nas condições sócio-históricas em que se instauram. Segundo Pêcheux (1995, p. 263), “o que torna possível a metáfora é o caráter local e determinado do que cai no domínio do inconsciente, enquanto lugar do Outro”. Desse modo, compreende-se que a mobilização das mesmas palavras do leão não implica a mobilização dos mesmos efeitos de sentido. O rato, instaurado discursivamente como o lugar do Outro na relação de conflitos de classe, ao solicitar a mobilização do dizer apresentado pelo leão, o faz em outra FD, na qual a relação metafórica, constitutiva do sentido, se modifica, fundamentando, dessa maneira a projeção de efeitos distintos dos que se instauram em outras FDs.

A imagem proveniente do ethos também se coaduna a esse posicionamento, ao se identificar a seguinte colocação de Millôr Fernandes (2007, p. 10): “Uma atitude de contestação não tem, necessariamente, que ser perigosa e pode até ser rendosa, pois, não hostilizando os poderosos, mantém viva, para os oprimidos, a imagem da nossa rebeldia”. Pela solicitação feita para se reproduzir o dizer do leão, o rato passa a contestar o posicionamento de centralização de poder, evidenciando que este se encontra disperso, figurativamente em todos os domínios sociais. Aí se dá o funcionamento da ironia, já que se solicita o dizer não para ser propriamente reproduzido, e sim como uma forma de demonstrar que um ser insignificante também pode, em outro nível, se caracterizar, revestindo-se de valor de soberania, a exemplo do leão.

Nesse caso, imprime-se mais uma vez a polifonia, na medida em que se dá a remissão à estratégia argumentativa baseada no antimodelo, atravessando tanto os argumentos pautados na analogia e na autoridade – próprios do gênero fabular –, quanto o que se processa por meio da ironia. No instante em que o ser representado como um antimodelo para o Outro passa a adotar a mesma conduta, o comportamento se transforma em paródia ou provocação (cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 418). Ao apontar a vontade de reproduzir o dizer tal qual foi proferido pelo leão, o rato, mediante o argumento de ironia, instaura a possibilidade de se instituir uma imitação de forma subversiva. O efeito de sentido de provocação, por sua vez, se relaciona com a moral “Afinal ninguém é tão inferior assim” e com a submoral “Nem tão superior, por falar nisso”. É dessa forma que se ratifica a dispersão do poder, salientando-se a relatividade que o caracteriza, a ponto de não se concentrar em um setor, nem se ausentar, assim, de outros lugares sociais.

Sobre a questão da moral, vê-se que a da fábula canônica centra-se na troca de favores entre seres de nível hierárquico diferente, bem como no valor da paciência, refletindo, desse modo, o comportamento antropomórfico dos animais na narrativa. No caso da fábula em análise, os efeitos de sentido se voltam diretamente para o poder, diante do qual se instaura a relação entre superioridade X inferioridade, relativizando-o de modo a evidenciar sua dispersão. Apesar da relação de aliança entre os textos no que se refere à instauração do poder, a perspectiva oriunda da posição irônica vai ao encontro de efeitos de condições interdiscursivas em funcionamento no contexto sócio-histórico da fábula milloriana, o que fundamenta a ênfase na relação de poder, tornando-a essencial para o reconhecimento dos movimentos de conflito da época, bem como das posições de contradição materializadas ideologicamente como forma de manutenção do sistema sócio-político.

A partir da figurativização, percebe-se que nenhum lugar social é tão inferior para não poder reivindicar por direitos – quando não pela hostilidade, por meio da ironia, da caricaturização, da crítica –, assim como nenhum sistema sócio-político é tão hegemônico a ponto de se sustentar, sob todas as circunstâncias. Dessa maneira, constata-se parte do funcionamento da fábula milloriana responsável pela instauração de efeitos de sentido de alerta à sociedade no que diz respeito à possibilidade de derrocada da manutenção de sistemas sócio-políticos aparentemente inabaláveis. É assim que no dizer se instaura o teor de luta, de rebeldia, diante da sutileza com que a linguagem é mobilizada, sustentando-se, pois, através da aparente transparência da linguagem, o efeito revolucionário que marca a imagem do orador e que, dessa forma, aponta para as relações materiais de conflitos de classe responsáveis por sua existência.

No decorrer da análise, portanto, percebe-se uma das formas de funcionamento do dizer, constituindo-se como a ancoragem para a ocorrência de certos efeitos de sentido. A percepção das materialidades discursivas por meio da remissão a estratégias argumentativas na fábula atesta, por sua vez, a propriedade da proposta de entremeio, diante dos resultados provenientes desse engendramento.

Diante da intensificação do argumento de autoridade, aliada ao atravessamento argumentativo com as estratégias por analogia e pelo simbólico, a perspectiva do senso comum acerca dos valores que recobrem o leão, enquanto materialidade linguística, passa a ser evidenciada. A articulação retórico-polifônica instaura, em conjunto com a memória discursiva, o efeito de sentido de verdade universal, consubstanciando o lugar sagrado de onde o leão se coloca. É dessa maneira que se incorre à perspectiva de natural sustentação da configuração sócio-histórica até então vigente.

A partir dessa aparente naturalidade de hegemonia, instaura-se, partindo-se do argumento pragmático, a perspectiva oriunda de movimentos femininos com a materialização do termo “mulher”, proporcionando-se um atravessamento interdiscursivo do Outro. A partir daí, são retomados interdiscursivamente todos os dizeres referentes à luta por direitos igualitários, mas que se encontram dissimulados na própria linguagem. Considere-se nessa dissimulação o papel estruturante do esquecimento, constitutivo da linguagem e que caracteriza a forma-sujeito, o sujeito do discurso. Diante desse ponto, inicia-se o processo de desmantelamento da perspectiva instauradora do efeito de sentido de hegemonia consolidada – bem como a derrocada, percebida pela imagem do orador, da perspectiva do matrimônio –, mediante a posição interdiscursiva de confronto, materializada ideologicamente nos conflitos de classe que caracterizam a época em questão.

Com relação ao processo intertextual, observa-se o distanciamento de uma posição que marca a moral canônica, na qual se destacam os efeitos de sentido da propriedade da troca de favores, assim como o valor da paciência. Na milloriana, essas relações significativas são recobertas pela crítica à aparente estabilidade de lugares sociais, instaurando-se, diante disso, o efeito de sentido de possibilidade de mudança. Como reflexo da instabilidade da instituição do casamento diante das reivindicações materializadas ideologicamente e, com isso, de certos valores da perspectiva patriarcal, instaura-se a posição segundo a qual outros lugares sociais que ocupam um espaço desprivilegiado naquelas circunstâncias sócio-históricas também são capazes de alcançar conquistas.

Nesse cenário alegórico, o atravessamento do dizer pela perspectiva humorística desempenha o papel de dissimular a crítica ao contexto sócio-histórico, o que possibilita a

circulação da fábula sem que haja represália. É a partir desse funcionamento que se propicia reivindicar por direitos, imprimir críticas ao sistema sócio-político até então em vigor, singularizando-se, dessa maneira, a fábula milloriana diante da relação retórico-discursiva que se impõe, a exemplo da imagem que o auditório faz do orador, como um desafio a ser vencido.

CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento desta Tese, chega-se a resultados cuja propriedade alcança o nível teórico, assim como o prático, de modo a auxiliar tanto no aprimoramento/desenvolvimento de propostas retórico-discursivas, quanto na forma de aplicação analítica. Para tanto, não se pôde deixar de lado a articulação das contribuições parciais para o alcance dos objetivos propostos.

Diante da percepção da fábula enquanto gênero textual, mediante os estudos bakhtinianos, considera-se a posição dialógica, a qual exclui a propriedade individual para a elaboração de gêneros, apresentando-os como entidades sócio-comunicativas. Com base nisso, o processo de transmutação é considerado como um dos fatores responsáveis pela existência da fábula, percebendo-se a influência de aspectos proverbiais para sua constituição. Por meio dessa pesquisa, podem ser concebidos dizeres sócio-históricos que fazem parte da memória discursiva referente a gêneros fabulares e que passam a contribuir para a análise do *corpus*.

A relevância do contexto sócio-histórico para a apreciação do gênero fabular, seja na percepção dialógica, seja na discursiva, motiva a apresentação de tais circunstâncias que caracterizam o contexto no qual se constituem as fábulas millorianas, bem como dizeres que marcam a imagem que Millôr Fernandes faz de si mesmo, assim como a de seu público. Dessa maneira, isenta-se palmilhar pelo terreno da subjetividade, optando-se por identificar imagens referentes a condições retóricas, percebidas não pelo orador enquanto sujeito físico, e sim como perspectivas interdiscursivas às quais o orador, interpelado ideologicamente, se assujeita.

Na articulação teórica, o ethos e o páthos passam a se constituir mediante as imagens que não são individuais, e sim impressões sociais acerca das relações discursivas que se instituem. Isso, no entanto, só é possível por conta da evanescência da posição de unicidade do sujeito, possibilitando que seja concebido polifonicamente, em sua dispersão. Dessa forma, as perspectivas polifônicas passam a se configurar como posições discursivas, o que evidencia a contribuição da semântica da enunciação para os estudos da AD. Além disso, a polifonia autoriza também a sobreposição de estratégias argumentativas, bem como sua relação com o discurso.

Nesse sentido, as estratégias argumentativas se revelam como o aspecto individual, já que marcam a participação do orador na existência do dizer. Isso porque, diante do processo de assujeitamento, perspectivas concernentes a determinadas FDs passam a permear o espaço

discursivo. No entanto, a articulação estratégica em que se introduz a materialidade linguística se instaura de modo distinto entre os dizeres. Assim se concebe a tensão entre aspectos sociais, percebidos na relação entre as imagens retóricas e o contexto a partir do qual se instauram, e individuais, por meio da atividade do orador em mobilizar estratégias argumentativas na constituição da linguagem.

Por meio da análise do *corpus*, são retomados resultados provenientes da percepção da fábula enquanto gênero textual, assim como das imagens retóricas relacionadas ao contexto sócio-histórico de constituição de fábulas millorianas. Como maneira de evidenciar a presença do processo de intertextualidade em metade dos textos selecionados, resgatam-se, também, percepções de fábulas tidas por canônicas, apreciadas segundo os estudos bakhtinianos acerca do dialogismo e do gênero textual. Diante da intertextualidade, vê-se como se dá a tensão entre paráfrase e polissemia, constituidora do jogo interdiscursivo.

Além da sobreposição de estratégias argumentativas, aliada à profusão de perspectivas, a propriedade da proposta de entremeio se evidencia mais ainda no momento em que se parte do reconhecimento argumentativo para se chegar às materialidades discursivas responsáveis pela instauração de determinados efeitos de sentido. Diante dessa possibilidade, compreende-se de que forma uma estratégia é mobilizada para ora ser reconhecida enquanto tal, ora para ser desconstruída no próprio jogo argumentativo, bem como as relações interdiscursivas que, a partir dessas condições se instauram no dizer. É assim que são concebidas posições discursivas, instituídas por meio de uma relação de aliança ou de confronto, responsáveis pelo funcionamento das fábulas.

Nessa conjuntura, percebe-se, através da materialidade linguística, a presença de elementos pontuais, relacionados às condições de existência do *corpus*. Tais elementos, por sua vez, demarcam um espaço de constituição de efeitos de sentido, de modo que o desvinculamento das condições sócio-históricas tende a propiciar a ocorrência de outros efeitos. É a partir daí que se torna coerente questionar o teor de universalidade da fábula, visto que sua ocorrência em ambientes sócio-históricos distintos pode motivar a variação de efeitos de sentido, assim como impossibilitar sua compreensão geral.

Com a abordagem retórico-discursiva, junto às estratégias argumentativas instituídas por meio da analogia e da autoridade, próprias do gênero fabular, posições interdiscursivas também permeiam as análises, tornando-se relevantes para a instauração de determinados efeitos de sentido. Dessa maneira, a presença da perspectiva da ironia, atravessando o dizer junto com a humorística, de uma forma, remete à possibilidade de se instaurar o Outro, revelando um espaço interdiscursivo que autoriza o efeito de crítica a condições de conflitos

de classe, servindo ainda de alerta aos riscos de se permitir a manutenção da estrutura até então vigente. De outra forma, a perspectiva humorística se instaura, junto a outras posições discursivas, de modo a autorizar a dissimulação de tais efeitos por meio da aparente transparência da linguagem, o que possibilita a circulação das fábulas, tornando-se um elemento propício a burlar atos de repressão.

Pela percepção dos resultados, constata-se que tanto os objetivos traçados nesta Tese quanto as respostas passam a ser confirmados. No entanto, as contribuições obtidas não encerram a discussão acerca do imbricamento teórico, nem da questão da aplicabilidade. Diante disso, espera-se que as respostas aqui presentes motivem, cada vez mais, estudos que se lancem ao desafio de conceber a linguagem em sua complexa relação com a polifonia, a argumentação e o discurso.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, João Carlos. *Brasileiro, sim senhor*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 9. ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- ANSCOMBRE, J.; DUCROT, O. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Editorial Gredos, 1988.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. 1. ed. Trad. Quintín Racionero. Madri: Editorial Gredos S. A. [384-322 a.C.] 1990.
- ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. Prefácio Michel Meyer; Trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, [384-322 a.C.] 2003.
- BALLY, C. *El language y la vida*. Trad. Amado Alonso. Buenos Aires: Editorial Losada. S. A., 1941.
- BALLY, C.; SECHEHAYE, A. Prefácio. In: SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, [1929] 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BECHARA, Evanildo. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 2009.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral 1*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri: revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 7. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral II*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.

BETTI, Maria Silva. A tarefa do tradutor teatral. In: *Cadernos de literatura brasileira*, São Paulo, Nº 15, p. 121-138, jul. 2003.

BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: Uma metáfora da condição humana*. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [1997] 2003.

BURKE, Peter. *A cultura popular na idade moderna*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: companhia das letras, 1989.

CARTLEDGE, Paul. *Grécia antiga*. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2009.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2010.

CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao golpe militar*. São Paulo: Contexto, 2002.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Civilização e cultura*. 1. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1983.

CLARET, Martin. As fábulas de todos os tempos. In: ESOPO. *Fábulas*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

COHEN, Claudio. *Provérbios e o inconsciente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

COLLINSON, Diané. *50 grandes filósofos*. Trad. Maurício Waldman e Bia Costa. São Paulo: Contexto, 2004.

COUTINHO, Afrânio. Entrevista. In: KHÉDE, Sonia Salomão. *Censores de pincenê e gravata: dois momentos da censura teatral no Brasil*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Trad. Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DILLINGER, Mike. *Forma e função na lingüística*. D.E.L.T.A., v.7, n.1, p. 345-407, 1991.

DUARTE, Marcelo. *O guia dos curiosos*. 3. ed. São Paulo: Panda Books, 2005.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução: Ingedore G. V. Koch et al. Campinas: Pontes / EDUNICAMP, 1987.

ESOPO. *Fábulas*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

FEDRO. *Fábulas*. Campinas, SP: Editora Átomo, Edições PNA, 2001.

- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.
- FERNANDES, Millôr. *Fábulas fabulosas*. 15. ed. Rio de Janeiro: Nordica, [1963] 1999.
- FERNANDES, Millôr. Múltiplos diálogos. *Cadernos de literatura brasileira*, São Paulo, Nº 15, p. 29-49, jul. 2003.
- FERNANDES, Millôr. *Millôr definitivo*. A bíblia do caos. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- FERNANDES, Millôr. *Novas fábulas fabulosas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1997.
- FERNANDES, Millôr. *O livro vermelho dos pensamentos de Millôr Fernandes*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. (Supervisor). *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1971).
- FONTAINE, La. *Fábulas*. Trad. Vários autores. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 93.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GIBBON, Edward. *Declínio e queda do império romano*. Trad. José Paulo Paes. Edição abreviada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (Org). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- GRANT, Michel. *História resumida da civilização clássica: Grécia e Roma*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- GUARESCHI, Pedrinho A. (Coord.). *Comunicação & controle social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. 6. ed. [S.I.]: [s.n.], 1971.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Trad. Waltensir Dutra. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein, José Paulo Paes. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEXIKON, Herder. *Dicionário de símbolos*. Tradução: Erlon José Paschoal. 14.ed. São Paulo: Cultrix, 1990.

LIMA, Mariangela Alves de. Teatro completo. In: *Cadernos de literatura brasileira*, São Paulo, Nº 15, p. 102-120, jul. 2003.

LYRA, Carlos. Um homem em cinco atos. In: *Cadernos de literatura brasileira*, São Paulo, Nº 15, p. 22-23, jul. 2003.

MACEDO, J. O poder político e a fábula. In: MACEDO, J.; ROCHA, M. J. C.; NETO, J. A. S (Org.). *Discursos em análise*. Salvador: UCSal. Instituto de Letras, 2003. p.213-230.

MADUREIRA, André Luiz Gaspari. *Teoria enunciativa e condições de produção: o entremeio teórico no discurso de fábulas millorianas*. 2006. 100 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Orgs. Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARCOS. In: *Bíblia Sagrada*. 34. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed Vozes e ed. Santuário, 1982.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: Definição e funcionalidade*. In: DIONISIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.) *Gêneros textuais e ensino*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 19-36.

MEYER, Michel. *A retórica*. Trad. Marly N. Peres. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP. Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. Trad. Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M & FUCHS C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F & HAK T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PENHA, João da. *O que é existencialismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: A nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLATÃO. *O sofista*. Trad. Sebastião Paz. São Paulo: DPL, [427?-347? a.C.] 2005.

PLATÃO. *Diálogos VI*. Trad. Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, Platão [427?-347? a.C.] 2010.

PÉREZ, José. *Provérbios brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint S.A., [19__?].

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*. Curitiba, PR: Criar Edições, 2002.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REZENDE, Antonio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1994.

ROCHA, Regina. *A enunciação dos provérbios: descrições em francês e português*. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. 2.ed. São Paulo:Ática, 1994.

ROHMANN, Chris. *O livro das idéias: Um dicionário de teorias, conceitos, crenças e pensadores, que formam nossa visão de mundo*. Trad. Jussara Simões. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SALIBA, Elias Thomé. Patrimônio humorístico. In: *Cadernos de literatura brasileira*, São Paulo, Nº 15, p. 94-101, jul. 2003.

SANTOS, Ismael dos. *Homens, raposas e uvas: a fábula na literatura brasileira*. Blumenau: Edifurb, 2003.

SANTOS, Joaquim Ferreira. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Prefácio de Charles Bally; Albert Sechehaye. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Trad. João Dell'Anna. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VENTURA, Zuenir. Um homem em cinco atos. In: *Cadernos de literatura brasileira*, São Paulo, Nº 15, p. 24-25, jul. 2003.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. Um homem em cinco atos. In: *Cadernos de literatura brasileira*, São Paulo, Nº 15, p. 26-27, jul. 2003.

VICTORIA, Luiz Augusto Pereira. *Dicionários de provérbios brasileiros e portugueses*. 2. ed. Editora Tecnoprint Gráfica. S.d.

ZILLES, Urbano. *Gabriel Marcel e o existencialismo*. Porto Alegre: Acadêmica/PUC, [1988] 1995.